



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Ciências Sociais

Instituto de Ciências Sociais

Livia Maria Abdalla Gonçalves

**Norte Comum:**

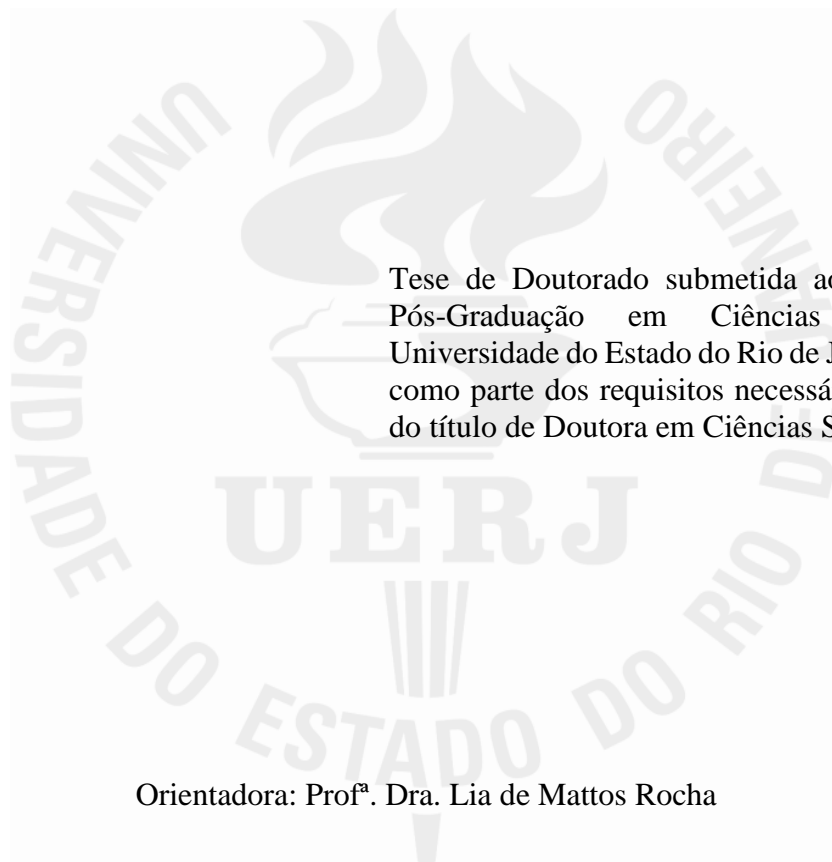
**arte, cultura e política em movimento na cidade do Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2019

Livia Maria Abdalla Gonçalves

**Norte Comum: arte, cultura e política em movimento na cidade do Rio de Janeiro**



Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dra. Lia de Mattos Rocha

Rio de Janeiro

2019

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

G635      Gonçalves, Livia Maria Abdalla.  
            Norte Comum: arte, cultura e política em movimento na cidade do Rio de  
            Janeiro / Livia Maria Abdalla Gonçalves. – 2019.  
            279 f.

            Orientadora: Lia de Mattos Rocha.  
            Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de  
            Ciências Sociais.

            1. Ciências Sociais– Teses. 2. Cultura – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. 3.  
            Política – Rio de Janeiro (RJ) – Teses. I. Rocha, Lia de Mattos. II. Universidade  
            do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Ciências Sociais. III. Título.

es

CDU 3(815.3)

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta  
tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Livia Maria Abdalla Gonçalves

**Norte Comum: arte, cultura e política em movimento na cidade do Rio de Janeiro**

Tese de Doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), como parte dos requisitos necessários a obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Aprovada em 17 de maio de 2019.

Banca Examinadora:

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Lia de Mattos Rocha (Orientadora)  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Sandra Maria Correa de Sá Carneiro  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Roberta Sampaio Guimarães  
Instituto de Ciências Sociais - UERJ

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Cláudia Cruz da Silva  
Universidade Federal Fluminense - UFF

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Ana Lúcia Enne  
Universidade Federal Fluminense - UFF

Rio de Janeiro

2019

## DEDICATÓRIA

Às minhas avós, mãe, tias e todas as mulheres que à sua maneira não se conformaram com o lugar subalterno e permitiram que eu chegasse até aqui.

## AGRADECIMENTOS

O processo de cursar o Doutorado e elaborar uma tese é longo e trabalhoso. Neste momento que o concludo, sinto uma alegria enorme por olhar para trás e ver que contei com o carinho, a solidariedade e a amizade de tantas pessoas para chegar ao fim deste percurso. A elas, meu eterno agradecimento.

Em primeiro lugar, agradeço às forças espirituais que me deram sabedoria e guiança para seguir em frente.

À UERJ, minha segunda casa, por me abrigar desde a graduação e sempre ter me possibilitado experiências acadêmicas enriquecedoras, em um ambiente universitário reconhecido pela diversidade e o respeito. Seguirei minha trajetória profissional honrando a forma democrática de construir a academia que aprendi aqui.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) pelo financiamento da pesquisa e por, apesar das profundas dificuldades impostas pelo governo estadual do Rio de Janeiro nos últimos anos, ter, muitas vezes, se colocado ao lado dos alunos, das universidades públicas e da pesquisa brasileira.

Ao PPCIS pela receptividade e apoio nos trâmites burocráticos, em especial ao Wagner e à Sônia, funcionários super parceiros dos alunos. Aos professores Luiz Eduardo Soares, Valter Sinder, Myrian Sepúlveda, Patrícia Birman, Rosane Prado e Paula Lacerda, por tantos ensinamentos aprendidos.

À Lia Rocha, orientadora querida, por ter acolhido a mim e às minhas constantes mudanças de projeto de pesquisa. Aos incontáveis ensinamentos, que levarei para sempre comigo, à sensibilidade e ao apoio nas horas precisas e, sobretudo, por ser um exemplo de luta e resistência. Muito obrigada por ter feito a UERJ resistir.

Às integrantes da banca Ana Claudia Cruz da Silva, Ana Lúcia Enne, Roberta Guimarães, Sandra Carneiro, Mariana Cavalcanti e Adriana Facina por terem aceitado este convite para o diálogo e a troca. À Roberta, Sandra e Ana Enne, agradeço por estarem comigo nessa trajetória desde a qualificação. À Roberta sou também muito grata pelo acolhimento paciente e carinhoso em um momento de dúvidas e incertezas e pelas importantes trocas sobre cidade, Antropologia e etnografia. À Mariana, agradeço a oportunidade e os ensinamentos no estágio docente.

Aos amigos da Faculdade de Comunicação Social (FCS/UERJ) e aos que encontrei a partir dela, instituição que faz parte da minha história e ocupa um lugar especial no meu coração. Ricardo Freitas, João Maia (*in memoriam*), Antônio Medina, Adair Rocha, Denise

Siqueira e Cíntia Sanmartin, obrigada pelas trocas durante o trabalho no Lacon e pelas inúmeras conversas que me incentivaram a ingressar no Doutorado. À Clara Abdo e Gustavo Lacerda pela parceria de trabalho e amizade e aos bolsistas de graduação por me mostrarem a importância de ter paciência e generosidade ao ensinar. À Alessandra Porto pela amorosidade e energia ligada “nos 220 volts”, que me dá alegria de viver e a Eduardo Murad pelas parcerias frutíferas de trabalho.

Aos grandes parceiros do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana, no qual tive a honra de ser aceita como pesquisadora logo no primeiro ano de Doutorado. Raquel Carriconde, Frank Davies, Wellington Conceição, Jorge Santana, Fernando Sousa, Vinícius Gonçalves, Suellen Guariento, Pedro Zaidan, Monique Carvalho, Kita Pedroza e Patrícia Lânes, vocês me ensinaram muito sobre as nossas cidades. Cada um com sua pesquisa, compartilhamos muitas dúvidas e descobertas neste caminho de aprendizagem. À Raquel pela amizade fiel, o constante compartilhar de angústias e o encorajamento para que eu apresentasse o projeto no grupo. Sua coragem é inspiradora. À Kita pela disponibilidade para sempre ouvir e ajudar. É muito bom ser sua amiga. À Patrícia pela palavra que acolhe. Ao Pedro pelas trocas de ideias sobre o Norte. Aos recém-ingressados no mestrado Jonathan Willian e Vanessa Araújo, coragem para seguir. Contamos com vocês! Desejo diálogos infinitos entre nós e vida eterna ao CIDADES. Tudo nosso, nada deles!

À Juliana Athayde, Cleiton Maia, Marília Gonçalves e Adriana Fernandes, outros colegas do PPCIS com quem aprendi e de quem sempre recebi incentivo.

Aos queridos amigos sacis do GPMC/UFRJ que levarei para a vida inteira, obrigada por me ensinarem que a academia pode ser união e poesia. Frederico Araújo, Heitor Praça, Gabriel Schvarsberg, Iaci Santos, Samuel Jaenish, Letícia Castilhos, Luciano Laner, Raphi Soifer, Flávia Araújo e Ana Cabral, vocês são foda! Ao Fred pelo amor e dedicação e por me fazer acreditar que eu seria capaz. Com vocês, tudo é possível.

Aos companheiros do Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima Marcelo Castañeda, Mariana Mayerhoffer, Fernanda Haikal, Thiago Machado, Gabriel e Liló por acreditarem na luta de todo dia. Esta tese é também de vocês.

Aos integrantes do Norte Comum por me abrirem sua casa e seus corações, me ensinarem muito sobre respeito pelo outro e através de seus desejos me permitirem renovar o sonho de uma “utopia possível”.

Aos amigos e amigas, imprescindíveis na caminhada da vida. São tantas as histórias de amor e acolhimento que não cabem aqui. Natália Velloso, Geórgia Pereira, Elisa Almeida, Roberta Carvalho, Luiza Flores e Damiana Bregalda, obrigada pela irmandade nesta difícil

tarefa de ser mulher. Um agradecimento especial à Elisa, amiga que conheci na academia e se tornou irmã. Muito obrigada por compartilhar tantos momentos de alegria e angústia. Por ser esta mulher maravilhosa, intelectual inspiradora e amiga companheira. Te amo, mig! À Lena Benz, Marilane Abreu, Maria Coelho e Renata Porto pelas risadas sem fim. À Flávia Monteiro e Katie Ribeiro por serem meus portos seguro de paz. Ao Rogério Melo por me apresentar a cena cultural-política do Rio de Janeiro. Ao Alessandro Tarso pela camaradagem além-mar. Ao Osíris, pelo amor que se renova.

À Mariana Luz e Ana Cristina Teixeira por cuidarem da minha saúde mental e emocional.

A Wilson da Costa, Nadja Peregrino, Ângela de Azevedo e Christophe Chouteau pelas moradas de paz junto à natureza, imprescindíveis à tranquilidade do pensamento. Ao Wilson e Nadja também pelo cuidado amoroso.

Ao Ricardo Moreno pelo incentivo, especialmente durante o trabalho de campo. Obrigada também pelos empréstimos de livros e conversas inspiradoras.

À minha família pelo amor incondicional que sinto mesmo à distância. À minha mãe Regina pela coragem e luta para que eu chegasse até aqui. Ao meu pai Carlos, por ser meu maior companheiro e melhor amigo. Sem eles dois, nada disso teria sido possível. À Vilma, pela parceria. Ao meu irmão Ivan por estar sempre ao meu lado. Obrigada por isso! Ao Pedro e Andréa pela inspiração jovem. Às minhas primas-irmãs Luciana e Maria Paula, e tios Paulo e Marilene pelo amor puro e verdadeiro. À tia Mag pelo apoio que nunca falta. À Lia e Theo por tanta alegria!

Por fim, às minhas filhas felinas Nina, Pinga e Mãezinha pelo afeto sincero e companhia nas noites infinitas.

UERJ resiste!



## RESUMO

GONÇALVES, L. M. A. *Norte Comum: arte, cultura e política em movimento na cidade do Rio de Janeiro*. 2019. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

Esta tese acompanhou o funcionamento da rede cultural Norte Comum que atuava na zona norte da cidade do Rio de Janeiro e a criação dos sentidos em movimento do que, na perspectiva do grupo, pode ser entendido como arte, cultura, cidade e política. O período da pesquisa (2014-2017) englobou a realização de grandes eventos esportivos no Rio de Janeiro - os quais ocasionaram diversos impactos socioeconômicos na cidade e na vida de seus moradores - e transformações políticas conturbadas no governo federal brasileiro. Neste contexto, o trabalho buscou compreender as possibilidades e limitações de existência de um coletivo cultural que pretendia restabelecer meios de circulação e expressão cultural entre os bairros de uma região pobre da cidade. A análise de seus discursos e práticas de fazer cidade se desdobraram em apreender seu modo de atuação no espaço público em diálogo com as políticas públicas de cultura, assim como a reconstrução de identidades e pertencimentos urbanos, os modos de exercício político do ativismo urbano contemporâneo e os desafios à construção do comum.

Palavras-chave: Norte Comum. Cultura. Política. Cidade.

## ABSTRACT

GONÇALVES, L. M. A. *Norte Comum: art, culture and politics in the city of Rio de Janeiro*. 2019. 279 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

This work aims to accompany the “Norte Comum” cultural network, which operates in Rio de Janeiro’s north zone, as well as the creation of the sense in motion of what – through the group’s perspective – can be understood as art, culture, city, and politics. During the period researched (2014-2017), major sporting events were held in Rio de Janeiro; these, in turn, had major impacts on socioeconomic life of the city and its residents, and led to disturbing political transformations in the Brazilian federal government. In this context, the work seeks to understand the possibilities and limitations of the existence of a cultural collective that aims to reestablish means of circulation and cultural expression within the neighborhoods of a poor region of the city. The analysis of the collective’s discourses and their practices of making a city unfolds by means of analyzing their mode of acting in public space, through dialogue with public cultural policies, as well as the reconstruction of urban identities and belongings, modes of contemporary urban political activism and the challenges of building the common.

Keywords: Norte Comum. Culture. Politics. City.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Montagem com quatro assinaturas gráficas do Norte Comum .....	39
Esquema 1- Linha do tempo dos projetos e <i>ciclo-espacos</i> do Norte Comum.....	72
Figura 2 – Localização dos ciclo-espacos .....	73
Figura 3 – Parte do Norte Comum no quintal da casa de Benfica.....	96
Figura 4 – Parte da roda no quintal.....	100
Figura 5 – Fachada da casa em dia de evento com a banca de brechó na porta .....	130
Figura 6 – Dinâmica para preparação do texto do site da rede, no quarto da frente .....	131
Figura 7 – Conversa sobre o site e as fases da lua.....	131
Figura 8 – Bate-papo na cozinha (com o quintal atrás).....	132
Figura 9 – NC Convida Ajeum da Diáspora.....	132
Figura 10 – NC convida Três Vocês.....	133
Figura 11 – NC convida Três Vocês.....	133
Figura 12 – Último evento no SESC Tijuca .....	139
Figura 13 – Último evento no SESC Tijuca .....	139
Figura 14 – Sarau Tropicacos #FicaPordeus .....	146
Figura 15 – Sarau Tropicacos #FicaPordeus .....	146
Figura 16 – Hotel da Loucura.....	147
Figura 17 – Hotel da Loucura.....	147
Figura 18 – Ágoras no bairro de Honório Gurgel.....	209
Figura 19 – Ágoras no bairro de Honório Gurgel.....	209
Figura 20 – Ágoras Cariocas no bairro Olaria.....	210
Figura 21 – Ágoras Cariocas no bairro Olaria.....	210
Figura 22 – Montagem das fotos e instalações de vídeo do NC na exposição Delírios Coletivos, no CMHO.....	213
Figura 23 – Montagem das fotos e instalações de vídeo do NC na exposição Delírios Coletivos, no CMHO.....	214
Figura 24 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	214
Figura 25 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	215
Figura 26 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	215
Figura 27 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	216
Figura 28 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	216
Figura 29 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos .....	217
Figura 30 – Parte do Norte Comum e a pesquisadora .....	259

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>O QUE É O NORTE COMUM?</b> .....	31
1.1	<i>O Norte Comum é a possibilidade de encontro</i> .....	31
1.2	<b>Coletivo, coletividade e rede</b> .....	39
1.3	<b>A arte e a cultura na pesquisa</b> .....	54
2	<b>O NORTE COMUM, SEUS CICLO-ESPAÇOS E AS FASES DA LUA</b> .....	68
2.1	<b>Benfica: a casa-sede-casa</b> .....	73
2.1.1	<u>21 de março de 2016</u> .....	75
2.1.2	<u>19 de setembro de 2016</u> .....	78
2.1.3	<u>Arquitetura da casa e a relação com o bairro</u> .....	82
2.1.4	<u>Chegando junto ou colando: integrantes e suas atividades individuais-coletivas</u> ... 86	
2.1.5	<u>Botando na roda: as potencialidades e os desafios do trabalho coletivo</u> .....	99
2.1.6	<u>Meninos e meninas, brancos e negros</u> .....	112
2.1.7	<u>Sobrevivência: a grana, as parcerias e o corre</u> .....	117
2.1.8	<u>“Norte Comum Convida”</u> .....	127
2.1.9	<u>Fim da casa e início de um novo ciclo</u> .....	128
2.2	<b>Tijuca: Serviço Social do Comércio (SESC) e a institucionalidade</b> .....	134
2.3	<b>Engenho de Dentro: Hotel da Loucura</b> .....	140
3	<b>EM BUSCA DE UM NORTE EM COMUM</b> .....	148
3.1	<b>Das redes virtuais às praças: um início em manifesto</b> .....	148
3.2	<b>O Fora do Eixo e a subversão</b> .....	155
3.3	<b>A adolescência na Tijuca</b> .....	170
4	<b>A CIDADE E AS CIDADES</b> .....	179
4.1	<b>Pensar a cidade</b> .....	183
4.2	<b>Viver as cidades</b> .....	190
4.3	<b>“Ágoras Cariocas”: cidade, identidade e memória</b> .....	196
4.4	<b>“Delírios Coletivos”</b> .....	211
4.5	<b>A “invenção” da cidade</b> .....	217
5	<b>POLÍTICAS DA CULTURA E CULTURA POLÍTICA</b> .....	222
5.1	<b>O trabalho do Norte Comum é político?</b> .....	224
5.1.1	<u>É algo que a gente se representa e bota a cara</u> .....	229
5.1.2	<u>A anti-institucionalidade</u> .....	233

5.2	<b>Ativismos urbanos contemporâneos .....</b>	237
5.3	<b>Políticas de cultura e para a juventude.....</b>	241
5.4	<b>“Precisamos falar urgentemente sobre evento de rua” .....</b>	248
	<b>ABERTURAS.....</b>	254
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	260
	<b>ANEXO A – Manifesto do Norte Comum.....</b>	270
	<b>ANEXO B – Transcrições de áudio da instalação em vídeo da exposição “Delírios Coletivos”, realizada no período de 6 de junho a 23 de julho de 2016 no Centro Municipal Hélio Oiticica .....</b>	275

## INTRODUÇÃO

### Movimentos

Foram muitos os descentramentos e rupturas, junto às decisões que por vezes tentei serem algo planejadas, no movimento constante que faz a vida, para que eu chegasse até aqui. Em 2010, retornei ao Brasil de uma experiência de quatro anos de vivência na Europa, onde realizei um mestrado em *Ciencias de la Información*, o qual concluí com uma dissertação sobre a “Comunicação Emancipadora na Educação Popular”. A experiência fora do país havia sido transformadora e ampliado muito os contornos nas formas de ver a Comunicação, o mundo, a América Latina, as desigualdades, o Brasil e, talvez de maneira ainda mais intensa, o Rio de Janeiro. Ser turista-imigrante ao longo daqueles anos me colocou em um lugar situado no “entremundos”<sup>1</sup>, que me provocou a observar e a sentir a vida nas cidades de um modo ao mesmo tempo emocionalmente distanciado e materialmente pomenorizado. De volta ao Rio, fui viver no morro da Conceição, no coração da região central da cidade, que começava a passar por um intenso processo de mudanças urbanas e sociais sob o pretexto dos grandes eventos esportivos, a serem realizados dali a quatro anos.

A ordem econômica mundial atual, na qual se observa uma grande mudança na atuação do Estado, caracterizada pela sua redução na administração das questões públicas e pelo crescimento da presença de instituições e bancos internacionais nos processos decisórios, havia se consolidado no Brasil. As políticas neoliberais incentivadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e implementadas desde o início dos anos 1990, quando se observou um grande incentivo às importações e uma onda de privatizações, aproximando instâncias públicas e privadas na gestão política e econômica do país, pareciam estar ainda mais fortes.

Essa união entre empresas e governos – hoje conhecida como “parceria público-privada” – deu origem a uma nova forma de administrar as cidades, consolidando o conceito de “cidade-empresa” (VAINER, 2000), em que a administração urbana passa a ser orientada por premissas comuns à gestão de mercado. O geógrafo David Harvey (2005), que centra sua pesquisa na forma como se dá a produção capitalista do espaço, ao analisar os efeitos da

---

<sup>1</sup> “Entremundos” é uma expressão que não recorro onde li, talvez em mais de um lugar. Mas ela me foi extremamente marcante e serviu inúmeras vezes para que eu descrevesse meu sentimento quando vivia fora do Brasil. Em minha imaginação, “entremundos” sempre fez referência a um espaço emocional difuso, desafiador e, muitas vezes, solitário, que não pertencia nem aos países europeus onde vivi, nem ao Brasil, mas continha elementos de todos os lugares por onde passei.

expansão do capital nas cidades, identificou que a urbanização (junto aos gastos militares) desempenhou durante muitos anos o papel de absorção do excedente que os capitalistas produzem em busca do lucro. Harvey nos mostra como reformas urbanas em Paris e Nova Iorque transformaram essas cidades em polos de turismo, consumo e entretenimento para as classes econômicas com alto poder aquisitivo, segregando o espaço urbano entre pedaços voltados a ricos e pobres.

Nesse sistema, a cada momento da história, os capitais moldam as cidades de acordo com suas necessidades financeiras e os interesses de uma coalizão de forças que se organizam em conjunto e compõem uma determinada aliança para administrá-los. A lógica do mercado se fortalece nos países em crescimento econômico, e ganha corpo em várias áreas, como no planejamento e na gestão dos espaços urbanos. Assim como na seara dos bens privados, a administração mercantil da cidade é feita de forma a privilegiar as classes econômicas que possuem maior poder aquisitivo de compra e investimento.

As reformas urbanas por quais passou e ainda passa a cidade do Rio de Janeiro (com especial destaque para as zonas portuária e oeste da cidade) efetivam uma priorização de áreas que têm potencial de consumo imobiliário e de entretenimento. Essas não são as primeiras grandes reformas que a cidade atravessa, no entanto, elas parecem reproduzir o ideário de segregação espacial das anteriores, direcionando verba para áreas centrais e/ou de interesse de grupos minoritários e deslocando os pobres para as áreas que se encontram distantes do centro e da oferta de serviços públicos e que naturalmente possuem menor valor comercial.

Se internamente a cidade atravessa um processo que segrega seus espaços e os explora economicamente em busca de maior lucro, no âmbito externo, ela passa a se comportar como um produto em disputa no mercado global, concorrendo com outras cidades para atrair e acumular capitais internacionais. Nesse contexto, o *marketing* urbano alcança um lugar especial, impondo-se como atividade central e preponderante no planejamento e gestão das cidades, estruturando uma mudança de foco no que antes foram consideradas as “questões urbanas”, como, por exemplo, a “racionalização do solo”, os “equipamentos de consumo coletivo”, o “crescimento desordenado”, a “reprodução da força de trabalho” (VAINER, 2000, p. 76), que agora passam a ter como centro a competitividade urbana.

Um dos carros-chefes desse diferencial contemporâneo de planificação urbana empresarial é a área da cultura, como mostra Otilia Arantes (2000), na mesma obra em que publica Vainer e que questiona essas novas premissas de construção de cidades. Arantes remonta ao *cultural turn* de 1968 na Europa, quando o viés culturalista passou a caminhar lado a lado ao econômico nas análises sociais, para demonstrar como a cultura – a dos grandes

aparelhos e incentivos fiscais – se tornou o mecanismo central dos negócios das cidades mercantilizadas, funcionando através de suas “iscas culturais” nos megaprojetos de remodelação, haja visto o destaque que os museus de Arte do Rio (MAR) e do Amanhã ganharam nas reformas urbanas cariocas.

A proximidade entre Estado e empresa não acontece apenas em relação aos métodos internos de organização, mas se dá em situações variadas que envolvem cooperação financeira, resoluções legais, forma de gestão, gestão conjunta, entre outros. Na Antropologia do Estado, aprendemos com Mitchell (2006) que, ao contrário da ideia de uma separação fixa entre Estado e sociedade, disseminada por anos pela Sociologia Política, a linha que separa esses dois entes é móvel e varia de acordo com os interesses envolvidos em cada contexto. Produzir e manter essa linha é uma ferramenta que estabelece definições de poder e marca o significado político dessa separação.

No Brasil, a reação social às reformas urbanas segregacionistas culminou com as Jornadas de 2013, quando diversas pautas econômicas e políticas vieram à tona na forma de uma série de protestos. A vivência nas Jornadas alterou uma vez mais e de maneira profunda minha relação com o Rio de Janeiro. Durante as manifestações, que se iniciaram no mês de junho daquele ano, foram muitos os chamados que levaram a repensar a cidade: a questão da mobilidade, que foi o estopim dos primeiros atos; os grandes eventos esportivos, que tiravam investimentos da saúde e da educação; as remoções decorrentes da realização desses eventos; a privatização de áreas para atender a interesses imobiliários; a revitalização de bairros que seriam atingidos pela gentrificação, ficando mais caros e tornando-se insustentáveis para alguns moradores; a militarização das favelas; e o receio da diminuição da convivência no espaço público, entre outras questões. A emergência da pauta urbana foi um dos grandes assuntos da agenda dos protestos e o que, segundo alguns pesquisadores, os diferenciaria de manifestações de décadas anteriores. Posteriormente, os protestos acabariam por incluir uma diversidade de insatisfações em relação ao sistema político institucional.

Minha reflexão acadêmica sobre a cidade, que havia se iniciado no ano anterior no grupo de estudos do Grupo de Pesquisa Modernidade e Cultura do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (GPMC/IPPUR/UFRJ), ganhava questionamentos a cada manifestação, onde estive presente muitas vezes com os companheiros de pesquisa de lá. A cidade e a vida que nela se vivia eram os grandes temas das insatisfações que ressurgiam constantemente não só nas ruas, mas em pesquisas apresentadas em artigos científicos, debates, palestras e congressos, em alguns dos quais estive presente. Em meio a esses eventos acadêmicos, tive contato pela primeira vez com



a Rede Universidade Nômade<sup>2</sup> (UniNômade) e seus pesquisadores, que, naquele momento, produziam uma série de análises sobre as Jornadas e o potencial político daquele tipo de ação coletiva. Eu não sabia, mas, posteriormente, iria me deparar com esse grupo em diversas outras ocasiões.

A assistência a esses fóruns acadêmicos apurava minha visão sobre os protestos que aconteciam nas ruas e o que se dizia sobre eles nas redes sociais. Era através delas, especialmente do *Facebook*, que se divulgavam depoimentos de militantes, situações incontáveis de abusos policiais, próximos atos e reuniões organizadas entre uma manifestação e outra, algumas denominadas “assembleias comunitárias”, que se proliferaram em diversos pontos da cidade durante e após 2013.

Essas reuniões agrupavam manifestantes em praças da cidade em torno da definição e da organização de atividades a serem realizadas em manifestações futuras e esboçavam o planejamento de ações diretas nos bairros, como limpeza de espaços públicos, pequenas reformas locais, iniciativas de agricultura urbana, organização de eventos culturais, pressão junto a vereadores contra o avanço de deliberações dos grandes eventos, entre outras ações. Estive presente em assembleias nos bairros do Méier, Largo do Machado e na praça da Cinelândia, no Centro, onde participei de debates sobre várias dessas questões.

Ao longo das Jornadas, manifestantes dormiram em barracas de *camping* nas escadas da Câmara Municipal (especialmente os professores, movimento que ficou conhecido como “Ocupa Câmara”), com o objetivo de protestar contra as medidas em relação à educação que vinham sendo tomadas no parlamento. A ação de ocupar a praça, na verdade, já havia sido realizada bem antes das Jornadas, no final de 2011, através do que ficou conhecido como “Ocupa Rio”. Esse movimento, que contou com a formação de grupos de discussão e trabalho (GTs) em várias áreas, foi analisado por participantes como um eco dos protestos de ocupação mundiais que se espalharam por diferentes continentes ao longo de 2011 e que, apesar das suas peculiaridades locais, tinham em comum a forma de lutar (através de ocupação de espaços públicos) e as insatisfações com os efeitos do capitalismo global.

---

<sup>2</sup> De acordo com sua página na *internet*, a Universidade Nômade é uma “rede transnacional, que se compõe de militantes, intelectuais, artistas, grupos de pesquisa, coletivos, ativistas de cursinhos pré-vestibular populares, blogues, e pontos em geral dispersos em redes sociais, produtivas e colaborativas”. A Universidade declara exercer um “estilo de militância” com base em conceitos como “multidão”, “enxame”, “êxodo” e “produção do comum”, em muito inspirados no trabalho dos filósofos Antônio Negri, Gilles Deleuze e no psicanalista Félix Guattari. O grupo tem a participação ativa de professores universitários, como Bárbara Szaniecki, da Escola de Desenho Industrial da UERJ, e Giuseppe Cocco, docente da Escola de Comunicação e do Programa em Ciência de Informação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O legado das Jornadas de Junho arrefeceu ao longo de 2014, algumas assembleias acabaram e outras poucas seguiram acontecendo no decorrer dos anos seguintes, tentando manter as discussões sobre as questões urbanas surgidas em 2013, como a repressão militar às manifestações e a situação jurídica dos jovens que foram presos durante os protestos. Houve também assembleias que se transformaram em iniciativas sociais ou estimularam o início de distintos tipos de fóruns públicos para conversas sobre a cidade. A efervescência de debates surgida em 2013 seguiu nos anos posteriores, ainda que significativamente menor.

Um desses fóruns que se alimentou da mobilização e dos debates pós-2013 foi o “Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças”, grupo de moradores do qual fiz parte, que começou a se reunir em março de 2015 na principal praça deste bairro para conversar sobre seu cotidiano e pensar ações para melhorá-lo. No início, o grupo esteve vinculado institucionalmente à UniNômade e à sua iniciativa de estímulo a esse tipo de reunião – ideia “importada” por eles da experiência do “Podemos”, na Espanha.

Em janeiro de 2015, na Espanha, o Podemos crescia como um partido político que se organizou a partir do movimento de base iniciado no bojo das manifestações de 15 de maio de 2011, que ficou conhecido como 15-M e engrossou o levante global de protestos. A base do Podemos eram os “Círculos de Cidadania”, que se espalharam pelo país, o que entusiasmou integrantes da UniNômade a encorajar a formação dos círculos no Rio de Janeiro. A crise de representatividade política que se tornou patente em 2013 havia atingido seu ápice nas eleições de 2014 no Brasil. Para muitos militantes das Jornadas, já desacreditados do Partido dos Trabalhadores, apesar de toda a mobilização, nenhuma novidade substancial surgiu no horizonte do cenário político-partidário nacional e, portanto, era preciso reorganizar as bases.

A vivência no Círculo e a inserção em uma rede que se conectava, ainda que virtualmente, a grupos que estavam realizando eventos sociais e culturais em praças e parques da cidade chamaram minha atenção para um movimento que parecia crescer no Rio de Janeiro: **a realização de eventos culturais que apresentavam em seu discurso intenções de refletir sobre o cotidiano urbano e de questionar políticas públicas voltadas à cidade.** Esses grupos declaravam que a ocupação do espaço público em si e, por vezes, a intervenção artística nele efetuada eram uma prática direta de exercício político. Atenta à importância que esse movimento parecia ter, comecei a frequentar os eventos, dedicada a observar detalhes que fizessem referência aos temas urbanos.

Um ano antes, no início de 2014, havia ingressado no Doutorado em Ciências Sociais na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com um projeto de pesquisa sobre os movimentos sociais da zona portuária – mobilizações que vi nascer quando morava no morro

da Conceição. Em 2015, no entanto, tomada pelo interesse nos grupos culturais que surgiam, passei a investigar, já então com olhares de pesquisadora, o trabalho desses grupos, muitos autodenominados coletivos, para os quais a “questão da cidade” seria um tema importante.

A “questão”, nesse primeiro momento, se traduzia em uma iniciativa que, além de oferecer entretenimento, problematizava a ocupação da cidade, sua desigualdade espacial, reformas urbanas e outros temas que para um ou outro grupo representavam um questionamento social e político. Esse conjunto discursivo muitas vezes incluía temas que também vinham sendo debatidos simultaneamente pela academia, como gentrificação, segregação urbana, mercantilização e militarização dos espaços.

Além dos inúmeros saraus<sup>3</sup>, realizados em vários bairros da cidade, que em suas práticas artísticas denunciavam questões sociais e políticas urbanas – muitos dos quais surgiram após 2013<sup>4</sup> –, encontrei o trabalho de coletivos que organizavam eventos culturais com diferentes atrações artísticas, entre eles, o “Ser Urbano” e, fora do eixo centro-zona sul, o “Norte Comum” (NC) e o “Leão Etíope do Méier”<sup>5</sup>. Por algumas semanas, acompanhei suas manifestações virtuais.

Ao começar a pesquisar sobre o Norte Comum, recordei-me de já haver tomado conhecimento de um evento seu que tinha me despertado interesse, mas que por algum impedimento não pude estar presente. Tratava-se de uma edição do projeto “Ágoras Cariocas” que havia sido realizada no bairro da Tijuca, em julho de 2014. De acordo com a página no *Facebook*<sup>6</sup>, a proposta do evento seria a realização de um “curso/conversa” com o professor de História Luiz Antônio Simas sobre a história do bairro em uma perspectiva de “proposta

<sup>3</sup> Os saraus são eventos culturais que reúnem uma diversidade de expressões artísticas, como, por exemplo, música, poesia, *performance*, vídeo, grafite, *design*, pintura, teatro, contação de histórias, além de gastronomia. Para mais informações, é possível consultar o mapeamento de saraus, organizado pelo coletivo “Mufa Produções”. Apesar de parecer não ter sido recentemente atualizado, o mapeamento dá um bom panorama do surgimento dessa ação cultural no Rio de Janeiro. De acordo com a pesquisa, de um total de 133 saraus, 100 surgiram após as Jornadas de Junho de 2013, e a maior parte (20%) acontecia na zona norte. Disponível em: <<http://mufaproducoes.com/mapeamento-de-saraus-rj/>>. Último acesso em: 26 mar. 2018.

<sup>4</sup> Nas apresentações e debates públicos, assim como nas conversas informais, era muito comum que integrantes dos coletivos se referissem a 2013 como sendo um momento de surgimento e/ou fortalecimento de seus grupos. Para eles, as manifestações ocorridas nesse ano proporcionaram um momento único de militância política e “retomada das ruas”. Apesar de diversos coletivos terem surgido antes de 2013, como é o caso do Norte Comum, há uma forte relação entre eles e os eventos das jornadas.

<sup>5</sup> O “Leão Etíope do Méier” é um coletivo parceiro do Norte Comum. O grupo atua desenvolvendo atividades artísticas e culturais na Praça Agripino Grieco, no bairro do Méier, RJ. “O “Leão Etíope do Méier” é uma facção cultural que atua desde janeiro de 2014, majoritariamente na Praça Agripino Grieco - Méier/RJ. Os eventos hospedam, sob curadoria do grupo, shows de artistas nacionais e internacionais, exposições, um cineclub (Cinetíope do Méier), performances artísticas, circenses, teatrais e de dança. Completando mais de setenta edições em dois anos e meio de atividades, o Leão se consolidou como um palco a céu aberto na zona norte da cidade abrigando quase duzentos artistas durante esse período”. Disponível em: <<https://www.facebook.com/leaoetiopedomeier/>>. Último acesso em: 21 nov. 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1481880875379493/>>. Último acesso em: 31 mar. 2019.

educacional”, que tomava a “vivência como caminho”, praticava as “salas de aula sem paredes”, e chamava os espectadores para “inventar o mundo”.

Na sequência da proposta, o próprio professor assinava um texto lírico que começava narrando a relação de seu avô (que, segundo ele, sabia muito bem que “o homem é sua aldeia”) com o bairro e, em seguida, elucidava aspectos do seu cotidiano, como no exemplo: “Tijuca que anoitece nas praças e nos meus olhos, nas arruaças dos seus bêbados desamados e no canto de fé de suas igrejas reveladas e macumbas escondidas”. Simas também declarava afetos ao bairro: “Eu pedirei um dia, perto da hora de sumir na noite grande, que me cantem um samba qualquer sobre a aldeia que escolhi para amar a cidade, a mulher e os amigos. A Tijuca”.

Lendo a página do evento, me interessei pela maneira como ele descreveu afetuosamente o bairro, ressaltou a importância de se conhecer aqueles tipos de histórias sobre a cidade (para ele, em muito desconhecidas) e sua iniciativa de ir às ruas para dar vida a essas narrativas. Posteriormente, acompanhando pessoalmente outras edições do Ágoras, descobriria as transformações nos objetivos e no formato do projeto, que, entre outras coisas, incorporou preocupações com as reformas urbanas mencionadas acima e com o temido apagamento da memória dos bairros.

Observando ainda a divulgação da edição tijuicana, me dei conta de que um dos organizadores, o Norte Comum, seria o mesmo grupo que produzia os saraus no “Hotel da Loucura”, no Instituto Nise da Silveira, sobre os quais já havia ouvido falar como algo culturalmente interessante que acontecia no Engenho de Dentro – bairro da zona norte ao qual nunca havia pensado em me dirigir à noite para me divertir. Outra questão que despertou meu interesse foi a definição do objetivo deste grupo como um trabalho que “pretendia restabelecer meios de circulação e expressão cultural entre os bairros da região norte”.

Tudo isso, me instigou a pensar, nesse primeiro momento, **que experiência de cidade seria essa que esse grupo estava propondo** ao insistir em realizar atividades em bairros subalternizados e pouco valorizados pelo Estado e pelos meios de comunicação. Apesar de seguir acompanhando seus eventos através da *internet*, nessa época realizados no Engenho de Dentro, no Serviço Social do Comércio (SESC) Tijuca e em outros bairros da zona norte, através do Ágoras, somente em maio de 2015, estive presente em um deles: a edição do Ágoras no bairro de Quintino.

Uma vez lá, fiquei muito interessada com o que vi, tanto em relação à programação do evento, quanto à dinâmica que estava se dando no bairro (como o comentário que ouvi de um dos moradores) e as pessoas de outras partes da cidade com quem encontrei. Após esse evento, decidi aprofundar a pesquisa sobre o Norte Comum, considerando a tematização constante e

aprofundada da cidade em seus projetos, sua ampla diversidade de linguagens artísticas e sua área de atuação, a zona norte, região que inclui bairros pobres e estigmatizados.

Eram meados de 2015 e a partir de então estive presente em outras edições do Ágoras, em eventos culturais no SESC e no sarau do Hotel da Loucura. No final do ano, comecei a acompanhar o cotidiano da rede em sua sede, então no bairro de Benfica, e aí começou efetivamente o **problema**, no sentido *stricto sensu* que conhecemos nas pesquisas acadêmicas: vi minhas questões prévias se ampliarem, se transformarem em outras e novas surgirem. A vivência no campo confirmava algo que, de alguma forma, eu já havia me dado conta: o campo, assim como a vida, é errático e o que nos permite é construir uma tese errante. Isto é o que apresento aqui, uma tese errante, que foi concebida de uma forma e com um conteúdo e encontrou vários outros pelo caminho.

Dessa forma, os questionamentos sobre a experiência de cidade que o Norte Comum produzia com sua atuação se desdobraram em analisar os desafios e potencialidades do trabalho coletivo; a construção do comum; e, por fim, a criação de sentidos do que, na perspectiva do grupo, pode ser entendido como arte, cultura e política.

## Meu encontro com o Norte Comum

Como de hábito, peguei o metrô para ir à casa do coletivo em Benfica. No caminho, reparei como na zona norte há menos prédios e mais casas, mais construções inacabadas, mais favelas e mais pichações do que no centro e na zona sul. Fiquei pensando no tanto de coisa que ainda pode ser feito nesses lugares e de que forma essa falta de acabamento contribui no dia a dia para a criatividade. Afinal, onde o que há não está pronto, fechado, finalizado, há espaço para o que ainda pode ser inventado. Imaginei que casas, no lugar de prédios, permitem uma vida mais horizontal, de encontros e convivência, de aproximação com o vizinho. A vida do outro, seus sons, suas cores, seus cheiros e suas palavras apresentam o desafio da alteridade. (Trecho do caderno de campo com adaptações – 4 de novembro de 2016)

De forma objetiva, o Norte Comum é um grupo<sup>7</sup> de aproximadamente 15 pessoas, homens e mulheres, então com idades entre 21 e 42 anos, que, desde 2011, atuava<sup>8</sup> organizando

---

<sup>7</sup> A nomenclatura “grupo”, aqui, em nada faz referência à designação antropológica de Adrian Mayer (2010) em sua análise de formas de relações sociais nas sociedades complexas. Para o autor, grupos seriam “constituídos por um número determinado de membros que mantêm alguma forma de interação esperada entre si – quando não em termos de direitos e obrigações” (MAYER, 2010, p. 139), o que não se aplica ao estudo em questão.

“Grupo”, aqui, é utilizado como sinônimo de Norte Comum e da categoria êmica rede, como veremos a seguir.

<sup>8</sup> A partir do ano de 2017, o Norte Comum diminuiu muito a frequência de suas atividades coletivas, sendo aquele ano basicamente dedicado a realizar projetos assumidos em anos anteriores. No entanto, até o momento do fechamento deste trabalho, o grupo não havia declarado seu fim e seus integrantes seguiam encontrando-se como amigos e para colaborar uns com os outros em projetos individuais. Por essas razões, utilizo verbos no passado para me referir às ações que acompanhei em minha investigação, pois essas parecem estar suspensas

atividades de arte e cultura em espaços públicos e privados gratuitos da zona norte do Rio de Janeiro. Digo “aproximadamente” porque, como veremos no próximo capítulo, houve uma grande oscilação entre seus integrantes e aqui optei por abordar apenas os que frequentavam a rede com mais assiduidade durante o tempo em que estive com eles. Estes integrantes eram fotógrafos, *designers*, escritores, *videomakers* e produtores culturais que dominam diversas linguagens artísticas e, além dos eventos, desenvolviam produtos, como livros, cartazes, desenhos, brochuras, pinturas, fotografias e vídeos, que tinham como tema principal a cidade carioca.

A primeira vez que conheci o trabalho e alguns integrantes do Norte Comum foi no Ágoras de Quintino, conforme menciono acima. Na segunda, em um evento no SESC Tijuca, contei sobre a pesquisa a dois integrantes e com um deles combinei de ir à casa de Benfica na semana seguinte. No entanto, o primeiro **encontro** de fato – desses que nos transformam para sempre e nos abrem a uma onda de descobertas, sobre o qual falarei no primeiro capítulo – aconteceu na minha primeira ida à Benfica, em uma tarde do mês de novembro de 2015, quando boa parte do grupo me recebeu enquanto conversava no quintal tomando cerveja e banho de balde.

Após essa carinhosa acolhida, passei a frequentar a casa por duas, três ou mais vezes por semana, até o final de 2016. Também estive presente em quase todos os eventos realizados pelo grupo nesse período. O meu *corpus* analítico, portanto, consta de, além da frequência à casa por mais de um ano, assistência a 14 eventos, entrevistas com 15 integrantes e um produtor cultural, sendo que essas duas últimas atividades se estenderam pelos anos de 2017 e 2018. Além disso, foram analisadas dezenas de páginas de eventos no *Facebook*, publicações na página do grupo, fotografias e áudios de uma exposição, dois arquivos publicados em revistas acadêmicas e um manifesto que os integrantes me enviaram diretamente por *e-mail*.

Sobre esse processo de investigação, abordarei abaixo primeiramente minha chegada e permanência no campo e as dificuldades aí encontradas, e, posteriormente, situarei o trabalho no escopo da teoria metodológica utilizada como referência ao longo da pesquisa.

Fazer pesquisa nos primeiros eventos me pareceu fácil – e até divertido. Apesar do compromisso de observar, anotar, conversar com participantes e integrantes do grupo, o ambiente era sempre muito agradável, com música boa, cerveja e apresentações interessantes de arte. Logo a princípio, percebi que possuía grande afinidade com o trabalho do grupo, o que

---

no momento. Mas não utilizei esse tempo verbal para me referir ao grupo, por entender que, de alguma maneira, ele segue se encontrando e realizando atividades em conjunto.

me fez questionar, por mais de uma vez, se conseguiria ter o distanciamento necessário para realizar tal pesquisa. Recordei-me, no entanto, do que disse Gilberto Velho (1978) sobre a observação do “familiar” e, como propõe o antropólogo, procurei estar atenta para não incorrer em classificações precipitadas através de meus conceitos pré-fixados, mas, ao contrário disso, “estranhar” o familiar, buscando diferentes interpretações e versões acerca dos fatos.

Voltando aos eventos, mesmo estando sozinha, não sentia dificuldades de realizar o trabalho, pois tudo o que ocorria parecia interessar e, assim, buscava registrar todos os acontecimentos ou mesmo colaborar em pequenas tarefas, mantendo-me ocupada quase todo o tempo de realização do evento.

Os desafios, no entanto, não tardariam a chegar. Apesar de ter sido bem recebida e sempre tratada com muito carinho por todos, estar na casa de Benfica ao longo de todo um dia, por duas ou mais vezes na semana, no início, pareceu confortável, mas logo se tornaria bastante incômodo. Em um primeiro momento, o fato de ser mulher parecia ser o que mais contribuía para o desconforto. Era difícil estar à vontade em um grupo de maioria masculina, composto por amigos que possuíam bastante intimidade entre si e que passavam boa parte das horas brincando e trocando piadas particulares. Além de não entender grande parte das brincadeiras, me sentia extremamente inconveniente ali, “espionando” seus momentos entre amigos.

A sensação melhorava um pouco quando as *meninas*<sup>9</sup> estavam, mas não neutralizava o que de fato me constrangia: passar o dia observando, às vezes em pequenos cômodos, o que faziam aquelas pessoas. Com o tempo, fui me tornando mais próxima das *meninas* e *meninos* e me sentindo um pouco mais confortável na casa. Um dia, após alguns meses, me disse Carlos Meijueiro, um dos integrantes muito presente nesta tese, que estava contente porque me sentia mais à *vontade* na casa. Apesar de me sentir mais próxima e confortável, inclusive colaborando em algumas pequenas tarefas, para mim sempre esteve claro que eu não havia sido incorporada ao grupo e que estava ali fazendo a “minha” pesquisa. Essa sensação, por um lado, me desestimulava, pois desde sempre gostaria que a pesquisa tivesse sido percebida como importante para o grupo, mas, por outro, me tranquilizava, pois poderia representar a conquista do “distanciamento” necessário às minhas observações.

---

<sup>9</sup> Neste trabalho, as palavras ou sentenças que correspondem às falas dos meus interlocutores de pesquisa, que serão apresentados no capítulo 2, estarão em itálico, escolha feita com base em uma metodologia antropológica que explicarei adiante nesta introdução. Na maioria das vezes, elas vêm acompanhadas de sua autoria ou esta será indicada em linhas próximas. Haverá casos, porém, em que a autoria não será informada, o que configura uma categoria êmica do grupo, fala procedente de mais de uma pessoa ou indica que não registrei sua autoria em meu caderno de campo. A falta de tal informação, no entanto, não prejudicará a compreensão do que está sendo dito. Sobre as categorias nativas *meninas* e *meninos*, discorrei detalhadamente também no capítulo 2.

A insegurança que a pouca familiaridade com os integrantes me proporcionava não causou apenas constrangimento, amenizado muitas vezes pelas brincadeiras com Marquinhos, Vândala (Van) e Meliante (Mel), gatos da casa que se tornaram meus fiéis companheiros e melhores amigos (no caso da Mel, quase adotei um dos seus filhotes). Ela incidia, sobretudo, na crença de que eu não teria condições, teóricas e práticas, de realizar a pesquisa. Não eram raras as vezes em que eu combinava uma conversa mais específica com algum dos integrantes sobre um projeto e ela acabava tornando-se um bate-papo descontraído entre todos, sobre outro assunto, devido às diversas interrupções que se davam na dinâmica movimentada da casa. Ou ainda, quando o interlocutor com quem eu marcava não aparecia, ou mesmo quando ocorria um evento e ninguém me avisava. Tudo isso me levava a pensar que aquele trabalho era, de fato, importante só para mim.

Essa inquietação chegou ao ápice quando, em uma conversa com Carlos, ele revelou que abandonou o projeto que tinha, de estudar o Norte Comum no mestrado, por não se considerar capaz *de retratar uma experiência coletiva em uma escrita individual*. Se ele, que foi um dos idealizadores do grupo e era um dos integrantes mais presentes em seu dia a dia não seria capaz, como eu seria? Naquele dia, estive muito perto de desistir.

Por conta das minhas inseguranças e das inúmeras dificuldades causadas pelos atrasos de bolsa de estudo nos anos de 2016 e 2017, me afastei momentaneamente do campo, mas logo depois retornei, com novos questionamentos formulados através de leituras e conversas com professores. Se antes eu tinha um pensamento fixo de que “ali não havia nada que eu devesse observar”, afinal, era só o cotidiano de trabalho e vida daquelas pessoas, gradativamente algumas questões foram se destacando e chamando minha atenção.

Logo no início desse processo, comparei-o ao surgimento de um “holograma”, como os que havia nas capas de uma coleção de livros infantis, com os quais eu adorava brincar quando criança. No holograma dos livros, era preciso virar um pouco a superfície da capa para encontrar o ângulo certo para que a imagem, inicialmente desfocada, desse lugar a uma clara figura em terceira dimensão. Assim como nos livros, no campo também foi necessário mudar o ângulo, ou seja, as perguntas e reflexões, para que as respostas ganhassem relevo.

Para minha total surpresa, lendo o livro de Michel Agier (2011), me deparei com uma passagem em que ele menciona o holograma como alegoria para a “antropologia da cidade” que propõe, trecho que me parece muito apropriado mencionar aqui: “A cidade já não é uma coisa que eu possa ver nem um objeto que eu possa apreender como totalidade. Ela transforma-se num todo decomposto, um holograma perceptível, apreensível e vivido em situação (2011, p. 38). Há muitas reflexões realizadas sobre a imagem do holograma em trabalhos do âmbito



da arte, visitados por mim, que podem se relacionar à etnografia e que pretendo explorar futuramente.

Cada vez mais despida de meus conceitos prévios, me abri àquele encontro e às transformações que ele poderia provocar em mim e na minha pesquisa. Não posso mensurar se esse encontro de fato se efetivou para todas as pessoas presentes, mas talvez não seja equivocado dizer que minha presença ali alterou, de alguma forma, o trajeto de diálogos, atitudes, ideias, enfim, das experiências pessoais e de grupo dos que estiveram comigo ao longo da pesquisa.

Para finalizar esta parte da introdução, na qual falo sobre o encontro com o NC, gostaria de trazer a ideia de “variação”, sobre a qual tomei conhecimento durante o trabalho de campo e que muito me ajudou a compreender o grupo pesquisado. Tal como utiliza Velloso (2018) em seu trabalho sobre uma associação político-cultural de Cabo Verde, essa ideia busca traduzir uma dinâmica de atuação na qual as concepções e práticas de um grupo não são apenas heterogêneas entre seus membros, mas coletivamente não obedecem a contornos rígidos e se apresentam como distintas e até opostas, a depender da situação vivida.

O conceito me pareceu ser o que melhor daria conta de apoiar a ideia de movimento que atravessa este trabalho. No início, pensei em trabalhar apenas com a ideia de variação para as formas do grupo de compreender a cidade, no entanto, percebi que esses descentramentos estavam presentes também na forma do grupo definir sua identidade, como na sua relação com a arte e a cultura e, por fim, em suas atuações políticas. Essa variação não deve ser compreendida como sinônimo de “variedade”, pois não se trata de diferentes tipos de posição que se alternam no interior de cada um dos aspectos mencionados. De maneira oposta a isso, estamos falando de um regime de existência de diferenças que não busca encontrar uma unidade, mas, sim, privilegiar a diversidade. Como nos explica Goldman (2017), ao propor a ideia de “contradiscurso”, e segundo o qual a coexistência de diferenças não deve gerar necessariamente um processo de homogeneização ou “confusão sincrética”:

Esses contradiscursos procederiam, ao contrário, por meio do que poderíamos denominar modulação (no sentido de Gilbert Simondon, 1964) da diversidade: processo de variação contínua no qual, na coexistência de elementos diferentes, pode haver um nível em que eles efetivamente se combinam, mas também níveis em que permanecem de algum modo distintos (2017, p. 16).

Vale mencionar ainda que a ideia de “movimento” é uma categoria nativa que o grupo utiliza para se autodefinir, como veremos, e, em meu trabalho, observei como essa ideia está relacionada de forma indissociável ao movimento físico, ou seja, à circulação que o grupo efetivava pela cidade.

## Sobre a metodologia

As leituras sobre metodologia foram sendo realizadas simultaneamente ao trabalho de campo, formando um contínuo pendular entre reflexões teóricas e observações empíricas, que se complementavam e se provocavam entre si. Naturalmente, se vai ao campo com leituras prévias, alterando de algum modo aquilo que se vê, como nos diz Roberto Cardoso de Oliveira quando fala sobre a “domesticação teórica do olhar” (2006, p. 19). Porém, conforme mencionado acima, essa visão foi continuamente modificada por novas leituras e elementos que se apresentaram no decorrer da pesquisa.

Esta tese está situada entre os arcabouços teóricos da Sociologia e da Antropologia, especialmente nas segmentações voltadas às dimensões urbanas que essas duas disciplinas desenvolveram nas últimas décadas. Engrandeço-me dos ensinamentos das duas áreas do conhecimento sem, no entanto, buscar delimitar se existe e qual seria o limite entre elas. Assim, valho-me das análises sociológicas da sociedade e do comportamento do indivíduo enquanto um ser social, por um lado, e por outro – possivelmente em maior medida –, permaneço atenta às interações entre esses indivíduos, inspirado no que Hannerz chamou de “sistemas de relacionamento”, ao referir-se ao trabalho que realiza o antropólogo urbano. Busco me aprofundar no que o autor diz ser a “imagem antropológica da sociedade: uma imagem de episódios de interação e de interdependências mais duradouras entre as pessoas” (2015, p. 20)<sup>10</sup>.

Dentro do quadro de referência da observação ao detalhe, a mudança epistemológica se dá, assim, deslocando o interesse do pesquisador do centro para a periferia, ou do núcleo para as fronteiras. Considero aqui a orientação que altera o interesse da ordem para a desordem, ou da estabilidade para a instabilidade, ou ainda de uma certa desconfiança com relação às chamadas metanarrativas que anteriormente lastreavam a produção científica. Como Lyotard (1988) classifica a pós-modernidade: “O pós-moderno, enquanto condição de cultura nesta era, caracteriza-se exatamente pela incredulidade perante o metadiscurso filosófico-metafísico, com suas pretensões universalizantes e atemporais” (1988, p. 16).

---

<sup>10</sup> O autor dedica boa parte do primeiro capítulo de seu livro à análise da formação do antropólogo urbano. Em determinado momento, compara-o ao sociólogo urbano e relaciona algumas atividades a cada um deles, como as citadas acima. Apesar disso, define que a fronteira entre essas disciplinas não deve ser “inquietante” e, ao analisar uma possível contraposição entre esses profissionais, reconhece as trocas entre eles e assume que um antropólogo pode estar mais atento em “contar pessoas”, o que seria uma atividade mais comum aos sociólogos; enquanto um sociólogo pode pensar em termos relacionais tanto quanto um antropólogo. O autor conclui afirmando que a complementação entre as duas áreas contribui para uma melhor compreensão da vida da cidade, posição com a qual concordo e a qual busquei assumir neste trabalho.

Dessa maneira, ainda que esta pesquisa busque os elementos estruturais que clarifiquem um conjunto de dispositivos presentes no funcionamento social da realidade estudada e na sua possível estabilidade, se atentará em maior medida aos aspectos moventes dessa realidade, observando os aspectos de movimento, encontros e trocas que ocorrem nas fronteiras do cotidiano. Uma vez que a rede estudada operava elementos em constantes modificações, fazendo e desfazendo, ampliando e reduzindo, construindo e desconstruindo práticas, discursos e situações, em um movimento constante e errático, me parece importante observar os elementos presentes nesses deslocamentos.

No que diz respeito aos estudos antropológicos que jogam luz mais no movimento, nas interações, nos conflitos e nas mudanças, do que na estrutura e na coesão social, são dignas de registro as iniciativas da chamada Escola de Manchester, que se dedicava aos estudos de elementos tribais africanos em situações rurais e urbanas. Os pesquisadores dessa escola estavam aglutinados em torno da figura central de Max Gluckman, entre as décadas de 1940 e 1950. Eles buscavam compreender as mudanças sociais em curso na África central focalizando as interações entre as lógicas tribais com seus sistemas de lealdade e valores tradicionais, de um lado, e os modos de produção capitalista em cenários urbanos, de outro. Através de inovações metodológicas, como a análise situacional, por exemplo, buscava-se, dentre outros objetivos, compreender tanto os novos significados das práticas tribais quando inseridas em um ambiente citadino, quanto as formas de incorporação e ressignificação dos elementos simbólicos de origem europeia, elaborados pelos migrantes rurais quando fixados em ambientes urbanos (FELDMAN-BIANCO, 2010).

A investigação presencial que proponho está circunscrita na etnografia, método de trabalho amplamente desenvolvido pela Antropologia. O trabalho de campo etnográfico está baseado em uma investigação aprofundada, na qual o investigador se insere por um período de longa duração em um determinado ambiente. Utilizo os ensinamentos de Magnani (2002), que propõe uma etnografia urbana que se desloque das análises macrossociológicas da cidade, que se encontram, por exemplo, no planejamento urbano e as complementam com informações sobre o cotidiano miúdo da cidade, construído por seus atores sociais – o que ele chamará de uma perspectiva “de perto e de dentro” (2002, p. 17). Nesse sentido, busco nesta pesquisa apreender a cidade através da ação dos seus indivíduos, dos “arranjos dos próprios atores sociais”, organizados de forma coletiva.

A inserção no campo ocorreu através do método da observação participante. A observação participante parte da ação de observar o que ocorre em um determinado local, evento ou situação onde se desenrola o fenômeno que se deseja estudar. O sentido dessa

observação, no entanto, varia entre as diferentes abordagens antropológicas. Para Lévi-Strauss (apud WEBER, 2009), essa alteridade deve repousar no olhar distanciado entre observador e observado. O “olhar etnológico” (WEBER, 2009, p. 30) estaria assim marcado pelo afastamento e, portanto, pela não participação na ação observada. Diferente dessa abordagem, a condução da pesquisa teve como referência o “estar com”, paradigma da abordagem etnográfica proposta por Florence Weber. “Estar com” os nativos é analisar a relação que se instaura a partir de então entre pesquisador e nativos (WEBER, 2009, p. 30). O método proposto pela antropóloga ressalta ainda a importância de se priorizar a escuta em detrimento à realização de questionamentos aos investigados, abordagem que também foi perseguida na realização deste trabalho.

Outra referência importante para o trabalho de campo foi a ideia da etnografia multissituada (MARCUS, 1995). Isso significa, em termos gerais, olhar para os arranjos das práticas cotidianas do grupo e buscar os elementos que se ligam a eles, que muitas vezes se situam em outros contextos, fazendo referência a quadros espaço-temporais de ordens distintas. Assim, esta investigação reconhece os aspectos teóricos do universo macro e as narrativas do “sistema-mundo” (WALLERSTEIN, 2002), sem, no entanto, depender deles para desenhar o contexto no qual está inserido o objeto de estudo. Buscou-se seguir uma determinada escolha metodológica que reconhece a importância de identificar quais as noções macro estão presentes nos âmbitos locais e a forma como se apresentam nas práticas cotidianas.

Uma outra dimensão importante da pesquisa diz respeito à presença no grupo na *internet*, mais especificamente no *Facebook*, rede social mais utilizada por eles. Através do *Facebook*, eu apurava os detalhes sobre os eventos que tinham acontecido ou iam acontecer. Ainda que na maioria das vezes eu ficasse sabendo da realização dos eventos na casa, era na rede social que eu conhecia seus detalhes e sua proposta, que frequentemente envolviam concepções sobre a cidade. A partir de um determinado momento, passei a colecionar textos das páginas dos eventos (passados e futuros), do grupo e dos perfis pessoais dos seus integrantes, quando o assunto versava sobre a cidade, material que analisei para conceber esta pesquisa. Essas publicações foram se tornando relevantes na medida em que divulgavam e passavam a compor os sentidos de cidade propostos pelo NC. Foi também através do *Face* que a primeira articulação em rede foi feita pelo grupo, a partir da repercussão da publicação do manifesto, como veremos.

A rede social, portanto, funcionava principalmente como divulgação dos eventos e dos significados de cidade e zona norte para o grupo, mas desempenhava um importante papel no sentido de construir uma imagem do coletivo e de seu trabalho através, também, ainda que em

pequena escala, de demonstrações de aspectos da vida pessoal dos integrantes e de momentos descontraídos do grupo, assim como seus posicionamentos políticos e sociais.

Por essas razões, busquei perceber a *internet* como uma continuidade do trabalho do grupo, incluída na mesma abordagem etnográfica. Como propõe Miller e Slater (2000), considerei o ambiente digital como algo enraizado no mundo físico, em lugar de estabelecer uma oposição entre os universos *on-* e *off-line* – além de tê-lo em conta como uma conjugação do espaço urbano, como nos diz Castells (2017). Naturalmente, como chama a atenção Lânes (2017), há muitas diferenças entre realizar uma pesquisa presencial em um local físico e no campo virtual, porém, ao me dar conta de que, por vezes, a *internet* era mencionada no campo físico, assim como muitas dinâmicas que surgiam aí se desdobravam na *internet*, me pareceu importante incluir esse material como encadeamento do trabalho presencial, sem, no entanto, analisar com profundidade as dinâmicas da “cibercultura” por não fazer parte do escopo deste trabalho. Apesar disso, reconheço a importância de me deter de forma mais pormenorizada sobre este assunto, já que as articulações entre os mundos físico e virtual são fundamentais para se pensar os coletivos culturais contemporâneos e sua atuação política.

Por fim, mas não menos importante, neste trabalho, busquei estar muito atenta às críticas de James Clifford (2008) no que diz respeito ao controle das falas nativas. Em outras palavras, estive alerta ao tema da “autoridade etnográfica”, e as implicações político-epistemológicas presentes na hora da elaboração do meu texto. Tentei, então, fazer com que as narrativas dos sujeitos pesquisados aparecessem ao máximo em sua integridade, uma vez indexadas pelos temas em questão, de modo que a minha fala e a deles se apresentassem no mesmo plano narrativo. Chamo atenção para o modo como distingo a minha fala da deles. As partes narradas pelos sujeitos pesquisados encontram-se em itálico, e tanto quanto possível, tentei manter a forma de expressão da pessoa que falava. Fiz interferências mínimas apenas para manter a inteligibilidade de algumas passagens.

Estou consciente de que o esforço em produzir um texto dialógico, no qual as falas locais apareçam com mais nitidez, resultando em um texto polifônico, não esgota, evidentemente, os problemas políticos da representação e tradução culturais no âmbito da produção de conhecimento antropológico. De qualquer maneira, declaro que estive muitas vezes atenta às vozes que emergiam do campo, de modo a eventualmente infletir o meu trabalho em outras direções que não aquela que eu havia planejado. Segui, assim, as orientações de Weber, quando formula o seu “estar com”, o que, em meu caso, se refletiu também em estar com os sujeitos pesquisados, sem com eles realizar necessariamente uma entrevista, apenas conversando ou me envolvendo em alguma atividade na qual eles estavam envolvidos, na casa e/ou nos eventos.

Além disso, estive com eles em bares, fui e voltei junto de alguns eventos e participei de uma festa na casa de um dos integrantes... Enfim, pequenas coisas cotidianas ou festivas nas quais o envolvimento entre pesquisadora e pesquisados se deu de um modo mais descontraído.

-----

Para buscar apresentar o objetivo desta tese e seus elementos, com base no que foi investigado, analisado e elaborado, entendo que algo que pode ser dito, de forma resumida, como uma afirmação-síntese, é: **a arte e a cultura são instrumentos para a política e a invenção da cidade.**

Deslindando esta afirmativa, a **arte** a que me refiro quando considero o grupo e os contextos em que pesquisei é um conjunto de produtos e demonstrações momentâneas, gerados com base em diversas linguagens artísticas, tais como desenho, escrita (literatura e poesia), vídeo e fotografia e apresentado para um determinado público. Essas práticas englobam tanto a intencionalidade como a espontaneidade do processo de experimentação criativa, tendo como pano de fundo temas que perfazem a vida dos artistas. É uma arte que se desvela como continuidade do dia a dia de pessoas comuns. Já a **cultura** representa tanto um conjunto de significados em elaboração, externalização e distribuição no tecido social, pensados a partir do conceito de “fluxos culturais” que propõe Ulf Hannerz (1992), como apresenta também um conjunto de práticas culturais que inclui formas imagéticas e textuais.

Considerar ambos como **instrumentos** é pensar que são, em seu sentido pragmático, “ferramentas ou meios para atingir um resultado”<sup>11</sup>, no caso, atuar na subjetividade política de seus produtores e receptores – subjetividade esta pensada aqui em diálogo com a “partilha do sensível” (RANCIÈRE, 2009). É dizer também que, mesmo nos casos em que elas são o objetivo final (e não um recurso com finalidades anteriores a si), vivenciá-las desencadeava uma série de efeitos percebidos na cotidianidade do grupo. Além disso, assumir que elas são esses instrumentos significa dizer que estes foram os meios escolhidos pelo grupo pesquisado, na maior parte das vezes – o que não restringe a designação de outros meios em outras situações, tampouco a busca por recursos alternativos por outros coletivos culturais para atingir os mesmos ou outros resultados.

---

<sup>11</sup> Segundo o Dicionário Michaelis *On-line*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/instrumento/>>. Último acesso em: 2 abr. 2019.

A relação que se coloca entre a estética e a **política** traz este último termo para dois âmbitos essenciais. O primeiro diz respeito aos aspectos simbólicos e da ordem dos afetos ligados ao universo político e, por isso, presentes na subjetividade que organiza a experiência. O segundo se relaciona de forma prática ao repertório de arte e cultura utilizado no fazer político cotidiano do Norte Comum e de diversos outros grupos artísticos.

A palavra **invenção** faz referência à ideia de “invenção da cultura”, proposta pelo antropólogo Roy Wagner, mas engloba outras noções correntes na Antropologia contemporânea, tais como “construção” (BARTH, 2000) e a “invenção das tradições” (HOBSBAWM; RANGER, 1984), que de um modo geral dizem respeito a processos em que os atores sociais empenham-se de forma ativa e, em boa parte, consciente na elaboração e reelaboração de aspectos da sua realidade. Além disso, essa gama de termos que se abre com o verbo “inventar” destaca o aspecto dinâmico da cultura, em evidência no trabalho de Hannerz, ideia que norteia toda esta pesquisa e a análise que busquei realizar.

O termo **cidade** está sendo utilizado no sentido que apregoam os estudos urbanos da Antropologia e da Sociologia, que fazem referência à vida na sociedade atual, tanto no aspecto das interações cotidianas, quanto, em níveis mais macroscópicos, como posicionamentos políticos, identitários ou de pertencimento. A cidade que considero não representa uma totalidade, mas, ao contrário disso, é examinada pela ação dos seus cidadãos, como nos apresenta Agier (2001).

De volta ao início da frase que, de certa forma, sintetiza o trabalho, resumo abaixo o que é encontrado em cada um dos capítulos apresentados. No capítulo 1, o Norte Comum é apresentado primeiramente com base nos significados construídos por seus integrantes. Na sequência, examino os termos “coletivo”, “coletividade” e “rede”, tanto em seus aspectos teóricos, como na composição do contexto dos movimentos coletivos que utilizam, desde o século XX, a arte e a cultura como instrumentos para suas reivindicações sociais e políticas. As noções teóricas de arte e cultura consideradas neste trabalho, bem como os sentidos que ambos os termos possuem para meus interlocutores fecham o primeiro capítulo.

No capítulo 2, são apresentadas as etapas do trabalho do Norte Comum e os projetos e questões presentes em cada uma delas, o que abre um amplo feixe de temas presentes no cotidiano relacional do grupo, tais como organização, hierarquia, sustentabilidade financeira, questões raciais e de gênero, assim como suas descobertas, construções, desconstruções e reconstruções ao longo da trajetória. Cada um dos tempos esteve muito fortemente conectado a um local e a um bairro e, com relação às temporalidades, faço uma analogia entre esses ciclos e as fases da lua, denominando-os, por essas duas razões, de “ciclo-espacos”.

No capítulo 3, conhecemos as primeiras iniciativas que deram origem à formação do Norte Comum. Em um primeiro momento, examino o que é considerado uma espécie de documento de fundação do grupo, o “manifesto” publicado em uma rede social, passando pelo rápido – porém marcante – encontro com o “Fora do Eixo”, e finalizando com a adolescência na Tijuca de uma parte dos integrantes, momento em que importantes encontros e acontecimentos ocorreram para pavimentar o caminho do grupo.

No capítulo 4, apresento dois diferentes tipos de cidades: a discursiva/mercantil, identificada no início desta introdução e a que o Norte Comum constrói cotidianamente com seu trabalho. Dentro da segunda, demonstro as ideias e práticas presentes no *pensar cidade* e *fazer cidade* do grupo e de que forma o território de origem e o movimento, através da circulação na cidade, tornam-se centrais para a constituição da sua experiência cidadina. Para concluir, apresento dois projetos relacionados diretamente à cidade que demonstram a “invenção” de cidade do grupo: o “Ágoras Cariocas” e o “Delírios Coletivos”.

No quinto e último capítulo, abordo os conceitos de “políticas de cultura” e “cultura política”, buscando intercruzar o fazer político do grupo – e seus traços marcantes, como o “questionamento à representação” e a “anti-institucionalidade” –, a cultura política brasileira e os ativismos urbanos contemporâneos. Posteriormente, analiso as principais políticas culturais e de juventude colocadas em prática pelos diferentes níveis de governo. Por fim, na última subseção, apresento as principais dificuldades enfrentadas atualmente pelos fazedores de cultura de rua no Rio de Janeiro.

Espero que a leitura seja inspiradora e instigante.



## 1 O QUE É O NORTE COMUM?

Mo·vi·men·to

*substantivo masculino*

1. Ato ou efeito de mover ou de mover-se.
2. Mudança de lugar ou de posição.
3. Evolução.
4. Agitação.
5. Animação.
6. Revolta; sedição.
7. Giro.
8. Marcha (dos corpos celestes).
9. Gesto, ademan.

*Norte Comum*

### 1.1 *O Norte Comum é a possibilidade de encontro*

O título acima foi uma das respostas que ouvi ao perguntar aos meus interlocutores nas entrevistas: “O que é o Norte Comum?” Esta pergunta, aparentemente simples, era um questionamento para o qual eles sempre teciam uma complexidade ao responder. Ao assisti-los em entrevistas à imprensa, em apresentações em eventos sociais e acadêmicos, e mesmo explicando de maneira informal às pessoas novas que chegavam à casa, pude presenciar o esforço que faziam para encontrar uma resposta a essa pergunta, que, de certa maneira, define o grupo.

Neste capítulo inicial, descrevo o que é o Norte Comum (NC), também conhecido e aqui nomeado apenas como “Norte”, a partir dos sentidos<sup>12</sup> elaborados pelos integrantes do grupo e de minhas percepções no trabalho de campo. Posteriormente, discorro sobre os coletivos e seus campos de atuação, através de referências teóricas e históricas e das interconexões que foram estabelecidas ao longo do tempo, para, então, penetrar no universo simbólico onde que se situa o NC. Na sequência, analiso as controvérsias que envolvem as ideias de coletivo e coletividade

---

<sup>12</sup> A partir de Roberto Cardoso de Oliveira (2006), faço a diferenciação entre “sentido” e “significação”. O primeiro termo refere-se ao horizonte semântico dos sujeitos da pesquisa (nomeados de “nativo” por Oliveira) e o segundo designa o universo semântico do antropólogo.

e abordo de forma etnográfica e teórica os conceitos de quase-grupo e rede. Então, explico como a arte e a cultura, conceitos caros às Ciências Sociais e muito presentes nos grupos coletivos contemporâneos, são abordados neste trabalho.

De forma objetiva, conforme mencionado na introdução, o Norte Comum é um grupo de aproximadamente 15 pessoas, homens e mulheres então com idades entre 21 e 42 anos, que desde 2011 atuava organizando atividades de arte e cultura em espaços públicos e privados gratuitos da zona norte do Rio de Janeiro. Seus integrantes eram fotógrafos, *designers*, escritores, *videomakers* e produtores culturais que dominam diversas linguagens artísticas e, além dos eventos, desenvolviam produtos, como livros, cartazes, desenhos, brochuras, pinturas, fotografias e vídeos. Mas, como veremos a seguir, o Norte é muito mais do que isso.

Antes de seguir o texto sobre o que é o Norte, para facilitar a leitura a partir deste ponto, listarei brevemente o nome de cada um dos integrantes do “núcleo” (como veremos a seguir), idade que tinham em 2017, atividade(s) principal(is) e ano aproximado de início na rede. No capítulo 2, realizarei esta apresentação de forma mais detalhada.

- Marcell Carrasco, 28 anos, produtor cultural, 2011.
- Pablo Meijueiro, 28 anos, *designer*, 2011.
- Carlos Meijueiro, 30 anos, produtor/escritor, 2011.
- Roberto Barrucho, 29 anos, produtor, 2011.
- Gabriela Faccioli, 22 anos, produtora/escritora, 2011.
- Felipe Nunes, 29 anos, *designer*, 2011.
- Fernanda Varella, 25 anos, *designer*, 2013.
- João Vítor (, 30 anos, fotógrafo/*videomaker*, 2013.
- Jefferson Vasconcelos, 30 anos, fotógrafo, 2013.
- Alice Nin, 21 anos, fotógrafa, 2013.
- Thiago Diniz, 35 anos, fotógrafo/poeta, 2013.
- Caíque Mello, 29 anos, *videomaker*, 2015.
- Jonas Rosa, 30 anos, *videomaker*, 2016.
- Eduardo Santos, 42 anos, *videomaker*, 2016.
- Liz Tibau, 26 anos, fotógrafa/produtora, 2015.

As descrições sobre o Norte informadas por seus integrantes, que costumavam ser diferentes das definições comunicadas em textos “formais”, como as do currículo, dos projetos para editais ou das páginas de redes sociais, variavam de acordo com o integrante que as expusesse, o contexto social da pergunta e o momento da trajetória do grupo em que a explicação era apresentada. Essa definição estava, portanto, em constante **movimento**. E não

só a definição, como os integrantes, os objetivos e as atividades da rede, conforme veremos ao longo dos próximos capítulos. Este movimento está ilustrado, por exemplo, nas diversas assinaturas gráficas da rede, algumas das quais estão representadas no final deste apartado (Figura 1).

Movimento, portanto, é uma característica central para se pensar um grupo que estava se transformando constantemente em vários dos seus aspectos. Esse potencial para a mudança é notável, se pensarmos nesses grupos como formas sociais que existem no âmbito das cidades grandes, onde a frequência das transformações pessoais quase não pode ser comparada a outras organizações comunitárias. É o que nos dirá o antropólogo Ulf Hannerz, com quem dialogamos em diversos momentos deste trabalho. Esse atributo urbano de transformação constante Hannerz denomina “fluidez da vida urbana” (2015, p. 288).

Para falar sobre o que é o Norte, reúno aqui algumas concepções nativas (categorias êmicas), representadas por palavras e frases, que aprendi com eles nas entrevistas e no trabalho de campo, principalmente no dia em que jogaram o jogo “Sururu” para definirem o texto para a seção “Nós” do *site* – ou seja, quem eles eram, ou melhor, estavam sendo. O jogo nos foi ensinado pelos jovens do projeto “Oi Kabum” que frequentaram a casa durante alguns meses do ano que lá estive, empolgando muitos integrantes, especialmente Carlos, que propôs sua realização para pensar o texto coletivo a ser publicado no *site*.

A dinâmica do jogo consistia em definir um tema que se desejasse debater e subtemas relevantes (no jogo denominados “colunas”) sobre esse assunto. A partir daí, deviam-se criar cartas na forma de adjetivos ou verbos para cada coluna. Como exemplo, poderíamos ter a carta “respeitar”, na coluna “feminismo” em uma edição em que “trabalho coletivo” fosse o tema central. No início do jogo, as cartas eram distribuídas aleatoriamente entre todos e cada jogada correspondia a uma coluna. Os participantes se colocavam em círculo e, quando chegasse sua vez, deveriam construir um argumento relacionado ao tema central com base na sua carta e na coluna da rodada. Ao final da sequência, cada um votava em um dos argumentos apresentados e defendia o porquê da sua escolha. O objetivo era estimular e desenvolver a reflexão e o debate a respeito de qualquer tema. Na primeira vez que jogaram, eu participei e a dinâmica me pareceu um dispositivo interessante para a observação da vida e a construção de argumentos para um debate.

O “Sururu” foi incorporado pelo Norte e teve suas regras modificadas pelo grupo, que o praticou em diversas outras ocasiões. No dia da construção do texto do *site*, a partir de uma tempestade de ideias, foram elaboradas palavras – dessa vez, por acaso, verbos e substantivos – para cada uma das colunas que corresponderiam às principais questões do tema central

“NÓS”. Essas colunas, no entanto, não foram muito respeitadas ao longo do jogo, já que o objetivo daquele dia mais parecia ser permitir que cada um fizesse associações livres com as palavras e questões do coletivo para gerar pensamentos sobre ele do que jogar o jogo à risca. Para que o leitor tenha uma ideia, como exemplo do jogo desse dia, saiu a palavra “afeto”, que gerou a frase de Liz<sup>13</sup>: “É a solução para tudo, no final das contas, para se movimentar”. Uma parte considerável do jogo foi dedicada a um debate sobre o feminismo e a presença do machismo no grupo, assuntos do próximo capítulo.

Enquanto a partida ocorria, Carlos registrava as elaborações de cada um em um arquivo *Word* e as costurava em um texto coletivo. Os argumentos desse dia, surgidos ao longo do “Sururu”, são considerados para análise, neste capítulo e em outras partes do trabalho, ainda que nem sempre o jogo seja mencionado.

A frase que dá nome ao título desta subseção foi dita por Caíque em nossa entrevista. Sem querer, essa ideia me permitiu materializar uma significação que havia sido iniciada meses antes em uma reflexão sobre a possibilidade do uso de determinada categoria de análise para pensar o grupo e que inclusive já havia sido utilizada de forma iniciática por mim em artigos e apresentações de congressos: **o encontro**. A ideia de “encontro” é utilizada aqui para nos ajudar a pensar o Norte Comum, pois é a partir dele que se desenham os caminhos que o grupo percorre a cada dia.

Inspirada pelo excerto *O encontro é uma ferida*<sup>14</sup> da conferência-performance “Secalharidade”, de João Fiadeiro e Fernanda Eugénio (FIADEIRO; EUGÉNIO, 2012), e posteriormente pelo trabalho de Ana Cláudia Cruz da Silva (2004), que aborda de outra maneira esta mesma ideia, percebi como os encontros entre determinados sujeitos e elementos podem se desdobrar em ações e trabalhos coletivos. Segundo Fiadeiro e Eugénio, o encontro se efetiva apenas quando se desenovela, quando o imprevisto do acontecimento é acolhido e nutrido, a

---

<sup>13</sup> É importante mencionar que grande parte do texto desta tese foi enviada aos interlocutores, que foram questionados sobre o fato de terem seus nomes reais divulgados e nenhum deles se opôs.

<sup>14</sup> Parte do texto “O encontro é uma ferida”: “O encontro é uma ferida. Uma ferida que, de uma maneira tão delicada quanto brutal, alarga o possível e o pensável, sinalizando outros mundos e outros modos para se viver juntos, ao mesmo tempo que subtrai passado e futuro com a sua emergência disruptiva. O encontro só é mesmo encontro quando a sua aparição acidental é percebida como oferta, aceite e retribuída. Dessa implicação recíproca emerge um **meio**, um *ambiente mínimo* cuja duração se irá, aos poucos, desenhando, marcando e inscrevendo como paisagem comum. O encontro, então, só se efetua – só termina de emergir e começa a acontecer – se for reparado e consecutivamente contraefetuado – isto é, assistido, manuseado, cuidado, (re)feito a cada vez *in-terminável*. Muitos acidentes que se poderiam tornar encontro não chegam a cumprir o seu potencial, porque, quando despontam, são tão precipitadamente decifrados, anexados àquilo que já sabemos e às respostas que já temos, que a nossa *existência* segue sem abalo na sua cinética infinita: não os notamos como inquietação, como oportunidade para reformular perguntas, como ocasião para refundar modos de operar” (FIADEIRO; EUGENIO, 2012, pp. 65-66).

brecha é explorada e, em lugar da urgência e da certeza, nos despimos das nossas verdades e oferecemos vida ao acidente ao mesmo tempo que, revogando o decreto de cisão entre nós e o outro (sujeito-objeto), tomamos uma “des-cisão”. A “des-cisão”, no caso, aqui, é a de permitir que o encontro se efetive. “Encontrar é ir ‘ter com’. É um ‘entreter’ que envolve desdobrar a estranheza que a súbita aparição do imprevisto nos traz” (FIADEIRO; EUGÊNIO, 2012, p. 68). Não é todo acontecimento que se consuma em um encontro, nos dizem os autores, que desenvolveram em sua pesquisa o conceito de “Secalharidade”. Secalharidade é um estado do viver propício à efetivação desse tipo de encontro que se abre à alteridade e junto ao outro constrói o comum.

Chamamos ‘secalharidade’ a um modo de relação que assenta na substituição do sujeito, do controle e da manipulação, por uma ética do manuseamento suficiente, que transfere para o próprio ato do encontro (e para o acontecimento que daí emerge) a capacidade de fornecer a medida justa, a cada vez, para o nosso posicionamento recíproco. Neste modo de relação, cabe-nos a responsabilidade de gerir (e não de gerar) o nosso plano comum, disponibilizando-nos a uma ‘assistência não expectante’, desarmada do eu e atenta ao outro (FIADEIRO; EUGÊNIO, 2012, p. 62).

O trabalho de Ana Cláudia aborda o encontro como teoria social, para explicar por que ocorre determinado fenômeno e nos ajuda a materializar o que dizem esses pesquisadores, ao mesmo tempo que nos sinaliza autores importantes para pensar o “encontro”. Sua etnografia foi realizada junto aos blocos afro da cidade baiana de Ilhéus e teve o “encontro” como conceito-chave, a partir do qual me aproximo de seu trabalho. O conceito foi desenvolvido primeiramente por Spinoza e posteriormente retomado por Deleuze, inicialmente como uma teoria ontológica.

O que constitui um ser é o encontro com outro ser, que aí também está se constituindo: essa é a ideia central de sua pesquisa. No encontro, todas as partes são afetadas. A ideia de que “tudo o que existe se constitui a partir do encontro, de que cada encontro transforma os corpos, compõe ou decompõe, e até mesmo produz um novo corpo” (SILVA, 2004, p. 24) ilumina diversos aspectos etnográficos desta pesquisa, centralizando minha compreensão nessa composição de uma ação a partir das “conexões” diversas estabelecidas e das “agências” em jogo. É um processo em permanente construção. O “encontro” comporta elementos heterogêneos, é o entrecruzamento de componentes diversos, incluindo práticas, objetos, ideias, signos, espaços, clima, cheiros etc. É no “encontro” que ocorrem as conexões entre os elementos que participam na confecção de alguma coisa, nesse caso, a ação coletiva.

A autora aproxima o conceito da ideia de Guattari de “heterogênese” (GUATTARI, 1992, p. 11), qual seja, uma dinâmica constante de abertura para novas possibilidades de alteridade e do devir outro. Segundo o autor, sobre a subjetividade, “o fato de se formar em

territórios existenciais singulares lhe confere, com efeito, uma potência de heterogênese, quer dizer, de aberturas para processos irreversíveis de diferenciação necessários e singularizantes” (GUATTARI, 1992, p. 69). Com base no conceito, Ana apresenta a existência dos blocos afro a partir de encontros, que são por ela definidos ainda como “agenciamentos de fluxos”, conceito amplamente trabalhado por Deleuze e Guattari, que também diz respeito à composição e decomposição dos seres, que constituíram e seguem constituindo um determinado movimento. De acordo com Guattari, “agenciamento” é uma “noção mais ampla do que aquela de estrutura, sistema, forma, processo etc. Um agenciamento comporta componentes heterogêneos, tanto quanto de ordem biológica, social, maquínica, gnosiológica, imaginária” (GUATTARI apud SILVA, 2004, p. 25).

O encontro, portanto, acontece entre diferentes elementos, e sobretudo entre as pessoas. Foi usando este substantivo – “pessoas” – que Fernanda definiu o grupo: *As pessoas são o Norte Comum. Para mim, o NC é aquele monte de gente, que faz aquele bando de coisa doida que tem por aí, eles fazem tudo.* Fernanda entende que o Norte se define muito pelo que fazem, mas, como isso muda sempre, para ela faz mais sentido falar primeiramente das pessoas. As pessoas, cada uma com sua trajetória, quando se encontram, tecem com suas ideias essa composição que é o Norte. *É a partir da vivência de cada um que a gente conecta esse fazer coletivo (...). Foi através de conversas: vamos fazer uma coisa diferente pra nossa região e pensar tudo o que a gente sabe fazer? A gente gosta de arte, música e cultura,* disse Marcell.

No entanto, ainda que os participantes tenham permanecido os mesmos por alguns anos e isso, para Fernanda, garanta uma certa identidade ao grupo, cada um também mudou internamente ao longo do tempo e, conseqüentemente, transformou todos os processos nos quais estava inserido. Além da ideia de movimento, a “impermanência”, explorada pela filosofia de Deleuze e pela religião, ao menos no caso do Budismo<sup>15</sup>, é percebida aqui como importante para entender a gênese do grupo. Nada (nem ninguém) é permanente ao longo do tempo e para o budismo, nem mesmo quando se retira a noção de tempo, já que as causas e condições que garantem a existência dos processos estão sempre se alterando. Sobre isso, declarou Marcell: *A gente muda muito conforme o tempo, o que eu pensava lá em 2011, com certeza muita coisa não penso hoje.*

Neste ponto, é interessante observar que os integrantes do Norte eram muito abertos ao encontro entre si, mas nem tanto em relação aos desconhecidos. Essa dificuldade ou mesmo

---

<sup>15</sup> Para mais informações sobre a ideia de impermanência no Budismo, ver: <<https://www.monjacoen.com.br/textos/textos-diversos/309-o-conceito-de-impermanencia-no-budismo-e-na-psicanalise>>. Último acesso em: 19 nov. 2018.

falta de interesse se tornou aparente em diversos momentos, como na relação comigo, com a vizinhança do bairro de Benfica e, especialmente, com outros coletivos, o que diferencia o Norte de diversos outros grupos culturais. Ainda que nos anos iniciais essa troca tenha sido intensa, parece ter se reduzido nos últimos anos, com um certo isolamento do grupo. Na opinião de Alice, isso ocorria devido à dificuldade que o grupo possuía de lidar com as diferenças, ou seja, com indivíduos e grupos que não fizessem parte do seu universo ideológico. *Somos drásticos em relação as diferenças. É importante sair, romper, mas é corajoso tentar*, disse ela.

Voltemos ao conjunto de sentidos presente nas definições da rede. Para muitos, ela era considerada um trabalho saudável, a chance de realizar profissionalmente algo de que se gosta, que contempla os desejos pessoais e possibilita autonomia intelectual, material e de ação, o que em muito se diferencia de trabalhar apenas para garantir o recurso necessário à subsistência. Segundo Marcell, que teve outras experiências laborais, o Norte foi a única que lhe ofereceu uma oportunidade de pôr em prática suas ideias e objetivos em relação à vida e à sociedade, sem que ele precisasse fazer algo que contrariasse a forma como deseja viver: *É filosofia de vida mesmo, onde me sinto mais livre pra executar o que eu penso. Tive experiência em TV, empresa, que tem uma filosofia que você precisa seguir. Quando você tem um chefe, isso é a pior coisa do mundo. Tenho pavor de chefe, patrão, coisa mais capitalista mesmo que existe. Ter que seguir aquelas ideias e foda-se, não tem autonomia. Lembro que trabalhava, engordei, fiquei mal de cabeça*, revelou ele.

Estar conectados por ideias em comum e ter a chance de batalhar por elas era o que fazia sentido para os integrantes da rede. Para assegurar a autonomia com algo de que realmente se gosta, muitos deles sabiam que precisavam estar próximos a quem correspondesse aos seus modos de ver e de escolher como vivenciar o mundo. Dedicar-se a um projeto como aquele significava também lutar para não se entregar a uma instituição com valores e metas alheias às suas, como nos ajuda a compreender Gê. *A parada é como uma ideia. É porque tem que entender a parada do trabalho como uma coisa múltipla, porque não é institucional, né? Pelo menos a gente tenta que não seja institucional, tenta que seja o engajamento numa ideia*.

O receio da institucionalização não abarcava somente o medo de trabalhar em algo distante dos objetivos pessoais, mas incluía a apreensão sobre como lidar com as adversidades que a institucionalização traz, como a burocracia, a monetarização, a divisão do trabalho e outras formalidades que veremos no próximo capítulo.

Apesar da rede nunca ter se consolidado como uma possibilidade de sustento para seus integrantes, muitos decidiram, ao menos, tentar sobreviver desse trabalho, em lugar de “perder tempo” de vida realizando projetos com os quais não possuíam afinidade. *Como assim ‘Amanhã*

*eu faço o que acredito’? Aí, o tempo que você consegue dedicar a algo que você gosta é muito pequeno, um décimo do seu tempo, o resto você vai estar ganhando dinheiro e se comprometendo. (...) O tempo vai passar e você vai sempre esperar aquele tempo e não viver o seu tempo... E aí não dá para ficar se frustrando com o que poderia ser,* declarou Jonas.

A dificuldade de garantir ali a subsistência provocava dúvidas quanto à rede ser ou não um trabalho. A dúvida faz sentido se considerarmos as profundas transformações pelas quais o trabalho passou nas últimas décadas. Atualmente, podemos inclusive questionar: o que é um trabalho? A incerteza se estabelece não somente pelas variáveis que o trabalho vem sendo acrescido nas últimas décadas, como a precariedade e a informalidade, mas pelos sentidos sociais negativos adquiridos como algo que pode ser inconveniente, desagradável, desgastante e alienante. Era algo inverso a isso que o grupo tentava construir e, assim, a noção de compromisso por vezes se sobrepunha a de um trabalho nesses termos pejorativos, como bem me exemplificou Fernanda. *Não sei se era um trabalho, mas era um lugar que eu sentia que eu tinha um compromisso de estar lá. Pelo menos algumas vezes por mês, algumas vezes por semana, eu sentia que eu tinha que tá lá fazendo alguma coisa. Preferia estar lá do que num trabalho de escritório, que eu sabia que não ia gostar. Não é um trabalho, mas um lugar que eu tinha que estar porque eu queria.*

O Norte também era um encontro em que cada um podia exercitar seus posicionamentos contra o sistema capitalista, especialmente na sua relação com a cidade, principal tema dos trabalhos do grupo. Eram muitas as críticas aos modelos de trabalho, modos de urbanização e ocupação da cidade, formas de vida e relações interpessoais que o capitalismo nos obriga a vivenciar. Como veremos mais adiante, essa ideologia contrassistêmica era uma característica de muitos coletivos artísticos e culturais que surgiram na década de 1990. De alguma maneira, era um espaço onde se podia praticar cotidianamente a utopia de uma sociedade outra, que, ainda que fosse atravessada todo o tempo por questões próprias do capital, era também resistente a diversos aspectos hegemônicos. O Norte era, para seus integrantes, uma forma de fazer política, como veremos no capítulo 5.

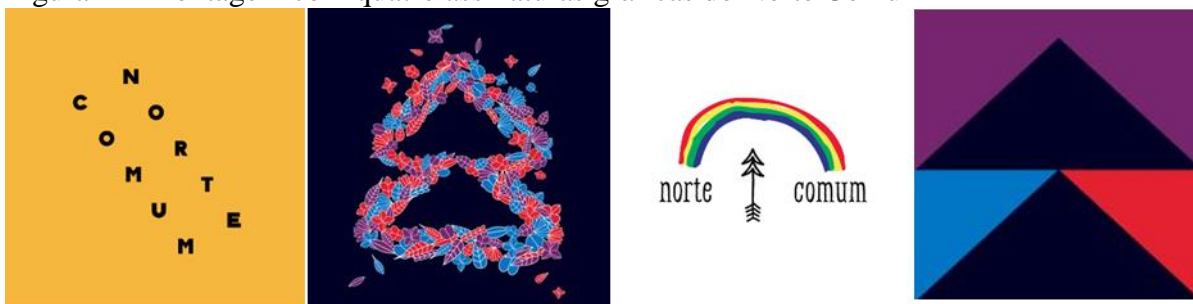
A possibilidade de criação individual e agenciamentos múltiplos era tida como uma grande conquista pelo grupo, pois, ao mesmo tempo que empoderava individualmente cada um, buscava resgatar e estabelecer outros paradigmas de relação, trabalho, subsistência e vivência de afetos. O afeto, sem dúvida, era o que dava solidez às conexões que ali se estabeleciam, como no exemplo acima sobre a fala de Liz. Todos se gostavam bastante e se consideravam muito amigos entre si. Mas havia mais do que a amizade, pois como disse Gê, “só a amizade não garante que se trabalhe junto”. Além da amizade e da proximidade entre os objetivos



profissionais, os encontros entre os participantes eram abertos ao outro, desarmados de si e do conjunto próprio de significados que desvenda e classifica rapidamente o que o outro nos diz. No lugar disso, eles permitiam abrir ainda mais a “ferida” na direção do estado de “Secalharidade”, que nos ensinou Fiadeiro e Eugénio (2012). O afeto, que ‘encontravam no encontro’, colaborava para que todos aprendessem coisas sobre si e se modificassem internamente. *Aqui aprendi a conviver de maneira mais leve. É construção, muito amor*, disse Carlos no jogo. *Somos uma família*, falou Dudu. *Gosto de morrer aqui com vocês. Ser-renascer*, afirmou Jonas. Esse e outros aspectos relacionais do grupo serão aprofundados no próximo capítulo.

O Norte era ainda um lugar onde se podia debater e trabalhar sobre as diferentes coisas que há no mundo, um espaço para o cultivo da multiplicidade dos sujeitos e das criações humanas, diferente da repetição e uniformização temática que pode haver no fazer cotidiano de uma instituição. Ali se vivenciava, dia a dia, o contato com assuntos de diferentes matrizes, como arte, política, cultura, saúde e até psicologia, ao cuidarem dos problemas pessoais uns dos outros e inclusive serem procurados por pessoas de fora para tratar suas questões psíquicas. Neste *laboratório de uma outra existência*, como disse Pablo, as possibilidades de conexão entre assuntos e práticas tão diversificadas construiu também um ambiente de conhecimento e aprendizagem, uma escola em outro formato, que também veremos no capítulo a seguir.

Figura 1 – Montagem com quatro assinaturas gráficas do Norte Comum



Fonte: Facebook NC, 2019.

## 1.2 Coletivo, coletividade e rede

Conforme apontado na introdução, esta pesquisa surgiu em meio ao crescimento de um movimento social que se configurou e potencializou no Brasil a partir da década de 1990, cujos atores são conhecidos de forma genérica como “coletivos”. Trata-se de um tipo de associação de pessoas, em sua maioria jovens, que atuam por meio de uma variedade de instrumentos e práticas para a consecução de diferentes objetivos. As ações realizadas por esses grupos se

situam no entrecruzamento dos campos da arte, cultura e comunicação e são colocadas em ação por meio de diversificadas linguagens artísticas e ferramentas das tecnologias da informação e da comunicação. Em minha pesquisa de campo, pude observar que, entre esses grupos, alguns atuam apenas na cena cultural e outros unem a arte e a cultura ao ativismo político de causas identitárias (sexualidade/etnia/raça/gênero), à comunicação contra-hegemônica e ao “direito à cidade”<sup>16</sup>. Em geral, suas atividades se efetivam em ações coletivas que utilizam instrumentos, como eventos, textos jornalísticos/literários, poesia, vídeo, fotografia, artes plásticas, *design*, música, *performance* e grafite.

Um coletivo é sempre mais do que um. Isso sabemos. Sabemos também que coletivo pode significar muitas coisas. O termo carrega uma extensa gama de significados e pode fazer referência a animais, objetos ou seres humanos. É um substantivo que, mesmo no singular, representa o plural. Como, por exemplo, em ‘matilha’, coletivo de cão; ‘panapaná’, de borboletas; ‘cardume’, de peixes etc. Coletivo pode ser um objeto, um espaço ou um bem utilizado por muitos. Pode ser também sinônimo de ônibus em algumas cidades do país, transporte público que tem a capacidade de carregar várias pessoas. E pode ser ainda uma comunidade, um grupo ou uma ação organizada e colocada em prática por diversas pessoas. O coletivo implica necessariamente o envolvimento de vários corpos.

Polissêmico como o substantivo, os coletivos sobre os quais falarei aqui são diversos em seus objetivos, formatos e ações. É, portanto, um objeto de difícil limitação conceitual dada a heterogeneidade contida em sua atuação. Uma pesquisa realizada na *internet*, em *sites*, *blogs* e artigos de opinião, bem como em trabalhos acadêmicos e matérias jornalísticas sobre o termo coletivo (material que, em parte, veremos aqui) – como designação pública de um tipo de união de pessoas que se dedica a realizar ações conjuntas – traz uma grande variedade de ocorrências. Reunindo essas fontes, pude constatar que a maior parte delas faz referência a um passado recente em que o termo se popularizou através da união de artistas contemporâneos que se engajaram em questões sociais através da arte.

O movimento de arte ativista que se desenvolveu internacionalmente e no Brasil nas últimas décadas do século XX e teve como principais inspirações as vanguardas artísticas europeias (a partir do dadaísmo alemão), o anarquismo, o situacionismo, a contracultura dos

---

<sup>16</sup> Com o sentido político, social e econômico que lhe dá Henri Lefebvre (2001) e posteriormente David Harvey ao sinalizar a estreita relação entre a urbanização contemporânea e o capitalismo, exemplificada no excerto: “A urbanização desempenha um papel particularmente ativo (ao lado de outros fenômenos, como os gastos militares) ao absorver as mercadorias excedentes que os capitalistas não param de produzir em sua busca de mais-valia” (HARVEY, 2014, p. 33). Para o autor, o direito à cidade deve ter como aspecto central a possibilidade da mesma ser construída e reconstruída por aqueles que nela vivem.

anos 1960 e a arte contestatária brasileira dos anos 1960 e 1970 em artistas como Hélio Oiticica, Artur Barrio e Cildo Meireles, serviu como referência para um novo repertório dos movimentos sociais que inspiraram as manifestações contra a globalização capitalista nos anos 1990 e seguem alimentando o ativismo político.

As lutas contra as relações de poder estabelecidas incorporaram ou se fizeram valer, também, de valores simbólicos, culturais e afetivos ao longo da história. Novas formas de cooperação e participação social que tiveram a arte como principal canal de expressão foram colocadas em prática ao longo do século XX. Já não bastava ao artista apenas a “politização da arte”<sup>17</sup>, como nos disse Walter Benjamin (1994), mas a atuação na subjetividade para a invenção de outras formas de emancipação do sujeito, a partir da aliança entre recursos estéticos e movimentos de contestação. Além disso, o ativismo artístico está ligado a um contínuo histórico que se conecta a uma corrente artística com raízes nas vanguardas históricas europeias, que visou a fundir a arte ao cotidiano, dessacralizando-a e tornando-a veículo de mobilização, de atividade e de vida, e não de mera contemplação (HOME, 1999).

Nesse sentido, o movimento da Internacional Situacionista (IS)<sup>18</sup> e suas teses ganham relevância quando se afirma o papel da arte como um processo social e de eficiência nesses termos. Esse movimento de grande importância no campo da arte política trabalhava a partir do desvio de imagens e na propagação de uma ambiência afetiva com o uso de estruturas físicas e aspectos visuais, inclusive arquitetônicos, da cidade, avaliando seus efeitos psicológicos. A arte, assim, deveria provocar a ação no mundo e não estar apenas limitada ao “mundo da arte”, que por sua vez seria

uma economia transnacional integrada às casas de leilão, comerciantes, colecionadores, bienais internacionais e publicações comerciais que, junto de curadores, artistas e críticos, reproduzem o mercado, assim como o discurso que influencia a apreciação e a demanda de obras de arte altamente valiosas (SHOLETTE apud MESQUITA, 2006, p. 12).

---

<sup>17</sup> Faço uma referência a Walter Benjamin no texto *A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica* (1936). Segundo Benjamin, em resposta à “estetização da vida política” pelo fascismo, de uma mobilização dos meios técnicos e das formas produtivas pela guerra, o comunismo deveria responder com a “politização da arte”.

<sup>18</sup> A Internacional Situacionista foi criada em julho de 1957, em Cosio d’Arroscia, na Itália, a partir da fusão de três grupos: a Internacional Letrista, o Movimento Internacional por uma Bauhaus Imaginista e a Associação Psicogeográfica de Londres. Ao longo dos seus 12 anos, teve um total de 70 integrantes, dos quais um dos mais conhecidos foi Guy Debord. Mas, devido às constantes exclusões, poucas vezes teve mais de dez integrantes ao mesmo tempo. Os situacionistas se inspiravam sobretudo na herança teórica deixada por Marx, mas não acreditavam somente no impacto da teoria, e, sim, que a política deveria ser realizada através da ação nas ruas. “Poucas outras coisas são alvos de tanto desprezo por parte deles [situacionistas] quanto acadêmicos e intelectuais ‘contemplativos’ de esquerda, satisfeitos em comentar a realidade quando a tarefa colocada seria a de modificar essa realidade” (BADERNA, 2002, p. 21).

Um dos maiores projetos do movimento foi a criação de um novo ambiente urbano na França, que se manifestava em oposição à arquitetura racional de Le Corbusier. No Brasil, uma pesquisadora que se dedicou a investigar e difundir o movimento situacionista e que, atualmente, segue pensando nos aspectos humanos da cidade em contraste ao avanço dos mecanismos capitalistas urbanos é Paola Berenstein Jacques. Em obra que reúne textos clássicos dos situacionistas, inclusive vários de Debord, Paola nos demonstra como esses artistas, intelectuais e militantes valorizaram “o meio urbano como terreno de ação, de produção de novas formas de intervenção e de luta contra a monotonia, ou ausência de paixão, da vida cotidiana moderna” (JACQUES, 2003, p. 13). Jacques afirma como essas ideias se mantêm atuais nesse momento de crise da ideia de cidade, seja por seu “congelamento – cidade-museu ou patrimonialização desenfreada –, seja por difusão – cidade genérica e urbanização generalizada” (JACQUES, 2003, p. 13). Paola nos demonstrará também como esse movimento lutou contra toda forma de espetacularização da cidade e da vida, defendendo como antídoto a participação da sociedade em todos os âmbitos da vida pública.

Já a contracultura foi um movimento social de caráter libertário que se originou nas camadas médias da população nos anos 1950 e questionava a cultura ocidental e seus valores, assim como aspectos centrais defendidos por sua racionalidade e conservadorismo. Foi propagada especialmente a partir dos Estados Unidos da América, onde teve seus principais expoentes, como a geração *Beat* de escritores e os músicos Bob Dylan, Jimmy Hendrix e Janis Joplin. Era uma juventude das camadas econômicas privilegiadas, com acesso aos meios de cultura dominantes, que criticava por dentro essa mesma cultura e suas instituições. Mais do que um movimento organizado, foi visto como uma predisposição à contestação da cultura ocidental hegemônica. Como nos diz Pereira:

O mesmo termo pode também se referir a alguma coisa mais geral, mais abstrata, um certo espírito, um certo modo de contestação, de enfrentamento diante da ordem vigente, de caráter profundamente radical e bastante estranho às formas mais tradicionais de oposição a esta mesma ordem dominante (1983, p. 20).

Esses dois movimentos influenciaram não só a forma de ver e trabalhar a arte, como a possibilidade de seu uso para a construção de outras formas de luta política que aliassem posicionamentos éticos e estéticos às contestações.

Ao final dos anos 1990, a combinação entre arte e política daria outros tons às manifestações contra o neoliberalismo em todo mundo através do movimento que ficou conhecido como “Dias de Ação Global”, organizado por uma aliança entre diferentes tipos de lutas mundiais. Nessas manifestações, a presença da criatividade na arte, música e

*performances* feitas pelos manifestantes ocupou o lugar do repertório de ação de protestos de rua utilizado até então, como carro de som, microfone e discursos de líderes de partido. Como exemplo desse tipo de manifestação, temos ainda as ações do “*Reclaim the streets*” em Londres, movimento de cunho anárquico e ecológico que organizava festas na rua e fazia jardinagem em áreas urbanas não utilizadas, e das manifestações de Seattle e Gênova (as primeiras contra o encontro da Organização Mundial do Comércio, também conhecidas como N-30, e as segundas contrárias ao encontro do G8) em oposição ao capitalismo global.

De acordo com André Mesquita em sua dissertação sobre arte ativista e ação coletiva, essa arte não significa apenas uma arte política, mas “um compromisso de engajamento direto com as forças de uma produção não mediada pelos mecanismos oficiais de representação” (MESQUITA, 2008, p. 15). Essa não mediação compreende a construção de circuitos coletivos de troca e de compartilhamento abertos à participação social e que, inevitavelmente, entraram em confronto com os diferentes vetores das forças repressivas do capitalismo global e de seu sistema complexo de relações entre governos e corporações; reorganização espacial das grandes cidades; monopólio da mídia e das instituições culturais, educacionais e de entretenimento por grupos mercantis. Mesquita demonstra como a filosofia *punk*, cujo lema era “Faça você mesmo”, influenciou artistas e cidadãos de todo o mundo a eliminarem a distância entre seu trabalho e o público, criando circuitos alternativos para eles.

Todos os elementos citados até aqui faziam parte do universo simbólico do Norte Comum. Nada me foi dito diretamente ou encontrei registrado em seus escritos ou imagens (pelo menos, não os pude identificar), mas havia, entre eles, simpatia por esses movimentos e semelhanças entre suas ações. Essas vertentes estavam presentes, por exemplo, nos livros sobre alguns desses assuntos que encontrei na estante da casa; no comentário rápido de Pablo sobre Allen Ginsberg, um dos poetas da geração *Beat*; na posição anticapitalista dos integrantes; na leitura e menção de autores contemporâneos que se baseiam nessas referências por Carlos, como a própria Paola; na aproximação entre as ideias do grupo e a forma de ver a cidade dos situacionistas, ou ainda na relação que mantinham com o Centro Cultural Hélio Oiticica e sua obra (conexão sobre a qual discorro no capítulo 5). Assim, encontrei ali alguns indícios materiais sobre essas correntes de pensamento, mas tal como a contracultura, foram predominantemente algo mais abstrato, como uma disposição, um espírito, uma admiração.

Os movimentos estéticos aliados aos movimentos de contestação cresceram no Brasil a partir dos anos 1990 e passaram a ser observados mais atentamente na primeira década do século XXI, chamando a atenção de jornalistas (MONACHESI, 2003; MATIAS, 2003; RODRIGUES, 2015) e pesquisadores (ROSAS, 2005; CABRAL, 2007; MAZETTI, 2008,

2010; MESQUITA, 2008; D'ANDREA, 2013; CORDEIRO, 2016). Assim, tomaremos como ponto de partida para a compreensão do fenômeno atual dos coletivos, as práticas estéticas e discursivas da arte em interseção com o ativismo político contemporâneo. Ativismo é entendido aqui como a colocação em prática de ações para se modificar aspectos sociais e econômicos da realidade na qual se está inserido.

Em março de 2003, uma matéria de Juliana Monachesi, publicada no caderno +Mais da Folha de São Paulo, anunciava a “explosão do a(r)tivismo”. De acordo com a reportagem, crescia o número de coletivos em diversas partes do país que reuniam influência dos situacionistas franceses e um *revival* da arte contestatória brasileira dos anos de 1960 e 1970. A intenção dos grupos seria chamar a atenção para paisagens esquecidas da cidade através de ações diretas de encontro e embate com o público e o espaço. Com perfis “políticos e anti-institucionais”, criticavam a ideia de arte mantida por instituições e possuíam a intenção de “atacar a máquina da globalização neoliberal, contra o desmanche das instituições culturais e contra o canibalismo da produção artística pelo sistema comercial” (MONACHESI, 2003, *online*). Na reportagem, Monachesi cita espaços como o Rés do chão no Rio de Janeiro e o Centro de ContraCultura em São Paulo e coletivos como o Entorno de Brasília e o Atrocidades Maravilhosas, também no Rio, que organizaram diversas ações artísticas-políticas no início dos anos 2000.

Pode-se dizer que o que parecia inicialmente o retorno de um movimento artístico com inspirações anarquista e situacionista vem mostrando ser um fenômeno de maiores proporções. O termo “coletivo” atualmente está ligado a uma forma de associação de jovens urbanos, de variadas classes sociais, caracterizados pela hierarquia não rígida, uma certa efemeridade e uma ampla diversidade de ações. Os coletivos atuantes na cidade dedicam-se a uma infinidade de práticas, como disse anteriormente. Alguns definem o espaço público como local de suas atividades; outros, além de realizarem ações nesse espaço, provocam nele intervenções urbanas; muitos têm como objetivo através da arte problematizar a privatização do espaço público e outros se dedicam à arte e ao entretenimento sem necessariamente problematizar questões públicas. Há ainda os que trabalham com mídia alternativa, *performances* teatrais na rua, organização de festas, distribuição de conteúdo grátis na *web*, oficinas de mídias digitais e atividades a partir de filmagens locais – o videoativismo (MAZETTI, 2010).

Para Cabral (2006), os artistas de coletivos brasileiros estão mais voltados para questões específicas das cidades em que atuam, como os grupos que acionam questões sobre o

território<sup>19</sup>, agindo diretamente sobre ele ou tendo-o como tema principal de seus projetos e propostas de discussão sobre a cidade. Uma dimensão importante que dialoga com essa análise de Cabral é o crescimento significativo da presença de coletivos artísticos em bairros pobres e periféricos, que buscam ressignificar esses lugares para a sociedade e seus moradores. Tiarajú D’Andrea (2013) nos mostra em sua tese como o trabalho desses grupos e a atuação de músicos, como os Racionais MC’s, construíram o “orgulho periférico” dos moradores da periferia de São Paulo, alargando o sentido dessa localidade, antes vinculada a uma imagem de pobreza e violência e que agora se aproxima a um binômio de cultura e potência. D’Andrea discorre sobre o alcance político desse trabalho artístico nos anos 1990, em um contexto de crescimento dos elementos de neoliberalismo e violência nessas áreas.

Não há um mapeamento preciso de coletivos na cidade do Rio de Janeiro e, por essa razão, não se sabe qual a exata quantidade de grupos existentes e a que se dedicam. Uma possibilidade é que essa falta de informações se deve, em parte, à efemeridade e nomadismo desses grupos, como veremos. Ao buscar informações na *internet*, no entanto, é possível ter alguns indícios. O mapa de cultura<sup>20</sup> do Estado do Rio, organizado pela Secretaria de Estado de Cultura, que declara reunir as principais manifestações culturais dos municípios, surpreendentemente, não inclui os coletivos em sua cartografia ou em suas seções fixas, mas uma busca pela palavra “coletivo” em sua página *web* indica 223 ocorrências no estado. Essas aparições se encontram na sessão “Destaques” do *site*, onde artigos e reportagens especiais abordam a ação de diversos coletivos, entre eles o Norte Comum.

Um mapeamento de saraus – forma muito frequente de atuação dos coletivos – realizado pelo coletivo “Mufa Produções”, conforme apontado na Introdução, identificou 133 saraus no Rio de Janeiro, dos quais 28 são realizados na zona norte, região da cidade que abriga o maior número. Do total de saraus, 100 surgiram após as “Jornadas de Junho”.

Em comum, os coletivos possuem a utilização de ferramentas ligadas às artes e à comunicação, conforme mencionado anteriormente. No entanto, sintetizar o fenômeno dos coletivos como uma prática artística/comunicacional, restringir a atuação de um grupo a um

---

<sup>19</sup> Território é uma categoria nativa central para pensar o trabalho do Norte Comum e de outros coletivos. Ele foi citado diversas vezes no documento de fundação do grupo (que veremos no capítulo 3), verbalmente pelos integrantes e em suas produções textuais. O conceito, oriundo do campo da Geografia, ganhou destaque nas ações sociais que buscam valorizar uma determinada localidade, como um bairro ou um conjunto deles, como no caso da zona norte. Um debate sobre esse conceito e suas diferentes abordagens, principalmente a relação que possui com as concepções de identidade e pertencimento e a relevância que adquiriu nas políticas sociais e de cultura do Rio de Janeiro, é feito, respectivamente, nos capítulos 4 e 5 desta tese.

<sup>20</sup> O mapa de cultura do Estado é um projeto realizado pela Secretaria de Estado de Cultura, que tem como objetivo mapear e divulgar as principais manifestações culturais dos municípios do Rio de Janeiro. Para mais informações, acesse: <<http://mapadecultura.rj.gov.br/>>. Último acesso em: 15 mar. 2018.

tipo de atividade ou à militância política é problemático. Muitos desenvolvem várias das atividades mencionadas anteriormente ou podem passar a fazê-lo a qualquer momento, devido à abertura que possuem para desenvolver propostas ampliadas de atuação, que dependem do contexto social e do desejo de seus integrantes. Sua forma de organização é rizomática<sup>21</sup> (DELEUZE; GUATTARI, 1995) no sentido da conexão e, muitas vezes, nômade, variando tanto do local de atuação como do lugar de trabalho (sede). Eles podem, inclusive, se organizar para um determinado *projeto* e depois se desfazerem e refazerem com outros integrantes para outro projeto ou seguirem juntos, por anos, reinventando-se em novos projetos, atividades e expressões (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009), como veremos no próximo capítulo.

Frente à “explosão” do coletivismo artístico de cunho político alardeada pela imprensa no início dos anos 2000, houve aqueles que analisaram criticamente essa repentina descoberta dos coletivos pelos meios de comunicação de massa. Para Rosas (ROSAS, s/d), a “onda” dos coletivos criada pela mídia refletiu indícios de cooptação dessas manifestações pelo mercado. Em minhas incursões no campo, em eventos públicos de coletivos e reuniões de produtores culturais, percebi que também havia no Rio de Janeiro certo estranhamento e incômodo de algumas pessoas em relação a essa súbita difusão. Elas criticavam o *boom* dos coletivos na última década, referindo-se não apenas à exploração do termo pela imprensa (e sua consequente alteração de sentido), mas pela prefeitura da cidade, que *os apropriava para vender uma ideia de cidade* – uma cidade democrática, com eventos gratuitos por toda parte – sem apoiá-los financeiramente para cumprir tal papel, e pelas empresas privadas, que patrocinavam eventos para divulgar sua marca e chegaram inclusive a criar seus próprios coletivos, como é o caso do “Coletivo Jovem” da Coca-Cola. Por esta razão, apesar de muitos grupos possuírem características da associação em coletivo, preferiam não ser chamados pelo termo.

O Norte Comum, além de não se identificar com os usos citados acima, desconfiava da exploração de um tipo de organização (coletiva) que para eles *não é nova*. Carlos suspeitava que o vocábulo foi reinventado no século XXI pelo coletivo Fora do Eixo, conforme veremos no capítulo 3, e ganhou força com a política dos Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura,

---

<sup>21</sup> O conceito de rizoma é um dos platôs principais da filosofia desenvolvida por Deleuze e Guattari, que se utilizam do termo proveniente da Biologia (um tipo de caule que cresce horizontalmente e pode ter raízes aéreas) para contrapô-lo à ideia de árvore, com raiz fixa e uma única referência (tronco) de onde saem os galhos. Nesse sentido, segundo os autores, o rizoma “tem formas muito diversas, desde sua extensão superficial ramificada em todos os sentidos até suas concreções em bulbos e tubérculos” (1995, p. 14). O conceito possui uma série de “princípios” e o que se pretende, inicialmente, é relacionar o princípio da “conexão” do rizoma ao funcionamento dos coletivos. Tal princípio define que “qualquer ponto de um rizoma pode ser conectado a qualquer outro e deve sê-lo. É muito diferente da árvore ou da raiz que fixam um ponto, uma ordem” (1995, p. 14).



que valorizava esse tipo de organização social. *Nem a gente mais se chama coletivo. O que é coletivo? Hoje até a Coca-Cola tem coletivo*, criticou Marcell. Carlos concordou com a problemática referente ao termo e disse que prefere não o usar devido ao desgaste que atingiu com sua conseqüente perda de sentido. Para ele, esse sentido se corrompeu não apenas pela apropriação que mencionei antes, mas sobretudo pela perda das características essenciais mais importantes do movimento, tornando o vocábulo tão e somente uma nomenclatura para ter acesso a verbas disponibilizadas por políticas públicas (e privadas, já que atualmente elas são geridas por grandes multinacionais, como veremos) de cultura, que em grande medida passaram a se dirigir diretamente aos coletivos. Dessa forma, o que restou das propostas iniciais dos coletivos foi apenas a sinalização de que se trataria de algo feito em grupo.

Se os sujeitos passaram a se organizar dessa maneira por uma necessidade colocada pelo neoliberalismo, não é difícil concluir que eles continuam respondendo a esse sistema, em lugar de questionar e buscar modificá-lo. Essa associação vem funcionando, portanto, como um trabalho em função do sistema e não uma construção social antissistêmica, que gere novas oportunidades de trabalho, comunicações, possibilidades de discutir a política e a *polícia*, lembrou Carlos, referindo-se a uma instituição central para se pensar a dinâmica excludente do Rio de Janeiro atual. Ao contrário disso, é obrigada a terceirizar e precarizar ainda mais o trabalho na área de cultura, obedecer a políticas culturais excludentes, além de seguir valorizando o desenvolvimento de produtos para o consumo, no lugar de fomentar novos modelos de construção do conhecimento. O alinhamento com o sistema capitalista se dá ainda através da competição, que é imposta entre esses grupos na medida em que precisam disputar os limitados incentivos destinados à cultura. *Tá sendo uma coisa pro produto, pro mercado. Coletivo é a nova ONG, daqui a pouco terá um registro formal. É a nova forma da organização civil do século XXI*, afirmou ele.

Seguindo na crítica aos coletivos, Carlos lançou a seguinte conclusão em nossa conversa: *A gente hoje tem mais coletivo do que coletividade*. Com isso, quis dizer que os coletivos estão permeados de valores do capitalismo, como *senso de competitividade*, vaidades que incluem brigas por satisfazer o ego individual e falsidades, como *a mentira de dizer que está participando sem estar*. Isso apontaria para uma prática frágil de coletividade, que, para ele, na verdade deve significar, entre outras coisas, *saber gostar e escutar o que quem tá do teu lado faz*. Para Gê, a coletividade vai além de trabalhar junto e deve operar na construção de uma ideia com a qual o trabalho de todos precisa dialogar, o que nem sempre acontecia no Norte. Carlos reconheceu que um coletivo ainda pode ser o melhor para se trabalhar nos dias de hoje, mas assumiu que eles estão permeados de situações de abuso (principalmente para as

mulheres), exploração, hierarquia e omissão de vozes, questões presentes inclusive no Norte Comum. Esses e outros desafios do trabalho coletivo serão examinados com atenção no próximo capítulo.

Apesar dessa série de problemas, o grupo recorre à palavra “coletivo” para ser mais bem compreendido em alguns círculos, uma vez que o vocábulo possui uma historicidade construída nas últimas décadas. *Ninguém mais gosta desse nome de coletivo, usa porque as pessoas entendem rápido*, disse Gabi. Pessoalmente, preferem se definir e serem reconhecidos como uma *rede*. Na maior parte das ocasiões em que estive presente, o Norte Comum se definiu como sendo “uma rede de articulação, cujo objetivo é restabelecer meios de circulação e expressão cultural entre os bairros da região, onde diversos artistas propõem uma inversão de rota aos moradores que se deslocam para o centro e para a zona sul em busca de diversão e arte. Um ponto de encontro entre teoria e prática, um espaço de escuta e prática permeado por fazeres”. Esse pequeno texto foi retirado de uma plaquinha que exibiam na *mesa gráfica* – uma mesa grande que montavam com cartazes, fotos, desenhos, brochuras e livros e expunham em eventos de *design*. Já no currículo que utilizavam para enviar a diferentes públicos e me foi encaminhado por eles, se identificavam como “coletivo”. Como disse, essas designações podiam ser alteradas conforme o público destinatário. Pela preferência que expressaram e para fins de maior compreensão, opto por utilizar a categoria “coletivo” para o fenômeno dos coletivos em geral e “rede” para o grupo escolhido.

Presumo que a escolha por “rede” se deu pela abrangência do termo, que possui amplitude para incluir os diferentes atores que se conectavam ao grupo, e a mobilidade à qual a palavra nos remete. “Rede” é um conceito que vem sendo largamente empregado para analisar as formas de socialização e fluxos de informações na sociedade globalizada e sobre o qual há uma ampla produção teórica nas Ciências Sociais. Na Antropologia, uma das análises precursoras é a de J. A. Barnes (2010), que pela primeira vez refletiu sobre uma possibilidade de relações sociais coletivas diferente das composições egoicas (aglutinadas ao redor de um ego) feitas por outros cientistas, deslocando-a para a ideia de uma união de indivíduos que passam a se articular a partir de interações. Barnes trabalha com a ideia de “rede social total”, ao considerar que tal formação não existe propriamente, mas seria uma abstração de primeira grandeza da sociedade e conteria o máximo de informação possível sobre a comunidade à qual corresponde. A rede definida pelo autor é composta por relações de grandezas distintas e, apesar disso, todos os indivíduos que fazem parte de sua composição podem entrar em contato. Assim, ainda que um determinado ego (que ele chamará de estrela) não tenha uma relação direta com outro, poderá acessá-lo através de algum outro que esteja diretamente a ele relacionado.

O esforço de Barnes se concentrou em aprimorar um conceito que pudesse ser utilizado como uma ferramenta metodológica analítica, diferente do que havia proposto Radcliffe-Brown (1952), citado por Mayer, anteriormente a partir da ideia da rede que representaria uma forma simbólica da estrutura social. A partir da proposta de Barnes, Mayer (2010) diferencia a ideia de rede da de “quase-grupo”. Quase-grupo seria um conjunto de conexões circunstancial que faria parte de um “conjunto-de-ações” específico e temporário. Para Mayer, os quase-grupos possuem características das redes (como o fato de serem abertos), mas ainda estão organizados em torno de um ego, ou seja, “sua existência depende de um indivíduo como foco organizador central” (MAYER, 2010, p. 140).

Em artigo que reúne essas e outras referências de autores que formularam teorias sobre o conceito de rede e as utilizaram em suas pesquisas, Ana Enne (2004) aponta que Mitchell e Epstein sinalizaram outras características importantes das redes. Mitchell indica que existem dois tipos de redes: um que envolve bens e serviços e outro que engloba a troca de informações, configurando um processo de comunicação. Considerando que os bens podem ser materiais ou simbólicos, importa-nos chamar a atenção para as trocas que são feitas entre os indivíduos, especialmente para o que nos dirá Epstein quando afirma que tais trocas são fundamentais para a configuração de “*status*” e “prestígio” para os membros da rede. Enne, ao ter em conta essas ponderações e outras que incluem concepções de Hannerz e Barth sobre fluxos culturais e fronteiras, autores com os quais dialogaremos no próximo ponto, define bem a ideia de rede que teremos aqui como orientação:

Trata-se de um tipo de configuração social que não pode ser considerado um grupo ou agrupamento, por seu caráter fluido e pela ausência de uma unidade entre os membros, pois estes não estão necessariamente todos em contato uns com os outros, de forma direta, em prol de um objetivo comum, como no caso de um grupo; as relações se dão através de *links* entre os agentes, de forma interpessoal, marcados por um fluxo de informações, bens e serviços, que irão resultar em processos de interação cujas fronteiras não são estáticas, mas se encontram em permanente construção e desconstrução (ENNE, 2004, p. 270).

Essas reflexões nos interessam uma vez que os membros do Norte Comum não estavam organizados ao redor de um único ego. É verdade que havia pessoas que gozavam de prestígio e liderança, conquistadas em grande medida nessas interações, conforme veremos no capítulo seguinte, mas elas existiam no plural e não no singular. Além disso, seus participantes tampouco se aglutinavam ao redor somente dessas pessoas, havendo integrantes que se aproximaram do grupo e possuíam relações mais densas com outros indivíduos que não elas. Outra questão importante que dialoga com os autores que vimos até aqui é a grande mobilidade dos integrantes

do grupo, que não se encaixa nas definições de grupo ou quase-grupo mencionadas anteriormente.

Recentemente, o destacado teórico da “sociedade em rede”, Manuel Castells, lançou uma obra sobre os movimentos sociais da segunda década do século XXI. No livro *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*, publicado no ano de 2017, o autor analisa os levantes que começaram na Tunísia e tomaram conta de diversos países árabes, chegando à Europa, aos EUA e à América Latina. Castells reconhece que em geral os movimentos sociais se originam da concomitância da degradação das condições de vida junto à crise de legitimidade dos governantes responsáveis por gerir os assuntos públicos, o que estimula o desejo dos indivíduos de tomarem a vida em suas próprias mãos. Esse desejo é nutrido pela raiva, ao mesmo tempo que é refreado pelo medo. Para o autor, esse medo é desbloqueado à medida que os sentimentos de raiva e insatisfação são partilhados e encontram identificação em outros indivíduos em um processo de “ação comunicativa” (CASTELLS, 2017, p. 190) possibilitada pelo avanço das ferramentas em rede da *internet*. Essa comunicação gera entusiasmo e coragem e origina um “ator coletivo consciente”. O sociólogo que pensa as sociedades contemporâneas como sociedades em rede, em que as trocas podem ser realizadas por *links* entre os agentes em uma velocidade jamais vista anteriormente, flexibilizando limites físicos e temporais antes rígidos, sinaliza diversos pontos positivos trazidos pela rede mundial de comunicação.

Ao considerar que a mesma é composta por “espaços de autonomia, muito além do controle de governos e empresas” (CASTELLS, 2017, p. 17-18), Castells não parece se preocupar com a regulação, controle e vigilância da *internet* pelos organismos de repressão do Estado, que inclusive no Brasil identificaram e possibilitaram a prisão de muitos militantes nas Jornadas de 2013, e que seguem facilitando a perseguição a ativistas políticos. No entanto, a pesquisa que realizou entre os movimentos dos diferentes países é ampla e, através dela, o autor identificou várias características das manifestações políticas deste novo século importantes para nossa análise.

Como dito anteriormente em nota, os coletivos sobre os quais disserto não possuem uma relação direta com os levantes de 2013 no Brasil, uma das manifestações analisadas pelo autor, tendo inclusive surgido em anos anteriores. Porém, muitos deles, como o NC, sentiram seus trabalhos potencializados e profundamente transformados pelos eventos ocorridos naquele ano. Por essa razão, me parece relevante correlacionar os atributos estabelecidos por Castells (2017, p. 192-198), elencados abaixo, ao trabalho do Norte.

Primeiramente, o autor nos diz que esses movimentos “são conectados em rede por múltiplas formas” (2017, p. 192). Para além da essencialidade da *internet* e dos aparelhos celulares, chama a atenção a presença das redes múltiplas que atravessam o trabalho das redes, que se formam e perduram dentro do movimento e/ou fora dele. Isso inclui, entre outras, trocas com outras redes (nacionais e internacionais), mídia, *digital influencers*, acadêmicos e sociedade em geral. Talvez, mais importante ainda para nós seja a aproximação que ele faz entre redes *on-line* e *off-line*, que se reflete na conjugação entre o espaço urbano, base desses movimentos, e a *internet*, plataforma de continuidade das suas ações. Castells nomeia esse híbrido de espaço urbano e virtual como um “espaço de autonomia”, que, entre outras particularidades, desafia a “ordem institucional disciplinar” (2017, p. 193), trazendo-nos novamente a dimensão contraditória da autonomia de uma rede cada vez mais mapeada e controlada pelos Estados e pelo mercado corporativo.

Em segundo lugar, Castells define essas redes como “movimentos simultaneamente globais e locais” que começam em contextos específicos por razões próprias, mas que aprendem e se alimentam de ações realizadas em todo o mundo. Expressam, assim, uma consciência da interligação e interesalaridade entre as questões locais e as causas e consequências globais, permitindo muitas vezes a determinação de soluções similares para seus problemas. A ocupação e a propagação dos grupos na *internet* cria as bases para a terceira e a quarta características que nos aponta Castells, a saber: sua “viralidade”, uma vez que desencadeia a vontade e a esperança de mudança em diferentes pontos do planeta, podendo levar à ação nesses lugares, e a “passagem da indignação à esperança”, que se dá através de deliberações ocorridas nesse espaço virtual. Sobre esta última, o autor sinaliza como as práticas desses movimentos se esforçam no sentido de “estabelecer os alicerces de uma futura democracia de verdade, praticando-a no movimento” ao promoverem o companheirismo, que supera o medo e fortalece a esperança.

Como continuidade do quarto ponto, Castells traz uma quinta característica dos movimentos contemporâneos: “a horizontalidade das redes [que] favorece a cooperação e a solidariedade, ao mesmo tempo que reduz a necessidade de liderança formal”. Ao buscar praticar os antídotos contra a disseminação de valores que eles mesmos procuram combater, esses movimentos nutririam a horizontalidade, perseguindo a maior participação possível de seus membros nas decisões, que não devem ser tomadas por uma pessoa ou um grupo pequeno de pessoas.

Como sexto ponto, o sociólogo traz a interessante característica de “autoreflexividade” desses grupos, que se questionam permanentemente não só como grupo, mas como indivíduos

que buscam rever a todo tempo suas atitudes e ações com vistas a não incorrer em mecanismos que eles próprios querem mudar na sociedade, como o autoritarismo e o exercício individual de poder, bem como que tipo de sociedade desejam. Para Carlos Meijueiro, as redes vão além de si mesmas e atuam na subjetividade dos atingidos por suas ações. *A formação de rede é a formação de um público consciente*, disse ele.

Por fim, temos a dificuldade do estabelecimento de objetivos por parte desses movimentos, que “raramente são programáticos”. A infinidade de demandas e motivações presentes nas redes, assim como a busca constante da horizontalidade dificultam a definição e o seguimento de um programa de objetivos. Para Castells, essa seria uma força e uma fraqueza dos grupos, que ao mesmo tempo que atraem as pessoas (e favorecem a aceitação das insurgências e contingências), dificultam a colocação em prática de ações e a conquista de realizações.

Considerando os autores aqui apresentados, podemos concluir que nas sociedades complexas as redes podem se apresentar de diferentes formas. Como um sistema de interações em um escopo social, um composto de trocas de bens materiais em uma dimensão econômica (ainda que não tenhamos considerado aqui o aumento da velocidade e ramificação dos transportes) e, no sentido fundamental para a compreensão deste trabalho, como um processo de trocas de bens simbólicos, informações e ideias. Nos próximos capítulos, ao examinar de perto o trabalho do Norte, encontramos todos os aspectos de “rede” levantados por Castells, que, naturalmente, variam de acordo com as particularidades do grupo. Uma delas me foi dita diretamente por Carlos.

Tendo em vista o modo como as tecnologias de informação e comunicação, como a *internet*, incrementaram e transformaram, em forma e conteúdo, a ação dos movimentos em rede, gostaria de destacar essa fala de Carlos, que ressalta, em contraponto à importância da “rede *off-line*”, o contato pessoal e retorna ao início desse apartado quando apresentei a ideia de encontro. Para ele, a importância do trabalho do Norte está, entre outras questões, no encontro presencial que proporcionou: *O Norte Comum é pré smartphone, fez a galera ir pra bar, pegar os elementos da primeira década. [Hoje] sentar em mesa, acabou essa porra. A galera se conheceu legal, rolou encontro.*

Por fim, para terminar este apartado teórico sobre redes, gostaria de trazer mais um debate que contribuiu à minha análise da rede Norte Comum. Trata-se da proposta do conceito de “rede” feita por Bruno Latour, seguida da crítica a tal teoria apresentada pelo antropólogo Tim Ingold. De acordo com Latour, o atributo definidor da rede é a “conexão” entre os humanos e não humanos, proposta que me parecia ecoar os “agenciamentos” e um dos platôs do “rizoma”

(conexão, como vimos) de Deleuze e Guattari. Para o autor, os objetos também agem (terceira fonte de incerteza de sua teoria da produção científica) e o ator é um ente que se constitui em ação (LATOUR, 2012). O reconhecimento dessa mutabilidade permanente, no entanto, não pareceu suficiente a Ingold.

Segundo este autor, é preciso atentar para a importância em não reificar a ideia de rede quando, ao pensá-la, se tem em consideração a noção metafísica amplamente estabelecida entre sujeito e objeto, metafísica que, para ele, segue presente nas proposições de Latour. No lugar de objeto, Ingold propõe a ideia de “coisa”: fluida, porosa e penetrável pelas linhas de força disponíveis em determinada situação. “Não mais um objeto autocontido, a coisa aparece agora como uma teia ramificante de linhas de crescimento”, dirá ele (INGOLD, 2012, p. 41). Dessa forma, pretende ressaltar as inúmeras possibilidades de sentidos e direções que abarcam sujeitos e coisas no tecer de uma determinada rede, observando o fato de que a “coisa” está imersa em processos vitais que podem ser alterados pela agência das mãos humanas. Dando sequência, Ingold destaca que a teoria de Latour não tem suas raízes em uma reflexão sobre o ambiente, mas, sim, na descrição de interações entre pessoas (como nas ciências exatas de cientistas e engenheiros) e os objetos que elas lidam (como se estivessem todos em um laboratório).

Com base na filosofia de Heidegger e Deleuze, Ingold propõe uma diferenciação entre “rede” e “malha”, centrando seu argumento na ideia de fluxos que traçam caminhos nos quais a criatividade segue “para frente”, no lugar dos objetos acabados que carregam em si a noção de fim, de “morte”, como diz ele, citando o pintor Paul Klee. Ingold defende, assim, o conceito alternativo de “malha”, que pega emprestado da filosofia de Henri Lefebvre, apregoando que os caminhos e trajetórias de nossa capacidade inventiva, “improvisativa” como diz, não geram “conexões”, tampouco possuem a capacidade de descrever relações entre uma coisa e outra. Segundo ele, as ligações geradas por nossa competência de criação seriam melhor explicadas como

[...] linhas ao longo das quais as coisas são continuamente formadas. Portanto, quando eu falo de um emaranhado de coisas, é num sentido preciso e literal: não uma rede de conexões, mas uma malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento (INGOLD, 2012, p. 27).

Ainda que tenha considerado a crítica de Ingold importante, a teoria de Latour seguiu parecendo-me questionar a dimensão estática do social e me foi útil especialmente enquanto proposta metodológica para analisar uma rede. Ao partir de uma metodologia etnográfica de trabalho, encontrei correspondência em parte da sua teoria enquanto possível método de pesquisa. De acordo com o autor, é preciso “seguir os próprios atores” (LATOUR, 2012, p. 31) para buscar compreender o tipo de existência coletiva que os mesmos elaboram. Latour defende

uma “sociologia das associações” (LATOURE, 2012, p. 27) em lugar da sociologia tradicional, pois entende que o que chamamos de “sociedade”, em realidade, é um “conjunto de associações”. Para ele, acrescentar o termo “social” às dimensões da vida as torna estáticas. Para tanto, entre outras proposições, evoca a “Teoria do Ator-Rede”, conhecida internacionalmente como ANT (*Actor-Network Theory*). O ator-rede é um termo que, resumidamente, sintetiza dois conceitos – “ator” e “rede”, em que a intenção principal é proporcionar análises que considerem, ao mesmo tempo, o “ator e a rede à qual está incrustado” (LATOURE, 2012, p. 245). O ator, portanto, deve ser analisado de acordo com o papel que desempenha na rede e, por essa razão, segundo sua teoria, não se deve generalizar as características de uma rede, mas, sim, analisá-la em sua singularidade, assim como a dos atores que a compõem – proposta que irei perseguir ao longo deste trabalho.

### 1.3 A arte e a cultura na pesquisa

Já não é a Arte (com A maiúsculo),  
o que deveria contar como a substância aqui,  
não é o estético como fim, mas sobretudo como meio.  
Daí igualmente uma renúncia, cada vez mais necessária  
e ainda incipiente, hesitante, portanto, ao próprio  
“*status*” de arte, ou seja, um desapego e uma  
entrega incondicional à vida.

*Ricardo Rosas*

Arte e cultura são dois conceitos centrais no trabalho do Norte Comum e, por conseguinte, para esta pesquisa. As duas áreas atravessam integralmente sua trajetória e por isso podem ser encontradas em todos os capítulos desta tese. No entanto, em cada parte são abordadas por perspectivas distintas e na relação com questões diferentes. A proposta deste subitem é percorrer algumas reflexões teóricas que talvez possam ajudar a compreender de maneira ampliada as abordagens da arte e da cultura no pensar e no fazer da rede.

Se voltarmos algumas páginas e observarmos as ponderações sobre as definições do NC, constatamos que os vocábulos “arte” e “cultura” vêm, em geral, separados um do outro, apontando para dois campos de ação diferentes. Esse desmembramento foi pontuado no discurso dos integrantes ao contarem sobre seu trabalho ou mencionarem algo a respeito dessas



áreas e, por essa razão, são abordadas aqui separadamente, começando pela arte e dando sequência com a cultura.

Em um primeiro momento, podemos dizer que a arte que interessava ao Norte era aquela que possibilitava o desenvolvimento de um tipo de linguagem expressiva pela qual se constroem significados e representações de mundo, que, por sua vez, impactam e produzem novas realidades. A arte era considerada um meio para se chegar a outro lugar, e não um fim em si mesma. Era tida assim como o melhor caminho a seguir para alcançar êxito do trabalho que propunham através de uma forma de comunicação livre que possuiria a capacidade de escapar das amarras e regras das instituições, se fazer presente na alteridade, estabelecer conexões e efetivar transformações na subjetividade de si e do outro. *A arte é a forma de alterar o código. Só vamos conseguir através da arte*, me disse Carlos.

A arte pela arte, que pode ser encontrada no “mundo da arte” e suas instituições, para a qual o estético é tido como fim, como nos diz Ricardo Rosas na paráfrase desta subseção, não interessava aos jovens, que chegavam ao ponto de não a considerar propriamente arte. *Arte pela arte não é arte*, afirmou Jonas. Essa arte presente nas instituições de arte formais, que circula no mercado artístico, ou, como disse Carlos, *a arte das galerias*, estava no centro da crítica do Norte à arte. Esse universo não possibilitava a construção da mensagem que o grupo desejava produzir, não alcançava o público com o qual gostaria de dialogar e, o principal, respondia em grande medida a um circuito que atende à lógica capitalista, que promove sua circulação somente dentro de lugares fechados e ambientes de venda. Além disso, essa arte era tida pelo grupo como pertencente a um meio muito *branco e elitista*, mais conectada ao *ego* – neste caso, à vaidade individual – do que à participação e à construção coletiva, como me disseram Felipe e Carlos.

Felipe, inclusive, fez uma reflexão crítica sobre o trabalho do próprio Norte Comum e sua relação com essa arte de elite. Em sua entrevista, em meio a considerações sobre o lugar subalterno do negro na sociedade, o já então ex-integrante fez diversas observações sobre as referências de arte da rede. Desde a adolescência, Felipe utiliza a arte como ferramenta para se expressar e fazer política e, nos últimos anos, vem questionando os parâmetros teóricos e práticos, que se utiliza na sociedade em geral e no NC especificamente, para se criar arte. Segundo ele, os *brancos* veem a arte como algo divino e contemplativo e as bases epistemológicas dessa arte voltada à classe média, média alta e alta são europeias e não dão conta de compreender a realidade do Brasil. O participante da rede frequentou a Escola de Artes do Parque Laje, uma das mais reconhecidas do Rio e lá se deparou com essas referências

eurocentradas e com uma produção de arte comercial e de elite, voltada a um público com alto poder aquisitivo. *O povão não entende*, afirmou ele.

Muitas dessas referências foram grandes inspirações para o início do Norte e continuam sendo base para seu trabalho, como os autores Deleuze e Guattari, de nacionalidade francesa. No Brasil, outro nome importante para a arte e o *design*, Rogério Duarte, um dos baluartes da Tropicália, também era uma importante referência para o Norte Comum. Rogério, por muito tempo, foi parâmetro para Felipe, mas quando ele se deu conta de que o artista também provinha de um meio branco de classe média e que, em sua época, houve artistas e *designers* negros que foram invisibilizados, Felipe passou a buscar outras referências. Ao conversar com artistas negros da periferia, percebeu que trabalhos africanos poderiam ser mais importantes para compreender a arte e a realidade brasileira do que aqueles nos quais ele e seus companheiros da rede vinham se inspirando. Antônio Negri, italiano, não é referência para a arte e, sim, para a política, mas também foi citado por Felipe como parte desse arcabouço teórico eurocêntrico da rede, com o qual ele passou a se incomodar e a questionar, enquanto percebia que os demais integrantes não o faziam.

Em sua forma de ver, diferente de como acredita que pensa a classe média, a arte é um instrumento político que deve ser agressiva e ter um forte *comprometimento social*. *Nos anos 1970, na Nigéria, Fela Kuti já falava que arte não é isso, música é arma. No outro canto da cidade, é o rap, é Rincón [Sapiência], que chega dando o papo reto, é agressivo, sabe usar a mandinga. É Tássia Reis, que chega dando o papo reto e pei*, disse Felipe, referindo-se a dois músicos negros brasileiros ouvidos na periferia. Essa linguagem direta e claramente contestadora do lugar periférico de determinados grupos na sociedade lhe parecia muito diferente do universo simbólico de arte dentro do qual o Norte se movia. *Os artistas do Norte Comum estão muito ligados a uma narrativa classe média*, concluiu ele.

Com exceção de Felipe, não ouvi dos demais participantes essa aproximação entre a arte elitista que criticavam e a que eles próprios produziam. Ao contrário, os outros integrantes pareciam considerar que sua forma de fazer arte era questionadora e comprometida politicamente com uma camada subalternizada da sociedade. A relação com as instituições de arte, no entanto, sempre foi conflituosa, ainda que com resultados positivos.

Ao longo da trajetória, o NC manteve uma ligação estreita com um aparelho público de arte, o Centro Municipal de Artes Hélio Oiticica (CMAHO), instituição cultural situada no centro da cidade do Rio de Janeiro. Nesta organização, o grupo realizou duas residências artísticas (em que dormiram e moraram lá por alguns dias) que resultaram em exposições, filmagens, oficinas e ações públicas na praça Tiradentes, próxima ao centro cultural, além do

projeto fotográfico “Delírios Ambulatórios”, sobre o qual me deterei no capítulo 4. Nesses projetos conjuntos, o grupo teve espaço para atuar como gostaria, propondo novos formatos de produção, espacialização e consumo da arte, apesar das limitações institucionais e das *tretas* que tiveram com a direção do centro.

Um dos integrantes mais próximos à instituição, Pablo, admitiu que a relação com o HO foi conflituosa, mas de *amor também*, em que eles impunham barreiras ao desenvolvimento do trabalho, mas indiretamente ajudavam na organização do cotidiano da produção, o que sempre foi uma dificuldade para o grupo. Pablo assumiu que a rede conseguiu ampliar as possibilidades do trabalho de uma entidade formal de arte. *Foi um trabalho que a gente esgarçou essa coisa dos centros culturais*, assumiu ele, afirmando que o HO mudou sua forma de agir em relação à arte a partir de então, ampliando sua circulação para as ruas, graças ao trabalho do Norte.

Buscando sempre atuar em um circuito de arte contra-hegemônico, o grupo se movia, assim, entre artistas locais, pouco conhecidos pelo grande público, e outros, em sua maioria do cenário contemporâneo, que possuíam um público específico e podiam ser considerados “alternativos” por não circularem entre o grande mercado da arte (não só das galerias, como das gravadoras internacionais) e não responderem a uma estética homogeneizada que atende a propósitos de comercialização. A escolha dos artistas obedecia em grande medida ao gosto dos integrantes e de seu público, composto em sua maioria por jovens da classe média carioca e, ainda que o grupo apreciasse artistas da cultura de massa, como nos casos dos gêneros *funk* e *pagode*, não faziam parte do seu escopo de trabalho. A rede atuava também no que se convencionou chamar de “cultura popular”, por representar uma arte mais próxima das denominadas “tradições”<sup>22</sup> brasileiras, como, por exemplo, os gêneros musicais do *coco*, *jongo*, *maracatu*, *samba* e *carimbó*. Além disso, incluía em sua curadoria artistas que corporificavam protestos e claras reivindicações políticas, como eram os casos dos músicos do *rap* e do *hip-hop*.

No tocante à proximidade com as formas tradicionais de arte, porém com um conteúdo que se pretendia transformador, encontramos no grupo a arte como objeto, como no caso da *arte dos cartazes*, como os vi mencionar tantas vezes, ou das fotografias, dos vídeos e dos desenhos produzidos por eles próprios. Falo da arte que é revelada através de um suporte e pode se transformar em um produto. Esse era um resultado importante do trabalho do Norte Comum, que ainda que não desenvolvesse ferramentas para sua comercialização, o expunha, divulgava

---

<sup>22</sup> Não pretendo entrar na ampla discussão existente nas Ciências Sociais sobre tradição, folclore e cultura popular por não ser esta uma questão em debate entre meus interlocutores de pesquisa.

e dele colhia reconhecimento público e novas parcerias. Assim era com os cartazes de Fernanda, Pablo e Felipe; as fotografias de Gê, Thiago e JV, as poesias e prosas-poéticas de Gabi, Carlos e Thiago, que se materializaram em livros; os vídeos e filmes de Dudu, JV e Jonas; e os eventos e textos produzidos por todos, publicados na *internet*, em catálogos, livros e revistas acadêmicas. Esses produtos representavam materialmente o trabalho do grupo, assim como mantinham viva sua produção criativa. Contudo, ainda que houvesse um forte interesse em elaborar e corporificar essas produções, o interesse maior de todos pela arte parecia estar na experiência que ela proporciona e no alargamento de limites de visão de mundo que permite.

Como nos mostra Vinhosa (2011), os objetos artísticos são produções de objetos simbólicos marcados pelos seus usos sociais e, por isso, devemos pensar sobre eles considerando o contexto social no qual estão inseridos. Junto a isso, é importante ponderar as profundas mudanças na forma de ver a arte no século XX, quando deixa de ser um conjunto de objetos de contemplação para se aproximar do cotidiano dos sujeitos. A partir do século XX, demonstra o autor com base em Kant e Dewey, que o paradigma do gosto dá lugar ao da experiência – o que, como vimos, se acirra nos anos 1960 e 1970, quando a arte passa a ser vivenciada tanto em novas formas de produção como de recepção, incluindo ainda a experimentação do resultado de suas produções pelo espectador. Nesse caso, além de extrapolar os circuitos tradicionais das artes, essas experiências passaram a acontecer nos espaços públicos, revelando a arte como continuidade da vida cotidiana. Esse transbordamento para as ruas não só levou a arte ao dia a dia do homem comum, como possibilitou e consagrou sua dimensão política. Diz Vinhosa sobre os objetivos dessa transformação:

O propósito atendia em alguns casos à necessidade de recuperar para a prática artística o espaço de ação política e sua consequente amplitude pública; em outros, privando a arte de seu sentido público, resistindo à pressão do constante assédio institucional, do *glamour* do mundo da arte, à mercantilização e afirmá-la, em oposição, como gênese e fim radical do sujeito (VINHOSA, 2011, p. 97).

Sobre a dimensão de gênese do sujeito, principalmente a que se refere à sua capacidade de criação, podemos dizer que ela foi sentida profundamente por alguns integrantes da rede, especialmente durante o projeto que desenvolveram no Hotel da Loucura, abordado de perto no capítulo seguinte. Nesse projeto, que une arte e saúde psiquiátrica, eles puderam presenciar a melhoria das condições de vida das pessoas, o surgimento de novos indivíduos criativos, a transformação radical dos afetos e a renovação da condição de saúde de muitos dos que ali estavam. A experiência alterou de maneira significativa a forma do Norte compreender a potência do trabalho artístico e, conseqüentemente, das atividades que eles próprios estavam desenvolvendo. *Gente que era superagressiva, que mal falava, tava se expressando,*

emocionou-se Marcell ao contar sobre o Hotel. Para o grupo, essa vivência levou a arte a uma nova condição: a de uma maneira de ver o mundo, de agir sobre ele, que todos poderiam desenvolver, e não só os artistas, tidos até então como alguns poucos agraciados com a sorte da genialidade.

A arte passou, assim, a ser uma potência acessível a todo e qualquer ser humano, disponível para que os integrantes da rede pudessem experimentar física e emocionalmente. Como me contou Marcell estupefato, *quando o Vitor<sup>23</sup> fala ‘Todo mundo é ator’, aí você começa a entender que todo mundo é artista. A galera pensa ‘Eu, artista?’, pode ser, ou pode não ser.* A vivência da arte foi tão potente para alguns integrantes que se refletiu em seus corpos, como no caso de Pablo, que teve uma apendicite logo após uma experiência intensa no Hotel. É interessante pontuar que, se por um lado, o grupo se aproximava da produção artística e com ela se identificava, por outro, percebia como presunção se autodeclarar ou ser reconhecido como “artista”, como se isso remetesse ao domínio da arte elitista que vimos acima. Esse embaraço foi percebido por Felipe, que sentiu, mais de uma vez, a animosidade de seus colegas por se declarar abertamente um artista.

Se a arte poderia ser vivida por uma pessoa comum, por conseguinte, ela não seria mais uma área destinada apenas a um público ou a um conjunto específico de atividades. Esse alargamento de fronteiras permitiu aos participantes considerar outras existências para a arte e para a cultura, além do mercado de massa, de *shows*, exposições e todos os produtos artísticos que podem ser criados nesse meio. A cultura deixou de ser vista como um mercado de bens e de trabalho no qual é preciso se submeter, na maioria das vezes, a condições precárias, e passou a adquirir uma outra dimensão. Ainda que o objetivo da rede nunca tenha sido participar da grande cultura hegemônica, mas, ao contrário, desenvolver um trabalho junto à cultura popular e aos artistas independentes, até então eles não haviam vislumbrado tamanha ampliação dos limites de sua atuação cultural. Nascia uma ponte com a saúde e com várias outras áreas e era possível perceber o impacto que se poderia ter com ela. Como disse JV em um texto coletivo sobre o Hotel: “Esse foi um ponto de virada no Norte Comum, da gente pensar cultura e arte como elementos dentro de diversos outros. Quer dizer: saúde, direito à memória, à cidade, habitação, enfim... Várias outras questões que perpassam nosso fazer artístico” (JV, 2015, p. 174).

A relação com o Hotel também modificou muito a forma do grupo perceber a ligação entre a arte e seus espaços, resignificando seu lugar de atuação, que deixava as instituições e

---

<sup>23</sup> Vitor Pordeus, então coordenador do Hotel da Loucura.

passava a estar cada vez mais nas ruas, principalmente nas praças públicas. *Quando chego no Hotel, as coisas mudaram porque Vitor foi uma influência, aí que eu conheci arte pública. Fora dos espaços fechados, fora dos museus, das galerias. Arte pública. A proposta do Vitor era que a gente ocupasse o espaço, mas oferecêssemos algo aos clientes. Aí, oferecemos o sarau,* contou Felipe. Conheceremos mais sobre a relação entre a arte, o Hotel e a cidade no próximo capítulo.

Resumindo o que vimos até agora sobre como a arte se apresenta neste trabalho, há a arte como instrumento para a elaboração de mensagens políticas, a arte dos circuitos institucionais e comerciais, a arte como objeto, como repertório estético dos movimentos sociais e gênese criativa do sujeito. Digo isso para, na sequência, abordar mais uma forma de existência social da arte que pode nos ajudar a compreender a maneira como o Norte Comum a concebia: como uma experiência que modifica a forma de pensar e agir através da mudança que provoca na subjetividade, que organiza as configurações da experiência, induz a novas formas de sentir e enseja outros modos de subjetividade política.

A dimensão política da arte atravessa todas as esferas mencionadas anteriormente, mas possui suas peculiaridades. Como vimos, a arte é um campo que ao longo da história se entrelaçou com a política na ação de coletivos e movimentos sociais. Práticas especialmente dos anos 1960 e 1970, que tiveram motivações políticas, fundaram suas propostas no binômio arte e vida. Para o Norte, ela era percebida principalmente como uma forma de expressão que sempre se relacionou com a política – quando ela mesma, em si, não era considerada política. Como me disse JV, *só encaro o meu fazer de arte a partir da política. Se eu paro para refletir na prática, é uma coisa que já tá na maneira de pensar a coisa. Não consigo imaginar ainda fazendo uma parada desapegada de um atravessamento político. Nada do que eu fiz até hoje fugiu disso. Mesmo para as pessoas que não se dão conta dessa dimensão, a arte vai ser sempre política. Se pensar representação de mundo, é política pra caralho.* Como vimos na introdução, para o grupo, a arte era considerada um meio para transformar a vida e a cidade.

A fim de ampliar nossa compreensão sobre a relação entre arte e política, recorro a um dos principais teóricos da interseção entre a política e a vida, Jaques Rancière. Rancière coloca lado a lado a política, a arte e a estética ao assumir que a estética e a política possuem a mesma origem: “São formas de organizar o sensível, de dar a entender, de dar a ver, de construir a visibilidade e a inteligibilidade dos acontecimentos” (LONGMAN; VIANA, 2010, *on-line*). A política é assim essencialmente estética, pois, como as práticas artísticas, está fundada sobre o mundo sensível. O filósofo demonstra a necessidade de pensarmos a estética em um sentido

mais amplo, como maneiras de percepção da realidade e modos das pessoas construírem o mundo.

Nessa direção, os processos estéticos estão constantemente criando o novo e, por isso, possibilitam o deslocamento de questões e a busca de soluções para os problemas. Essa possibilidade inventiva, para o autor, é o que capacita as pessoas a criarem práticas que ainda não existem e possibilitam a inovação. Rancière chama a atenção para a importância de novas formas estéticas – e não apenas de conteúdos inovadores – como pontes para transformação dos sujeitos e desenvolvimento de seus processos de emancipação. O autor adentra a política institucional e afirma, ampliando a reflexão de Walter Benjamin – a quem considera ter sido sensível às formas estéticas da Alemanha nazista, porém insuficiente em suas conclusões –, que o poder sempre funcionou através de manifestações espetaculares, tanto na Grécia como nas monarquias modernas.

Pensando na potência transformadora da arte e considerando, como nos diz Rancière, que os objetos artísticos são objetos que possuem em si a condição de devir e, por isso, detêm a permanente capacidade de provocar a transformação, me parece válido perguntar como a arte pode agir na prática para favorecer a resistência dos indivíduos aos modelos políticos opressores. Ou seja, se a arte modifica a subjetividade política, de que forma ela atua para dar sentido e organizar a luta coletiva? Qual pode ser o impacto, em termos de mudança social, do trabalho artístico promovido e produzido pelo Norte Comum?

Rancière nos ajuda a pensar sobre isso ao desenvolver em suas obras uma teoria em torno da “partilha do sensível”, conceito que descreve a formação da comunidade política a partir do encontro discordante de percepções individuais. Segundo ele, a partilha do sensível proporcionada pelas experiências estéticas nos permite enxergar a disposição temporal e espacial dos que têm condições de formar parte dessa comunidade e, a partir dessa tomada de consciência, essa comunidade, então viva, pode se organizar em torno de objetivos comuns. Em suas próprias palavras: “A partilha do sensível faz ver quem pode tomar parte no comum em função daquilo que faz, do tempo e do espaço em que essa atividade se exerce. Assim, ter esta ou aquela ‘ocupação’ define competências ou incompetências para o comum” (RANCIÈRE, 2009, p. 16).

A partir de Kant, revisitado em seu sistema que define *a priori* o que se dá a sentir, o conceito de Rancière tem em conta a estética em termos ampliados, aquela que instaura novas formas de percepção do mundo e representa “um recorte dos tempos e dos espaços, do visível e do invisível, da palavra e do ruído que define ao mesmo tempo o lugar e o que está em jogo na política como forma de experiência” (RANCIÈRE, 2009, p. 16). As artes, assim, intervêm

nas maneiras de fazer e ver e dão a elas novas visibilidades, ao mesmo tempo que, através de linguagens, como o teatro, a escrita e as práticas performáticas, embaralham as identidades do receptor e seu sistema de representações, alterando a forma como os corpos e as vozes podem se colocar nos espaços sociais. Por complementação, a confluência entre a experiência da arte e a experiência da vida ergue espaços comuns acionados pelo jogo presente nas práticas artísticas que permitirá que os prazeres, desejos e experiências individuais encontrem formas de expressão em um lugar comum, construído coletivamente.

A relação entre a arte promovida e produzida pelo Norte Comum e a política foi sendo materializada pouco a pouco em seu trabalho. É certo que essa preocupação estava presente desde o início, como veremos no capítulo 3, mas foi com o desenrolar dos projetos e da experiência “interredes” dos participantes que ela foi se corporificando na prática. Um dos exemplos disso aconteceu em outra instituição, evidenciando mais uma vez o fato de que, ainda que a relação entre a rede e as organizações tenha sido conflituosa, permitiu a abertura à novas perspectivas de desenvolvimento do seu trabalho. Nesse caso, a ponte foi criada na Escola Popular de Comunicação Crítica (ESPOCC) da ONG Observatório de Favelas, situada na favela da Maré, onde diversos integrantes participaram de projetos de comunicação, educação e trabalho, como JV. Ele me contou que sua experiência lá, além de ter proporcionado um maior conhecimento da atuação de uma ONG na favela (fato ao qual todos têm muitas críticas), permitiu que ele *pensasse a política, a dimensão política do fazer artístico*. Essa dimensão alimentava o trabalho da rede, cujo principal objetivo nunca foi perdido de vista: a recriação da vida na cidade.

Após essas reflexões sobre o campo da arte, passaremos, então, ao da cultura. O conceito de cultura é elaborado pela rede mais em termos práticos do que no caso da arte, que, em alguns momentos, se aproxima de uma concepção filosófica. A cultura está muito presente em seus discursos e textos, tanto formais quanto informais e, em geral, refere-se ao conjunto de atividades artísticas que o grupo desenvolvia e promovia em seu trabalho cotidiano. Naturalmente, essas práticas possuíam objetivos de entretenimento, mas sobretudo, como veremos no capítulo 3, buscavam atuar na redistribuição espacial de atividades culturais, na alteração das formas como as pessoas veem e vivenciam o cotidiano da cidade – através, principalmente, de mudanças na sua circulação – e na relação que constroem com seu território. A concepção de cultura esteve, portanto, desde sempre, orientada por razões mais amplas do que o entretenimento por si só.



Ancorado por uma “arte menor”<sup>24</sup>, como podemos chamar o conjunto de manifestações artísticas ligado ao trabalho do grupo, conforme vimos anteriormente, a cultura era tida como esse conjunto de atividades de arte e produção cultural ligadas a redes alternativas às oficiais, como o Norte Comum, que se contrapunham à indústria cultural dos grandes eventos e artistas renomados. Esses agenciamentos contra-hegemônicos buscavam desconstruir a lógica que o campo da cultura adquiriu no Brasil, baseado em incentivos fiscais para empresas e com ele disputar a definição de políticas públicas. Portanto, para a rede, o conceito de cultura sempre esteve vinculado a esse campo da gestão pública e (cada vez mais) privada, que tem a capacidade de impulsionar ou refrear o desenvolvimento de seu trabalho, segundo o jogo contextual de interesses políticos, apesar da rede não desejar atuar diretamente sobre as políticas públicas, como veremos.

O Norte Comum sempre posicionou seu trabalho na redefinição da circulação de ideias, informações e arte sobre a cidade, investindo para isso na estruturação de um espaço público de cultura no Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, me parece, a cultura não mais seria pensada com referência apenas a comportamentos concretos, mas, sim, como “significados permanentemente atribuídos pelos homens ao mundo (...), veículos de relação humanas, de valores e visões de mundo” (CAVALCANTI, 2001, p. 4). Esses modos de pensamento, hábitos e estilos, que são conectados às práticas sociais e os significados que estão subjacentes ou explícitos nesses processos, fortalecem a noção antropológica de cultura, refletida também nas palavras de Canclini, para quem a cultura “abarca o conjunto dos processos sociais de produção, circulação e consumo da significação na vida social” (CANCLINI, 2009, p. 41). Modestamente, eu acrescentaria à definição de Canclini a ideia de que, além da significação ser produzida, circulada e consumida, ela também pode ser contestada ou negociada, fazendo com que determinada significação elaborada por um determinado grupo possa ser ressignificada no momento do seu consumo por outros grupos.

Aprofundando um pouco essa questão, a meu ver, o trabalho do Norte Comum em relação à cultura se centra na circulação desses significados e nas variações de formas de pensar e modos de fazer que se dão nas interações na medida em que essas ideias são compartilhadas. Por essa razão, me parece importante trazer a noção de **fluxos culturais** proposta pelo

---

<sup>24</sup> Próximo ao sentido revolucionário de “menor”, como Deleuze e Guattari definem a literatura de Kafka. “Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (DELEUZE; GUATTARI, 1977, p. 25). Segundo os autores, a literatura menor possui três características: a desterritorialização da língua, o fato de ser sempre política e de adquirir um valor coletivo. A literatura menor contrasta com a literatura maior, como, no caso, aqui, a arte ou a cultura menor (alternativa) contrasta-se com a maior (oficial).

antropólogo Ulf Hannerz. Após seu extenso trabalho de pesquisa em Antropologia Urbana, publicado no livro “Explorando a cidade”, Hannerz amplia sua investigação, deslocando-a dos estudos urbanos para o tema da complexidade cultural presente nas diversas matrizes sociais contemporâneas, desenvolvido no livro “*Cultural Complexity: studies in the social organization of meaning*” (1992). A obra está organizada em duas partes, sendo a primeira dedicada a traçar uma visão geral dos conceitos e das variações das formas de organização social do significado, e a segunda, uma tentativa de aplicar essas concepções desenvolvidas na primeira parte a problemas mais concretos da macroantropologia da cultura, trazendo uma reflexão sobre as cidades como lugares dos processos culturais complexos a partir de exemplos e discutindo isso no contexto da globalização cultural no século XX, com destaque para as relações centro/periferia na ordenação dos processos culturais (HANNERZ, 1992, p. 39).

Como ponto de partida, Hannerz conceitua cultura relacionando-a à produção de significados/formas significativas e ao seu caráter público: o homem, coloca o autor, é o ser que, por meio de sua experiência, interpretação, contemplação e imaginação, produz sentido – ideias, informações, inteligência, sensibilidade, mitos, crenças, tradição etc. – e a cultura seria algo dessa mesma ordem, porém tida pelos antropólogos como uma categoria superior, algo de certa maneira coletivo, criado pelas pessoas e por meio do que as pessoas são criadas (HANNERZ, 1992, p. 4). Dentro dessa perspectiva, a cultura estaria em dois “lugares”<sup>25</sup>: a) nas formas públicas de significado – expressões, no sentido de serem externadas; e b) na mente humana, que interpreta esses significados, e, portanto, internalizada (HANNERZ, 1992, p. 7).

O autor segue o desenvolvimento de seu ponto de vista sugerindo que o estudo da cultura seja conduzido com atenção a três dimensões inter-relacionadas, a saber: 1) ideias e modos de pensamento (“*ideas and modes of thought*”) como entidades e processos mentais; 2) formas de externalização (“*forms of externalization*”) – as diferentes formas através das quais os significados se tornam acessíveis aos sentidos, se tornam públicos; e 3) distribuição social (“*social distribution*”) – as formas através das quais o inventário cultural coletivo de significados e as formas externadas dos significados são espalhadas para uma população e suas relações sociais. Segundo ele, as Ciências Sociais, de maneira geral, têm privilegiado essa ordem para abordar o conceito de cultura. No lugar disso, Hannerz propõe uma inversão, indicando que o caráter distributivo das informações é o mais relevante para a compreensão de como a cultura é construída, a partir de interações e da forma como os fluxos são capazes de gerar ideias e formas de pensar.

---

<sup>25</sup> O autor utiliza o termo “*loci*”.

O autor coloca, assim, ênfase nessa terceira dimensão, que aborda os fluxos e estratégias adotados pelos atores e agências sociais para a distribuição das informações, pois, em sua forma de ver, o controle e a gestão cultural (“*cultural management*”) do que deve ser distribuído, em que contexto e a quem, garante poder e autoridade, além da centralidade que possui na composição de identidades contemporâneas. Nesse ponto, o autor busca distinguir seu posicionamento de uma tendência que ele aponta como frequente na antropologia: a de pensar essa distribuição de maneira homogênea (HANNERZ, p. 1992, p. 11). Conforme sinaliza em passagens anteriores, segundo seu pensamento, a distribuição da cultura é necessariamente desuniforme, sendo isso uma das possíveis causas da diversidade e da complexidade cultural (HANNERZ, 1992, p. 14). Mais adiante no texto, atenta para o fato de as tecnologias midiáticas aumentarem as possibilidades de distribuição e de encontros, ainda que não presenciais, com aqueles que vivem durante um mesmo período (HANNERZ, 1992, p. 30):

Ao invés de buscar encontrar, em algum lugar na estrutura das relações sociais, um denominador comum para a mais ampla extensão possível do fenômeno cultural – uma iniciativa que mesmo em suas versões mais bem-sucedidas tende a ser consideravelmente incompleta na sua cobertura – estou interessado aqui nas fontes de diversidade, e nas suas consequências (HANNERZ, 1992, p. 11)<sup>26</sup>.

Dessa concepção distributiva da cultura e das suas dimensões “interna” e “externa”, Hannerz desenvolve a ideia de “fluxos culturais”, sobre o que ele dedicará boa parte das discussões subsequentes em “*Cultural Complexity*”, e que dá ênfase para uma compreensão dinâmica e processual da cultura em sua reflexão teórica. Ele define os fluxos culturais da seguinte forma:

O fluxo cultural consiste, portanto, na externalização do significado que os indivíduos produzem através de arranjos de formas evidentes e nas interpretações que os indivíduos fazem de tais exhibições - as dos outros e as suas próprias. (...) Mais precisamente, o fluxo ocorre no tempo e tem direções. Como um todo, é interminável; externalizações que ocorrem agora trarão interpretações que, por sua vez, levarão a externalizações adicionais no futuro (HANNERZ, 1992, p. 4)<sup>27</sup>.

Nessa introdução, o autor alerta para o fato de que o termo alude à metáfora do fluxo de um rio – algo que, quando visto à distância, pode ser percebido como uma imagem estática,

---

<sup>26</sup> Tradução livre de: “Rather than trying to find, somewhere in the structure of social relationships, a common denominator for the widest possible range of cultural phenomena – an enterprise which even in its more successful versions tends to be quite incomplete in its coverage – I am interested here in the sources of diversity, and in its consequences” (HANNERZ, 1992, p. 11).

<sup>27</sup> Tradução livre de: “The cultural flow thus consists of the externalization of meaning which individuals produce through arrangements of overt forms, and the interpretations which individuals make of such displays – those of others as well as their own. (...) More precisely, the flow occurs in time and has directions. As a whole, it is endless; externalizations occurring now will bring about interpretations which in their turn lead to further externalizations in the future” (HANNERZ, 1992, p. 4).

embora de perto esteja em pleno movimento, sendo justamente o movimento constante o que lhe permite a durabilidade – e relaciona esse raciocínio à cultura: “*Mesmo que você perceba uma estrutura, ela é totalmente dependente do processo em andamento*” (HANNERZ, 1992, p. 4)<sup>28</sup>.

O que Hannerz está buscando demonstrar é que não podemos partir de uma dicotomia entre a estrutura social e a estrutura cultural para compreender as sociedades contemporâneas, pois os fluxos de informações e ideias, bem como sua distribuição e espacialização são ordenadores e reordenadores das composições sociais, marcando-as de uma constante mobilidade. A grande preocupação dos atores sociais envolvidos na composição das sociedades deve ser, portanto, a administração desses fluxos a serem materializados e distribuídos de acordo com os interesses e demandas orientados pelas interações. Na seguinte passagem, ele sintetiza essa característica de constante mobilidade da cultura que busca perseguir em seu trabalho:

Como atores e como redes de atores, eles estão constantemente inventando ou mantendo a cultura, refletindo sobre ela ou transmitindo-a. Não existem apenas distribuições estatísticas do conhecimento factual, mas também diferentes maneiras de fazer coisas com significado, do mesmo modo, distribuídas desigualmente entre pessoas e situações. Falamos do crescimento do bom senso e da conscientização, de especialistas e diletantes, de rituais, brincadeiras e críticas, de modas e modismos. Os termos de cobertura entre os quais alterno, ao sugerir essa visão processual da cultura como atividade, são 'a gestão do significado', ou 'a gestão da cultura', ou apenas 'gestão cultural' (HANNERZ, 1992, p. 17)<sup>29</sup>.

Centrando-me neste último ponto citado pelo autor, qual seja a administração da cultura, a desloco para o modo como o Norte Comum buscava realizar seu trabalho, esforçando-se para criar uma rede de cultura local que fizesse circular uma narrativa de cidade que a ressignificasse na forma de pensar de seus habitantes e os impulsionasse a tomar parte na produção de seus significados e práticas – o que, para o grupo, representava sua forma de fazer política, ou melhor, uma micropolítica, que conheceremos melhor no capítulo 5.

Neste capítulo introdutório, busquei indicar os sentidos que a rede Norte Comum tem para meus interlocutores, bem como analisar as dimensões históricas e atuais dos grupos denominados “coletivos”, no qual, pragmaticamente, se localiza a atuação do grupo pesquisado.

---

<sup>28</sup> Tradução livre de “*Even as you perceive a structure, it is entirely dependent on ongoing process*” (HANNERZ, 1992, p. 4).

<sup>29</sup> Tradução livre de: “As actors and as networks of actors, they are constantly inventing culture or maintaining it, reflecting on it, or passing it on. There are not only statistic distributions of factual knowledge but also different ways of doing things with meaning, likewise, unevenly spread out among people and situations. We speak of common sense and consciousness raising, of experts and diletantes, of ritual, play, and critique, of fads and fashions. The covering terms I shift between, in suggesting this processual view of culture as activity, are ‘the management of meaning’, or ‘the management of culture’, or just ‘cultural management’ (HANNERZ, 1992, p. 17).

Além disso, apontei ferramentas teóricas e etnográficas utilizadas para refletir sobre duas concepções centrais para o trabalho da rede: a arte e a cultura. No próximo capítulo, adentramos no dia a dia do grupo e no desenvolvimento das categorias presentes em seu trabalho cotidiano.

## 2 O NORTE COMUM, SEUS CICLO-ESPAÇOS E AS FASES DA LUA

Este capítulo tem como objetivo contar a história da rede Norte Comum e seu funcionamento no período em que estive com eles em Benfica e, de forma mais resumida, em fases anteriores. De acordo com sua página no *Facebook*, ao longo dos seis anos de existência, o Norte realizou cerca de 200 ações culturais públicas, executadas em praças, instituições públicas ou privadas com entrada gratuita. Por uma questão de espaço e objetivo de recorte, trato aqui das experiências que abarcam mais diretamente minhas principais questões de pesquisa, conforme explicitado na introdução, ou seja, a organização do trabalho coletivo e a relação do grupo com a cidade, a arte, a cultura e a política.

Há sempre várias possibilidades de se contar uma história. Eu poderia lançar mão de seus textos formais de autoapresentação, discursos em eventos, entrevistas para a imprensa, páginas na *internet* ou projetos oficiais. No entanto, não gostaria de abordar sua trajetória de forma objetiva ou meramente descritiva e linear. Meu intento aqui é o de dar atenção aos fatos e acontecimentos vivenciados no dia a dia da pesquisa de campo, junto aos meus diversos interlocutores, bem como às narrativas relatadas por cada um deles ao contar suas histórias de vida e sua versão da história da rede, já que essas duas dimensões sempre caminharam juntas. Assim, a ideia não é centrar-me nos discursos oficiais, mas no que foi dito e expressado diretamente pelos participantes, através de palavras e atitudes, mas também de sentimentos e olhares, e ainda no que sequer foi revelado, deixando em seu lugar uma lacuna.

Meu esforço é no sentido de realizar algo que se aproxima do método genealógico proposto por Foucault (1979), que, ao invés de uma história linear e evolutiva, com um ápice e um sentido lógico entre as suas partes, observa, sobretudo, as fragmentações. É, portanto, uma narrativa que busca deter-se mais às rupturas do que às continuidades, e que se esforça em “demorar-se” em cada uma de suas partes para “marcar a singularidade dos acontecimentos, longe de toda a finalidade monótona; espreitá-los lá onde menos se os esperava e naquilo que é tido como não possuindo história – os sentimentos, o amor, a consciência, os instintos” (FOUCAULT, 1979, p. 15). A tentativa é de fugir, pelo menos um pouco, da linearidade que caracteriza os textos acadêmicos, que, via de regra, contêm uma introdução, os capítulos em uma ordem cronológica e uma conclusão. Sem fazer uma crítica a tal formato, até porque há ótimos trabalhos feitos dessa forma, gostaria apenas de ressaltar a dificuldade de descrever processos que em nada obedecem a linearidade desse modelo.

Mas, bem, como é preciso organizar as informações de alguma maneira, optei por contar essa história da forma como os próprios integrantes da rede a contam: dividindo-a pelos espaços

e bairros por onde eles passaram, momentos que chamarei de “ciclo-espacos”, por conterem etapas conectadas a espacos institucionais e bairros. Assim, além de respeitar sua forma de contar, busco “demorar-me” em cada uma delas para apreender as minúcias que são (ou não) manifestadas em cada uma de suas partes. Além dos grandes ciclos – SESC, Hotel da Loucura e Benfica e seus respectivos projetos –, há as iniciativas de menor porte que foram realizadas em diferentes espacos da cidade. São elas: Ágoras Cariocas, “Caboco Satelite”, “Outro olhar” e Delírios Ambulatórios – que abordo no capítulo 4 – e aqueles que foram feitos ocasionalmente em parceria com instituições, como o “Simultâneo Absoluto”, em parceria com a Funarte, e as residências artísticas realizadas no Centro Municipal Hélio Oiticica (CMHO), que são mencionadas no capítulo 5.

Para contar essa história, e diferente do que fazem meus companheiros da rede, proponho outra ordem para a apresentação das etapas. Ao invés de começar pela publicação do manifesto na *internet* – origem do movimento adotada por muitos deles, conforme conto posteriormente –, inicio pela situação em que me senti, de alguma forma, afetada<sup>30</sup> pelo grupo, no ciclo-espaco da casa de Benfica, mantendo um tempo narrativo de acordo com minha experiência na pesquisa. Ou seja, os ciclos além de Benfica, que pouco vivenciei ou me foram contados por meus interlocutores, são analisados fora da ordem cronológica dos acontecimentos, mas na sequência da minha experiência de observação participante.

Para ficar claro ao leitor, ao final deste texto introdutório, inclui uma linha do tempo com todos os projetos e fases em ordem cronológica. Vale mencionar que os ciclos, apesar de terem ocorrido em um espaco e um tempo determinados, abarcam experiências que atravessam o trabalho do grupo em diferentes tempos (e lugares) e, por isso, são retomadas em diversos momentos deste trabalho.

Sobre essas sobreposições de ciclos, busco tornar as coisas mais claras através de uma correspondência com a lua. Certa vez, estava na casa de Benfica e presenciei uma conversa entre Pablo e Ge, em que Pablo sugeria ao companheiro uma forma de planejar as etapas de um novo projeto: o *site* da rede. Ele havia dividido o *site* em várias seções e cada uma delas conteria as quatro fases da lua, que, como sabemos, são: nova, crescente, cheia e minguante. Assim, de acordo com sua proposta, cada seção, no momento que começasse a ser produzida, estaria na lua “nova”. Com o decorrer do seu desenvolvimento, passaria à “crescente”; quando chegasse ao seu objetivo, alcançaria a fase “cheia”, e finalmente atingiria a “minguante”, quando estivesse finalizada e pronta para ser colocada no ar. Cada seção do *site* (ou giro completo da

---

<sup>30</sup> No sentido de “ser-afetada” proposto por Jeanne Favret-Saada (2005).

lua) seria preparada ao longo de um determinado número de semanas, a depender da sua extensão e complexidade.

Enquanto ouvia Pablo falar, vislumbrei as imagens da lua em suas diferentes fases e aquilo me pareceu uma forma inusitada de fazer o planejamento de um projeto a ser colocado em prática. Com a simpatia que sempre nutri por esse corpo celeste, saí de lá pensando nos ciclos da lua e como eles podem se relacionar bem ao nosso estado de espírito, as fases dos ciclos femininos, aos estágios de plantio da natureza e, a partir desse dia, a um projeto profissional. Foi enquanto pensava nisso, no metrô, voltando para casa, que fiz uma outra associação entre essas mesmas fases e as etapas da trajetória do grupo.

A lua gira em torno da terra e de si mesma. Ao longo do seu movimento ao redor da terra, o sol a ilumina em diferentes ângulos e a parte clareada é vista de uma determinada maneira pelos observadores na terra, a depender do hemisfério onde estão. Essa parte da superfície, quando iluminada, se apresenta no que se convencionou chamar de “fases da lua”, que são, como citado anteriormente: nova, quarto crescente, cheia e quarto minguante. As fases que se sucedem nessa ordem, durante um “mês sinódico” ou “lunação”, que dura aproximadamente 29,5 dias. O número de dias entre as fases consecutivas é, em sua maioria, sete ou oito, mas também ocorrem intervalos de até nove ou de apenas seis dias (SILVEIRA, 2001, p. 1). Assim, uma fase não se inicia somente e quando a anterior termina. Essa mutação ocorre ao longo de dias e sobrepõe duas fases em transição, até que a próxima assuma integralmente sua exposição. Portanto, se pararmos a eclipse lunar em um determinado instante, veremos que ela conterà duas fases em trânsito, uma que está chegando e outra que está partindo para ressurgir em outro lugar do planeta.

Como a lua, o Norte Comum em seu percurso não encerrou uma fase para iniciar a seguinte. A maioria delas ocorreu simultaneamente, de forma objetiva ou subjetiva, quer dizer, na prática e nos afetos e memórias de seus participantes. Ainda que a narrativa construída pelos integrantes da rede apresente divisões, elas não significam necessariamente rupturas, mas sobreposições que compartilharam a atenção dos integrantes, que chegaram a tocar projetos em dois ou mais locais ao mesmo tempo.

Da mesma forma como associei cada ciclo da rede a uma fase lunar, percebi que todos eles contiveram, em si, essas mesmas quatro fases. A “nova”, no momento em que surgiu pela primeira vez no horizonte do grupo; “quarto crescente”, quando aumentou suas atividades e a circulação de objetos, público e ideias; “cheia”, no momento em que atingiu o ápice de sua atuação e envolveu um número grande de pessoas, materialidades e conquistas; e “quarto



minguante”, no estágio em que os acontecimentos perderam intensidade e frequência e o envolvimento do grupo diminuiu até que o projeto deixasse de fazer parte da sua rotina.

A ideia de relacionar as fases da lua ao Norte Comum posteriormente me despertou outra associação: o constante movimento no qual a rede está inserida e o contínuo girar da lua. Desde o início, o trabalho da rede se caracterizou pela permanente transformação e readaptação de objetivos, formas de sobrevivência, práticas e discursos, influenciados por causas internas e externas. Essas mudanças ocorriam devido a uma série de questões, como as histórias de vida e visões de mundo dos integrantes que estavam mais envolvidos em determinados momentos; a inconstância das formas de sustentação material do trabalho; o esgotamento físico e emocional de *buscar outros paradigmas*; mudanças políticas, econômicas e sociais, enfim, razões diversas que atuavam nas incessantes transformações nos devires de formas de ver, sentir e experienciar o mundo.

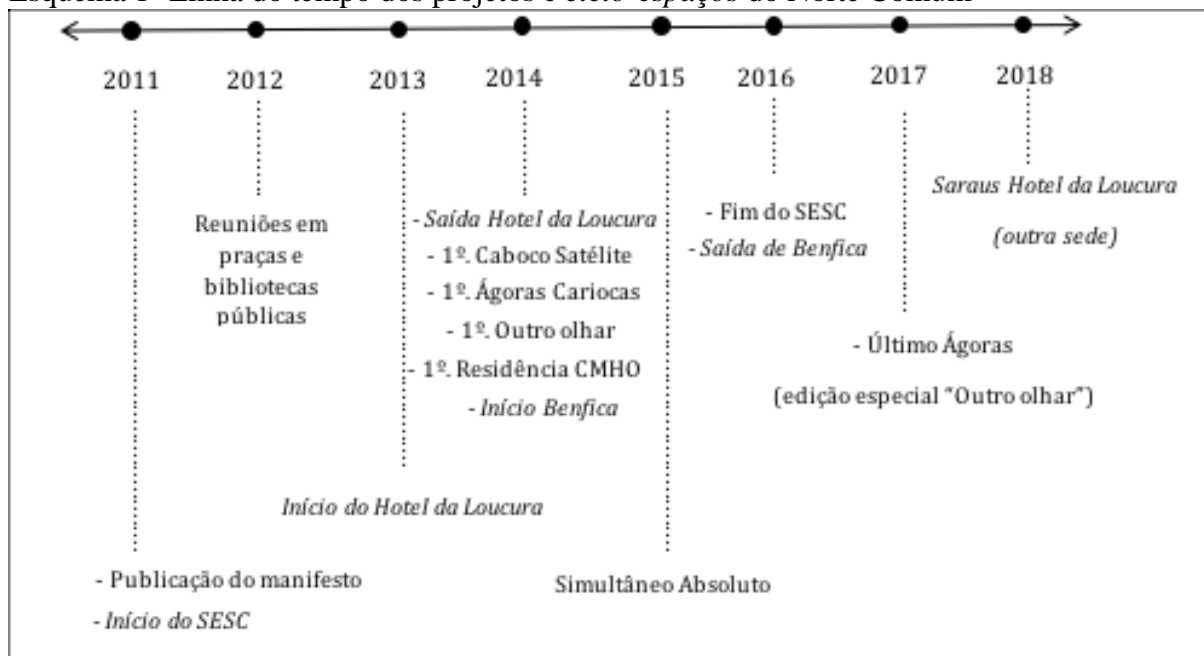
Ainda que o território de ação escolhido, a zona norte, tenha permanecido o mesmo, muitas coisas no processo de trabalho se alteraram no percurso do grupo. Como me disse Gê, *esse entendimento do trabalho ele não é estático, nunca foi, a gente nunca conseguiu estabilizar durante muito tempo numa ideia, porque são várias coisas. Às vezes, a dinâmica da vida ao redor te força a sucumbir sobre algumas coisas que você pensa, né? Teve vários momentos diferentes do próprio trampo. Isso varia de quem no momento está mais disponível pro trabalho. São várias questões sociais diferentes, mas mesmo os que estão na mesma camada (social) são totalmente diferentes.*

No entanto, apesar do trabalho em constante transformação, algumas fases foram relativamente longas para o trabalho de um coletivo, caracterizado pela efemeridade de sua existência, conforme vimos no capítulo 1. Cada fase começou e terminou por razões e de maneiras distintas e trouxe diferentes experiências, pessoas, conexões, aprendizagens e desafios para o Norte e seus participantes. E ainda que todos os ciclo-espacos abordados aqui tenham terminado, eles seguem no imaginário do grupo, alimentando a trajetória coletiva e individual dos participantes de exemplos bons e difíceis, apontando caminhos, mostrando soluções, enriquecendo ideias e inspirando novos passos. Acompanhando seu trabalho, pude observar que todas essas fases retornavam em diferentes momentos do cotidiano do grupo e, assim como as da lua, elas sempre ressurgiam. Esse movimento de retorno do passado que, em muitos momentos, foi utilizado por eles para alimentar a reflexão sobre o que viria adiante, me lembrou

o pássaro Sankofa<sup>31</sup>, da mitologia da África Oriental, que voa para frente com a cabeça voltada para trás, simbolizando uma prática do grupo de voltar a falar sobre o que vivenciou, analisar a experiência anterior, refletir sobre ela e seguir adiante.

Assim, relaciono abaixo os ciclos do percurso do Norte Comum e os principais projetos, atividades, desafios e questões contidas em cada um deles, levantadas pelo grupo, observadas por mim e conversadas entre nós. Começo, então, pelo bairro de Benfica, na casa-sede-casa; sigo pela Tijuca com o SESC e chego ao Engenho de Dentro com o Hotel da Loucura. Cada um desses ciclos está localizado temporalmente (esquema 1) e geograficamente no mapa da cidade do Rio de Janeiro abaixo (figura 2). Bom passeio pela “cidade do Norte”.

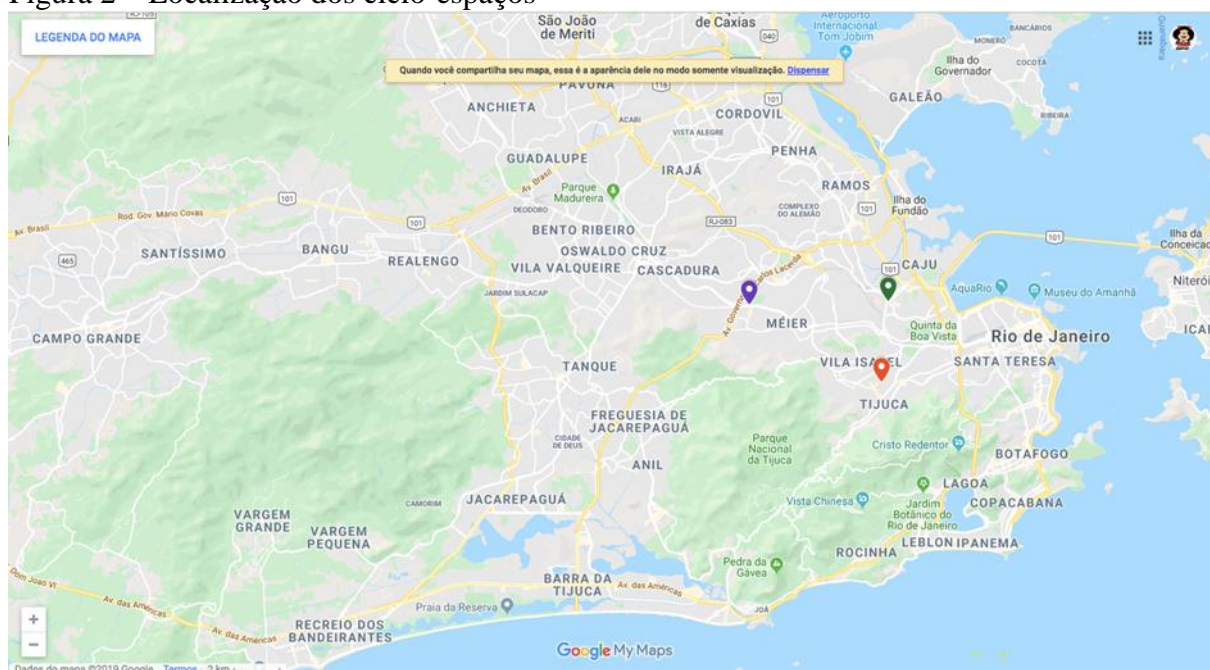
Esquema 1- Linha do tempo dos projetos e *ciclo-espacos* do Norte Comum



Fonte: A autora, 2019.

<sup>31</sup> Agradeço à Safira Moreira, que me falou pela primeira vez sobre a simbologia do pássaro Sankofa. Algumas informações mais detalhadas sobre essa bonita mitologia: “O conceito de Sankofa (Sanko = voltar; fa = buscar, trazer) origina-se de um provérbio tradicional entre os povos de língua Akan da África Ocidental, em Gana, Togo e Costa do Marfim. Em Akan ‘se wo were fi na wosan kofa a yenki’, que pode ser traduzido por ‘não é tabu voltar atrás e buscar o que esqueceu’. Como um símbolo Adinkra, Sankofa pode ser representado como um pássaro mítico que voa para frente, tendo a cabeça voltada para trás e carregando no seu bico um ovo, o futuro. Também se apresenta como um desenho similar ao coração ocidental. Os Ashantes de Gana usam os símbolos Adinkra para representar provérbios ou ideias filosóficas. Sankofa ensinaria a possibilidade de voltar atrás, às nossas raízes, para poder realizar nosso potencial para avançar” (Sankofa. *Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana*, Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/sankofa/about/history>>. Último acesso em: 31 jul. 2018).

Figura 2 – Localização dos ciclo-espços



Legenda: verde-Benfica, laranja:-Tijuca e roxo-Engenho de Dentro

Fonte: A autora, 2019.

## 2.1 Benfica: a casa-sede-casa

Durante os dois últimos meses de 2015 e todo o ano de 2016, estive presente semanalmente na casa que o Norte usava como sede de trabalho, e às vezes como moradia, na rua Francisco Manuel, no bairro de Benfica. Foram muitas as tardes e algumas poucas manhãs em que com eles compartilhei conversas, olhares, sorrisos, cervejas e comidas, observando e ouvindo seus diálogos, ações, visitas, desejos, planos, discursos, desistências, conflitos, transformações, silêncios e, poucas vezes, compartilhei com eles também o trabalho. A casa de Benfica foi o ciclo do grupo que acompanhei pessoalmente por mais tempo. Enquanto lá estive, ocorreram ainda eventos do Ágoras Cariocas, do SESC Tijuca, e apenas um, do Hotel da Loucura. Os dois últimos projetos estavam em seu ciclo final, ou fase minguante, quando passei a acompanhar o trabalho do grupo. O Ágoras é comentado em detalhes no capítulo 4.

A casa surgiu no final de 2014, após eles terem passado o ano trabalhando entre o Hotel da Loucura, praças e bibliotecas públicas. Apesar de ainda possuírem uma sede no Hotel, a alta demanda de projetos externos e a conseqüente diminuição da atenção dedicada ao projeto fizeram com que o grupo optasse por buscar outro local para desenvolver seu trabalho. Na época, eles concluíram que seria melhor ter uma sede própria para se concentrar nos projetos do SESC e outros, que demandavam uma alta energia de trabalho. A movimentação do Hotel não permitia que eles se concentrassem devidamente nos trabalhos, e, além disso, a parceria

requeria e merecia uma atenção e dedicação que eles não estavam conseguindo oferecer naquele momento e não lhes parecia justo seguir ocupando o local dedicado ao projeto. Além dessas questões, o ir e vir para o Instituto foi se tornando complicado com o tempo, pois para alguns integrantes o local era *contramão*, e um pouco perigoso, especialmente para as meninas, pois está localizado em uma área pouco movimentada do bairro.

Proprietário de uma casa em uma vila localizada no bairro de Benfica, o tio de uma das integrantes, a Gabi (que mora nessa mesma vila) convidou a rede a ocupar o imóvel após ter os planos de transformá-la em um empreendimento comercial adiado pela gravidez da esposa. O Norte tinha a oferta de não pagar pelo aluguel, e assim ficaram ao longo de 2015, possibilidade que terminou no início de 2016, quando o dono da casa recebeu uma proposta de aluguel de outra pessoa, mas deu preferência a eles, caso desejassem continuar lá e pudessem pagar. Eles passaram, então, a custear o aluguel e ficaram por mais um ano, saindo no mês de dezembro de 2016.

A casa de Benfica foi a primeira sede exclusivamente do grupo e uma experiência marcante para todos no tocante ao convívio pessoal e ao método de trabalho coletivo. O clima de informalidade era uma característica notável da casa, onde, nos dias em que não havia reuniões, a dinâmica era ainda mais relaxada. Ninguém tinha horário fixo para chegar e ir embora e ao longo de todo dia entravam e saíam pessoas, especialmente à tarde e à noite, períodos de maior movimentação. Apesar de ser a sede do grupo, a rotina flexível que possuíam não permitia a certeza de que haveria gente ali. Em uma de minhas idas, encontrei a casa fechada e, como não tinha o telefone de ninguém, fui embora. Os horários de cada um variavam conforme as atividades de cada dia e essas, por sua vez, de acordo com quem estaria na casa em determinado dia e horário. Havia poucas atividades programadas previamente e as decisões e os projetos iam se desenhando conforme os encontros se davam no dia a dia.

A primeira vez que estive lá foi no dia 4 de novembro de 2015. Ainda estávamos na primavera, mas fazia calor como em um típico dia de verão carioca. Peguei o metrô no Centro e pela linha 2 fui até a estação Triagem. Ao passar pela estação Maracanã, parada que estou familiarizada por conta da universidade, percebi a fronteira que estaria cruzando em direção à zona norte. É interessante notar que a estação anterior, São Cristóvão, já faz parte da zona norte, mas, em minha percepção de cidade, essa região começava apenas na estação do Maracanã. Essas diferentes noções de cidade, de indivíduos e grupos, estão presentes ao longo de todo este trabalho. A distância entre as estações Carioca, início da minha viagem, e Triagem, meu destino, que leva em torno de 30 minutos para ser percorrida, parece muito maior quando consideramos a distância social que separa os bairros da zona sul e do centro da zona norte da

cidade. A distância social, presente entre as classes sociais dessas regiões, se reflete no espaço e dá a percepção “natural” de que a distância física a acompanha. Conforme nos diz Bourdieu (2008, p. 160):

Não há espaço, em uma sociedade hierarquizada, que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as distâncias sociais, sob uma forma (mais ou menos) deformada e sobretudo dissimulada pelo efeito da naturalização que a inscrição durável das realidades sociais no mundo natural acarreta: diferenças produzidas pela lógica histórica podem, assim, parecer surgidas da natureza das coisas.

Com o endereço em mãos, realizei uma descoberta: o bairro de destino não possuía o mesmo nome da estação de metrô nele localizada. O bairro que abriga a sede do grupo e a estação Triagem chama-se, na verdade, Benfica. Benfica pertence à VII Região Administrativa do Rio de Janeiro, cujo principal bairro é São Cristóvão, seu vizinho, e um dos primeiros da zona norte a que se chega quando se parte do Centro em direção a essa região.<sup>32</sup>

Antes de dar início aos principais temas do trabalho da rede, farei um resumo de dois dias na sede para que o leitor tenha uma ideia da intensidade e dinâmica da casa. Ele contém situações centrais do trabalho da rede, que, após minha vivência no campo, se transformaram nos temas principais da minha pesquisa: os desafios do trabalho coletivo; a busca por alternativas de trabalho e formas de aprendizado não institucionalizadas; as desigualdades de classe, raça e gênero; a relação do grupo com a cidade, a aproximação que faz entre arte, cultura e política e, naturalmente, como essa relação se inscreve na realidade do campo da cultura, no Rio de Janeiro e no Brasil. Além da minha própria relação com o campo enquanto pesquisadora.

### 2.1.1 21 de março de 2016

Quando chego à casa, Marcell e um rapaz que não conheço estão na cozinha preparando a comida para o almoço. Eu e o então desconhecido nos apresentamos e descubro que seu nome é Jonas. É ele, na verdade, quem cozinha. O cardápio é salada de macarrão com frango. Marcell pergunta onde moro e damos início a uma conversa sobre casa e aluguel no Rio de Janeiro. Ele diz que mora com a mãe na Tijuca, mas que é *tranquilo*, porque só moram os dois e a mãe é boa gente. Afirma que morar com a mãe é bom, pois ele pode economizar o valor que gastaria com aluguel. Enquanto os dois agilizam o almoço, troco algumas palavras com Jonas. Ele conta que *está indo* lá há duas semanas, que trabalhava em outros lugares, mas no momento está

---

<sup>32</sup> Conforme o aplicativo Bairros Cariocas do Instituto Pereira Passos (IPP). Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145838ca64191be66f3e3#>>. Último acesso em: 14 maio 2018.

*ficando só aqui*. Jonas trabalha com vídeo e revela que já fez coisas com o Léo (Lima) do Cafuné na Laje<sup>33</sup> (coletivo parceiro do Norte).

Converso sobre a história da rede com Marcel, que relata um pouco como foi o ano de 2014, enquanto outros meninos chegam à casa: Carlos e JV. Gabi chega logo depois. Todos se sentam no quartinho do meio. Estão ouvindo o músico “Gramatik” e fumando enquanto veem e comentam sobre um *site* de documentários em 360°, sobre pessoas que moram em arranha-céus ao redor do mundo. O *site* chama-se “*Out my window*” (Disponível em: <<http://outmywindow.nfb.ca/#/outmywindow>>) e é todo interativo. Em cima de uma das mesas, está o livro *Estética Relacional*, de Nicolas Bourriaud.

Em outro computador, JV assiste a algumas imagens de uma viagem no interior de um trem do Rio e, quando pergunto a que se referem, ele conta que fazem parte de um uma pesquisa que vem fazendo com Gê, que naquele momento participa de uma residência artística na Maré. A tarde avança e circulo entre os diferentes cômodos da casa, nos quais uma ou mais pessoas conversam. Tento perceber o que acontece e me dou conta da dificuldade de apreender tudo, dada a dinamicidade da circulação e interação que ocorre entre todos. Em determinado momento, percebo que alguns deles estão no quintal brincando com as novas gatinhas, Vândala e Meliante. As duas apareceram no quintal frontal da casa, normalmente frequentado por gatos maiores, e o pessoal decidiu adotá-las.

Sentada no degrau que divide a cozinha do quintal, converso com Carlos, que me conta sobre os projetos atuais do NC. Ele diz que, por ele, a partir de agora, só trabalharia com *demandas internas*, que seriam projetos de criação exclusiva da própria rede e de seus integrantes, mas que *não dá, pois não entra grana*. Emenda dizendo que na verdade até seria possível, mas somente se a grana fosse conseguida antes. “Mas isso não seria uma demanda externa?”, pergunto. Ele afirma que não deixaria de ser, mas que o *patrocínio* seria de todo o processo, como se fosse um *canal de geração de conteúdo* e isso garantiria o desenvolvimento de todo o processo criativo da rede.

---

<sup>33</sup> O coletivo “Cafuné na Laje” é um grande parceiro do Norte Comum e integrantes dos dois grupos colaboravam em projetos de ambos os coletivos, fossem eles conjuntos ou não. O Cafuné trabalha com produções audiovisuais na educação e atua no Morro do Azul, no bairro do Jacarezinho, zona norte do Rio. Segundo sua página no Facebook: “é um movimento independente de arte-educação atuante no Rio de Janeiro, constituído de facilitadores que buscam otimizar o processo de aprendizado organizando estratégias autônomas de ensino. Utilizamos ferramentas artísticas, tendo o cinema e a fotografia como principais linguagens, com a finalidade de gerar reflexão crítica e estimular a preservação da memória atribuindo arte e tecnologia a esse processo orgânico de troca entre indivíduos”. Disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/cafunenalaje/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/cafunenalaje/about/?ref=page_internal)>. Último acesso em: 21 novembro 2019.

Conversamos um pouco mais e voltamos ao quatinho. Todos estão trabalhando em dois textos para enviar à Adriana Facina, professora do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que naquele momento produzia dois livros, um em parceria com Luiz Antônio Simas e outro com a Adriana Carvalho (professora da Universidade Federal Fluminense – UFF). Carlos pede que eu *dê uma olhada* nos textos e me sento no computador para lê-los. Trata-se de narrativas do cotidiano de alguns integrantes do grupo em seus deslocamentos pela cidade. O texto estava montado como uma única escrita coletiva, ainda que mantendo inalteradas cada uma das partes componentes. Os relatos se complementavam ao mesmo tempo que cada pedaço se mantinha independente. O que atravessava um dos textos era a ideia de “sobrevivência”, eixo proposto por Facina para um dos livros. Enquanto leio, os autores envolvidos (Carlos, JV, Thiago e Gabi) conversam sobre possibilidades para o formato final do texto: se deveria ser apresentado em fragmentos, se esses seriam mesclados ou mantidos independentes, como seria seu recorte e montagem, e por fim, em que ordem entraria cada parte. JV compara as escritas de cada um às pichações nos muros da cidade e diz a um dos companheiros que *as pichações estão em todos os lugares, não cabe juntar minha parte com a sua*. Enquanto leio os textos e eles conversam, ouvimos o músico japonês “Nujabes”.

Vou até a cozinha e encontro Gabi, que pergunta sobre minha pesquisa. Falo sobre as ideias iniciais e ela se interessa pelas referências acadêmicas que eu possa vir a usar, pedindo que a mantenha informada. Conta sobre duas iniciativas de grupos de estudos que já rolaram lá, com os professores Livia de Tommasi, da Universidade Federal Fluminense (UFF), e Evandro Ouriques, da UFRJ. Em seguida, descreve um trabalho que fez na faculdade de Geografia, que cursa atualmente, sobre um presídio e como os diferentes territórios construídos na cidade, do lado de “fora” (especialmente as fronteiras e disputas entre as diferentes facções dos detentos) se reproduziam lá dentro. Em determinado momento da conversa, comenta sobre o grupo fechado que o Norte tem no *Facebook*. Pergunto se poderia entrar, e ela responde que acha que não, pois *era só pro grupo, pra organizar as paradas*.

Almoçamos e após comer, o pessoal assiste ao vídeo de uma música do Stephen Marley. Puxo assunto com JV sobre o Ágoras Cariocas. Ele diz que vai rolar uma próxima edição, mas revela que o grupo atualmente está repensando toda sua atuação nas ruas. Conta que o objetivo do grupo nesse momento é de fazer menos eventos – e cita uma expressão do Carlos, que chama atenção para a possível efemeridade dessa ação: *evento é vento* – e mais esforço na direção de efetivar uma *disputa pelo imaginário*. Da forma como explica, entendo que farão isso através dos materiais que produzem. Ele começa a se arrumar para sair e Carlos pergunta se ele havia

feito o corte do seu texto. Ele responde que faria no *drive* do celular e, antes de sair, lê rapidamente o texto completo em voz alta para todos.

Enquanto cada um trabalha silenciosamente em um computador, vou até a sala. Lá encontro Fernanda, que brinca com os gatos. Começamos a conversar sobre sua trajetória de estudos e profissional. Descubro que ela fez *Design* na PUC e que atua no Norte realizando trabalhos de imagem, junto com Felipe e Pablo. Ela conta que sua parte no trio é mais técnica e menos criativa. *Os meninos é que ficam viajando, eu cuido mais da parte técnica*, diz ela. Conversamos um pouco mais sobre o trabalho desenvolvido por ela, que me explica que essa atribuição técnica do ofício do *designer* inclui, por exemplo, a decisão sobre a embalagem dos produtos, o tipo de papel, a tecnologia da impressão etc. Após nossa conversa, me dou conta de que já é meio da noite, me despeço dela e dos demais que estão na casa e vou embora.

### 2.1.2 19 de setembro de 2016

Carlos e Dudu estão no quarto da frente quando chego. Carlos lê o livro da Jane Jacobs, *Morte e vida das grandes cidades*, e Dudu edita vídeos. Sento-me lá com eles. Carlos puxa assunto sobre a festa na casa do Pablo em que estive presente, ocorrida na semana anterior, no Grajaú. Falamos sobre a animação do encontro, as músicas que cantamos no violão e ele revela que achou bacana me ver na festa. O assunto se volta ao bairro do Grajaú e ele menciona que lá há vários casarões para alugar. Aproveito para perguntar sobre a mudança da casa de Benfica. Ele conta que estão buscando, que ficarão ali até o final do ano, mas que pretendem virar o ano sabendo qual será o outro local para onde vão. Segundo ele, a busca está acontecendo principalmente pela zona norte, mas diz que tem olhado também algumas coisas diferentes, como por exemplo, sítios em Vargem Grande. *O lugar precisa ser de grandes proporções*, diz ele. Comentamos sobre a dificuldade que é buscar uma casa no Rio de Janeiro, devido ao preço, os entraves com a burocracia, a necessidade de um fiador. Pergunto como será isso e ele me diz que vai ser complicado. Talvez o Thiago possa assinar, porque tem um imóvel em seu nome.

Carlos revela que eles têm a ideia de filmar essa busca por um imóvel. De irem em duplas e enquanto um filma a casa, o outro conversa com a pessoa responsável. O intuito seria fazer uma pesquisa sobre a experiência de se buscar uma casa para alugar na cidade. Uma proposta para o título do filme, diz ele, pode ser *Imóvel: ninguém se move na cidade*, que mostra, entre outras cenas, casas vazias e sempre pessoas das mesmas famílias alugando os imóveis. Comento sobre o filme do Kleber Mendonça, que aborda a gentrificação em Recife. Começamos a falar sobre o roteiro, o estilo do diretor pernambucano e Carlos menciona que o



filme tem a Globo Filmes como patrocinadora, insinuando que o diretor, apesar de crítico, está dentro do grande mercado comercial do cinema. Refletimos sobre esse monopólio dos meios culturais e concordamos que patrocinando cineastas e filmes com temas políticos, a Globo controla os discursos hegemônico e o contra-hegemônico, impondo-lhes limites.

Gabi chega e se põe a fazer um trabalho da faculdade. Me pergunta se eu li seu texto, narração do vídeo feito durante o trajeto percorrido no projeto “Delírios Coletivos” (sobre o qual falo no capítulo 4), que me mandou por *e-mail*. Disse que sim e o elogiei. Comentei que pensei em utilizar alguns fragmentos na tese e perguntei, se caso o fizesse, deveria atribuir o texto ao “Norte Comum” ou ao seu nome. Ela responde que eles usam o nome pessoal, pois é importante manter a individualidade. Pergunto por que eles costumam também usar o nome do coletivo na assinatura e ela diz que é importante porque as outras pessoas do grupo sempre ajudam, direta ou indiretamente.

Na cozinha, Dudu e Carlos preparam o almoço. Comento que às vezes como lá e nunca participo da caixinha, aproveitando para falar sobre um assunto que vinha me incomodando. Carlos diz que a caixinha está desorganizada, que ninguém está fazendo isso bem, mas que vai se ajustar. *Tá suave*, me tranquiliza Dudu. Carlos assume que a casa é uma *gestão difícil de fazer*, pois cada um tem uma relação diferente com a *coisa*. Diz que cada um paga um pouco os gastos do próprio bolso e que também sai do dinheiro do Norte, que no momento tem muito pouco ou quase nada.

O almoço fica pronto e todos se colocam na mesa do quintal. Sento-me fora da mesa. Gabi pergunta como está a pesquisa. Sentado ao lado, dessa vez é Carlos que comenta sobre os grupos de estudos que aconteceram lá e elucubra porque talvez não tenham durado mais tempo. Além da dificuldade de conciliar horários, ele reflete, enquanto afirma que *não dá para tentar aplicar em um lugar o que se aplica em outros círculos. É preciso que seja um movimento de dentro pra fora e não o contrário.*

Depois do almoço, os meninos conversam e riem alto na cozinha, como de costume. Falam de bebedeira e doideiras. Carlos conta a história do padrinho, que morreu de tanto beber e fumar cigarro. JV chega e, do quintal, o escuto na cozinha, falando sobre as coisas que precisava fazer ali, entre elas, editar o material do Ágoras. Ele e Jonas vão para o quarto do meio, passo na porta e ouço eles conversarem algo sobre *ter rotina*. Os outros meninos também vão para o quarto. Conversam, fumam e ouvem música. O quarto é pequeno e fico sem graça de entrar. Muitas vezes, os meninos se juntam e brincam entre eles e me sinto desconfortável nesses momentos, ainda mais quando estão nesse quarto, que, além de pequeno, é pouco

iluminado, gerando um clima intimista. Pelo quintal, ouço que falam sobre disciplinas da universidade, assim como criticam o desempenho e a conduta ética de alguns professores.

Vejo Gabi na cozinha e pergunto pelas outras meninas. Ela responde que combinaram um encontro para a noite do dia seguinte. Menciona que Safira começou a cursar a escola Darcy Ribeiro de cinema, que também pegou uns trampos e que agora está sem tempo para ir à casa. Depois que Gabi entra no quarto, onde estavam os meninos, tomo coragem e apareço na porta. Cumprimento Edu, que estava lá, mas eu ainda não havia visto. Edu aparece de vez em quando. Eles conversam sobre projetos futuros, mencionam possíveis filmagens na casa. Carlos comenta sobre a animação “*Les contes du Paris perché*”, que mescla animação sobre a cidade francesa e apresentações musicais em seus terraços. Edu conta que está pesquisando a cantora americana M.I.A e seus vídeos. JV revela que não gosta muito dos vídeos dela. Entendo que eles estão buscando inspiração para os vídeos que pensam em fazer na casa. Enquanto conversam, Dudu e Leo Lima combinam uma gravação externa. JV conta que as fotos que fez na Vila Autódromo estão em exibição na Casa Pública em Botafogo. Na sequência, comenta com os outros sobre um curso intensivo de *software* livre que o pessoal do Pontão do Jongo da UFF está pensando em dar.

Enquanto Carlos e Edu seguem no quarto do meio, a galera mais envolvida com os trabalhos de imagem (JV, Dudu e Léo Lima) se reúne no quarto da frente para falar sobre vídeos que estão produzindo juntos. Assistem ao vídeo do time de futebol do Azul (do Morro do Azul, no bairro do Jacaré), que talvez vá ser exibido na TV Brasil, e planejam novas gravações. Um deles comenta sobre talvez filmar no dia das crianças (alguma festa que será realizada no Azul) e todos conversam sobre *takes* bons para editar o vídeo do jogo que está sendo exibido naquele instante no monitor. Léo conta que Alice colocou uma *pillha nele* de fazer um laboratório (não entendo se de foto ou vídeo) lá no Azul e que ele *pillhou na parada*. Acrescenta que (o laboratório) com o *site* ia ficar maneiro. Carlos relata que teve umas visões semana passada de que eles estavam em uma creche no Azul. *A gente fala tanto da escola... a escola já tá ali*. Ele defende que é preciso pensar como eles trocam, como passam o conhecimento.

Jonas chega, diz que tá com sono e que quer jogar um pingue-pongue para acordar. Dudu e Edu começam a jogar o jogo na mesa que fica na sala. Pergunto à Carlos o que ele está achando do livro de Jacobs. Ele responde que gosta e que fará um *remix* do livro, mesclado com ideias suas. Carlos pergunta a Léo se ele está indo à faculdade, ele responde que sim, que *tá desestimulante, mas tá maneiro*. Carlos comenta algo sobre um amigo que trabalha com somaterapia em Poços de Caldas. Léo conta sobre os projetos de educação que está criando na faculdade, como por exemplo, uma dança das cadeiras em que ninguém perde.

Todos começam um bate-papo sobre educação, do qual também participo. Léo critica a dificuldade da escola em contextualizar o aluno, buscar saber de onde ele veio, falar na sua linguagem. Comenta que a educação é padronizada e homogeneiza o aluno. *A escola destrói a escola*, lamenta ele, afirmando que o professor precisa estar no cotidiano do aluno para entender sua realidade. Ele estuda como o audiovisual pode ser incorporado ao letramento e de que maneira pode ser absorvido pelos alunos. Me revela que retornou à faculdade para voltar a ler e escrever.

Gabi retorna ao quarto e se deita no chão. Depois lê um pouco. Carlos escreve e parece refletir sobre seu texto. Depois levanta e vai jogar pingue-pongue com Léo. Edu comenta que foi no Gê, que ele está em casa, fazendo obras. Enquanto isso, JV e Jonas trocam ideias sobre os vídeos do Azul. JV pega e começa a folhear o livro *A memória do Jongo*.

Gabi me pergunta quais as coisas mais legais que ando lendo para a pesquisa, conto sobre algumas etnografias urbanas e começamos a conversar sobre eventos culturais nos espaços públicos. Ela comenta sobre a presença cada vez mais forte do capital nesses eventos. Disse que foi ao evento “Coro Come” no final de semana anterior na praça Paris, onde também estive, e argumenta que eles dizem que as coisas são no máximo 20 reais, mas que ao final tudo acaba saindo por 20 reais. Em sua opinião, são eventos voltados ao consumo e não à troca, ao encontro. *Se o evento cultural se transformar nisso será uma tragédia*, avalia. Comentamos sobre a falta de camelô dentro do evento, restritos a venderem do lado de fora (ou pela grade do parque, como faziam), algo que me incomodou muito na ocasião. *Quase pedindo pelo amor de Deus*, acrescenta ela.

Gabi reconhece que é importante ter um lugar para os expositores pequenos, que ela inclusive trabalha como *freela* para uma marca de cerveja artesanal, mas que eles devem então se assumir como um evento voltado ao consumo. Ela conta que tem um amigo que toca no grupo “Beachcombers”, banda que vem se apresentando em vários eventos públicos e participou do referido evento, e que se incomoda muito com a passividade do consumidor nesses lugares, o fato dele estar ali apenas observando.

Sobre o evento no passeio público “O Passeio é Público”, ocorrido no ano anterior, ela relata que o Norte foi convidado, mas que uma parte da galera não curtiu muito a proposta do evento. Ela explica lembrando que o evento não foi apresentado apenas como um *evento no passeio* e, sim, *o evento de revitalização de lá*. E se pergunta, *por que o passeio? Por que lá é mais importante que outros espaços?* Ela declara que o evento pareceu a eles *uma iniciativa muito pontual, uma coisa grande, que não tinha continuidade. O passeio está a mesma coisa se você for lá hoje*, reflete. Gabi segue analisando iniciativas culturais e confessa que algo que

a incomoda é a crítica a determinadas expressões como se não representassem política e resistência, como às vezes acontece em relação ao Norte Comum, e dá o exemplo dos julgamentos que receberam na ocasião em que realizaram um sarau “Tropicaos” no mesmo dia de uma manifestação “Fora, Temer” (contra o processo de *impeachment* da presidenta Dilma e o consequente mandato do presidente Michel Temer). Nesse dia, eles receberam críticas na página do *Facebook* afirmando que o evento deveria ser cancelado por conta da manifestação. *Peraí, nós estamos fazendo um trabalho contínuo aqui, persistente... Há uma falta de reconhecimento de outras formas de arenas políticas, de outros espaços de resistência, desabafa ela.*

### 2.1.3 Arquitetura da casa e a relação com o bairro

A casa é de construção antiga e cor amarela. Separando-a da calçada, há um muro baixo, que sustenta uma grade de cor prata. Ao lado direito, há um portão também prata, com duas partes, das quais apenas uma é aberta diariamente. A grade e o portão, como o muro, também são de baixa estatura, o que deixa a fachada da casa totalmente aparente para a rua. Adentrando pelo portão, há um pequeno quintal de piso frio à esquerda, como os existentes em muitas casas da zona norte, para então começar a edificação da casa em si. A fachada possui duas janelas gradeadas, protegidas por pequenas marquises de telhas, e a imagem de Santo Antônio em um losango de azulejo ao centro no alto. Ambas as janelas dão para o quarto da frente. Não há nenhuma placa ou letreiro que indique que ali é o Norte Comum ou que tipos de atividades são desenvolvidos. Ao lado da fachada com janelas, está um corredor estreito que leva à porta de metal e vidro que dá acesso ao interior da casa. Antes da porta, há uma pequena escada com três degraus. Apesar de fazer parte de uma vila, com a qual é comunicada através de um portão nos fundos, a frente completa da casa está voltada para a rua.

Ao olhar de fora, se tem a sensação de que a casa é pequena, devido à largura estreita, no entanto, sua profundidade garante um tamanho de imóvel que abriga bem dois quartos, uma sala, dois banheiros, sendo um externo, a cozinha e um quintal atrás. No total, deve ter algo em torno de 100m<sup>2</sup>. Na ordem dos cômodos, tem-se, à esquerda de quem entra, o quarto da frente ou o maior, a sala, o quarto do meio ou o menor, o primeiro banheiro e a cozinha. Ao adentrá-la e quebrar mais à esquerda, chega-se ao quintal, onde está o segundo banheiro. O uso dos cômodos, bem como a disposição dos móveis em cada um deles foram alterados inúmeras vezes desde que passei a acompanhar o cotidiano da casa, tomando três arrumações principais, que chamarei aqui de “inicial”, “intermediária” e “final”.

No quarto da frente, a parede oposta às janelas é pintada com uma tinta verde escura, onde se pode escrever com giz, semelhante a um quadro negro escolar. Inicialmente, nesse quarto, havia duas mesas grandes, uma no centro, que por vezes era utilizada para trabalho com *laptops*, e outra encostada em uma das paredes, ao lado de uma estante de livros – além de mesas menores e cadeiras de madeira e plástico. Me recordo de ter visto na estante livros de sociologia, antropologia, filosofia, comunicação e literatura, a maioria sobre a temática urbana. Por cima das mesas grandes e médias, cadeiras e estante, havia impressos de fotografias, catálogos de arte e desenhos de xilografia. Na parede, alguns *post-its* davam pistas sobre uma agenda semanal de atividades. Ao longo dos primeiros meses, poucas vezes vi esse quarto ser utilizado, talvez para uma breve reunião, uma conversa privada ou alguém trabalhando por pouco tempo, usos que se transformaram posteriormente. Na arrumação “intermediária”, esse cômodo abrigou um sofá e perdeu as mesas maiores, que foram para a sala, passando a ser um espaço mais adequado ao relaxamento e à leitura. Por fim, abrigou a ilha de edição e as mesas maiores, tornando-se o principal cômodo de trabalho. A parede de giz nunca foi muito utilizada. Ainda que de vez em quando alguém a preenchesse com projetos, atividades pendentes ou desenhos, poucas pessoas a consultavam.

A sala, primeiro cômodo que vemos ao entrar na casa, possui duas janelas: uma que dá para o corredor externo e outra para a entrada da vila. Inicialmente, era preenchida por um sofá, um pufe, uma cadeira de tecido e uma pequena mesa de plástico, que caracterizavam um ambiente despojado. Havia também instrumentos de percussão, como duas alfaias e um pandeiro, e pequenos quadros de fotos em preto e branco da cidade presos nas paredes. Em um segundo momento, a sala foi ocupada por mesas grandes, cobertas por computadores e *laptops*, sendo os computadores da ilha de edição, os mais utilizados por todos, ainda mantidos no quarto menor. Por fim, o espaço abrigou apenas a mesa de pingue-pongue, fase em que foi mais frequentado. A sala era também bastante utilizada quando eram realizados eventos abertos ao público.

O quarto menor, que também chamo de “quarto do meio” por estar situado no meio da casa, foi por muito tempo o local mais usado para o trabalho. Apesar de pequeno, todos pareciam se sentir confortáveis trabalhando bem próximos uns aos outros. Era lá que ficava a ilha de edição, antes de ser levada para o quarto da frente. Além da ilha, esse cômodo chegou a alojar mesas menores para dar lugar a mais pessoas trabalhando. Após a retirada da ilha, passou a abrigar esteiras para quem quisesse descansar ou passar a noite e serviu de cama para os rapazes que moraram lá por um tempo, como foi o caso de Jonas e Dudu. O cômodo possui apenas uma pequena janela que dá para o quintal e talvez por isso seja pouco iluminado. Ao

lado desse quarto, está um dos banheiros. Tanto esse banheiro, como o externo, era usado para o banho.

Saindo do banheiro interno, a esquerda está a cozinha, que, junto com o quintal, era o ambiente mais frequentado da casa. A cozinha era equipada com fogão, geladeira e todos os acessórios necessários para cozinhar. Nela havia também uma mesa grande de madeira, uma parede para escrever a giz, caixotes usados como armário e uma mesa redonda de plástico, utilizada para comer e, às vezes, como local de trabalho. Essa mesa muitas vezes era colocada no quintal. Na cozinha, a conversa rolava solta e quase todos arriscavam preparar algo de comida, com destaque para Jonas, que, depois que foi para a casa, era quem mais se dedicava a preparar as refeições. A cozinha possui uma janela alta que dá para o quintal e uma porta de metal e vidro para chegar a esse local externo.

O quintal era o outro ambiente favorito do pessoal. No início, possuía uma rede de cordas, presente de um amigo artista plástico, e posteriormente acolheu caixotes de madeira, vasos e garrafas *pet* com plantas de tempero, flores e suculentas. As paredes do quintal eram coloridas com tintas de cor, desenhos, grafites e escritas. Em uma das esquinas, havia um pequeno portão metálico que dava acesso à vila e no canto oposto uma pequena área azulejada com o tanque, que posteriormente iria acomodar a geladeira, inicialmente localizada na cozinha. No meio do espaço, estava o banheiro externo, e, na direção dele, na outra extremidade, um cantinho que em determinado momento seria utilizado para experiências corporais, fotográficas e audiovisuais. O quintal era um lugar muito frequentado por todos, principalmente para beber, fumar e conversar, mas também para o trabalho e para reuniões maiores, as *rodas*. Lá era o primeiro local para onde a maioria das pessoas ia ao chegar na casa, inclusive eu.

Conforme opinião de alguns integrantes, que se queixavam da umidade, a casa dava sinais de necessárias reformas, evidentes nas marcas de infiltração e descamação da pintura. Sua metragem era insuficiente e os móveis não eram os mais adequados para comportar ambientes confortáveis de trabalho para tantas pessoas a um ambiente de trabalho e a presença dos mosquitos completava o desconforto, que incomodava a diversos integrantes que se sentiam impossibilitados de trabalharem ali por muitas horas. Quando havia algum evento, era feito um mutirão para a limpeza e arrumação, que recebiam pouca atenção no dia a dia. Os móveis eram usados e a maioria dos computadores, de gerações passadas. Havia, no entanto, alguns poucos equipamentos novos e de alto valor entre os bens da rede, como o sistema de som, *laptops* e uma Kombi, roubada no final de 2016. Muitos itens foram doados por amigos e simpatizantes do trabalho do grupo, desde equipamentos eletrônicos até acessórios de cozinha.

É simples chegar lá. Uma das saídas da estação Triagem do metrô dá direto na rua Francisco Manuel e em poucos metros se encontra a casa, o que facilita bastante a comunicação com outros bairros da cidade e simplifica a circulação de integrantes e visitantes. É possível também ir de trem e saltar na estação de mesmo nome ou ainda de ônibus, já que a poucos metros dali está a avenida Dom Helder Câmara, antiga Suburbana, uma das principais vias da zona norte, por onde passam diversos ônibus que adentram o subúrbio<sup>34</sup> e o comunicam com o centro e, mais precariamente, com a zona sul. A casa está localizada quase em frente ao Hospital Central do Exército (HCE) e em toda a extensão da rua há bares e restaurantes de variados tamanhos, especialmente próximo à rampa que leva ao metrô e ao trem, onde uma parte fechada da rua abriga diversas mesas de bar, barracas, ambulantes e toda sorte de comidas, bebidas e pequenos produtos. Às sextas-feiras, é comum encontrar alto-falantes tocando *funk* e samba nesse pedaço, que fica lotado de gente.

O comércio, junto ao fluxo diário do grande hospital, oferece à rua um movimento constante de pessoas, carros e ônibus. Em frente à casa, há o ponto final da linha 472, Triagem-Leme, onde uma fila de pessoas se forma nos horários de pico. Próximo dali estão ainda uma grande unidade do SENAI (Instituto SENAI de Tecnologia Automação e Simulação) e a sede da Record, situada no quarteirão seguinte à sede, que geram um grande vai e vem de pedestres para os transportes públicos, especialmente no início e no final do dia.

Toda essa movimentação acontecia em paralelo ao cotidiano da casa. Uma vez lá dentro, não se percebia a intensidade do movimento e ninguém se referia à rua ou ao bairro, a não ser para ir ao mercado fazer compras para as refeições, ao minúsculo bar vizinho, que funcionava dentro de uma garagem, para comprar cerveja, ou vez ou outra, à padaria-armazém, adquirir pão ou alguma coisa que fizesse falta de última hora. Nas vezes que almocei no restaurante a quilo a poucos metros da casa, tomei café em outro restaurante ou mesmo cerveja em um bar no *point* ao final da rua, perguntei aos donos e/ou trabalhadores dos estabelecimentos se sabiam o que acontecia na casa ou quem trabalhava lá e nenhum deles tinha conhecimento. Certa vez, estávamos no quarto da frente, quando uma mulher perguntou pela janela por uma das gatas. Ela gostava de interagir com os felinos e os meninos suspeitavam que ela trabalhava na Record. A interação gerou comentários sobre o desconhecimento das pessoas do bairro em relação à rede. Na ocasião, JV contou que soube que outra mulher, que trabalhava na empresa de

---

<sup>34</sup> O subúrbio é uma categoria amplamente trabalhada pelas Ciências Sociais, como nos mostraram Guimarães e Davies (2018), em trabalho recém-publicado. Essa categoria, ainda que poucas vezes, será acionada neste trabalho, conforme veremos no capítulo 4. Neste momento, a utilizo como um simples sinônimo da categoria “zona norte” – essa, sim, central nesta pesquisa – e de seu conjunto de bairros.

comunicação, perguntara a alguém do bairro se ali seria uma seita. Marcell comentou que um dia, no açougue, um homem perguntou se ali seria uma “república”. Com exceção de Gabi, que nasceu na vizinhança e há anos morava com a família na vila contígua à casa, os demais integrantes pareciam conhecer somente o dono do bar-garagem que toca violão, seu Orlando.

Apesar de bem comunicado e próximo ao centro, Benfica não foi uma escolha do grupo e, sim, um acaso surgido através da oportunidade de um imóvel oferecida por um conhecido. A casa poderia assim estar localizada em qualquer outro lugar da zona norte, pois Benfica não é um território de ação do trabalho do grupo, tampouco um local que possui uma relação histórica ou emocional com seus integrantes – com exceção de Gabi. A maioria dos participantes nasceu e/ou morava em outros bairros da zona norte.

Apesar da falta de interação com o dia a dia do lugar, alguns, como Gabi, desejava trocar mais com a vizinhança. Já Carlos achava bom que os vizinhos temessem a casa, pois isso poderia significar proteção. Pablo concordava com Gabi: seria bom se aproximar dos moradores e frequentadores do bairro, chegando a sugerir que colocassem a mesa na calçada para realizar as refeições. Essa aproximação acabaria por ser praticada meses depois, em eventos abertos que o grupo realizou na porta da casa e que são comentados em seguida.

#### 2.1.4 *Chegando junto ou colando: integrantes e suas atividades individuais-coletivas*

O início do movimento de formação do Norte Comum, em 2011, contou com a participação de muitos jovens e, desde o princípio, cada pessoa manteve uma relação particular com o trabalho. Cada um *chegava junto* ou *colava* como era possível. Esse chegar podia ser com muita ou pouca frequência, mais ou menos envolvimento, porém o que havia de comum entre todos era a empatia e a vontade de colaborar com a movimentação que surgia. O chegar junto era visto com certa dificuldade por alguns integrantes, que não sabiam ao certo se estavam dentro ou fora do grupo. Esse ritual de entrada não era claro para os que tinham dúvida sobre o que deviam fazer para se sentir integrado ao grupo. Como disse Alice, *não tem muito dentro e fora*; seguida por um comentário de Gabi: *há um pertencimento que tem uma hora que você sente*. No entanto, essa dúvida sobre estar dentro ou fora também afastava quem não sabia muito bem como reagir a essa indeterminação, como o que aconteceu com Caíque. *Eles disseram “Chega aí”, mas era difícil, você não entende direito da estrutura, você não sabe como é esse “Chega aí”*.

Segundo todos os integrantes com quem conversei, a flutuação de pessoas desde o início do movimento foi muito grande e envolveu tipos de participação bastante diferentes. Não



pretendo aqui dar conta dessa fluidez, até porque seria impossível. No lugar disso, relatarei alguns pontos que foram classificados como importantes por meus interlocutores. As reuniões que ocorriam nas praças e na época do SESC (como veremos adiante) chegaram a agregar mais de 30 pessoas. Dessas, algumas compareciam apenas nas reuniões, outras atuavam também nos eventos, e um grupo de aproximadamente 20 pessoas passou a acompanhar o trabalho cotidiano demandado pela organização dos primeiros projetos no SESC. Nesse grupo, sempre houve um subgrupo que esteve mais presente e um outro que variava de acordo com distintas razões. Como uma gema e uma clara de ovo, que andavam sempre juntas, mas que mudavam de forma constantemente<sup>35</sup>.

Em determinado momento, no ano de 2012, havia uma divisão de objetivos no grupo entre os que preferiam manter o trabalho apenas na Tijuca, formando um coletivo local, e os que gostariam de ampliar a atuação para outros bairros da zona norte, como Carlos. Foi feita uma reunião em que o desejo de cada um foi colocado e um grupo optou por ir para o Hotel de Loucura, no Engenho de Dentro, dando origem a uma espécie de *núcleo* que passou a trabalhar junto desde então.

A coesão desse *núcleo* se fortaleceu a partir da sede estabelecida em 2013 no Hotel, ano em que JV, Thiagão e Gê, e posteriormente Alice, Fernanda e Liz se somaram ao grupo anterior, totalizando 13 pessoas. Foi essa composição que conheci na casa, com o acréscimo de Jonas e Dudu, que, apesar de conhecerem a rede anteriormente, passaram a conviver cotidianamente com o trabalho a partir do ciclo em Benfica. Além deles, havia sempre alguém novo na sede, vários cujos nomes sequer tive a oportunidade de registrar. Tinham aqueles que iam pouco, mas sempre retornavam, como Bárbara (irmã de Gabi, que ia à casa, mas não participava do trabalho coletivo), Renan, Isabel e seu amigo “Goldman”. Os que frequentaram muito durante um tempo e agora retornam com pouca assiduidade, como o caso de Edu. Alguns que todos conheciam de longa data, mas que vi na casa uma ou poucas vezes, como André (“o mestre das impressoras”), Marcão (irmão do Marcell) e Thiaguinho. Havia ainda aqueles que conheceram o Norte já instalado na casa e começaram a ir de vez em quando, como Safira e os alunos do projeto Kabum, entre eles Paulo, que chegou a dormir algumas noites por lá. E outros inúmeros amigos e conhecidos que surgiam para colaborar em alguma coisa, *chegavam junto* nos dias de evento, apareciam para trocar ideias e/ou serviços e pensar formas de cooperação e projetos conjuntos,

---

<sup>35</sup> Esta analogia foi feita por Pablo Meijueiro em conversa pelo *Whatsapp* no dia 26 de julho de 2018, quando conversávamos sobre o envolvimento dos participantes nesse momento inicial da rede.

ou ainda passavam só para dar um alô, acompanhar o trabalho ou tomar uma cerveja. A casa tinha um constante entra e sai de gente.

Por uma questão de tempo, espaço e necessidade de escolha, me limito a falar aqui detalhadamente apenas dos integrantes desse *núcleo*, com quem convivi por mais tempo porque estavam presentes no dia a dia. Ainda que fosse o cerne do trabalho da rede, mesmo esse *núcleo* lidava com o envolvimento diferenciado de seus membros. Os movimentos de aproximação e distanciamento se davam conforme a afinidade, a capacidade e o interesse pessoal de colaborar com cada projeto, e variavam de acordo com a disponibilidade de tempo de cada um, que se alterava em relação ao envolvimento em atividades externas. Essa flutuação era vista com naturalidade pelos integrantes, apesar de frequentemente pautar debates sobre a viabilidade de continuação do grupo e de seus projetos futuros.

Dos 15 integrantes do núcleo, apenas quatro eram mulheres. A massiva presença masculina chamava atenção e dava dimensão a uma série de especificidades que veremos adiante. Dos 11 homens, cinco eram negros. As mulheres eram todas brancas. Se, no que concerne ao gênero e à raça, havia variações dentro do grupo, não é diferente no tocante às condições materiais de existência. Havia os de classe popular e os de classe média, aqueles cuja família tinha casa própria e aqueles que não, os que podiam depender financeiramente dos familiares e os que não tinham outra opção, senão buscar diariamente seu sustento, e ainda aqueles que optaram cedo pela independência financeira e trabalhavam há anos. Essa variedade de perfis oferecia uma grande diversidade de formas de ver o mundo, ideias e experiências que enriqueciam a atuação do grupo e garantiam sua singularidade, ao mesmo tempo que instaurava diferentes tipos de envolvimento com o trabalho e refletia desigualdades sociais. Para melhor entendimento, um resumido perfil socioeconômico dos integrantes do núcleo é apresentado a seguir. Em relação à cidade, a maioria nasceu e vivia em bairros da zona norte, mas havia um menino e uma menina que moravam na zona oeste e outra integrante, na zona sul. A relação entre a vida dos participantes e a cidade é vista com mais detalhes no capítulo seguinte.

A divisão de atribuições entre eles não era algo simples de identificar, já que todo mundo fazia ou tentava fazer um pouco de tudo, sendo isso, inclusive, um objetivo do grupo: que todos experimentassem trabalhar com diferentes linguagens e assumissem atividades diversas. No entanto, fosse por afinidade, experiência, interesse ou disponibilidade, muitas vezes, os projetos eram tocados individualmente ou em “mininúcleos” temáticos, como era o caso das *galeras do audiovisual, do design e da fotografia*, como veremos na sequência das biografias individuais dos participantes. Ao abordar cada um nesse apartado, citarei sua idade no momento da

entrevista, resumirei suas histórias de família, perfil econômico, estudos realizados<sup>36</sup>, a forma como se aproximou da rede e as principais atividades lá desenvolvidas.

### **Marcell Carrasco – “Cecel” (28 anos)**

Marcell nasceu na Venezuela e veio para o Rio ainda criança. O pai, negro e jogador profissional de futebol, conheceu a mãe no país latino onde também nasceu seu irmão mais velho, Marcão. A família paterna é do morro do Salgueiro, na Tijuca, onde seu pai foi morar com a família e onde ele passou a infância e adolescência. Marcell conseguiu estudar em bons colégios particulares porque teve bolsa de estudos como jogador de basquete. Segundo ele, *sempre viveu em dois mundos*. Se formou em Jornalismo na antiga Faculdade da Cidade, mas trabalhou pouco nessa profissão, pois a via como uma carreira muito mercadológica. Foi uma professora da pós-graduação em Jornalismo Cultural da UERJ que abriu seu horizonte sobre as possibilidades de aliar comunicação a outros tipos de ação cultural. Durante a adolescência na Tijuca, conheceu Carlos e Pablo Meijueiro, que moravam no pé do morro (essas conexões da adolescência são mais bem detalhadas em outro apartado). Junto com eles, tramou os primeiros movimentos que deram origem ao que se tornou o Norte Comum e, por isso, está desde o início da rede, onde atua principalmente como produtor, dedicando-se a viabilizar financeira e materialmente o trabalho do grupo.

### **Pablo Meijueiro (28 anos)**

Pablo, irmão de Carlos, nasceu e viveu a maior parte da vida na Tijuca. Com a facilidade do pai professor de educação física, praticou gratuitamente todos os esportes que pôde nos lugares onde o pai trabalhou. Sempre gostou de surfe, música e desenho, mas, com a falta de estímulo para a carreira artística – vinda da mãe que testemunhou muito artista passando fome no pouco tempo que estudou Belas Artes –, cresceu achando que seria advogado, como ela. A família, de classe média baixa, depositou muitas expectativas meritocráticas nele e no irmão ligadas a profissões “tradicionais”, mas o gosto pelas artes o levou a se graduar em *Design*, pela Faculdade da Cidade. Com Carlos e os amigos que conheceu no bairro de nascença, teve uma

---

<sup>36</sup> A opção por mencionar a graduação dos integrantes em lugar de definir suas profissões (por exemplo, ‘formado em jornalismo’, ao invés de ‘jornalista’) se justifica porque, em muitos casos, os membros não desempenhavam atividades relacionadas à sua área de graduação ou combinavam atividades dessas áreas a diversos outros campos do conhecimento. Relacioná-los a uma única profissão seria reduzir a multiplicidade de suas habilidades individuais e práticas cotidianas.

marca de roupas, organizou eventos e deu início ao embrião do Norte Comum. Na rede, atuava principalmente como *designer*.

### **Carlos Meijueiro (30 anos)**

Carlos Meijueiro também nasceu e cresceu na Tijuca. Assim como o irmão Pablo, desde muito jovem, sofreu com o cotidiano das escolas. Não via sentido e não conseguia se adaptar às regras do sistema escolar e por isso passou por muitas instituições até conseguir terminar o ensino médio. Carlos gostava de ir à praia e jogar futebol. Nesse esporte, quase se tornou um jogador profissional, mas desistiu e ingressou no mundo universitário, onde, depois de ser expulso de uma faculdade particular de Direito por criticar a desigualdade da aplicação da justiça praticada pelo fundador da instituição, se graduou em Jornalismo pela Faculdade da Cidade, como Pablo e Marcell. Teve um papel central no início da formação do Norte Comum, divulgando as principais ideias do movimento e agregando parceiros. No Norte, atuava tecendo pontes entre as ideias, as pessoas e os projetos, levados à frente, muitas vezes, por seu entusiasmo contagiante. Estava na casa de Benfica quase todos os dias. Em relação à rede, disse que sentia que estava sempre *organizando a pelada*. Carlos é um observador minucioso do cotidiano da cidade: reuniu esses olhares no livro “Janela Destravada”, lançado em 2016. Diversos textos do livro compõem sua dissertação<sup>37</sup> de mestrado em Cultura e Territorialidades pela UFF.

### **Roberto Barrucho – Beto (29 anos)**

Os pais de Roberto se conheceram no Catumbi, onde ele nasceu. Entre lá e o bairro do Riachuelo, Beto viveu boa parte da vida. Cresceu em uma família de vários irmãos, em que todos trabalharam nos negócios familiares de alimentação natural da mãe e do padrasto. Vindos de uma família de classe média baixa, o casal, pioneiro no movimento de vegetarianismo no Rio de Janeiro, precisou trabalhar muito para sustentar todos os filhos. Roberto se sente privilegiado por ser o único filho do primeiro casamento da mãe e poder contar com a ajuda financeira de seu pai, de classe média. Começou sua vida escolar em um lugar com uma proposta alternativa de educação, que estimulava a autonomia e o desenvolvimento pleno do

---

<sup>37</sup> A dissertação de Carlos Meijueiro reúne experiências no cotidiano da cidade através da articulação que o autor estabelece entre três “janelas”: a “janela do tempo ou da memória”, na qual apresenta suas experiências cidadinas do passado; a “janela do movimento e da lentidão, da metáfora”, a dos transportes coletivos, em que Carlos relata suas vivências desde as janelas dos ônibus em movimento e a “janela do registro, do *Facebook*, aberta no *smartphone*”, na qual registra suas narrativas textuais sobre a cidade (MEIJUEIRO, 2015).

aluno, e isso influenciou muito na pessoa que é hoje. Depois disso, foi estudar em escolas particulares na Tijuca. Na universidade, após alguns anos estudando Fisioterapia, largou o curso e foi estudar Produção Fonográfica, faculdade em que se graduou pela Estácio de Sá. Há alguns anos é funcionário da EBC, onde trabalha como técnico de som na Rádio MEC. Esteve desde o início do Norte, pois conhecia Carlos, Pablo e Marcell do segundo grau na Tijuca e com eles trabalhou na confecção de camisetas e na organização de eventos. Na rede, fazia contatos com artistas, se responsabilizava pelas obrigações formais e tocava a burocracia da captação de renda e prestação de contas.

### **Gabriela Faccioli – Gabi (22 anos)**

Gabi nasceu em Benfica e mora com os pais na vila que abriga a casa onde era a sede. O pai é jornalista da EBC e a mãe, assistente social, trabalha no Degase [Departamento Geral de Ações Socioeducativas] e em um presídio em São Cristóvão. Gabi estudou em colégios particulares e no Pedro II, colégio público de renome, onde fez parte do movimento estudantil. Ainda estava no colégio, quando soube por uma amiga que havia começado a rolar uns eventos na UERJ para *pensar a cidade*. Foi a uma das primeiras reuniões e participou intensamente desde o início do movimento. Por muitos anos, Gabi foi a única menina do grupo e sentia falta de outras mulheres para dialogar. Na rede, fazia um amplo trabalho de produção, tocando desde a administração da grana até o cuidado diário com a casa em Benfica. Junto com Carlos e Jonas, estava todos os dias na sede. Gabi também produzia arte em muitas linguagens, como a fotografia, o vídeo e a escrita e, em 2016, montou seu primeiro livro artesanal de poesia. Em breve, irá se graduar em Geografia pela UFF.

### **Felipe Nunes – Felipinho (29 anos)**

Felipe é um dos poucos integrantes que nasceu na zona oeste, onde vive até hoje com a família. O pai morava na favela do Sapo, onde a avó foi uma liderança comunitária, e a mãe, na Carinhoso. Antes de ficar grávida de Felipe, a mãe disse ao pai que só teria mais um filho se saíssem do aluguel e adquirissem uma casa própria e, assim, compraram uma casa no bairro do Jabour. Foi nesse bairro que ele cresceu e realizou suas atividades estudantis. Lá também se envolveu em várias atividades artísticas, entre elas a música e o teatro, para cujas peças adorava desenhar os cartazes e a arte. Começou o curso de Comunicação em uma universidade particular, mas depois descobriu que *Design* tinha mais a ver com o que gostava e foi fazer este na Unicarioca. Apesar de contar com a ajuda financeira da família, Felipe trabalhou em diversas atividades, como em *telemarketing* e de técnico de informática antes de se dedicar ao *Design*.

Conhecia Marcell e, através dele, em uma reunião de artistas, soube que o movimento do Norte estava surgindo. Na reunião seguinte, já estava presente e seguiu na rede desenvolvendo principalmente trabalhos de arte e *design*.

#### **Fernanda Varella – Fê (25 anos)**

Após se casarem, os pais de Fernanda foram passar uma temporada em Presidente Prudente, cidade do interior de São Paulo. A empreitada não durou muito, mas foi tempo suficiente para Fernanda e a irmã nascerem por lá. Logo depois, a família voltou para perto dos parentes, no Rio, e desde então moram na Barra da Tijuca. A mãe era dona de uma empresa de equipamentos médicos e o pai é cirurgião plástico. Fê conta que sempre teve dificuldade para se expressar verbalmente e por isso costumava se interessar mais pelas visualidades, o que a atraiu para a faculdade de Desenho Industrial. Graduou-se no curso, mas nunca achou que estivesse fazendo a coisa certa. Teve um namorado que é amigo do Carlos e, assim, conheceu o Norte e passou a frequentar os eventos do SESC, onde fez amizade com os rapazes. Após a participação em um dos projetos, realizado no Centro Hélio Oiticica, começou a atuar na rede na área de *Design*.

#### **Caíque Mello (29 anos)**

A família toda de Caíque, por parte de pai e mãe, é de Mesquita, município da Baixada Fluminense, e arredores. Ele e o irmão mais velho nasceram lá, mas ainda crianças foram morar no Bairro de Fátima, no centro. Passaram a adolescência e a juventude na vizinha Santa Teresa, onde moram atualmente. O pai é artista plástico, mas sempre tirou o sustento do comércio e hoje em dia tem uma pizzaria de pronta entrega. A mãe é assistente social e funcionária pública. Depois de se decepcionar com os rumos mercantis da biotecnologia na Escola Técnica de Química, Caíque deixou o curso e foi fazer cinema na PUC. Em uma das disciplinas da faculdade, conheceu Carlos, que assistia as aulas como ouvinte. Na época, Meijueiro começava a formar as primeiras ideias sobre o Norte Comum e Caíque participou dessas reflexões. Ficou muito amigo dos rapazes e frequentou os eventos do SESC, mas foi *chegar junto* mesmo no início da casa, em 2015. Nesse ano, chegou a organizar um grupo de estudos na casa sobre cinema, que contou com a participação de cineastas, iniciativa que duraria pouco tempo. Depois disso, sempre que podia, frequentava a casa e ajudava em algo da produção, mas, como sempre trabalhou fora, nunca conseguiu estar muito presente no cotidiano da rede.

**Jonas Rosa (30 anos)**

Jonas nasceu na capital de São Paulo e cresceu em Itapevi, no interior do estado. Apesar da origem paulista, durante toda a vida, veio para o Rio porque a mãe e a parte materna da família são cariocas. Professora de português do ensino médio, a mãe foi quem sempre sustentou a família. O pai, já falecido, era artista plástico. Na época da faculdade, veio de vez para o Rio para estudar Jornalismo na Universidade Estácio de Sá. Na graduação, não gostava de muitos professores, o que o desestimulou a se dedicar ao curso. As frustrações, somadas à correria de fazer estágio e trabalhar, o levaram a largar a faculdade sem terminá-la. Nessa época, no entanto, já tinha feito muitos trabalhos em agências de comunicação e TV e pode seguir trabalhando na área, abrindo sua própria produtora de vídeo com amigos. Cansado de ter que fazer dez filmes comerciais para conseguir produzir um de sua própria autoria, Jonas decidiu se dedicar às suas ideias. Através de um amigo, teve o primeiro contato com o Norte Comum e, produzindo vídeos das manifestações de 2013, se aproximou de vários rapazes da rede. Nessa época, colaborava também com o Cafuné da Laje, coletivo parceiro do Norte Comum. Em 2016, Jonas optou por investir na parceria com o Norte e entrou de cabeça na casa em Benfica, sendo um dos principais integrantes a cuidar da sede, onde trabalhava todos os dias e chegou a morar.

**Eduardo Santos – Dudu (42 anos)**

Dudu nasceu na Penha, onde até hoje mora na casa que o pai construiu. O pai era baterista e tocou com o cantor “Noite Ilustrada”, mas perdeu o trabalho quando se negou a alisar o cabelo para acompanhar o artista em uma turnê nos EUA. A partir de então, passou a se virar como pedreiro e teve um bar embaixo da casa da família. A mãe era costureira e a avó, rezadeira. Dudu concluiu os estudos em colégios públicos na Penha e na graduação ganhou uma bolsa de 70% para cursar Jornalismo em uma faculdade particular, porém os custos com materiais didáticos, comida, passagem e livros, além do tempo que precisava dedicar ao trabalho começaram a pesar e ele não pôde terminar a graduação. O curso de contrarregra realizado no Senac após sair da graduação lhe garantiu e garante até hoje trabalhos *freelancers* em espetáculos de música, teatro e na TV, como o emprego que teve na Record. Em 2012, foi fazer a Espocc, Escola de Comunicação Crítica do Observatório de Favelas da Maré, e lá conheceu Léo Lima, da Cafuné, JV e Gê. Começou a trabalhar com o Léo e a colaborar com os eventos do Norte no SESC, na produção e na fotografia. Chegou a mencionar que pensava em voltar à faculdade, mas não tinha certeza, pois, segundo ele, poderia ser uma perda de tempo, já que tem *tantas outras coisas que gost[a] mais*. Em Benfica, fazia trabalhos de foto e vídeo,

esses últimos com JV e Jonas. Com Jonas, se dedicava integralmente à casa, onde também morou por um tempo.

### **Thiago Diniz – Thiago (35 anos)**

Thiago passou grande parte da infância na casa da avó, que se ofereceu para cuidar dele quando o pai faleceu após 11 dias de seu nascimento. A avó vivia no morro do Borel, na Tijuca, e a mãe, na Ilha do Governador, e foi entre os dois bairros que ele passou boa parte da infância e adolescência, até se fixar na Ilha após a morte da avó, em 2014. A mãe trabalhou a vida inteira na Souza Cruz, fábrica de cigarro, e a avó era diarista. Thiago sempre soube que queria trabalhar com a escrita e se matriculou no curso de Comunicação (Publicidade), na Unicarioca, que custeava com o próprio trabalho. Entre interrupções e continuidades, se graduou e chegou a trabalhar com comunicação institucional em uma grande empresa, mas o interesse por documentários e fotografia o levou à Espocc, onde conheceu Carlos, que o convidou a se somar ao trabalho do Norte, e outros rapazes que depois também entrariam na rede. Thiago, além de fotógrafo, é também poeta e publicou no ano de 2017 seu primeiro livro de poesia, com o título “Poemas de versos”.

### **João Vítor – JV ou Jota (30 anos)**

Jota nasceu na Penha, onde ainda vive sua mãe. O pai é técnico em eletrotécnica e trabalhou toda a vida com manutenção de trens na instituição que atualmente é a Supervia. A mãe, que começou a trabalhar aos 13 anos, foi funcionária de uma empresa têxtil. JV trabalhou em muitas coisas desde jovem, como os *bicos* nas festas que organizava na escola FAETEC, onde estudou, e o *trampo* de *telemarketing* em uma operadora de telefonia. Nunca ficou mais de seis meses em um trabalho. A primeira experiência universitária no curso de Publicidade em uma instituição privada durou também seis meses. Depois de trancar a graduação, se dedicou à fotografia fazendo cursos livres, como o de Fotógrafos Populares do Imagens do Povo<sup>38</sup> e a ESPOCC, no Observatório de Favelas, onde conheceu outros meninos que viriam a ser do Norte. Com eles, passou a trabalhar sistematicamente com foto e vídeo e começou a fazer a cobertura dos eventos do SESC. De lá para cá, Jota toca trabalhos de audiovisual no Norte e na

---

<sup>38</sup> Imagens do Povo é um projeto do Observatório de Favelas que reúne fotógrafos populares. De acordo com seu *site*, “é um centro de documentação, pesquisa, formação e inserção de fotógrafos populares no mercado de trabalho. Criado em 2004, o programa alia a técnica fotográfica às questões sociais, registrando o cotidiano das favelas através de uma percepção crítica, que leve em conta o respeito aos direitos humanos e à cultura local”. Para mais informações, ver: <<http://www.imagensdopovo.org.br/>>. Último acesso em: 15 mar. 2017.



Cafuné, junto com Léo Lima, Dudu e Jonas. Atualmente, cursa graduação em Estudos de Mídia na UFF, curso que está perto de terminar.

### **Jefferson Vasconcelos – Gê (30 anos)**

Foi graças aos avós paternos, que vieram do Nordeste nos anos 1940 e se instalaram na Baixa do Sapateiro, no conjunto de favelas da Maré, que Gê cresceu e tem sua casa lá. O avô foi feirante e a avó é dona de casa. O pai, microempresário no ramo de divisórias, saiu de lá e atualmente vive em Bangu. A mãe falecida era cabelereira e trabalhava na laje da casa onde atualmente ele vive, na parte superior da casa dos avós. Apesar da proximidade com a família, Gê diz que vive uma vida um tanto *descolada* da realidade simbólica dos familiares. O primeiro curso universitário de Jefferson foi em Ciência da Computação. Desde novo, montava e consertava computadores, tendo aprendido o ofício de forma autodidata na adolescência. A faculdade de computação não foi concluída, mas foi através dos estágios nessa área que Gê desenvolveu projetos de modelagem e animação que o aproximaram do trabalho com a imagem. Após o curso na Espocc, passou a desenvolver seu trabalho de fotografia e, conhecendo Carlos, JV e Thiago, começou a frequentar e registrar os eventos da rede. Lá desenvolvia seu trabalho autoral de fotografia.

### **Alice Nin (21 anos)**

Os pais de Alice foram *freelas* por muito tempo. O pai, produtor cultural, produziu cinema e eventos culturais, mas hoje *tá quebrado*, diz ela. A mãe, artista plástica, trabalhou com arte-educação e atualmente é professora universitária de Pedagogia na UERJ. Alice estudou em um colégio no Rio que valoriza as artes e desde a escola estuda fotografia. Estudou pintura também, por influência da mãe. Cresceu entre os bairros de Laranjeiras e do Cosme Velho. Atualmente, vive no Humaitá e faz graduação em Antropologia na UFF. Gosta de refletir e pesquisar sobre as interseções entre a fotografia e a Antropologia e só consegue pensar nessas questões conectadas às problemáticas sociais. Alice se aproximou do Norte na residência artística que o grupo participou em 2013 no Hélio Oiticica e, desde então, atua no grupo desenvolvendo seu trabalho como fotógrafa.

### **Liz Tibau (26 anos)**

Liz foi a única integrante do núcleo que não consegui entrevistar. Na época que estava realizando as entrevistas, ela morava fora do Brasil e depois passou a viver em São Paulo. Tampouco conseguimos nos encontrar virtualmente. Mas nas conversas informais que tivemos,

pude conhecer um pouco sobre Liz. Sua família é da região oceânica de Niterói, onde viveu por muitos anos. Quando nos conhecemos, já tinha se mudado de lá e morava no bairro do Ingá, mais próximo ao centro da cidade niteroiense. Se graduou em Rádio e TV pela Escola de Comunicação da UFRJ. Disse que podia ter feito na UFF, mas preferiu ir para a UFRJ, pois era uma oportunidade de sair um pouco de Niterói. Possui muito interesse em fotografia e cinema, área na qual foi se especializar no Chile. Liz era namorada de Marcell e junto com ele exercia principalmente o trabalho de produtora, cuidando bastante da captação de recursos, prestação de contas e organização dos eventos.

Figura 3 – Parte do Norte Comum no quintal da casa de Benfica



Legenda: Da esquerda para a direita (de pé) – Pablo, Liz e Thiago; na rede – Gê, Beto, Dora (ex-NC), Alice, Marcell, Gabi e Fê; no chão – JV (10 jun. 2015)

Fonte: Facebook NC, 2015.

Os pequenos núcleos citados anteriormente reuniam integrantes da rede e, em alguns projetos, parceiros de outros coletivos. Por vezes, os trabalhos individuais ou desses “mini núcleos” se mantinham como autorais, outras vezes se incorporavam ao portfólio da rede maior, fosse porque o projeto tinha sido gestado e produzido na casa, havia recebido contribuições de integrantes de fora desses núcleos menores ou ainda por ter sido divulgado pela rede de veiculação do NC.

A *galera do audiovisual* era formada principalmente por JV, Dudu, Jonas e Léo Lima, do coletivo “Cafuné na Laje”. Os primeiros trabalhos de vídeo realizados por eles e em parceria com outros *videomakers* e cineastas desembocaram na criação do canal Molambo do *YouTube*, que abrigava os curtas-metragens “Preto Velho-Dona Creuza”, “MPL”, “100 mil” e “Manifestação dos professores”. O primeiro deles é uma entrevista com dona Creuza, moradora da Maré que conta as memórias do regime de trabalho escravo ao qual ela e sua família foram submetidas. O segundo e o terceiro curtas são documentações coletivas que registram as manifestações populares nos dias 13 e 17 de junho de 2013, e o último, um vídeo que documenta o ato dos professores do Rio de Janeiro realizado no dia 29 de setembro daquele mesmo ano.

A equipe audiovisual seguia realizando trabalhos conjuntos. Alguns membros geravam renda para seus integrantes, através da prestação direta de serviços ou da parceria com pesquisas acadêmicas, como é o caso de “Tempo da Terra”, documentário que retrata a vida de pequenos agricultores familiares no município de São Pedro da Serra e arredores, na região serrana do Rio. A produção é um desdobramento da pesquisa sobre o rural fluminense, realizada pela antropóloga Maria José Carneiro, e executada por integrantes do Norte junto com o coletivo “Cafuné na Laje”. O Cafuné, que tem como principal realizador Léo Lima, ex-aluno e professor da Escola Popular de Comunicação Crítica (Espocc), da Maré, desenvolvia projetos que uniam educação e cinema com crianças do morro do Azul, no Jacarezinho. O núcleo audiovisual produzia ainda diversas experiências visuais na casa. Como últimas, podemos citar a gravação de corpos em movimento no quintal dos fundos, cenas do cotidiano do trabalho na sede e a participação em um vídeo filmado e dirigido pelas mulheres com cenas e poemas que remetiam ao universo feminino.

O mininúcleo de *Design* era formado por Pablo, Felipe e Fernanda. O grupo de profissionais graduados em *Design* desenvolvia toda a identidade visual do Norte, encontrada em seus cartazes, redes virtuais e na decoração dos eventos. Eles criaram também uma plataforma *on-line*, chamada “Ibejis”, através da qual realizavam trabalhos para fora. Vinte por cento do valor arrecadado na Ibejis ia para o caixa da rede. Segundo Pablo, a plataforma pretendia prestar serviços para pessoas e grupos parceiros, projetos que tivessem identificação com o grupo, evitando as empresas privadas. Antes do Ibejis, foi criado o “Naviu”, outra iniciativa do *Design*, que dialogava com a intervenção urbana e tinha como objetivo desenvolver a arte pensando na transformação dos espaços públicos. O Naviu atraiu outros integrantes e alguns deles começaram a aceitar fazer trabalhos independentes com o objetivo único de ganhar dinheiro, sem ligação com a proposta inicial da criação do projeto, o que afastou integrantes, como Pablo. A estética singular desenvolvida pelo núcleo de *Design*

despertou o interesse da pesquisadora Barbara Szaniecki, colaboradora da UniNômade e docente da ESDI/UERJ, que declarou em entrevista dada ao jornal O Globo, em 13 de abril de 2014, que o trabalho de *design* da rede lhe interessava muito, pois, segundo ela, “a articulação entre essa forma de organização do grupo, que é horizontal e aberta, com os resultados, uma produção cultural e criativa, e resistente a um modelo pré-determinado, é a linha que atravessa minhas pesquisas”. A relação com Bárbara e a UniNômade será novamente mencionada no capítulo 5.

Fotografias de paisagens e acontecimentos urbanos, tiradas de ângulos pouco conhecidos por um grupo de pessoas que veem a cidade com um olhar único, são a marca das imagens registradas por quase todos os integrantes da rede. A linguagem fotográfica era empreendida por praticamente todos os participantes. Entre os que faziam isso de forma profissional, estavam Gê e Thiago. Gê realizou diversos projetos autorais que, pelas lentes de sua câmera fotográfica, revelaram a cidade dos bairros da zona norte e das favelas. Já Thiago possuía uma página pessoal que continha, entre outros, ensaios sobre festas de rua e um especial sobre a intimidade das mulheres.

Os projetos individuais, coletivos e desses pequenos núcleos caminhavam lado a lado e construía pontes entre si. Essas pontes permitiam que integrantes, que a princípio atuavam em uma determinada linguagem, se sentissem provocados a experimentar produzir em outras, deslocando os limites das capacidades pessoais. A maioria dos participantes ia, assim, se tornando (ou era, mesmo antes) múltipla em suas habilidades, passando a realizar trabalhos diversificados. Havia, portanto, o poeta-fotógrafo, a produtora-fotógrafa-*videomaker*, o *designer*-agricultor, a poeta-circense-fotógrafa, o escritor-fotógrafo, e por aí vai. Além das habilidades artísticas, todos eram um pouco produtores culturais por estarem constantemente produzindo ou participando ativamente na organização de *shows*, feiras, saraus, exposições, festinhas e festas.

O desenvolvimento das ações, fossem elas individuais ou coletivas, corroboravam para o despertar de outros projetos. Eram constelações que iam se formando com a convivência diária e a colaboração contínua – como um mosaico que une pequenas peças individuais para formar uma obra conjunta sem que as partes menores percam sua presença singular. Esses trabalhos eram obras que possuíam a marca dos autores principais, mas também os reflexos de cada um dos demais integrantes que contribuía direta ou indiretamente em sua produção. Essa bricolagem muitas vezes borrava os limites de autorias individuais em assinaturas coletivas. Outras vezes, a autoria coletiva ia acompanhada das assinaturas individuais, pois, ainda que todos participassem de alguma maneira, lhes parecia importante valorizar o trabalho individual

de cada um. Essa indefinição de fronteiras entre o coletivo e o individual nem sempre era percebido como algo bom e o tema fazia parte dos inúmeros desafios do trabalho coletivo, conforme é visto no tópico a seguir.

#### 2.1.5 Botando na roda: as potencialidades e os desafios do trabalho coletivo

A *roda* era o momento da união. A ocasião em que os presentes se colocavam em círculo para buscar ouvir e ser ouvido. Objetivamente, a roda era uma reunião de trabalho em que a maioria dos integrantes estava presente com o intuito de organizar uma atividade, planejar um evento ou trocar ideias sobre um projeto. A roda era também para qualquer um que desejasse dialogar sobre uma proposta ou um incômodo. Portanto, mais do que a disposição física dos presentes em um círculo para a realização de uma conversa, a *roda* era o momento em que as coisas deveriam ser ditas entre todos, fossem elas boas ou ruins.

*Botar na roda* era uma iniciativa encorajada por todos e significava ter a liberdade de falar sobre questões simples ou conflituosas, pessoais ou profissionais, para compartilhar e ouvir a opinião dos demais. A *roda*, assim, representava um campo imaginário onde o diálogo poderia e deveria se dar – e é desse espaço sensível que trato em maior medida. Neste tópico, pretendo observar o que são, por que e como se organizavam as *rodas*, mas, acima de tudo, buscar compreender as potencialidades e as dificuldades encontradas no trabalho coletivo da rede, quase sempre manifestadas nesses momentos.

A *roda* não tinha pauta nem ata e podia durar meia hora ou uma tarde inteira. Normalmente, havia um assunto principal, mas outros sempre surgiam ao longo da reunião. Em geral, era organizada quando algum tema que envolvesse toda a rede precisava ser debatido ou se um assunto importante surgisse, já que a maior parte das pendências do dia a dia era decidida e solucionada sem que a roda fosse realizada, em grupos menores, individualmente ou pela *internet*. Qualquer um podia puxar uma roda, chamando espontaneamente quem estivesse presente para se reunir, e a maior parte das reuniões era mesmo feita dessa forma, pois os encontros programados dificilmente eram realizados no dia e horário combinados, com exceção de algo que fosse urgente, como a véspera de um evento. Mais de uma vez, cheguei na hora marcada para uma reunião e muitos não estavam presentes e quem estava não sabia do encontro agendado. Isso não acontecia apenas comigo, mas com outros participantes, pois nem todos acompanhavam os agendamentos, outros sabiam, mas sempre chegavam atrasados, e alguns preferiam se inteirar depois, como Dudu, que *não gostava de reunião, [pois] as pessoas chegam atrasadas e repetem o que o outro falou*.

Figura 4 – Parte da roda no quintal



Legenda: Da esquerda para a direita – Carlos, Thiagão, Jonas e Gabi.  
Fonte: A autora, 5 out. 2016.

O Norte Comum nasceu e cresceu estimulado por uma postura anticapitalista e sobretudo, anti-institucional, conforme vimos no primeiro capítulo, e por isso, seus integrantes eram hostis aos valores dos produtos e entidades gerados por esse sistema, como as corporações privadas. Eles tampouco nutriam admiração pelas instituições públicas, que, desde sempre, estabelecem as mesmas práticas organizacionais das empresas, como a hierarquia, a burocracia, a meritocracia e a divisão fixa de trabalho. Essa aproximação entre Estado e empresa, como sabemos, está presente não apenas na forma de organização como de gestão de países e cidades, o que ficou claro na administração do Rio de Janeiro na última década, conforme vemos nos capítulos 4 e 5. Assim, o Norte empenhava-se em buscar alternativas a esses modelos, evitando procedimentos desnecessários e trâmites inflexíveis que estabelecessem metas, prazos inadiáveis e que pudessem vir a gerar desmotivação em quem estivesse realizando seus projetos. Mas, apesar da busca por um formato que fugisse aos ditames institucionais, naturalmente as dinâmicas capitalistas de trabalho e procura pelo lucro atravessavam a rede e eram cotidianamente enfrentadas por eles, como veremos.

O grupo perseguia a autogestão, em que todos tivessem autonomia para trabalhar em seu ritmo, na medida em que os projetos fizessem sentido para cada um. Os prazos eram aproximados e buscava-se não alimentar insatisfações, caso eles não fossem cumpridos, compreendendo-se as razões pessoais. Lutava-se, assim, por uma dinâmica *orgânica*, de modo que todos agissem com naturalidade, sem prejuízo para a temporalidade de criação e realização individual. Esse respeito às necessidades e aos limites de todos era fortalecido pela amizade que existia entre eles, em muitos casos, vinda de longa data. Como disse Gabi, *as empresas estão simulando uma coisa que a gente faz, “visão de família”, mas é mentira. Um comprometimento, tudo o que estão simulando, a gente tem de fato, que é o respeito pelo outro, na forma mais real da coisa. [No caso das empresas] não é uma linguagem, é discurso. Às vezes o respeito tá “meio” na polidez, o respeito real não existe, tá um passando a perna no outro. Aqui ninguém quer foder ninguém, aqui é sincero.* Esse ambiente entre amigos, que une relações pessoais e profissionais, no entanto, trazia dificuldades nas cobranças de prazos entre os integrantes e no andamento dos projetos, já que em muitos momentos o ambiente era de confraternização, com bastante tempo dedicado ao ócio e ao lazer.

O clima era sempre de muita informalidade, com várias horas dedicadas ao bate-papo e, muitas vezes, à festa. Apesar de visto por alguns como um atraso ao trabalho, esse tempo destinado à convivência foi tido por muitos como uma possibilidade inédita, um *laboratório de convívio* revolucionário nos dias de hoje – por possibilitar que, em meio a dias de semana, que deveriam ser dedicados à produtividade intensa, amigos estivessem tendo momentos agradáveis de convivência e conhecimento mútuo – , que foi muito importante para o grupo. Esse laboratório foi considerado uma possibilidade de abrir caminhos para a construção de outras relações, para repensar preconceitos e formas automáticas de reação, atravessamentos de paradigmas que são trazidos no bojo da sociedade capitalista, que ali teriam a chance de serem ouvidos, debatidos e transformados. Como disse Jonas, *a gente luta todo dia pra não ser machista, racista, essas construções vão se dando de uma forma lenta, diária, essas construções das relações.*

Esse clima amigável, que contribuía para a elaboração e vivência de relações estabelecidas em outras bases, também abrigava fases de angústias emocionais, atribulações mentais e espirituais de cada um e até de pessoas nem tão próximas, dada a abertura do grupo a amigos de amigos e conhecidos – muitos deles menos interessados no trabalho da rede, e mais em uma companhia, um suporte afetivo ou uma palavra amiga, o que de certa maneira afetava o grupo e impactava emocionalmente alguns.

A busca por uma forma de trabalho que se diferenciasse dos ambientes institucionalizados tinha como uma das principais características a procura pela horizontalidade<sup>39</sup>, por uma atmosfera em que a palavra de todos fosse ouvida e tivesse a mesma importância, em que todos gozassem da mesma autonomia para fazer propostas e em que as decisões fossem tomadas com a participação da maioria. No entanto, esse exercício democrático nem sempre se concretizava na prática, em que alguns integrantes ou pequenos grupos acabavam sendo mais ouvidos ou legitimados que outros, assim como desfrutavam da prerrogativa de terem a agenda da rede adaptada às suas necessidades.

As camadas de poder de classe, raça e gênero cristalizadas na sociedade, assim como o acúmulo de conhecimento, o prestígio e a antiguidade inevitavelmente atravessavam e hierarquizavam a dinâmica da rede, ainda que essas assimetrias não fossem claras. *Há vezes que são mais ouvidas, é muito subjetivo, não é esclarecido, não é dado (tipo a chefia...)*, disse Gabi. *Tem muitas pessoas que não são ouvidas ali*, afirmou Felipe. No entanto, apesar disso, muitos estão de acordo que há no grupo um olhar atento a essas questões, uma intenção de refletir e buscar alternativas para a mudança. *Eu via uma disposição em trabalhar isso, falar, conversarmos sobre as questões. A gente tá olhando tanto pra isso agora, nas pequenas coisas*, afirmou Gabi.

A hierarquia era algo difícil de localizar e transformar, já que estava no fluxo entre as relações e os processos, que se recriavam a todo tempo. Algumas pessoas que estavam mais presentes no cotidiano ou possuíam antiguidade na rede pareciam gozar de um maior respeito e credibilidade junto aos demais. Era o caso de Carlos, um dos idealizadores do Norte, que estava desde o início de sua formação. *Presida*, como chamado por alguns, Carlos possuía certo destaque no grupo, conquistado pela iniciativa de começar o movimento, seu esforço em manter o coletivo de pé e sua forma peculiar e crítica de ver a cidade. Considerado muito *ativo*, Carlos era percebido como uma pessoa que acolhia e agregava outras ao seu redor e as motivava a materializar sua energia em planos e a concretizá-la em projetos. *Carlos é um sol*, elogiou Alice. Ele reconhece esse destaque e seu trabalho para manter o grupo coeso, mas confessou que

---

<sup>39</sup> Em tese defendida no programa de Antropologia da UFF, Raquel Souza da Silva (SILVA, 2017) analisou movimentos sociais do período entre outubro de 2010 e outubro de 2016, na cidade de Natal (RN), tendo como principal eixo de análise a relação destes com as tecnologias digitais e online de comunicação e informação. A autora demonstra a construção de uma ideologia moderna sobre a horizontalidade presente nesses movimentos, a qual tem como sistema de ideias e valores “o apartidarismo, a espontaneidade, a autogestão e a pluralidade” (SILVA, p. 17) e nega a “verticalização do poder, em consequência, a hierarquia” (SILVA, p. 63). Essa “ideologia horizontal” se apresenta nos movimentos que “acreditam na descentralização por meio da negação de sujeitos líderes, da negação de existência de negações partidárias”, assim como “não tem padrões estabelecidos ao apresentar um modelo de autogestão” e “tem o indivíduo como valor, ao permitir que todos interajam e sejam propositivos” (SILVA, p. 265).



muitas vezes se sentiu sobrecarregado por isso: *Cansei de ser o capitão do time, arrumar bola, colete.*

Gabi era outra integrante que possuía prestígio e tinha a voz ouvida pela rede. Estava desde o início, possuía muito conhecimento sobre os assuntos do grupo, além de dominar mais de uma linguagem artística. Tinha uma postura firme e falava com sinceridade sobre as dificuldades do trabalho nas reuniões. Muito envolvida em todas as facetas do trabalho, foi a única mulher durante os primeiros anos. Ela e Carlos namoraram durante o tempo em que lá estive.

Esses tipos de liderança, que não se impõem, mas, ao contrário, são conquistados, me pareciam ocorrer também em relação aos que possuíam conhecimento ou experiência acumulados em determinadas atividades, como o pessoal da fotografia e do audiovisual. O domínio dessas ferramentas gerava admiração, ainda que o monopólio de sua utilização fosse por vezes questionado, já que poderia dificultar que pessoas de outras áreas se sentissem estimuladas a experimentar trabalhar com essas linguagens artísticas, troca de fazeres motivada pelo grupo.

A hierarquia que se estabelecia, ainda que não verbalizada, era percebida por alguns como um entrave ao fluxo da comunicação interna, pois as informações poderiam permanecer fechadas em determinados grupos. *Acho que o NC tem muito problema com comunicação, a hierarquia se formou muito, tomavam decisões e muita gente não ficava sabendo. Isso é bom por um lado, mas, por outro, cria uns fluxos estranhos. A hierarquia não é dita, mas ela acontece, até pela idade, praticidade, tem a questão da presença, que tem a ver com a hierarquia, a pessoa vai procurar você,* analisou Alice, referindo-se por último à presença mais constante de determinados integrantes na casa. Para Alice, a hierarquia sobrecarregava determinadas pessoas, *impermeabilizava as questões* (que acabavam por não circular e gerar a reflexão de todos) e contribuía à desigualdade de gênero, conforme veremos no próximo tópico.

Se por um lado a hierarquia era vista de modo a prejudicar a dinâmica de um processo horizontal e democrático, algum tipo de estratificação era tido como necessário ao funcionamento prático do cotidiano, já que nem todos estavam sempre presentes ou ofereciam o mesmo envolvimento nos trabalhos, que, em alguns casos, tampouco permitiam abarcar uma quantidade grande de pessoas. Para Caíque, seria importante que houvesse um acordo para que as atividades fossem divididas e executadas, e para isso não precisaria se estabelecer necessariamente um poder autoritário de uns sobre outros, mas um entendimento entre todos. *Não um chefe, mas um acordo,* disse ele.

Essa ausência de acordo aparentava prejudicar o ordenamento do trabalho, assim como não colaborava para o estabelecimento de um tipo de método que incluísse **cumprimento de prazos, participação constante e divisão de tarefas**. Esses três itens me pareceram emergir como os maiores desafios do grupo no tocante à organização interna, ou, como disse Carlos, ao *método* (ou à falta dele). Eles estão completamente interligados, se influenciam mutuamente e sofrem interferência de uma série de outros fatores, conforme veremos. Para efeitos de análise, separo-os aqui conforme as situações que encontrei no campo.

O primeiro desafio do método: os prazos. Antes de falar em cumprir prazos, é preciso dar um passo atrás e pensar no estabelecimento deles. Havia na rede uma dificuldade em fixar limites de tempo para a consecução dos projetos. Algumas vezes era possível ver datas escritas na parede de giz, mas, como disse um dos integrantes, *nunca rola o que está na parede*. Nas rodas, sempre havia uma ou mais pessoas que direcionavam o assunto para o estabelecimento e cumprimento de prazos ou *fechamento de ciclos*, entretanto, havia também aqueles que estimulavam que o processo de criação não fosse tolhido pela limitação do tempo. Como, por exemplo, em uma das reuniões, quando a cada vez que recebiam certa “pressão” de Liz, que tentava definir atividades para manter o trabalho dentro do cronograma e das contrapartidas esperadas, alguém propunha uma nova ideia e a possibilidade de que aquilo fosse modificado. Em certo momento, Carlos colocou que *o laboratório deve ser maior do que a objetividade*, dando a entender que eles não deveriam se submeter a determinadas regras sob pena de perderem a espontaneidade da criação coletiva.

Jonas, na entrevista, demonstrou receio em relação à padronização e homogeneização que podem estar embutidas nos métodos tradicionais de organização, especialmente no que se refere a prazos, de uma maneira que não se respeite o tempo de cada um. *Você vira o tempo do outro e aí você fica maluco. Você vai agir na tensão, você não age naturalmente*, alertou ele. No entanto, o tempo era uma preocupação que estava sempre presente. Entre a afirmação de que *os ciclos precisam morrer e renascer* – de modo que todos empenhem energia plena em um projeto para, ao terminá-lo, passarem a se dedicar inteiramente a outro – e a importância em estabelecer datas – pois *elas são importantes, porque concentram foco e apresentam ideias* –, havia sempre comentários que apontavam à conclusão de que os prazos poderiam até ser estabelecidos, mas que seriam em grande parte *figurativos*, pois, *por experiência própria, eles [a rede] não conseguiriam cumprir as datas marcadas*. No final, alguém geralmente fazia uma observação tranquilizadora mencionando que não havia razão para se preocupar porque *o trabalho iria fluir*.

A segunda dificuldade do método dizia respeito à participação de cada integrante. A flutuação da presença gerava uma rotatividade que prejudicava a continuidade dos projetos. Como disse no primeiro capítulo, o **encontro** que se dava entre os integrantes era o que determinava a efetivação das atividades, e o encontro, por sua vez, necessita de **presença**. Como disse Fernanda, *pra coletivo, o que importa mesmo é a presença, é tá lá*. Inclusive porque, segundo vários integrantes, o grupo não conseguia trabalhar bem a distância, ainda que alguns executassem parte do trabalho em casa ou participassem de reuniões pela *internet*.

No entanto, ainda que a presença física assegure que determinados processos ocorram, ela em si não é suficiente. Era necessário que, além da assistência, houvesse **envolvimento**. Conforme dito no tópico anterior, a participação dos integrantes derivava de questões como interesse, disponibilidade e afinidade, mas também de iniciativa pessoal, o que, de acordo com alguns participantes, nem todos tinham. Como esclareceu Caíque, *[o trabalho] depende muito da vontade das pessoas de estarem ali e da proatividade. Porque tem gente que tem vontade, mas não é proativo. (...) As pessoas proativas acabavam ficando sobrecarregadas*. A falta de estabelecimento e cobrança de prazos ocasionava que os afazeres ficassem *muito soltos*. De fato, ninguém acompanhava ou cobrava diretamente ninguém. Todos dedicavam a todos uma liberdade de ação que fomentava uma grande autonomia e motivava a confiança e o respeito mútuos, como disse Gabi. Eu, que sempre pedia permissão para fazer as coisas na casa, ouvi certa vez de um dos meninos que *ali eu era livre para fazer o que quisesse*. No entanto, essa dinâmica, que mesclava autonomia com ausência de cobrança, era vista por alguns como uma dificuldade para o andamento das ações e terminava por exigir mais de algumas pessoas do que de outras.

Outra complexidade relacionada a esse tema era contar com o outro quando se combinava algo, o que, quando não se concretizava, mobilizava esforços em vão de alguns, como exemplifica Dudu. *A única questão [difícil] é essa. “Vamos pintar esse painel aqui”. Cadê a galera? É a única parada que eu reclamava, gente, vamos lá, né. Aí chegava a galera, “Pô, foi mal aí”. Sempre ouvia isso*. Se, por um lado, o envolvimento pessoalizado era respeitado como a necessidade individual de cada um, por outro, desmotivava os que se dedicavam mais tempo e os que, apesar da pouca disponibilidade, ofereciam todo o tempo livre à rede. Pablo sentia que os que não estavam diretamente ligados à determinada atividade não devotavam apreço ao esforço do outro. *Quem tá de fora tem que mostrar um mínimo de consciência sobre isso. Parece que quem tá de fora não tem responsabilidades. Falta espaço para consagrar o trabalho do outro*. Segundo Caíque, a proposta do movimento não era totalmente aberta à ação do público, como os movimentos do tipo “*Occupy*”. Assim, era preciso

ter algum controle do trabalho e da distribuição das atividades. *Não há determinação de funções. Um pegava muitas coisas e depois não andava com isso. O rio tem uma margem. Se ele não tem margem, ele se espalha e evapora. Faltou a gente pra conter, colocar a margem, conter esse fluxo*, concluiu.

A divisão do trabalho, ou a falta de controle sobre ela, terceira dificuldade relacionada ao método, gerava outros tipos de questionamentos que diziam respeito à obrigatoriedade que recaía sobre alguns de assumir sempre as mesmas atividades. Em uma das sessões de meditação e debate, guiada pelo professor Evandro Ouriques da UFRJ, o tema das atribuições e responsabilidades de cada um do grupo mobilizou bastante os presentes, que buscaram colocar sua opinião de forma enérgica. Além da sobrecarga de alguns, o debate abordou o prejuízo pessoal de quem realiza sempre o mesmo tipo de tarefa. Algumas observações, como *a criatividade não é objetiva; alguém precisa fazer esse papel (organização) e deixar a criatividade, porque precisa assumir isso; é preciso não criar estereótipos, fulano é bom para organizar, sicrano é bom para aquilo outro, para não limitar e excluir pessoas; e pode ser que uma pessoa tenha que sair daqui [da rede] para ser ela mesma*, expressaram a preocupação dos integrantes em evitar que a divisão da responsabilidade entre eles, assim como o peso da racionalidade das estruturas sociais, como dito em outro momento por Carlos, oprimisse os participantes e sua potencialidade criativa e os obrigasse a estagnar em determinada atividade.

A possibilidade de experimentar e criar livremente era muito cara ao grupo, no entanto, para alguns era justamente a ausência de regras, o clima exageradamente descontraído e a falta de organização da casa que atrapalhavam o processo criativo. *O ambiente muito festivo é pouco propício pra você se concentrar. A criação precisa de uma certa concentração. Faltou encontrar o equilíbrio*, declarou Caíque.

O que fazer, portanto, em relação ao método?

As questões relacionadas à organização interna do grupo sempre surgiam nas rodas e apareceram em quase todas as entrevistas. O método a ser encontrado para um coletivo, que esteja em algum ponto entre a típica organização institucional que aprisiona – representada pela expressão *carcaça empresarial* em analogia feita por Carlos – e a ausência total de regras, era uma inquietação da maioria dos integrantes. *Muitas vezes é importante usar das hierarquias e da dinâmica tradicional de se organizar, sacou? Só que aí é coletivo? Eu acho que essa é a questão. Colocar a mesma pessoa decidindo, espacializar cargos, especificar cargos e lugares, mesmo que seja uma coisa fluida, enquanto metodologia, é um trabalho coletivo ou não é? Pode ser, mas acho que isso é uma questão*, indagou Alice.

Jonas expressou apreensão sobre a palavra “organização” e não concordava com a percepção que alguns tinham de que eles não conseguiam se organizar. *Só de conviver em harmonia nessa cidade já é tudo*, disse ele. Para ele, estabelecer ou não métodos de organização é uma questão que vai muito além da vontade pessoal e tem relação direta com outros fatores, como, por exemplo, a condição material que se tem e a dinâmica da cidade, que dificultam muito a produção de qualquer coisa. Isso se materializa, por exemplo, na impossibilidade frequente de alguns de arcar com os custos do transporte até a casa ou na dificuldade de se dedicar à rede, já que era preciso trabalhar muito para se manter em uma cidade cara como o Rio de Janeiro. Além disso, a rede tinha um significado diferente para a cada um, o que representava um grande desafio, como disse Marcell. *A gente acaba nunca conseguindo chegar na mesma vibe: ah, agora tá todo mundo pensando dessa forma então vamos seguir esse fluxo. Vai variando muito, uma galera se afasta, outra se aproxima... tem uma rotatividade, tem uma galera que tá junta há um tempo, mas a gente toma cuidado também pra não fechar, pra não ser autoritário.*

Para Carlos, é necessário ter um método para trabalhar em coletivo, seja ele qual for. Na verdade, ele acredita que ali houve algum tipo de método, mas que talvez eles não tenham conseguido compreendê-lo e fortalecê-lo para levá-lo adiante. *Pra coletividade é necessário método. Um método que não seja dependente dos estímulos individuais dos outros. O método atua na democracia de estímulo. A gente tinha um método, acho que a gente não olhou pra ele com carinho. Existiu, a gente que não cuidou*, disse ele.

Nas palavras de Alice, a metodologia ia *muito na amizade*. Assim, exemplos desse *tipo de método*, segundo alguns, ou da *falta de método*, segundo outros, se refletiam nas reuniões, que para vários integrantes eram muito longas, sem objetividade e com poucas decisões tomadas, o que os desmotivava para o trabalho e gerava uma sensação de *perda de tempo*. Havia algumas tentativas no sentido de criar uma agenda de reuniões, porém essa ideia normalmente era abandonada. Outra consequência ruim era a perda de trabalhos interessantes, uma das questões que incomodava a Pablo. *Pô, a gente larga as paradas*, disse ele ao se referir ao livro que o Centro Hélio Oiticica iria produzir e para o qual eles não conseguiam se organizar para participar.

Apesar das dificuldades, a rede tinha cinco anos de existência e obteve bastante êxito nos seus projetos e em diversas propostas internas, como, por exemplo, a de promover a rotatividade de experiências de trabalho. *Essa troca de fazeres rolava mesmo, não conseguimos quebrar em todos momentos, mas foi quebrado, essa setorização*, assumiu Gabi. O que parecia ser mais relevante nessas experiências era o exercício de buscar vivenciar uma maneira de

organização de trabalho alternativa às formas consagradas pelo Estado e pelo mercado, e debater coletivamente quando isso não acontecia. *Resistimos a formas de organização clássicas, foi massa porque foi um laboratório*, orgulhou-se Alice.

*A organização horizontal e coletiva não tá isenta de um milhão de questões. Eu brincava que, enquanto a gente tava mudando de problema, tava tudo bem. Os problemas vão mudando, mas eles existem*, brincou Gabi. Com todas as dificuldades, a forma de trabalhar da rede garantia uma atmosfera propícia à criação e à experimentação, que mobilizava todos a explorarem sua imaginação, seguirem sua intuição e colocarem em prática seus impulsos e sensações. Para Liz, o método do grupo era o *caos*. Quando disse isso, ela estava chamando atenção à desordem, no entanto, como se sabe, a teoria do caos dos matemáticos se baseia no fato de que uma pequena alteração em um lugar remoto pode provocar mudanças gigantescas no mundo. Como ilustrou Gabi, *todo mundo fala da falta de organização, tem esse ponto, mas nesse caos nasce tanta coisa*. Esse ambiente “caótico” era alimentado pelo incentivo às trocas e ao aprendizado conjunto, conforme veremos um pouco mais adiante.

Um segundo desafio do trabalho coletivo estava no equilíbrio entre as questões individuais e as coletivas, em relação a aspectos variados. As dificuldades iam desde o acolhimento das necessidades e desejos de cada pessoa junto às demandas do coletivo, passando pelo equilíbrio entre a autorrealização e as conquistas do grupo, até a interferência no coletivo de aspectos presentes no ego do indivíduo contemporâneo, como egoísmo e competição. Às vezes, *a gente se perde nas buscas coletivas e não consegue realizar as coisas mais básicas, [como] arranjar um teto*, disse Pablo. Questões como essas levavam o grupo a indagar os limites e as possibilidades de se estar em coletivo.

Segundo Carlos, o objetivo de gerar produtos sem dar a devida atenção às demandas individuais prejudica os coletivos, *aí que a maioria dos coletivos se acaba, o trabalho vem pro produto, não para o estímulo dos trabalhos individuais*. Entre as demandas da realização profissional individual, estava o desejo de ter o trabalho autoral reconhecido, muitas vezes encoberto pela assinatura coletiva. *Essa parada da autoria, acho que todo mundo tem que se sentir autor da coisa. Todo mundo tem que se sentir autor do que tá fazendo*, confessou Gê. Uma das expectativas de modificar essa questão encontrava-se no desenvolvimento do *site*, previsto para abarcar o trabalho coletivo e os individuais. *O site pode ser bom para desencarnar a ideia de coletivo. Pra cada um expressar sua individualidade*, refletiu Carlos.

Como dito no início deste apartado, nesta parte do trabalho pretendo refletir a respeito das dificuldades e potencialidades da coletividade a partir do trabalho do Norte Comum. Até aqui, pudemos conhecer um pouco mais das dificuldades, que chamo também de desafios.

Daqui em diante, trato das potencialidades, mais percebidas pelos integrantes, de se criar e produzir coletivamente.

A primeira delas diz respeito à oportunidade de ouvir e ser ouvido, de sentir que o diálogo efetivamente pode acontecer, um diálogo em que as pessoas não apenas se sentem ouvidas, como ouvem e aprendem com as outras – o que, via de regra, não acontece em muitos dos lugares de sociabilidade. *As pessoas não se escutam, não trocam ideia, na faculdade, em outros espaços. A galera não troca ideias mais profundas, fala de forma superficial, dentro do próprio grupo. Acho [o trabalho coletivo] mais prazeroso que difícil. É difícil, mas superprazeroso trocar ideia com a galera, tudo o que a gente conversa, o que a gente fala,* disse Marcell. Ali, conversa-se de tudo, e era o que mais se fazia. De experiências profissionais a dúvidas existenciais, de opiniões políticas ao ponto de vista sobre a partida de futebol do final de semana, dos detalhes sobre como usar a máquina fotográfica à receita de desodorante natural. Todo tipo de assunto era trocado na casa, através de uma conversa curta, longa ou de uma brincadeira, o que era muito comum.

Essa troca de experiências e visões de mundo gerava um aprendizado contínuo, que tinha na amizade, na confiança e em julgamentos cuidadosos os principais ingredientes para a expansão das ideias. Era muito habitual ver duas ou mais pessoas em frente a uma tela de computador trabalhando juntas, complementando ideias sobre o corte das cenas, a edição das fotos ou uma palavra a ser encaixada no texto para que ele ganhasse melhor leitura. *Fazer o que quero fazer e não ser julgado por aquilo que você tá fazendo. Você faz e pronto, fez. Vamos trocar ideia sobre isso que você fez. Ninguém tá mandando você fazer. Tá aberto, vamos fazer,* comentou Marcell sobre o cotidiano da rede. A acolhida das experiências e sugestões do outro fazia com que todos se sentissem bem no grupo, entre outras coisas por permitir, pelo menos em boa parte do tempo, que cada um pudesse ser o que desejasse ser, bagunçando um pouco os “papéis sociais”<sup>40</sup>, de que nos fala Goffmann (2002) ao analisar as diferentes posturas que assumem os indivíduos nas variadas interações sociais. *As pessoas estavam ali dispostas a cuidar do outro. Não se condenava, não se colocava o dedo na cara. Isso era foda,* emocionou-se Jonas.

---

<sup>40</sup> No caso, o autor nos dirá que as interpretações dos indivíduos se organizam de acordo com as hierarquias e impressões pré-estabelecidas com vistas a se alcançar objetivos elaborados previamente, de maneira consciente ou não. Não se pretende aqui afirmar que esse mecanismo não estava presente nas interações analisadas, apenas registrar que os papéis, que seriam via de regra desempenhados no âmbito do trabalho e na vida pessoal, externa e internamente, muitas vezes se misturavam nas interações.

Aprendi muita coisa nas rodas e nos bate-papos informais na casa, onde muitos assuntos surgiam e cresciam com diferentes entendimentos. Vi ali a arte sendo gestada, a riqueza da criação coletiva. Como bem disse Caíque, *a criação, mesmo as reuniões longuíssimas, também eram legais, a discussão, as ideias*. Muitas vezes, tinha minha opinião sobre determinado assunto e a via sendo expandida e/ou modificada após as conversas em que participava na casa. Como exemplificou Gê, *converso sobre as coisas que eu leio, a gente troca ideias, às vezes, a gente lê as mesmas coisas, mesmo não sendo específicas da linguagem [artística], mas aumenta um entendimento sobre as coisas a partir das discussões*.

A diversidade de experiências de vida garantia uma pluralidade de ideias e o resultado disso era a pintura de um quadro que ninguém havia imaginado antes, como disseram Fernanda e Alice, respectivamente. *Você chega, aí você acha que tem boas ideias. Aí todo mundo chega com uma ideia que não tem nada a ver, aí cada um conta, a galera vai viajando tanto. E um aumenta a ideia do outro, é uma ebulição, a ideia cresce. Nunca vi isso em outro lugar*. O trabalho em coletivo, assim, ganhava vigor na qualidade da criação, através das várias combinações – como esclareceu Marcell, *a gente se encontrou, se identificou, tocou no outro, vamos seguir juntos, tem mais força. A nossa criatividade, o nosso trabalho perde muita força sozinho* – e também em agilidade, como relatou Dudu: *Tô fazendo uma parada lá, sei que não dá pra fazer nada sozinho, mas vou demorar, mas vou fazer. Estando com um coletivo, vai rápido, a parada flui*.

Essa troca intensa ampliava o saber não só nas criações coletivas, como no conhecimento dos trabalhos individuais e na sua prática. Como foi o caso da Fernanda, que saiu da faculdade de *Design* acreditando que não tinha condições de atuar na área e que, por isso, teria que fazer uma segunda graduação. Mas após o primeiro trabalho no Norte, se deu conta de que não só poderia trabalhar em *Design*, como tinha plenas condições de participar da rede com esse conhecimento, e não apenas fazendo trabalhos operacionais, como ajudar nos bares dos eventos. *Hoje em dia, tenho alguns trabalhos como Design que acho que eu nem teria coragem se não fosse pelo empurrão do Norte Comum. Tipo, Fê, você pode fazer isso também*, disse ela, que se empolgou ao lembrar de ver seus trabalhos sendo “curtidos” pelas pessoas na página do Norte no *Facebook*. Gabi também sente que o trabalho na rede contribuiu muito para seu crescimento interno, amadurecimento, e a ensinou a criar coragem para agir, assim como expandiu as conexões entre o mundo e a sua faculdade. *Na ocupação da faculdade, eu percebi como eu me modifiquei. Uma permissão, como se eu tivesse aberto uma cápsula ‘faz, pega e faz’ [faz um gesto como se abrisse um compartimento no cérebro]. Só fiz o livro [de poesias], porque eles estavam na minha vida. É preciso se expressar, esse valor da expressão. É de pegar*



*e realizar. Autonomia. Liberdade de conectar coisas e ideias. Liberdade de encontrar meus caminhos.*

Esse caldo gerado pela troca entre os integrantes que contribuía à criação possibilitava também outro processo, uma forma diferenciada de construção do conhecimento. Além da junção de peças únicas como resultado da união de quem ali estava, o trabalho coletivo permitia o entrecruzamento de diferentes áreas do conhecimento, motivando construções interdisciplinares que ganhavam na complementação e mistura novas possibilidades de composição da aprendizagem. Como me explicou Gê, *a gente tem um processo de aprendizado coletivo, que não é sistematizado de maneira nenhuma, mas acontece de forma bem fluida.* Esse aprendizado complementava e problematizava o que era aprendido na universidade, abrindo caminho para novas conexões e combinações, como disse Gabi, que sempre tentou pensar unindo diferentes percepções de mundo: *Nisso me encontrei bem abraçada no Norte, que sempre teve essa coisa. Foi massa fazer a faculdade de Geografia trabalhando lá, um complementou o outro.*

A aprendizagem, que costurava diferentes tipos de saber, adquiridos na universidade e em vários outros espaços da cidade, era posta em prática quando os projetos eram realizados e retornavam à análise do grupo, que os questionava novamente a partir de percepções já modificadas pela vivência contínua dos dias. Era um processo em uma incessante “refazenda”, *um corpo mutável*, como nomeou Gabi. A técnica para gerar os produtos todos tinham, no entanto, esses projetos estavam constantemente voltando a receber uma atualização dos conhecimentos adquiridos na repetição das experimentações. Como elucidou Jonas, *o produto todo mundo ali sabe fazer. Ao mesmo tempo todo mundo tá querendo fazer um estudo constante e não ficar confortável com o que a gente aprende ao longo do tempo.*

Nesse sentido, podemos dizer que o Norte era também uma escola, mas uma escola diferente das tradicionais. *Uma grande escola, um formato mais livre, mais doido, mais mão na massa, uma escola corajosa*, conforme disse Gabi. A escola do Norte Comum realizava uma combinação singular de saberes, vindos de diferentes ciências, classes, gêneros, raças e vivências em distintas partes da cidade e, além disso, a combinava à prática do cotidiano. Essa escola talvez não tenha sistematizado seus ensinamentos e aprendizados em aulas e livros, mas certamente apontou para o horizonte de criação de algo novo. Como perguntou e respondeu Gabi: *Como que se cria o novo? Como se cria algo potente? Articulando novas ideias.*

### 2.1.6 *Meninos e meninas, brancos e negros*

As palavras meninos e meninas eram as que os integrantes usavam para se dirigirem carinhosamente entre si. Certa vez, ao mencioná-las em um texto sobre a pesquisa, recebi a observação de uma professora de que os poderia estar “infantilizando”. Em dúvida se havia sido eu mesma que assim os designei, voltei às minhas anotações de campo e às transcrições de entrevistas e me certifiquei que tanto os homens quanto as mulheres realmente faziam referência ao gênero oposto através desses vocábulos.

Como sinalizou minha professora, os dois substantivos, de fato, nos remetem a pessoas de pouca idade, via de regra, entre as fases da infância e adolescência, o que não era o caso dos participantes da rede, com idades entre 21 e 42 anos. Dependendo das características físicas, sociais e emocionais, o termo pode fazer referência a pessoas na juventude, o que, como veremos, faz sentido no caso do Norte Comum. No Brasil, há uma referência jurídica que define o arco etário entre 15 e 29 anos para a juventude. Esse intervalo está presente nos marcos legais que acompanharam a instituição da Política Nacional da Juventude (ABRAMO, 2016). Entretanto, os processos que definem a **condição juvenil** são variáveis conforme o contexto social em que se vive. No atual momento histórico, essa condição abarca um longo e instável período entre a infância e a idade adulta, em que se busca principalmente a autonomia financeira. Como nos diz Abramo, é uma fase:

[...] caracterizada por um intenso processo de definições, escolhas e arranjos para a construção de uma trajetória de inserção e autonomia. [...]. Isso implica o desenvolvimento de uma trajetória de uma posição a outra na família e na sociedade, com percursos que dizem respeito, entre outras coisas, à situação social de atividade (como estudar e trabalhar), à autonomia e independência financeiras (situação de moradia, papel na organização familiar, de provedor ou de dependente), a possibilidades de participação social, como a circulação pelo território, a relação com as redes sociais, a participação política (2016, p. 19-21).

Conforme veremos no próximo tópico, os integrantes do Norte Comum não possuíam estabilidade empregatícia e muitos ainda dependiam materialmente dos seus pais. Essas duas características, junto ao fato de alguns estarem cursando a graduação na universidade, foram por mim utilizadas para os nomear, em alguns momentos, como jovens. Muitos efetivamente possuem idade para serem considerados legalmente jovens, no entanto, o grupo não fazia uso recorrente dessa categoria para se autodefinir. Parece que ao se encontrarem nessa fase de busca pela inserção social e autonomia, em que a identidade geracional recebe influência de variadas questões além da idade e desliza entre as categorias de jovem e adulto, os integrantes do Norte

pareciam se ver ora como jovens, ora como adultos, e ora como meninos e meninas, fosse lá o que isso representasse socialmente em termos geracionais.

Apesar disso, o grupo era diretamente atingido pelas políticas (ou pela falta delas) voltadas à juventude, assim como, na medida do possível, valeu-se dessa identidade para pleitear recursos públicos voltados a esse grupo social, como no caso do edital do Governo do Estado do Rio “Geração Cultura RJ – Apoio à Criação Artística e Cultural da Juventude”, direcionado a jovens com idade entre 15 e 29 anos. Volto a esse ponto no capítulo 5. A rede também utilizava a categoria “jovem” para fazer referência ao público-alvo dos seus projetos.

Feito este breve preâmbulo para refletir sobre as categorias êmicas meninos e meninas, que utilizo para abordar as questões de gênero, dou continuidade a este tópico com a análise das assimetrias provenientes dessa relação, assim como das diferenças raciais, ambas desigualdades sociais que atravessavam o cotidiano da rede.

Como já mencionado, a maior parte dos integrantes era de homens, sendo 11 dos 15 do núcleo. Desses, seis eram brancos e cinco, negros. A presença de uma maioria masculina, heterossexual e branca conferia determinados contornos ao trabalho realizado pela rede. Como exemplificou Alice, *o NC reproduz uma estética bem machista, todo mundo hétero, cool, bonito. Não dá para fingir que não está ali. Por isso, a questão do machismo fica muito presente.* Como um grupo parte de uma sociedade racista e patriarcal, em que os homens brancos gozam de diversos privilégios materiais e simbólicos, viam-se aspectos dessa distinção refletidos em variadas situações.

Quando o movimento foi iniciado, em 2011, a maioria dos participantes era de meninas. Com o passar do tempo, as meninas saíram, ficando apenas a Gabi. A mudança de uma maioria feminina para uma masculina poderia ter sido apenas uma coincidência, mas chama atenção quando colocada ao lado de outras questões de gênero que apareceram ao longo do campo e da reflexão de alguns integrantes. Gê, ao contar sobre a história da rede e sua chegada ao grupo, apontou que essa transformação não era algo que poderia ser ignorado, mas, pelo contrário, era *uma parada a ser levada em conta.*

Sendo por anos a única menina do grupo, Gabi se mostrou mais de uma vez insatisfeita com o longo período sem parcerias femininas. *O corpo hétero dos meninos, como definiu, não a coagia diretamente, mas sua simples presença impossibilitava que desejos que envolvessem uma cosmologia feminina ecoassem e, por essa razão, eles sequer eram apresentados. Esse corpo masculino é muito rígido, às vezes eu queria propor algo que sabia que não ia acontecer,* disse ela. Esse refreamento de intenções foi paulatinamente desmotivando-a.

Além disso, a convivência cotidiana com as particularidades de um universo masculino, com *dez homens gritando*, como ela mencionou no dia em que se exasperou ao falar sobre isso em uma reunião, vinha gerando um acúmulo exaustivo. Logo após a reunião, a ouvi dizer a um amigo de fora que chegou: *As meninas agora chegaram e estão até fortes, mas acho que eu me desgastei antes.*

O cansaço de Gabi não era causado apenas pela falta de agenciamentos femininos para a consecução de projetos, mas por sentir que a presença massiva de meninos lhe impunha um certo silenciamento. Esse silenciamento foi percebido também por Fernanda e Alice. Fê, apesar de se dizer *distraída* para esse tipo de questão, viveu uma situação desagradável em que se sentiu excluída de um trabalho por um menino negro, em um episódio de coexistência de sentimentos de opressão. Já Alice achava que não era intenção dos meninos, mas sabia que infelizmente esse tipo de situação acontecia. Essa situação contínua gerava um certo desgaste emocional, que um dia desaguou no choro de uma das meninas, que sem querer encontrei no banheiro após uma reunião. Neste momento, demos um forte e prolongado abraço, olhamo-nos nos olhos e, sem dizer uma palavra sequer, nos sentimos de alguma maneira cúmplices. Ela sorriu timidamente e me agradeceu.

Para as mulheres, falar, expressar ideias, *botar na roda*, exigia um esforço contínuo de quebrar barreiras e dissolver resistências, ainda que estas não fossem visíveis. *São muitos homens, a dinâmica entre eles é massa, mas não permite outras formas de se pensar as coisas, isso é bem difícil. As mulheres não se sentiam ouvidas, à vontade para falar. Eu senti isso também, sempre consegui um jeito de falar, mas rolou uma resistência, não é intencional, acontece*, explicou Alice.

Esse vigor constante para se expressar não parecia ser o mesmo necessário aos homens, que tinham suas propostas estimuladas e aceitas com mais facilidade. Como mencionou Fernanda, *as meninas reclamam muito de uma situação em que uma menina dá uma ideia, e um menino dá a mesma ideia e os meninos prestam muito mais atenção*. Para ela, a assimetria de gênero se materializava especialmente quando a rede era apresentada externamente, pois geralmente era Carlos quem a representava. Essa constância de um porta-voz homem geraria uma imagem hierárquica masculina da rede para o público externo. As desigualdades sentidas por Gabi, Fernanda e Alice podiam ser percebidas também ao se frequentar a casa, o que me custou alguns meses, certamente pela minha condição feminina, que naturalizou e naturaliza uma série de situações de opressões às mulheres.

Ao refletir sobre isso, recordei-me que, logo nas primeiras rodas de que participei, observei que as atividades de organização e sistematização do trabalho eram assumidas por Liz,

uma das meninas, como o exemplo da reunião em que ela esclarecia sistematicamente a contrapartida que tinham com a instituição responsável por um dos projetos e cobrava a todos sua execução. Liz desempenhava a função de produtora e era frequente seu contato com os parceiros e patrocinadores. Como consequência, assumia constantemente a tarefa de cuidar dos detalhes operativos.

As tarefas domésticas, por sua vez, eram em grande medida observadas por Gabi, que, por morar na mesma vila, “acabava” assumindo uma série de cuidados com a casa. Após a chegada de Dudu e Jonas, eles passaram a também se ocupar das demandas domésticas, mas, com exceção deles, o desempenho dessas tarefas não era comum entre os homens, que se dedicavam mais à criação dos projetos e menos ao cuidado dos detalhes funcionais que tornavam possível sua execução. Esses acontecimentos não teriam me despertado o alerta para uma possível diferença entre papéis de gênero se Gabi não tivesse chamado atenção, mais de uma vez, para a necessidade de se falar na roda sobre a falta de presença e continuidade das meninas, assim como o quanto elas estariam efetivamente conseguindo desenvolver sua criatividade e realizar um trabalho potente. Em sua opinião, esse tema demandava um debate que não vinha sendo realizado pelo grupo.

O que se descortinava era o fato de que as mulheres se ocupavam em maior medida de operacionalizar os projetos, enquanto os homens de criá-los. Como no caso do *Design*, que Fernanda realizava a parte técnica, enquanto a criação ficava com os meninos. Essa inaparente divisão de tarefas, na qual, ainda que não houvesse escolha, as administrativas tendiam a cair no colo das mulheres, vinha consolidando um desejo nelas de criarem seus próprios projetos. Assim foi com as fotos e vídeos em que Alice, Gabi e Safira realizaram no banheiro da casa, com vistas a montarem um documentário; as filmagens que fizeram na ocupação da Faculdade de Comunicação da UFF (IACS) e o “Panapaná”, coletivo apenas das mulheres, *uma tentativa de encontrar voz a partir da separação [dos meninos]*, como disse Alice, que infelizmente teve vida curta. Um dos projetos desse coletivo feminino era a produção de um filme com roteiro adaptado dos contos escritos por Carlos.

A meu ver, outra desigualdade de gênero refletida no cotidiano da rede era materializada nas diferentes possibilidades de viver e experimentar a cidade, que por diversas questões são muito diferentes entre homens e mulheres. Como veremos no capítulo 4, a circulação na cidade é fundamental para perceber suas particularidades e capacidades de expansão, matéria-prima fundamental para a geração de pensamentos e práticas que incidam em seu cotidiano. No caso do Norte, em que a vida na cidade era elemento central de suas ações, não ter condições de experienciá-la plenamente significava limitar a potencialidade de criação sobre ela. Esta minha

percepção foi confirmada pelo comentário de uma das meninas, certa vez, sobre sua impossibilidade de andar de ônibus de madrugada, evento corriqueiro que proporciona uma determinada experiência de cidade que Carlos, por exemplo, frequentemente refletia em seus escritos. Infelizmente, neste trabalho, não poderei seguir essa análise sobre as distinções na apropriação da cidade entre os gêneros, reflexão que certamente será retomada futuramente.

O silenciamento de algumas vozes a partir da sobreposição de outras se dá na medida em que determinados grupos sociais possuem maior credibilidade e são mais respeitados que outros. Esses outros, tidos como despreparados e menos capazes, sofrem rotineiramente o descrédito da maioria das pessoas, que não os ouve ou opta por escutá-los sem neles acreditar. O silêncio dedicado a uns nem sempre significa que não possuem a autorização de se expressar verbalmente. Paradoxalmente, eles são convocados a falar, mas suas palavras não chegam a muitos corações e mentes; são ouvidas somente após a existência terrena de quem as proferiu, ou, ainda, caem no completo vazio. Assim, vivem muitos grupos denominados como “minoritários”, como as mulheres, os negros e os que reivindicam sua sexualidade, sobre os quais cometeram-se e cometem-se bárbaras injustiças na história do nosso país. O machismo, assim como o racismo e o preconceito sexista podem não ser manifestados diretamente a quem os sofre, mas muitas vezes são percebidos através de diferentes situações de silenciamento e invisibilidade, não só de si, mas dos pares ao longo da história.

O racismo, ou o preconceito de cor, já que no Brasil está muito ligado à cor da pele, também foi percebido na rede por um negro. Felipe acredita que as pessoas do Norte são muito diferentes e que a maturidade que veio com a idade os ajudou a perceberem essa diferença, principalmente em relação à visão de mundo e à forma de perceber o trabalho. Segundo ele, essa maturidade também traz mais respeito, no sentido de cada um fazer o que quiser. Em sua entrevista, Felipe, que na ocasião já havia rompido com a rede por desacordos em relação à forma de trabalhar e por sentir a discriminação, falou sobre sua experiência de ser negro e periférico<sup>41</sup> em um grupo que, segundo ele, tem um trabalho muito voltado à classe média.

Nascido na zona oeste, ele chegou na rede em seu início, quando havia uma maioria de moradores de classe média da Tijuca, e aportou ao grupo uma experiência distinta de classe social e de cidade. Como dito mais acima, na época, uma parte do grupo queria organizar um movimento de bairro na Tijuca, mas outros tinham planos de ampliar o movimento para bairros

---

<sup>41</sup> Felipe separava claramente as noções de periferia e de zona norte, como se a periferia – para ele, a zona oeste – fosse mais precária em todos os aspectos do que a zona norte – também precária, mas em um nível significativamente menor. Volto a falar sobre isso no capítulo 4.

mais pobres da zona norte, e objetivos de estudar politicamente a cidade e questionar sua segregação. Felipe se identificou com este segundo grupo.

Uma forma que esse grupo encontrou de contestar a organização social da cidade foi propor ao SESC a realização de eventos nas favelas (o que é melhor visto no seguinte tópico). Nessa época, Felipe estava muito presente no grupo, inclusive largou outros trabalhos para se dedicar exclusivamente a ele, mas logo após começaria sua dificuldade em conciliar o Norte com outros projetos que também lhe interessavam, como o Naviu, iniciativa de arte pública que incluía outros integrantes do NC, e trabalhos externos que lhe garantiam dinheiro. Nos anos seguintes, ele iria se identificar cada vez menos com a rede, entre outras coisas, por perceber sua falta de diálogo com as referências negras, que se refletia na forma de fazer arte e política.

*Eu me enegreci em 2014, aí o negócio ficou quente. Porque vi as formas de poder, onde tá o branco, o negro, onde tá o periférico, eu vi tudo, aí me dei conta de que eu era muito perigoso*, apontou Felipe. Em relação ao Norte, revelou que, apesar de existir ali uma questão racial, muitos não percebem por que *o negro não se empodera e o branco não quer entender a questão do negro*. A dificuldade de percepção, segundo ele, ocorria também porque o Norte Comum adquiriu um significado diferente para cada um, em especial para aqueles que colocaram tudo ali, ou seja, as expectativas de vida, de trabalho e, principalmente, de encontrar um *espaço de fala*. Dessa forma, apesar das opressões existirem, elas eram ignoradas para evitar que o conflito se instaurasse e que frustrações viessem à tona.

Outras observações de Felipe sobre a presença da branquitude e da falta de referências negras nas formas do grupo de pensar a arte e agir na política podem ser encontradas, respectivamente nos capítulos 1 e 5 desta tese.

### 2.1.7 Sobrevivência: a grana, as parcerias e o corre

O trabalho cotidiano da rede se caracterizava pela multiplicidade de pontos de conexão, que, se por um lado eram efêmeros, por outro, aproximavam afinidades pessoais e profissionais que pavimentaram uma estrada longa e resistente de parcerias. Os integrantes da rede, além de companheiros profissionais, eram muito amigos. Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009, p. 135), ao analisarem a reformulação do capitalismo nos anos 1990, apontaram os diferentes elementos de um sistema econômico que, ao mesmo tempo que se regenera e cresce, gera uma situação social degradada. Ao elencar os aspectos da situação trabalhista, os autores assumem:

Num mundo reticular, a atividade profissional passa a ser feita de uma multiplicidade de encontros e conexões temporárias, mas reativáveis, em grupos diversos, realizados

em distâncias sociais, profissionais, geográficas e culturais eventualmente muito grandes

Essas ligações podem ser feitas entre pessoas diferentes e distantes social e economicamente, que, apesar disso, possuem objetivos em comum. O que os reunirá será o *projeto* de acordo com os autores, instrumento de ativação de redes e principal forma de trabalho da rede Norte Comum. Boltanski e Chiapello afirmam:

O projeto é a oportunidade e o pretexto para a conexão. Ele reúne temporariamente pessoas muito diferentes e apresenta-se como um segmento de rede fortemente ativado durante um período relativamente curto, mas que permite criar laços mais duradouros, que permanecerão adormecidos, mas sempre disponíveis (2009, p. 135).

Em uma realidade de movimentos e fluxos contínuos, o projeto permite a fixação do trabalho em um tempo-espço, a estabilização e acumulação dos valores e riquezas conquistados pelo esforço gerado a partir dos encontros, assim como dá forma aos objetos e sujeitos em ação, permitindo que eles estejam disponíveis para ligações futuras. “É um *bolsão de acumulação* temporário que, sendo criador de valor, dá fundamento à exigência de ampliar a rede, favorecendo conexões” (2009, p. 135), acrescentam os autores.

A sustentabilidade financeira dos projetos, no entanto, não estava nos planos dos integrantes no início do movimento, conforme explicou Marcell. *Quando a gente começou, nunca tinha pensado ‘Ah, a gente precisa buscar uma instituição para arrumar um dinheiro’, basicamente, a gente se juntou pelas ideias.* O estímulo inicial era viabilizar as ideias, sem que houvesse a percepção clara de que precisariam encontrar uma fonte de recursos que lhes garantisse, ao menos, a realização dos projetos. No entanto, a necessidade de autonomia foi se colocando diante aos membros da rede, incluíam essa questão em seus debates, gerando por vezes, momentos de tensão e de incerteza sobre a continuidade do trabalho.

Ao mesmo tempo em que a instabilidade gerada pelo “capitalismo flexível”, como nos dirá Sennett (2009), parecia enfraquecer o trabalho da rede, por outro, o fortalecia como forma de resistir as difíceis condições emocionais que o capitalismo moderno coloca aos indivíduos. Através de histórias de vida, o autor examina como os elementos desse sistema atinge os trabalhadores e seus locais de trabalho e aponta que uma das consequências não pretendidas por seu funcionamento foi o fortalecimento do valor do lugar e o despertar do anseio de comunidade.

Todas as condições emocionais que estudamos no local de trabalho animam esse desejo: as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas; a superficialidade do trabalho em equipe; acima de tudo, o espectro de não fazermos nada de nós mesmos no mundo, de não “arranjarmos um galho” com o



nosso trabalho. Todas essas condições levam as pessoas a buscar outra cena de ligação e profundidade (SENNETT, 2009, p. 165).

No entanto, ao se darem conta de que necessitariam de um mínimo de dinheiro para possibilitar a participação dos interessados nas reuniões e a realização dos eventos que queriam fazer, sentiram o peso e a dificuldade de lidar com a *grana*. Esse embaraço provinha de alguma falta de experiência, mas sobretudo de uma questão ideológica contrassistêmica: o dinheiro não poderia ser o objetivo principal do movimento, assim, para garantir os projetos, eles não se venderiam a instituições que fossem contrárias aos seus ideais sociais e políticos, ou seja, não trairiam seus valores apenas pelo dinheiro. Dessa maneira, o dinheiro era percebido como algo sujo, um elemento impuro (DOUGLAS, 1976), no sentido de alguma coisa que prejudicava as estruturas estabelecidas. No caso, remetia ao polo oposto dos objetivos gregários que desejavam dar ao trabalho. A complexidade da relação com o dinheiro não estava apenas na captação das verbas, mas também em sua administração e na divisão entre os integrantes, que, além de amigos, possuíam necessidades materiais diferentes. A amizade caminhava ao lado dos constrangimentos.

*A gente se desorganizou muito com grana, às vezes, rola uma parada de um tá pensando uma coisa, outro, outra. E dentro do Norte, a gente tem uma galera muito diferente uma da outra, gente de classes diferentes, às vezes, tem gente que não tem grana pra pegar uma passagem e vir pro centro. Mas tem gente que tá indo fazer curso fora [do Brasil]. Tem gente que tem uma vida muito diferente,* explicou Marcell. A dificuldade de lidar com o dinheiro era uma opinião que todos tinham em relação à rede. Na casa, era frequente ver os integrantes pegarem dinheiro do próprio bolso para pagar despesas cotidianas. Outras vezes, usavam um cartão que parecia acessar a um fundo monetário da rede, que teve dinheiro um dia, mas que não tinha quase nada, conforme ouvi mais de um integrante afirmar. Ofereci-me diversas vezes para contribuir com despesas de comida e cerveja, mas era frequente receber de volta uma recusa, com um comentário de que não era necessário. Havia uma caixinha para contribuições voluntárias, mas eles não conseguiam disponibilizar abertamente aos amigos que passavam por lá. Acima de tudo, havia um grande impedimento em pedir dinheiro às pessoas, como se aquilo fosse um equívoco. Minha sensação era de que o dinheiro percorria um túnel invisível, eu não o via, pouco ouvia comentários a respeito, mas as coisas compradas por ele surgiam na casa.

O incômodo com o dinheiro se revelava também toda vez que algum integrante pretendia vender o produto de seu trabalho, o que ficava aparente na quantidade de explicações dadas para justificar aquela cobrança. Nas vezes em que desejei comprar cartazes e fotografias, sempre me davam explicações sobre os gastos que tiveram com impressão, transporte etc. para

fundamentar o valor do produto, ou insistiam para que eu o aceitasse como presente. Receber dinheiro era, geralmente, colocado como algo menos importante do que outras coisas, como, por exemplo, a divulgação do trabalho. *Cada livro que sai, eu já ganho. É meu nome que circula, o que escrevo, o que fazemos aqui...*, disse Carlos, defendendo por que cobraria por seu livro somente os custos da gráfica por unidade: cinco reais.

A primeira parceria que envolveu *grana* foi com o Serviço Social do Comércio (SESC), que vemos em detalhe no próximo tópico. O SESC é uma entidade privada mantida pelos empresários do comércio de bens, turismo e serviços<sup>42</sup>, que, entre suas áreas de atuação, possui um forte trabalho no setor de cultura. A proposta inicial da instituição era transferir o valor de quatro bolsas de estágio (que anteriormente eram oferecidas a estudantes de Produção Cultural para cuidar de suas atividades de cultura) a quatro integrantes do Norte Comum. O grupo, no entanto, não abriu mão de fazer uma curadoria coletiva e sugeriu que recebessem o valor das bolsas para todo o grupo, que na época era de aproximadamente 15 pessoas. A proposta foi aceita pela instituição e o valor recebido ia diretamente a um fundo comum para ser economizado com vistas a comprar bens e equipamentos futuros. Todos os participantes trabalhavam voluntariamente. Após alguns meses, esse valor foi aumentando progressivamente e correspondia não mais a bolsas de estágio, mas a um contrato de prestação de serviço de produção e curadoria.

A parceria com o SESC durou cinco anos e foi a única receita regular que o grupo teve. Ao longo desse tempo, o dinheiro recebido foi sendo acumulado no fundo e posteriormente serviu para comprar equipamentos, custear projetos independentes e cobrir gastos com a sede em Benfica. Pontualmente, a renda foi usada também para dar uma bolsa de cerca de 500 reais a alguns integrantes, durante determinados períodos (conforme a necessidade de cada um), como uma ajuda de custo para alimentação e passagem.

Em 2015, o grupo ganhou o prêmio “Ações Locais”, iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, através do projeto do sarau Tropicaios, realizado no Hotel da Loucura, a ser visto a seguir. O dinheiro do prêmio, 40.000 reais, foi usado para cobrir as despesas com a realização do sarau, adquirir outros equipamentos, uma Kombi, e pagar a manutenção da casa de Benfica.

Nesse mesmo ano, o grupo fez um evento em parceria com a loja FARM, em São Cristóvão, em que se responsabilizou pela realização de oficinas com os moradores em situação de rua na praça ao lado do pavilhão nordestino. O resultado do projeto não pareceu tão

---

<sup>42</sup> De acordo com seu *site*, disponível em: <[www.sesc.com.br](http://www.sesc.com.br)>. Último acesso em: 10 jul. 2018.

interessante ao grupo, mas serviu para que eles conhecessem a diferença entre receber verba pontual de uma instituição privada e dos editais da rede pública – estes últimos, muito mais trabalhosos. *É muito mais burocrático você receber dinheiro da prefeitura, de edital, essas paradas. Às vezes elas [as empresas] têm uma grana pra isso, projeto social, cultural, esse [da FARM] a gente nem precisou prestar conta. A gente precisa ter um mínimo, um projeto, mas não no formato de edital*, explicou Marcell.

Segundo ele, o grupo sempre teve dificuldades de escrever projetos para editais, pois nunca conseguiu se concentrar em analisar as possibilidades e pesquisar o que é importante para que os projetos sejam bem avaliados e aprovados. *Tem gente que vive disso, de escrever edital, de ganhar edital, a gente vai mais no feeling: Cara, é isso que a gente tá pensando, é isso que a gente propõe e vamos nessa*, assumiu ele. Ainda que não conheça os *macetes*, Marcell disse que edital é um canal que eles não podem ignorar, pois existe e, de fato, financia iniciativas culturais. E o mais importante é que é dinheiro público, o que, segundo ele, permite que o grupo realize projetos bacanas e com um retorno mais interessante para a sociedade. Apesar da dificuldade com a burocracia estatal, o grupo realizou outras parcerias com instituições públicas: duas residências artísticas no Centro Cultural Hélio Oiticica (nos anos de 2013 e 2014) e o projeto “Simultâneo Absoluto” (2015), como parte do Programa de Integração da Sala Funarte, realizado pelo edital “Contemporâneos na Sala Funarte”, em que fizeram a curadoria de três *shows*. Nos dois casos, o grupo foi convidado a participar e não teve que passar pelo processo tradicional de seleção que caracteriza os processos de edital público.

A busca por recursos ficava a cargo sempre das mesmas pessoas, como Liz, Marcell e Beto, que escreviam projetos e faziam contatos muitas vezes desde fora da casa, com suas redes pessoais ou instituições que procuravam a rede. Assim, aplicaram e ganharam o edital “Geração de Cultura” do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no final de 2016, para a realização de três projetos: “Um outro olhar”, sarau Tropicacos e a “Semana Mundial da Cultura Hip Hop”, para serem realizados nos anos de 2017 e 2018.

Em 2016, quando a parceria com o SESC terminou, as dificuldades financeiras se aprofundaram, e o grupo passou a estudar outras formas de financiamento. Uma delas era o programa de uma instituição estrangeira que propõe a capacitação de líderes comunitários através de uma metodologia própria. Liz e Alice estiveram na reunião de formação do edital e voltaram preocupadas com o que viram. De acordo com as duas, o programa possuía um método de trabalho que deveria ser seguido à risca e que não tinha identificação com o trabalho realizado pela rede. Insatisfeitas com os limites e imposições que essas regras pretendiam impor, elas abriram uma conversa com os integrantes na casa sobre a possibilidade de se

relativizar o conteúdo do programa e adaptar para o que eles queriam, pois consideravam que o método do Norte era mais interessante do que o proposto pela instituição, e que, inclusive, eles já realizam, da forma deles, diversas coisas exigidas pelo programa. A conversa seguiu pela tarde com o grupo levantando possibilidades de propostas a serem feitas, pois todos concordavam que era um dinheiro bom e que eles deveriam *disputar essa grana*. Liz afirmou que para trabalhar com essas pessoas, era preciso fazer concessões, *abrir um pouco as pernas*, mas que *dá para abrir de uma forma bacana*, referindo-se à contraproposta de metodologia que eles pretendiam fazer. Por fim, após alguns meses, elas enviaram uma mensagem à entidade agradecendo o convite, mas negando o interesse, acompanhada de um retorno crítico sobre a experiência da qual haviam participado.

Na mensagem<sup>43</sup>, foi dito que programas como aquele possuem *um caráter metodológico padronizado muito destoante das metodologias hoje empregadas por boa parte dos coletivos urbanos*. Essa metodologia poderia ser útil a outro universo, como por exemplo, o das ONGs, mas que, *para coletivos e facções que estão já engajados e organizados, com trabalhos já estruturados e mais vinculados às ruas do que às instituições, o programa não funciona*. O texto afirmava que o trabalho da rede não é de fora pra dentro, como lhes pareceu ser o direcionamento do programa dos líderes que estavam formando, que, apesar de pertencerem à realidade que se pretendia modificar, possuíam uma relação distanciada com a comunidade e estariam mais próximos, na verdade, de instituições externas. A resposta seguiu informando que não fazia sentido participar de um programa de articulação, quando na verdade o coletivo está articulado e experimenta formas de trabalho interna e externamente há seis anos. A mensagem foi encerrada colocando que o que eles precisam é de apoio para os projetos que desenvolvem, pois são *uma rede já montada, organizada, poderosa e politizada* e o que necessitam é de recursos para seguir com a luta do cotidiano, especialmente nessa dura realidade política que estamos vivendo no Brasil, que não contribui à continuação de seu trabalho.

Uma das formas de sustentar o trabalho que mais animava o grupo era a ideia de comercializar uma “caixa” que contivesse o produto de trabalho de todos. As pessoas interessadas colaborariam para sua elaboração e a receberiam de volta com o que havia sido produzido pelos integrantes durante um determinado período. Uma espécie de *crowdfunding* em que as pessoas pagariam antecipado pelos produtos que o coletivo iria produzir, itens do

---

<sup>43</sup> O e-mail em questão me foi enviado por uma das integrantes com a condição de que eu não citasse o nome da instituição e do programa envolvidos.

tipo dos que eles já faziam, não só coletivamente, mas individualmente, como, por exemplo, livretos, fotografias, vídeos, cartazes, desenhos, pinturas, livros etc. O recebimento do dinheiro se daria através do *site* e a entrega seria feita pessoalmente por eles, aproximando os produtores do seu público.

A preocupação com a dificuldade da sustentabilidade estava sempre presente nas conversas na casa, ainda que através de brincadeiras. Ideias eram levantadas, analisadas, descartadas ou colocadas em prática. Uma delas foi a *feirinha*, que decidiram fazer na entrada da casa, uma espécie de evento de “portas abertas”. A iniciativa tinha como objetivo angariar fundos e aproximar o trabalho da rede dos frequentadores do bairro. Uma *mesa gráfica* era montada na entrada da casa com diversos produtos da rede, como livros, adesivos e cartazes. Ao lado da mesa, era montado um brechó com roupas usadas. Enquanto Gabi anunciava o brechó aos passantes, *olhar não paga*, alguns pedestres paravam, olhavam e saíam envergonhados, outros riam e se sentiam à vontade para olhar as roupas e os objetos. Não vi ninguém comprando, mas diversas pessoas perguntaram sobre os trabalhos do grupo e Gabi explicou quem eles eram e sua relação com os trabalhos expostos. Em uma das feiras, um dos interessados era o jovem Eric. Ele parou ao meu lado e com timidez me perguntou o que era “tudo aquilo”. Comecei a explicar, quando Gabi chegou e passou a detalhar melhor o que ele estava vendo. Por fim, Eric entrou na casa e conheceu o trabalho da rede mais de perto. A exposição da mesa gráfica aconteceu também em feiras de arte e *design*, realizadas no Hélio Oiticica, na Escola Superior de Desenho Industrial da UERJ (ESDI) e na Fundação Progresso.

Outra forma muito comum de sobrevivência do Norte e dos coletivos em geral são as parcerias com outros indivíduos e grupos. Nos eventos, amigos e parceiros *chegam junto* e desenvolvem alguma atividade, emprestam um equipamento ou outros itens necessários à infraestrutura. Essa parceria se dá também no dia a dia com a colaboração de conhecidos para a prestações de serviços, como, por exemplo, consertar aparelhos tecnológicos, desenvolver o *site* ou fazer a revisão de um texto. Nos eventos, era muito comum também que outros coletivos participassem oferecendo algum serviço e/ou produto que a rede não oferecia, como alimentação, discotecagem ou venda de artesanato. Essa circulação de serviços e objetos não era remunerada com dinheiro e, salvo os parceiros que vendiam seus produtos, não tinha como objetivo a geração de lucro. No lugar disso, esse fluxo movimentava produtos, serviços, ideias e afetos, fortalecendo uma rede de colaboração contínua que dava vida a uma forma alternativa de economia, que se assemelha à economia solidária. Esse tipo de economia se baseia principalmente na **reciprocidade**, “substrato e base identitária do princípio da Economia Social

e Solidária” (AMARO, 2016). Para pensar sobre esse mecanismo, vale a pena recorrer ao antropólogo e sociólogo Marcel Mauss e seu trabalho sobre a dádiva, como fez Amaro.

A dádiva, para Mauss, caracteriza um tipo de contrato social baseado na obrigação de dar, receber e retribuir objetos, o que ele chamou de um “sistema de prestações totais” (MAUSS, 2003, p. 191). Essas trocas se dariam entre coletividades, e não entre indivíduos, consagrando um tipo de intercâmbio social diferente daquele proposto pela economia mercantil, especialmente por carregar consigo uma dimensão moral que conferia sentido às relações sociais. As trocas entre os coletivos culturais se baseiam em outros valores, que não os consagrados pelo consumo de bens, como a distinção social, que legitima o indivíduo por seu estilo de vida e consumo material e simbólico (LUCAS DOS SANTOS, 2018). Essas trocas têm como pilares a solidariedade e os afetos e estão mais próximas ao sistema praticado nas feiras de trocas realizadas em diferentes lugares do Brasil. Luciane Lucas, em sua pesquisa sobre as feiras de trocas entre moradores de rua de São Paulo, demonstra como a “população subalterna”, através de “arenas insurgentes” (FRASER apud LUCAS DOS SANTOS, 2018, p. 4), desenvolve estratégias de sobrevivência que revigoram “princípios de reciprocidade, redistribuição e troca”<sup>44</sup> e valorizam outras características que não o lucro, como a “promoção de uma rede segura, o respeito pelo ritmo das pessoas e as expectativas de comunidade” (LUCAS DOS SANTOS, 2018, p. 4). No caso dos coletivos, a circulação dessa ampla variação de itens caracteriza um sistema que gratifica aquele dá e engrandece aquele que recebe, colocando ênfase e valorizando a disponibilidade que determinados grupos oferecem em participar desse movimento altruísta. *Quanto mais você dá, mais você tem. Quanto mais faz circular, mais coisas há no mundo*, disse Pablo.

A forma de sobrevivência com base na doação e recebimento de objetos e serviços caracteriza uma ampla rede de colaboração, que dá sustento ao trabalho dessas iniciativas culturais que, além de não terem o rendimento financeiro como prioridade, o consideram constrangedor ou impuro no sentido que lhe dá Douglas, conforme citado anteriormente. O dinheiro, além de ser considerado algo que alimenta desejos e expectativas em desalinho com o trabalho da rede, como egoísmo e ganância, trazia a sensação de uma temporalidade

---

<sup>44</sup> No texto original de Luciane: “It is worth stressing that subaltern people, through insurgent arenas (FRASER, 1990), have developed surviving strategies, by reinvigorating the principles of reciprocity, redistribution, exchange (...) some popular and alternative economic initiatives consider other characteristics worth being valued, namely the capacity for fostering a safety network or the respect for people’s rhythm and expectations within the community”.

indesejada a ser imposta no grupo, desrespeitando seu conhecimento local e ritmo interno de trabalho, exemplificado no desejo de Carlos de trabalhar apenas com “demandas internas”.

Se por um lado, a dinâmica movimentada por esses grupos aponta para uma economia assentada em outras bases, que vão de encontro ao fundamento ocidental de estabelecer trocas, levantando questões para se repensar inclusive a “lógica utilitarista do ocidentalismo”<sup>45</sup>, por outro, revelava a precariedade e o imprevisto que caracterizava o cotidiano de seu trabalho, dependente da união de uma série de fatores para acontecer, já que não havia dinheiro para os prover. A infraestrutura era fornecida pelas pessoas, trazendo a ideia de “*people as infrastructure*” (pessoas como infraestrutura), proposta pelo urbanista AbdouMaliq Simone (2004). Simone estende a ideia de infraestrutura às atividades das pessoas na cidade. Em suas pesquisas na periferia de Joanesburgo, ele observou como os indivíduos pobres e sem acesso a uma satisfatória qualidade urbana reúnem-se em interações pessoais que lhes garantem melhores condições de vida. Essas interações dependem da “habilidade dos residentes de envolverem-se em combinações complexas de objetos, espaços, pessoas e práticas. Essas conjunções transformam-se em infraestrutura – uma plataforma que provê e reproduz a vida na cidade”<sup>46</sup> (SIMONE, 2004, p. 407-408).

Os projetos mantinham a rede coesa e motivada a trabalhar continuamente, no entanto, geravam questionamentos em relação à instabilidade financeira que caracteriza esse tipo de trabalho. Como vimos, em poucos casos, eles conquistaram verba do governo através de editais ou prêmios. Em muitas situações, o projeto era feito sem nenhum aporte externo. Na maioria das vezes, quando a verba era conseguida, através do Estado ou do mercado, garantia somente condições materiais para a execução das ações previstas sem oferecer possibilidade de remuneração aos produtores, que trabalhavam de forma integralmente voluntária. Quando o projeto não recebia nenhum tipo de auxílio institucional, além da mão de obra voluntária, a consecução de ações era garantida integralmente através de parceiras e apoios com amigos e outros coletivos. No entanto, essa troca com outros coletivos, se foi intensa nos anos iniciais, parecia haver diminuído nos últimos anos, como naquele momento – a rede mantinha contato frequente somente com os coletivos Cafuné na Laje e Leão Etíope, do Méier, nos quais possuíam amigos próximos e de longa data.

---

<sup>45</sup> Para maiores informações sobre a relação entre o conceito de dádiva em Mauss, a lógica antiutilitarista e o pensamento decolonial, ver Martins (2014).

<sup>46</sup> Tradução livre de: “(...) *ability of residents to engage complex combinations of objects, spaces, persons, and practices. These conjunctions become an infrastructure – a platform providing for and reproducing life in the city*”.

A falta de remuneração contínua ocasionava a impossibilidade dos jovens de custearem seus gastos pessoais, afetando sua dedicação à rede, uma vez que necessitavam realizar trabalhos externos que garantissem essa entrada de proventos. Todos revelaram que nunca conseguiram sobreviver do trabalho da rede. A maioria dos integrantes vivia com os pais, o que lhes proporcionava as condições materiais básicas de existência. No entanto, muitos almejavam ter uma renda própria para que pudessem morar sozinhos ou com um(a) companheiro(a), viajar, ajudar os pais etc. Alguns nunca imaginaram viver do trabalho do Norte, como Alice, mas muitos sim, como Marcell, Gabi e Carlos, que se dedicavam em tempo integral à rede. Outros, apesar de pretenderem viver do Norte futuramente, sempre precisaram ter um trabalho paralelo para se manter, *o corre*, como o pessoal do audiovisual, que prestava serviços para terceiros, tentando eleger somente projetos com os quais eles se identificassem.

Se nem todos pretendiam sobreviver da rede, todos viam nela uma grande possibilidade de realizarem seu maior desejo: ter um trabalho autônomo que não envolvesse instituições e que, ainda que não lhes garantisse o ganha-pão, satisfizesse seus sonhos de criar arte e realizar um trabalho que alterasse a dinâmica de uma cidade desigual. Como uma maioria de pessoas ligadas à comunicação, o grande temor era que terminassem trabalhando para um meio de comunicação corporativo, que eles tanto criticavam. Como uma vez disse Carlos sobre a possibilidade de trabalhar em uma empresa de jornalismo: *Aí não, aí vira hegemônico*. No entanto, a necessidade de fazer os *corres* para sobreviver os distanciava do trabalho da rede, que, por sua vez, se enfraquecia pela falta de presença e não gerava possibilidades de renda para todos. Era um círculo vicioso do qual eles não conseguiam escapar e que paulatinamente os enfraquecia como coletivo. Como desabafou Gabi em uma reunião, *cada vez que um sai daqui pra faturar, desfalca a casa. É preciso ter gente circulando, corpos presentes*.

A necessidade de autonomia e a falta de perspectiva foi se colocando diante dos membros da rede, que passaram a incluir essa questão em seus debates, gerando, por vezes, momentos de tensão e de incerteza sobre a continuidade do trabalho. *Tá geral duro* foi uma frase que ganhou eco em uma das reuniões, quando se discutiu inclusive o fim ou a continuidade da casa. Na ocasião, o clima esquentou quando se falou sobre as restrições de alguns integrantes em participar de determinados eventos que gerariam dinheiro, mas envolviam projetos nos quais eles não se identificavam completamente. Gabi se alterou ao dizer que as urgências são válidas e questionar o porquê de eles seguirem de fora de determinados projetos, como, por exemplo, as palestras, se existia a necessidade premente de todos ali ganharem dinheiro. Alguns, entre eles Carlos, perguntaram se valeria a pena trabalhar por merreca para *gente filha da puta*. Nessas horas, sempre voltava a questão da dedicação de cada um e isso gerava ainda



mais conflito. Novamente, enumeraram várias ideias de captação de recursos, como vender produtos do Norte na casa, os que já existiam e outros que ainda iriam inventar – como produtos alimentícios orgânicos –, mas ninguém parecia acreditar que aquilo realmente iria adiante. Pablo comentou que se o trabalho de cada um retornasse uma grana para a casa, a casa se manteria, e se perguntou: *Qual a forma de cada um trabalhar para a casa?*

As perguntas pareciam sem respostas. O debate foi um dos últimos que presenciei, em novembro de 2016. Percebi que todos estavam cansados, sem força para propor novas ideias e menos ainda para executá-las. Era preciso decidir se eles seguiriam ou não tendo uma sede, pois em janeiro precisariam devolver a casa ao proprietário. Não havia mais dinheiro para custear o aluguel e todos estavam sem grana. A entrega da casa balançava a continuidade do trabalho da rede e deixava em aberto o futuro dos que nela apostaram. Em meio às dúvidas, no entanto, havia algo que parecia não gerar incertezas: a de que, independente do trabalho da rede, eles seguiriam amigos e não iriam se afastar.

#### 2.1.8 “Norte Comum Convida”

O “Norte Comum Convida” era um projeto que organizava eventos com apresentações musicais, arte e gastronomia na casa de Benfica. Para o evento podiam ser convidados parceiros para organizar os alimentos e as bebidas, cobrados à parte. No caso da comida, os integrantes da rede também ofereciam opções de pratos que eram retribuídos através de contribuições voluntárias. A rede aproveitava para expor e vender seus trabalhos artísticos e livros.

Ao longo do ano de 2015, foram organizados três eventos, que contaram com *show* dos artistas Ivi Seixas e Colossi, na primeira e segunda edições respectivamente. O terceiro evento apresentou o filme *Onde a coruja dorme* e ofereceu um debate com Simplício Neto, um dos seus diretores.

No ano de 2016, ocorreram quatro edições do “NC Convida”. A primeira delas, realizada no dia 12 de maio, foi quando estive pela primeira vez no evento. Na ocasião, o projeto abrigou o “Ajeum da Diáspora”, contou com o *show* de Luana Karoo e a projeção fotográfica “Mulheres Negras” do coletivo “Favela em foco”. Segundo a definição das organizadoras, o Ajeum é um “projeto gastronômico e cultural, idealizado por Angélica Moreira, que tem como objetivo valorizar a culinária afro-brasileira”. Segundo ela, o Ajeum é “uma oportunidade de reunir pessoas interessadas em saborear iguarias de nossa vasta culinária, sempre contando com um toque de criatividade e originalidade”. Além de um cardápio com receitas que continham ingredientes de origem africana, o menu era acompanhado por bebidas alcóolicas artesanais,

como as batidas de coco, tamarindo e maracujá. Um dos principais pontos do projeto é a proposta de compartilhar a herdada ancestralidade africana aplicada na mesa do Ajeum. O projeto é desenvolvido mensalmente em Salvador, cidade natal de Angélica, e no Rio de Janeiro foi organizado duas vezes na casa do Norte Comum.

Nos outros eventos do ano, o NC Convida contou com apresentações de Chico Chico e João Mantuano, Bellas e Flor e o *show* “Três vocês”, com os artistas Luís Capucho, Bruno Cosentino e Pedro Carneiro, além de mais uma edição do Ajeum da Diáspora com *show* de Aika Cortez, na última edição do projeto em dezembro de 2016.

### 2.1.9 Fim da casa e início de um novo ciclo

*A casa virou um fardo para quem cuida dela.* A frase, dita por Carlos na reunião em que mais se falou sobre o assunto, revelou um dos maiores problemas em relação à sede: a responsabilidade por ela. O tema da casa atravessou todo o ano de 2016, especialmente os últimos meses. Era preciso sair de lá no início do ano seguinte e ainda não se tinha outra opção. Talvez fosse possível renegociar o aluguel lá mesmo, mas não havia sequer a certeza de que valeria a pena alugar outra casa e continuar tendo uma sede. Cuidar de uma casa demandou um esforço que ninguém estava preparado para ter e o trabalho acabava recaindo sempre nas mesmas pessoas, que, naturalmente, estavam cansadas e não queriam seguir com aquela obrigação. Organizar-se para dar conta das tarefas domésticas demandou um tipo de estruturação para a qual, talvez, o grupo não estivesse preparado, como disse JV, ao justificar a saída de Benfica: *por não dar conta pela limitação de cuidar da casa e cuidar das ações. Entram outras demandas, cuidar do espaço, das relações, aí começa a aparecer uma porção de coisas.*

A casa, sem dúvida, era um ponto de encontro de todos, mas nunca funcionou como um lugar de trabalho adequado, o que fez com que todos questionassem não apenas o espaço em si, mas o benefício de tê-lo. Muitas vezes conversou-se sobre a necessidade de otimizar o espaço, adaptá-lo à necessidade de todos, combinar um tempo coletivo, criar um rodízio, mas nada disso foi colocado em prática. A lentidão na realização dos projetos foi percebida por alguns integrantes como um ponto negativo da casa, que caracterizou uma certa *estagnação*, uma fase *improdutiva*, que, apesar de ter permitido a ocorrência de várias discussões e debates, não deu muitos frutos. *A gente não conseguiu levar nada muito adiante*, disse Fernanda. Essa percepção foi compartilhada por JV, que assumiu que, nos dois anos que estiveram na casa, o grupo fez menos coisas que em todos os outros anos. Com exceção do pessoal do audiovisual,

que trabalhava na ilha de edição, poucas pessoas de fato produziam trabalho lá e saber por que isso não funcionou como muitos esperavam era uma questão.

Algo que me foi dito várias vezes, quando comecei a acompanhar o cotidiano da casa, foi que aquele seria um momento de uma parada para reflexão, um momento de reclusão, contemplação e análise, que, se não foi totalmente planejado como tal, estaria dando vida a uma necessidade que vinha sendo gestada no grupo, de repensar seu trabalho e, especialmente, sua atuação nas ruas. O grupo já havia realizado muitos projetos nos anos anteriores e ter uma sede própria com alguma rotina e uma frequente presença de muitos deles proporcionou uma oportunidade de repensar o trabalho e o que *os mantém enquanto essa formação coletiva*. Nesse sentido, essa autoanálise também revelou impossibilidades que os desanimaram: *Essa parada fez com que a gente enxergasse que o que a gente fazia não dava conta do que a gente queria fazer, aí nos sentimos estagnados*, percebeu JV.

Assim, a intenção para o ano de 2016 era *pensar muito sobre isso (a trajetória do grupo), escrever o que viveram nos outros anos, pensando as relações entre eles, NC, e com o mundo. A casa trouxe isso*, revelou JV. Segundo ele, a sede foi outro divisor de águas (além do Hotel da Loucura), um tempo de *autorreflexão*. Nesse sentido, para Gabi, a casa foi um momento diferente dos outros, mais *in*, que esclareceu alguns pontos do trabalho do grupo e permitiu outro tipo de troca, assim como proporcionou a elucidação das dificuldades e contribuiu para que *as sombras ficassem mais claras*.

Outras conclusões foram produtos dessa análise. Para JV, ter um lugar fixo criou uma crise na personalidade do grupo, que possui um histórico e um objetivo de estar presente nas ruas e promover a circulação pela cidade. *Bagunçou a nossa identidade, o que a gente se imaginava, o que a gente tava fazendo. Se fixar uma base, aí como essa circulação se dá? Porque a base requer certos cuidados e estar na rua requer outros cuidados, acho que confundiu o ‘avatar’ da galera. O corpo tava aqui, a cabeça em outros lugares. Uma das principais questões do conflito era a falta de cuidado com a casa, e outro conflito era a falta de presença na rua. Ficava nesse “entre-lugar”, a gente não tava em nenhum dos dois lugares*. Estar fora das ruas desmotivou muitos integrantes que gostam da produção e da vibração do evento. Gê disse que esses eram momentos importantes de união, *o momento onde tá todo mundo fazendo. Você dá ideia, todo mundo vai meter a mão*.

Com todos os problemas, a experiência intensa na casa, apesar de conflituosa e desconfortável, foi considerada muito importante para o grupo, especialmente por proporcionar um momento rico de convívio. *Um laboratório de convivência*, que, apesar de valioso, naturalmente foi atravessado por questões presentes no mundo externo, como a necessidade do dinheiro e as preocupações causadas pela falta dele. No entanto, a busca por uma alternativa ao modelo de relações capitalistas esteve presente de forma ativa na convivência da casa e, graças

a ela, essa busca pôde ser gestada. *A grana acaba sendo um catalisador de problemas e problemas de convivência também, a gente é capitalista*, disse Jonas. Para ele, o comportamento reativo que se estabeleceu nesse sistema, concentrado em atitudes rápidas, sem atenção e reflexividade, pôde ser trabalhado e revisto a partir da relação cotidiana, pois só é possível conhecer o outro compreendendo as diferentes camadas que o compõem, os diferentes momentos pelos quais ele passou, sem violência ou retórica. *E foi assim, um ano quase, de uma lentidão pra se assentarem coisas, todo mundo é muito reativo, a gente vive num mundo de reação e atividade, então, estar num espaço que se trabalham essas conexões de forma lenta, acho que faz com que as pessoas respirem mais, evitem mais a reatividade, respirar e ouvir mais o outro, por causa dessa convivência intensa*, completou Jonas.

Esse convívio intenso alimentou também uma potente troca de saberes e aprendizagens, fortalecida pela possibilidade de encontros frequentes que a casa permitia. Conforme concluiu Jonas, *a casa era um lugar pulsante de troca de saberes, cultura, informação, aulas e aulas sem esse nome de aula. Todo mundo se dispoñdo a ser professor e aluno*.

A casa foi entregue em dezembro de 2016 e os equipamentos foram distribuídos entre as casas dos integrantes. O plano a curto prazo era o de realizar eventos itinerantes com a Kombi. Porém, em um episódio lamentável, o veículo foi roubado no final desse mesmo ano, obrigando o grupo a rever os planos futuros.

Figura 5 – Fachada da casa em dia de evento com a banca de brechó na porta



Fonte: A autora, 28 out. 2016.

Figura 6 – Dinâmica para preparação do texto do site da rede, no quarto da frente



Fonte: A autora, 7 out. 2016.

Figura 7 – Conversa sobre o site e as fases da lua



Fonte: A autora, 7 out. 2016.

Figura 8 – Bate-papo na cozinha (com o quintal atrás)



Fonte: A autora, 24 jun. 2016.

Figura 9 – NC Convida Ajeum da Diáspora



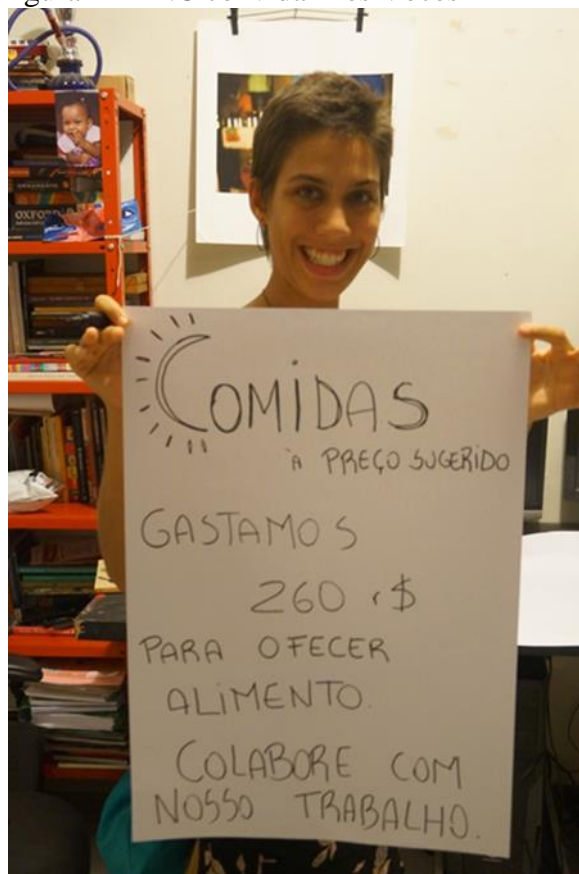
Fonte: A autora, 15 maio 2016.

Figura 10 – NC convida Três Vocês



Fonte: A autora, 9 dez. 2016.

Figura 11 – NC convida Três Vocês



Fonte: A autora, 9 dez. 2016.

## 2.2 Tijuca: Serviço Social do Comércio (SESC) e a institucionalidade

O trabalho com o SESC durou seis anos, de 2011 a 2016. O último evento da “parceria”<sup>47</sup> foi no dia 27 de agosto de 2016, com a realização de uma edição do “Amostra Grátis”, que contou com o *show* do cantor paraense “Pinduca”, conhecido em todo Brasil como o “rei do carimbó”. Como todas as outras realizações no SESC em que estive presente, o evento abrigou trabalhos de várias linguagens artísticas (dança, teatro, cinema, poesia e artes plásticas), *stands* de comida e bebida, e estava lotado. Para minha surpresa, os integrantes não estavam tristes pelo fim da parceria. Pelo contrário, ouvi vários deles comentarem sobre a alegria de estar finalizando bem uma associação que *já tinha dado o que tinha que dar*. Àquela altura, apenas alguns trabalhavam diretamente com a instituição, pois muitos se sentiam desgastados pela relação que atravessou momentos difíceis ao longo dos anos de projeto conjunto.

A primeira vez que estive em um evento do SESC foi no *show* do Russo Passapuso, vocalista da banda BaianaSystem, que era pouco conhecido no Rio em sua carreira solo. Ainda assim, o *show* estava completamente lotado e não tive a oportunidade de falar com ninguém do Norte Comum. A segunda ida ao SESC, no dia 17 de outubro de 2015, foi quando de fato estabeleci contato com a rede. Era um evento “Aperte F5” sobre feminismo, que contaria com a apresentação da cantora Karina Buhr. Cheguei cedo e enquanto esperava sozinha no pátio pelo início do evento, Gabi chegou. Ela me cumprimentou e se apresentou como sendo do Norte Comum. Ela não lembrava, mas já tínhamos nos visto e cumprimentado no Ágoras de Honório Gurgel dois meses antes. Apresentei-me também e demos início a uma conversa em que contei sobre a pesquisa e a intenção de conhecer melhor o trabalho do grupo – ao que ela respondeu de forma simpática e solícita. O público começou a chegar e formar uma fila para a entrada no salão onde o evento aconteceria. Pouco depois, encontrei Carlos, que lembrou de mim, e agendamos uma ida minha à sede para a semana posterior.

A parceria com o SESC foi a primeira ação do grupo em coletivo. No final de 2011, os integrantes da época procuraram a instituição, que possui uma sede no bairro da Tijuca, em busca de possíveis trabalhos em cooperação. Um rapaz que vinha participando das reuniões,

---

<sup>47</sup> A palavra “parceria” era utilizada pelo grupo para todo e qualquer trabalho em conjunto. O termo é amplamente utilizado nas relações entre organizações da sociedade civil, movimentos sociais, Estado e mercado. No entanto, seu uso generalizado me parece gerar silêncios e mascarar desigualdades, uma vez que sob a égide democrática do termo “parceria” pode-se estar escamoteando relações de profunda assimetria. Sem me deter demasiado neste ponto, gostaria apenas de registrar a importância de se refletir atentamente a respeito das particularidades das situações em que o termo é utilizado. No caso aqui referido, a “parceria” estabelecida entre o NC e as instituições em muito se diferenciava em termos de horizontalidade e ganhos mútuos (materiais e simbólicos) das firmadas entre o grupo, os amigos que *chegavam junto* e outros coletivos.



músico e membro de um coletivo de Jacarepaguá, já havia trabalhado com a organização e deu a ideia de buscá-la para conferir se algo poderia ser feito conjuntamente. Na época, a entidade organizava o projeto cultural “Geringonça”, que movimentava o cenário das artes e da música independentes, englobando diversas linguagens, como vídeo, teatro, poesia, grafite, música e moda<sup>48</sup>. A iniciativa, que havia recebido artistas de sucesso no passado, não andava bem de público e estava prestes a acabar.

O rapaz de Jacarepaguá falou com a Patrícia, então coordenadora do Geringonça, que o pessoal era bacana e podia levantar o projeto. O grupo marcou uma reunião para conhecer o espaço e ver o que podia acontecer. No dia, haveria uma apresentação do MV Bill e na reunião do Norte, havia mais gente do que público no *show*. Na época, com Patrícia, trabalhavam quatro estagiários, que geralmente provinham do curso superior de Produção Cultural da UFF – que, conforme Pablo chamou atenção, não tinham nenhuma relação com a Tijuca. Ela decidiu conversar com o grupo e sugeriu que eles se inscrevessem como estagiários, pois os cargos eram revezados a cada cinco ou seis meses e estavam prestes a vagar. No entanto, no lugar dessas vagas, o grupo a entregou uma carta em que propunha trabalhar em coletivo.

*Muita gente boa se apresentou lá, mas o projeto ia acabar. (...) Ela veio trocar ideia com a gente, falou qual era a deles, disse pra gente se inscrever [individualmente] pra trabalhar com eles. A gente disse ‘Não, o Norte Comum quer ir como um coletivo’. Escrevemos uma carta e ela topou. E aí que deu a virada no Geringonça, revelou Marcell, um dos principais interlocutores junto à instituição durante os anos de parceria. A ideia inicial do grupo era realizar uma curadoria coletiva do projeto e propor artistas para se apresentarem e exporem nos eventos. Eles transformaram a oportunidade em uma possibilidade de divulgar tanto o trabalho de artistas desconhecidos, como daqueles que atuavam no cenário independente nacional e nunca tinham vindo ao Rio. No início, a programação era gigantesca, mais de 50 artistas, contou Pablo.*

Após o início do trabalho conjunto, a rede passou a produzir os distintos projetos do Geringonça, que eram o “Lavagem das engrenagens”, “Amostra Grátis”, “Redemoinho Artístico” e o “Aperte F5”, com uma quantidade fixa por ano (cerca de 12 entre os meses de março e dezembro de cada ano). É difícil perceber a diferença entre os dois primeiros, já que ambos incluíam a apresentação de produtos artísticos de diferentes linguagens. O Redemoinho

---

<sup>48</sup> De acordo com o *site* do SESC, o Geringonça atua desde o ano de 2004 e se define como uma “ação original de arte-educação, que tem, no núcleo de sua multiplicidade, a função de catalisar iniciativas artísticas e posicionar o jovem como dinamizador do seu próprio senso estético”. Disponível em: <<http://www.sescrj.org.br/noticia/19/06/11/geringonca>>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

Artístico, além das exposições, oferecia um bate-papo entre os artistas e o público e promovia um ambiente de criação coletiva, em que cada um podia levar seu trabalho e apresentá-lo. Já o Aperte F5 incluía conversas sobre determinados temas com convidados, como o que contou com um debate sobre feminismo e no final, com a apresentação da cantora Karina Buhr.

Com o passar dos meses, os eventos cresceram e ficaram grandes, movimentando uma alta quantidade de artistas e espectadores e chamando a atenção das outras filiais do SESC. Não só a curadoria ficava a cargo do grupo, como a “coprodução e a gestão”<sup>49</sup>. Eles se encontravam, dividiam as tarefas e colocavam a mão na massa. *Nós mesmos é que fomos fazendo*, afirmou Felipe, com um ar de orgulho por ter conseguido realizar eventos de tamanha grandiosidade sem possuir experiências prévias em produção cultural. Apesar do grupo grande e relativamente inexperiente, a rede teve muito êxito com os projetos, conseguindo a participação de nomes conhecidos da música brasileira contemporânea, como Céu, Antônio Nóbrega, Siba, Metá Metá, Russo Passapusso, e da literatura, como Conceição Evaristo e Márcia Tiburi, entre vários outros.

*As curadorias eram um bagulho feito por muita gente, a gente discutia aquilo ali abertamente. Achei bem maneiro, ponta firme, vieram umas coisas bem boas aí, gente que não voltou pro Rio até hoje, gente que não tinha vindo pro Rio até hoje, desenterramos o Di Melo no Rio de Janeiro. Isso é maneiro, isso é importante para a música. Trouxemos vários trabalhos importantes, né? Isso é legal*, declarou Carlos.

Além das instalações na Tijuca, a rede produziu eventos de fora do SESC, que tinha obrigação legal de investir um terço de seu faturamento em projetos sociais e o fazia através do “Programa de Comprometimento e Gratuidade”. Assim, foram realizados eventos nas favelas do entorno, nos morros do Salgueiro, Formiga, Borel e Macacos, e no abrigo Ayrton Senna, um centro municipal de reinserção social para crianças e jovens interditado em 2016 pela Justiça por não possuir condições adequadas de funcionamento. Nesses lugares, além da programação cultural, eram oferecidas também oficinas e mantidos projetos de meio ambiente, como o cultivo de uma horta com as crianças. Em um dos eventos realizados no Borel, por exemplo, houve oficinas de reaproveitamento de material, decoração, artesanato, grafite e música. A participação do Norte nesses projetos foi uma proposta da própria rede, sob o objetivo de *diluir a fronteira entre o morro e o asfalto*.

Os integrantes reconheciam a importância que o SESC teve em sua trajetória, especialmente por lhes possibilitar a oportunidade de fortalecer o início do trabalho coletivo e

---

<sup>49</sup> De acordo com o currículo do grupo, enviado por e-mail por Roberto Barrucho, em 20 de dezembro de 2017.

colaborar para construir as bases desse trabalho. Além de ter propiciado o espaço e as condições mínimas necessárias para a realização de atividades que satisfaziam uma parte dos desejos do grupo. No entanto, os problemas com a instituição foram muitos, *sempre foi treta*, e, segundo todos os participantes, a parceria poderia ter sido muito mais profícua do que foi.

Como um dos entraves, a rede reconhece as insatisfações em lidar com tamanha burocracia de uma entidade que, apesar de ser privada, possui processos internos engessados como na máquina pública. Essa burocracia não só impedia que os trâmites fluíssem na velocidade necessária à organização das ações como colocava barreiras às propostas do grupo.

Outra questão complicada era a baixa remuneração que o grupo recebia. Inicialmente, recebiam através de contrato algo em torno de mil reais pelo trabalho de curadoria, produção e comunicação. A quantia era recebida através do MEI de amigos e conhecidos, o que gerava muita desorganização e, por vezes, perda de dinheiro. Com o passar do tempo, o valor foi aumentando e chegou a algo em torno de cinco mil reais, segundo Gê, o que não cobria os custos de produção, manutenção da rede e mão de obra, feita por diversos períodos de maneira voluntária. A falta de uma remuneração adequada foi vista como *mesquinharia* pelo grupo, já que depois de certo tempo eles descobriram que a instituição podia captar mais recursos do governo, caso declarasse o aumento de público – o que não faziam ou se o fizeram, não aumentaram o valor oferecido à rede. Ao mesmo tempo que os eventos cresciam e atraíam uma quantidade cada vez maior de público, o grupo não percebia o reconhecimento desse trabalho, nem através do retorno financeiro, nem da divulgação e força para a ampliação da rede. A parceria, ou melhor, a falta dela, fez com que o grupo se sentisse *usado*, conforme disse Pablo. *Os eventos crescendo e a gente ganhando mal. Aí vimos que nossos eventos eram os mais baratos para eles. Nos nossos eventos, eles gastavam pouco e enchiam de público. A gente foi muito usado, mas tivemos uma oportunidade de fazer circular gente de toda a cidade.*

A falta de uma relação de *brodagem* com a rede se fazia presente também na forma como tratavam os jovens, desconfiando por vezes de sua honestidade e reprovando sua criação e invenção, limites impostos por pessoas que, segundo eles, não entendiam de cultura. *Não topavam nossas loucuras, qualquer coisa que saía do planejado era proibido (...). Todos os eventos foram soluções criativas pra proposta original que a gente tinha dado*, queixou-se Carlos. A instituição fazia questão de separar institucional e administrativamente seu trabalho da atuação do Norte, blindando o acesso da rede a determinados assuntos e pessoas, dificultando sua aproximação com os artistas e, conseqüentemente, seu crescimento enquanto coletivo.

Ainda mais grave do que isso, a entidade atuou no sentido de dividir o próprio grupo. Conforme explicado por Pablo, o domínio de diversas linguagens artísticas pela rede fazia com

que o SESC se sentisse ameaçado em suas competências e não lhe agradava que o Norte assumisse tantas ações. Assim, quando eles não tinham conhecimento ou recursos para assumir determinados projetos, os ofereciam a uma parte reduzida do grupo e remuneravam esse grupo diretamente em separado, desagregando a coletividade. Agindo assim, além de dismantelar o poder político da ação coletiva, eles diminuía sobre si as obrigações e deveres trabalhistas. Alguns integrantes se interessavam por essas propostas, pois viam uma oportunidade de obterem recursos financeiros, além de ganharem *status*.

Dessa forma, surgiram dois projetos, o “Naviu” e o “Fora de Área”. O primeiro tinha uma proposta de intervenção urbana e surgiu a partir de discussões dentro do grande grupo, inclusive usando a marca do Norte. Apesar disso, passaram a tomar decisões diretamente com o SESC, sem que o resto do grupo fosse consultado. O Fora de Área, projeto de poesia, foi uma sugestão do próprio SESC, que propôs o nome e escolheu quem do grupo eles queriam que participasse. Essas atitudes obscuras melindravam alguns integrantes e semeavam desentendimentos no grupo, enfraquecendo sua coesão e diálogo.

Com todas as contrariedades, a rede concorda que soube usar a entrada institucional que teve, aproveitando o espaço para se fazer conhecida pelo público, divulgar artistas alternativos, aprender sobre produção e consolidar seu trabalho coletivo. A grana, apesar de pouca, serviu para que a rede conseguisse realizar outros projetos próprios, redirecionando o dinheiro recebido. *O SESC foi um atraso que a gente teve que fazer para se adiantar. Era uma merda de trabalho que a gente tinha que fazer para manter um dinheirinho para aí, sim, fazer o trabalho. Com o dinheiro do SESC, a gente fez o Ágoras, o Hotel da Loucura... não dava para depender só do público*, revelou Carlos.

No ano de 2012, conforme mencionado acima, houve uma cisão no grupo, pois uma parte queria ampliar o trabalho para outras áreas da cidade e circular por outros bairros. A essa altura, muitos eram os debates internos sobre questões de fundo político, como os objetivos da ação coletiva e a proposta de cidade que desejavam nutrir. O público do SESC era de classe média da Tijuca e da zona sul, *playboys*, como eles diziam, o que incomodava vários integrantes. Nessa época, eles receberam o convite para o Hotel da Loucura e o grupo se dividiu. Muitos não quiseram ir, segundo Marcell, pois não quiseram sair da sua *zona de conforto*.

No mês seguinte, ao término do trabalho conjunto, Patrícia, a coordenadora do Geringonça, foi demitida e iniciou-se um enfraquecimento do núcleo de cultura do SESC, o que aconteceu em diversos âmbitos da gestão da cultura após o início do governo Temer, em maio de 2016, conforme veremos no último capítulo. A instituição ainda procurou o grupo para contratar seus serviços, como o de fotografia e vídeo, mas o pessoal do audiovisual não quis

aceitar, pois a grana, como sempre, era muito baixa, principalmente quando se considerava a quantidade de trabalho a ser feita.

Figura 12 – Último evento no SESC Tijuca



Fonte: A autora, 1º out. 2016.

Figura 13 – Último evento no SESC Tijuca



Fonte: A autora, 1º out. 2016.

## 2.3 Engenho de Dentro: Hotel da Loucura

Corpo presente / Atento e ativo / Ativo, vivo /

Corpo ser / Essência / Em potência /

A boca cheia / Pra falar do movimento / Arripio

*Faccioli*

Aquela seria a segunda vez que eu entraria em um hospital psiquiátrico. A primeira, há muitos anos, foi no Pinel, onde, junto com um grupo de alunos da ECO/UFRJ, pensávamos desenvolver um projeto de comunicação comunitária. (...) Era noite, entrei na grande área do Instituto Nise da Silveira, antigo Centro Psiquiátrico Pedro II, no Engenho de Dentro, e após me informar, cheguei ao último prédio do conjunto de árvores e edificações. O hotel ficava no terceiro andar desse edifício. Subi pelas escadas e no segundo andar vi desenhos e grafites nas paredes dos corredores. Um ambiente muito diferente do que havia imaginado para um hospital psiquiátrico. Nesse andar, além das paredes pintadas, havia apenas portas fechadas, nenhum sinal de pessoas.

Ao subir mais um andar, aumentou minha surpresa com o lugar. As paredes estavam completamente coloridas de desenhos, pinturas, grafites e escrituras. Muitas escrituras. Palavras de dor, frases de luta, poesias, sonhos, desejos. Em frente à escada, estava a pequena sala do Núcleo de Saúde, Ciência e Cultura, da Secretaria Municipal de Cultura, e virando à direita, após passar por uma porta, havia um grande salão. Ali estavam montados o palco com o som e uma mesa com livros de poesia de um dos poetas que iria se apresentar. Havia almofadas e pufes distribuídos pelo chão. Neles, as pessoas se acomodavam confortavelmente, algumas conversavam e outras apenas relaxavam. Conforme adentrava, encontrava integrantes do coletivo e os cumprimentava. Aos poucos também fui me deparando com internos do hospital. Cada um a seu modo, olhavam para mim. Alguns interagem comigo, outros não. (...) Me dirigi ao lado oposto desse andar e vi mais um grande salão, repleto de fantasias, fotos de peças teatrais e carnavais, obras de artesanato, desenhos e mais escrituras nas paredes. Várias frases de Paulo Freire. Ali ocorria o teatro de Dionises, uma das principais atividades do Hotel. (...) Notei que o sarau havia começado e voltei ao salão anterior. A fala de um dos integrantes da primeira banda a tocar (que tinha alguns internos como membros) apresentou o sarau, a banda, fez uma grande defesa de Vitor Pordeus, e esclareceu a importância do Hotel da Loucura. Após o músico, a cantora do grupo fez mais uma fala de apoio a Vitor. Na sequência, Miriam, uma ex-interna, que já havia notado muito alegre e agitada, vestindo uma camisa com o nome de Vitor escrito com fita crepe, fez uma declaração entusiasmada sobre o trabalho de Pordeus. Ressaltou ainda a grande importância daquele projeto para pessoas como ela e emocionou a todos dizendo o quanto aquele tratamento humanizado havia modificado sua vida. (...)

No andar acima, trancados em uma enfermaria, vários pacientes estavam deitados em macas desconfortáveis, sentados em bancos duros, perambulando sem rumo. Ao ver isso, meu corpo sofreu uma mudança abrupta de sensações. Pablo me diria posteriormente que nem todas as enfermarias “fechavam” com eles, ou seja, levavam os internos para o sarau. Algumas preferiam não o fazer para não terem o trabalho extra de cuidar dos pacientes fora de seu horário regular de expediente. (...) Após as apresentações do sarau, todos os participantes fizeram uma grande roda e dançaram ciranda cantando... *Escuta, escuta. O outro, a outra já vem. Escuta e acolhe. Cuidar do outro faz bem*”.

(Fragmentos do caderno de campo com adaptações – 20 de maio de 2016)

A descrição acima é uma tentativa de transpor para o papel um pouco do que senti ao visitar o Hotel da Loucura, uma experiência só imaginada quando é vivida. Ela trata também do único sarau Tropicaios em que estive presente, o último organizado pelo Norte Comum. O sarau era a principal atividade que o Norte realizava no Hotel, entre várias outras. A edição ocorreu logo após a exoneração sem aviso prévio do médico, ator e criador do projeto, Vitor Pordeus, em maio de 2016, o que naquele momento estava gerando muita revolta e indignação de internos, funcionários e integrantes da rede. Digo “internos”, mas os usuários do hospital, na verdade, eram chamados de “clientes”<sup>50</sup> pela instituição e inicialmente também pelo pessoal do Norte, que depois passou a chamá-los por seus nomes.

Pordeus foi o criador do Hotel da Loucura e ocupava o cargo de coordenador do Núcleo de Cultura, Ciência e Saúde (setor que ele mesmo criou em 2009) da Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, quando foi exonerado do cargo pelo então secretário de Saúde, Daniel Soranz<sup>51</sup>, em um nítido desmonte desse projeto de arte e saúde<sup>52</sup>. O motivo alegado pela Secretaria para sua demissão foi a de que Pordeus havia viajado para o exterior sem autorização do órgão, o que ele negou. Vitor informou que, na realidade, estava realizando um doutorado fora do país, em que aprofundava a pesquisa sobre o projeto do Hotel, e que a Secretaria tinha conhecimento sobre isso. O médico declarou que antes de viajar tentou diversas vezes entrar em contato com a Secretaria para esclarecer o que fosse necessário, mas não obteve retorno, segundo ele, propositalmente. O Hotel da Loucura<sup>53</sup> se baseava nos ensinamentos de Paulo Freire e Nise da Silveira para desenvolver projetos que unem educação, arte e saúde mental, e funcionou por cerca de cinco anos dentro do Instituto.

A demissão do médico provocou uma grande indignação nos integrantes do Norte e dividiu opiniões sobre a posição coletiva que deveriam tomar. Alguns, como Pablo, achavam

---

<sup>50</sup> Em visita posterior ao Museu do Inconsciente, também localizado no Instituto Nise da Silveira, descobri que esta nomenclatura foi uma determinação da própria Nise, por acreditar que o hospital e seus médicos estavam prestando um serviço aquelas pessoas, então clientes.

<sup>51</sup> Em 2017, Soranz foi acusado pelo Ministério Público Estadual de facilitar o desvio de cerca de 53 milhões de reais de recursos públicos. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/rio/mp-denuncia-dois-ex-secretarios-de-saude-do-rio-por-facilitarem-desvio-de-53-milhoes-21299763>>. Último acesso em: 16 ago. 2018.

<sup>52</sup> Ainda que esta demissão tenha se dado no âmbito municipal da saúde do Rio de Janeiro, a exoneração de Vitor Pordeus ocorreu em meio a um grande processo de turbulência no país. O golpe que depôs a presidenta eleita Dilma Rousseff, iniciado por seu afastamento em maio de 2016, mesmo mês da exoneração de Vitor, atingiu várias esferas do Estado brasileiro, entre elas, a da cultura, que teve seu ministério extinguido. Como reação, houve uma ocupação nas sedes do ministério em várias capitais brasileiras, movimento que ficou conhecido como OcupaMinc, que exigia a revogação da iniciativa do novo governo de extinção do órgão. No capítulo 4, analiso mais amiúde o quadro acima brevemente descrito.

<sup>53</sup> Muitas informações sobre o Hotel podem ser encontradas na *internet*. O *site* mais completo é o da Universidade Popular de Arte e Ciência, disponível em: <<http://www.ocupanise.org.br/>>. Último acesso em: 13 ago. 2017.

que eles deveriam assumir uma postura combativa, defendendo Vitor publicamente e pedindo a saída do novo diretor do Hotel. Já outros, como Carlos, tinham receio de estar *se metendo em um problema que não era deles*. Eles concordavam que deveriam defender Pordeus, mas ao mesmo tempo viam como ruim o fato de tentarem preservar um cargo, o que faria parte de uma briga política institucional que não lhes cabia. No Hotel, a rede nunca se envolvia com questões institucionais e burocráticas, que ficavam sob responsabilidade da coordenação geral do projeto. *O projeto não pode depender de cargo*, disse Carlos exaltado em uma das reuniões sobre esse assunto. Na sequência, olhando pra mim, continuou: *Estamos lá há anos e problemas políticos como esse nunca nos atravessaram. Nunca falei sobre isso com Vitor, porque isso não atravessava o trampo, saca?*

O trabalho da rede no Hotel estava ligado diretamente às atividades culturais de que participavam e desenvolviam com Pordeus e outros coletivos. O grupo foi para lá em 2013 a convite do médico para estabelecer sua sede. Com a ajuda dos clientes, o pessoal do Norte transformou uma antiga enfermaria de um andar abandonado do hospital em um espaço colorido, convertendo paredes em murais de arte, macas em mesas de trabalho e antigos quartos em escritórios. Após dois anos reunindo-se e trabalhando em praças, universidades e bibliotecas públicas, ter uma sede naquele momento era uma necessidade que muitos sentiam, para ter um *lugar de referência, estar sempre lá e guardar as coisas*.

Os integrantes estavam presentes no Hotel quase todos os dias, com o compromisso de uma reunião semanal com Vitor, aumentando posteriormente a frequência de encontros entre eles. A circulação cotidiana de pessoas era grande, entre outros coletivos, clientes e funcionários, o que gerava uma movimentação intensa de coisas e ideias. Diferente da tediosa rotina que pode ter uma instituição pública, o Hotel possuía uma movimentada e energética programação de atividades. Tudo mudava muito rápido, disseram-me alguns dos rapazes. O ritmo era naturalmente mais dinâmico do que anteriormente no SESC. Era como um *organismo*, disse Gê, referindo-se à complexa estrutura do instituto público.

A estrutura de um hospital psiquiátrico, como se pode esperar, era um tanto rígida e pesada. No entanto, se por um lado, o hospital era uma grande instituição médica convencional, fria e árdua, por outro, em um de seus prédios, onde funcionava o Hotel da Loucura, era possível vivenciar experiências humanas e incomuns para um ambiente como aquele, que podemos inclusive considerar como “anti-institucionais” – por exemplo, a realização de uma pajelança. Pordeus também dava liberdade de criação para o NC e lidava com os entraves burocráticos, de disputa de espaços e hierarquias, processos que a rede tinha pouco conhecimento e com os quais desejava não se envolver.



Como vimos, a principal ação da rede no Hotel era a realização do sarau Tropicaos, que acontecia uma vez por mês e envolvia artistas e clientes em manifestações de poesia, teatro, música, dança, vídeo, fotografia, pintura, grafite, entre outras atividades. Além do sarau, o Norte se envolvia em atividades culturais, como o teatro e o bloco de carnaval “Loucura Suburbana”, e ainda outra atividade muito importante: construíam uma ponte entre esses projetos e entre eles e o mundo externo.

O ano de 2013, marcante para a vida da cidade e do país por várias razões, marcava também uma virada na trajetória do grupo. A ida para o Hotel, o trabalho em favelas com o SESC e a chegada de JV, Gê e Thiago, integrantes com outras vivências de cidade, alterou profundamente o cotidiano do grupo e sua relação com o trabalho. *Aí o Norte Comum realmente vira uma plataforma para tu conhecer a cidade*, empolgou-se Carlos, que nessa época percorria a cidade de ponta a ponta, conhecendo artistas de todas as idades e gêneros musicais para falar sobre o trabalho da rede e *fazer uma trama*. O Hotel foi um grande “divisor de águas” para o grupo e para cada um de seus integrantes. A experiência intensa de estar presente diariamente em um hospital psiquiátrico em um bairro afastado do centro, na *zona norte mais profunda*, e a convivência com os clientes do instituto modificaram radicalmente a forma de cada um se relacionar com a cidade, com a arte, com o grupo e individualmente, consigo mesmo.

Em relação à cidade, o ir e vir para o hospital proporcionou uma vivência urbana em um local de pouco movimento de um bairro menos arborizado, mais pobre e que recebe menos atenção do governo e da sociedade do que a Tijuca. No Engenho de Dentro, o acesso ao transporte público era significativamente pior e a sensação de insegurança também. O entorno do instituto era deserto, o que dificultava o acesso dos integrantes, principalmente das mulheres. A circulação entre o Hotel, as favelas e as manifestações políticas no centro redesenhou o trajeto que faziam pela cidade, mudando completamente seu eixo de deslocamento. A rede estava intensificando a relação com uma cidade que ninguém queria ver, mas esconder, e com moradores dessa cidade com quem ninguém queria ter que lidar. Não só os loucos, mas também os pobres, loucos pobres (e pobre loucos). *Lá no Hotel, a galera apanha, é maltratada, fica presa, como se fosse numa jaula. Tem a polícia, o médico, a desigualdade, preto, pobre, sem higiene, sem cuidado... A cidade tá lá dentro também*, contou Marcell.

A loucura, que sempre foi indesejada e marginalizada como tão bem nos ensinou Foucault (2004), foi materializada nas palavras de Marcell, a partir da experiência no hospício. *Lá no hotel, a galera apanha, é maltratada, fica presa, como se fosse numa jaula. Tem a polícia, o médico, a desigualdade, preto, pobre, sem higiene, sem cuidado... a cidade tá lá dentro também*. A mudança de rota para um lugar fora da rota, excluído da dinâmica da cidade, um espaço segregado e estigmatizado, representava em si uma experiência densa que o grupo

somou às suas reflexões e, conseqüentemente, intervenções na e sobre a cidade. No entanto, ao mesmo tempo que eles estavam em um espaço marginalizado, de uma cidade desigual, eles reinventavam esse espaço e a cidade, invertendo a lógica pré-estabelecida.

A construção que acontece no Hotel vai contra tudo que foi feito na história da cidade, criada para ‘atender’ um sistema político segregador. É a retomada de um espaço construído pra segregar e sua transformação em um espaço de união (GÊ, 2015, p. 176).

A convivência com os clientes contribuiu para adensar essa experiência. Relacionar-se com eles foi uma vivência incorporada pelo grupo como uma relação consigo mesmo. A dimensão do cuidado com o outro presente no Hotel alimentou uma reflexão a respeito do cuidado consigo e com grupo, um processo de autoconhecimento que caminhou junto ao cuidado com o outro. Como dizia uma outra ciranda cantada no hotel<sup>54</sup>:

Cuidar do outro é cuidar de mim,  
Cuidar do outro é cuidar de mim,  
Cuidar do outro é cuidar de mim,  
Cuidar de mim é cuidar do mundo.

Esse processo de descoberta e aprendizado sobre a saúde mental dos outros e de si foi expresso em um texto coletivo da rede sobre o Hotel:

[...] preciso ser um outro diante da loucura para ser eu mesmo. Existir onde me desconheço, para estar entregue à ressonância dos encontros, onde o mistério vibra o corpo, ao guardar a luz de um olhar no estojo da alma. É o fim e o começo do sujeito-mundo. É preciso ser um novo, de novo, de novo... se colocar sensível às tensões entre os corpos e à relação destes com o espaço possibilita libertar nossas manifestações expressivas. A linguagem corporal, mídia primária da cultura, é a interseção entre o mundo interno e o externo, impressões e expressões (COMUM, 2015, p. 169).

Naturalmente, essa convivência causou também desconforto e incômodo, na medida em que não era simples estar em um hospital psiquiátrico, com todas as violências que isso inclui, e se relacionar com as pessoas que aí se encontram em tratamento. “A sensação no corpo é muito discrepante” (GABI, 2015, p. 170).

É unânime a importância que o Hotel teve na vida de cada um e na trajetória do grupo. Ter um espaço para aprofundar a relação entre eles e organizar um sistema que não se fragmentasse com a movimentação entre as instituições fez com que eles se sentissem um grupo organizado pela primeira vez e a perceberem com mais clareza os estímulos da dinâmica de se estar em um grupo. A atitude de estar aberto para aprender com o novo e caminhar aceitando mudar a si e ao trabalho – a capacidade de “mutabilidade” da qual muito se falou no ciclo sobre a casa de Benfica – se fortaleceu muito no grupo a partir do tempo que passaram no Hotel.

---

<sup>54</sup> Ciranda de Ray Lima, Johnson Soares e Júnio Santos.

As condições de trabalho no Hotel não eram as melhores em termos de infraestrutura, parece que sequer havia *internet*, mas a oportunidade de aprendizado foi muito importante. Repensar o papel da cultura e as possibilidades de criá-la foi uma virada fundamental no trabalho da rede. A separação das áreas do saber que vivenciamos no mundo pós-moderno parece não contribuir para o desenvolvimento pleno do indivíduo, e vislumbrar a união de duas áreas mostrou como é necessário repensar a construção do conhecimento e sua prática cotidiana. *Precisamos juntar tudo de novo, não tem jeito*, afirmou Pablo. As novas relações que estabeleciam com os loucos e a arte lhes davam mais liberdade de criação e isso se refletia no trabalho, em uma forma mais subjetiva de entender o que vinham realizando. “A fantasia saiu um pouco do circuito do dia a dia de todo mundo, e o Hotel nasce como um lugar onde a fantasia é levada a sério” (ALICE, 2015, p. 169).

A nova forma de ver a cultura e a cidade alcançou também a maneira de ver a interseção entre essas duas coisas. A arte e a cultura atravessaram os muros das instituições de cultura, como o SESC, museus e galerias. Vitor e a intensidade do seu trabalho possibilitaram ao Norte vislumbrar cada vez mais a arte acontecendo nas ruas, praças, fora dos espaços fechados. A arte sendo realmente pública. Giro que modificou os interesses e a realização do seu trabalho, que passou a ser desenvolvido cada vez mais em espaços públicos e gratuitos.

No início de 2015, a alta demanda dos projetos externos e a conseqüente diminuição da atenção dedicada ao Hotel fizeram com que o grupo optasse por buscar outro local para desenvolver seu trabalho. Eles concluíram que seria melhor ter uma sede própria para se concentrarem melhor nos projetos que surgiam além do SESC, que demandavam uma alta energia de trabalho. Além das dificuldades com a infraestrutura e os desafios do ambiente de um hospital, a parceria junto ao Hotel requeria e merecia uma atenção e dedicação que eles não estavam conseguindo oferecer naquele momento e não lhes parecia justo seguir ocupando o espaço dedicado ao projeto. Apesar da saída, o grupo continuou realizando o sarau Tropicaios até 2016, quando o Hotel da Loucura deixou de funcionar.

Em 2018, o projeto do Hotel voltou a desenvolver atividades em outro local, em uma casa no bairro do Méier, e nesse mesmo ano, o NC realizou lá mais quatro edições do sarau Tropicaios. Os eventos, que estavam previstos no projeto conquistado em 2017 no edital estadual “Geração Cultura”, foram, segundo a página do evento no *Facebook*, para “concluir esse ciclo de muito aprendizado, e assim convidamos a todos que participaram de alguma forma na construção do Hotel da Loucura e também todos que estejam afim de chegar junto a confraternizar conosco”<sup>55</sup>.

---

<sup>55</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/339084193338898/>>. Último acesso em: 1º dez. 2018.

Neste capítulo, visitamos os bairros e lugares por onde o Norte Comum passou e desenvolveu seus principais projetos. No próximo, conheceremos como foi o início dessa rede e o sentido comum que lhes uniu e deu norte.

Figura 14 – Sarau Tropicaios #FicaPordeus



Fonte: A autora, 20 maio 2016.

Figura 15 – Sarau Tropicaios #FicaPordeus



Fonte: A autora, 20 maio 2016.

Figura 16 – Hotel da Loucura



Fonte: A autora, 20 maio 2016.

Figura 17 – Hotel da Loucura



Fonte: A autora, 20 maio 2016.

### 3 EM BUSCA DE UM NORTE EM COMUM

Este capítulo pretende apresentar o início das primeiras movimentações da rede Norte Comum, quando os integrantes começaram a buscar um destino em comum e a tramar as ideias iniciais sobre o movimento, mas ainda não existiam enquanto um grupo organizado. A ideia do **comum** e algumas de suas abordagens, práticas e teorias serão o fio condutor deste capítulo, que busca compreender prioritariamente o comum do Norte, mas passeia por outras trilhas brasileiras por onde esse conceito passou.

A ação reconhecida pelo grupo como o ponto de origem, uma espécie de “ato fundacional”, foi a publicação do manifesto nas redes sociais por Carlos Meijueiro, texto que veremos detalhadamente a seguir e que pode ser encontrado no anexo A desta tese. Após o exame do manifesto, abordo sua adesão nas redes virtuais e as decorrentes reuniões presenciais realizadas em lugares públicos. Na sequência, vemos o contato que Carlos teve com o grupo Fora do Eixo (FdE), ocorrido antes mesmo da divulgação do manifesto, e analisamos o surgimento e a trajetória desse grupo central na história dos coletivos culturais brasileiros, cujo trabalho em parte serviu de “inspiração” (já veremos o porquê dessas aspas). Por fim, conhecemos a adolescência de alguns integrantes no bairro da Tijuca, quando importantes encontros deram início a uma forte amizade, que inspirou reflexões sobre o exercício do comum e a atuação coletiva e que dura até hoje.

#### 3.1 Das redes virtuais às praças: um início em manifesto

Compreender o início dessa rede não é tarefa simples. Foram muitos e em várias direções os movimentos que levaram ao seu princípio. Na busca por uma forma de discorrer sobre o assunto, penso na palavra “emergência”. Quiçá o termo se aproxime de algo que estou tentando pôr em palavras: um acontecimento que emerge de um borbulhar de ideias que, ao gerar momentos de intensidade, se materializa em algo sólido. Essas partes substancializadas, por sua vez, ao se unirem, formam um conjunto que se fixa em um determinado espaço-tempo, mas que a qualquer momento pode se desfazer, refazer e se fixar em outro ponto. Assim, esse acontecimento se assemelha a um fluxo que toma forma lentamente a partir de desejos que em seu processo constroem pontos de intensidades, sem ter uma direção específica.

Quando penso em emergência, volto à Foucault (1979) e ao que ele nos diz ao ponderar sobre o método genealógico em contraposição à história<sup>56</sup>. Nessa reflexão, o autor critica a história e sua busca por um “ponto de partida”, como se houvesse um momento fixo de início e antes dele nada houvesse. Diferente disso, Foucault considera as constantes mudanças, abrindo um fosso entre a causa e o efeito e por isso nos diz que a emergência é “o princípio e a lei singular de um aparecimento”, que a mesma “se produz sempre em um determinado estado das forças” e que para que ela ocorra necessariamente um afrontamento deve se dar. Ele afirma que o que se encontra no começo histórico das coisas é a discórdia entre elas, é o “disparate”. A emergência seria, assim, “a entrada em cena das forças; é sua interrupção, o salto pelo qual elas passam dos bastidores para o teatro, cada uma com seu vigor e sua própria juventude” (FOUCAULT, 1979, p. 24).

Se não é simples compreender esse início, tampouco é claro como ele se relaciona com cada um dos integrantes. Desde que comecei a acompanhar o trabalho da rede, assistindo seus participantes em apresentações formais e informais e nos diálogos que pessoalmente tive com eles, ouvi versões distintas sobre esse começo. Não há, portanto, uma história unívoca, mas a narrativa de cada um a partir da sua própria experiência, seus encontros pessoais, o envolvimento e as expectativas presentes no momento do envolvimento. Optei assim por reunir minhas impressões e as informações das memórias pessoais dos integrantes, especialmente dos primeiros envolvidos, sem querer designar a nenhum deles em especial a autoria desse surgimento. Voltando rapidamente à Foucault, pego emprestada sua ideia sobre a autoria da emergência: “Ninguém é responsável por uma emergência; ninguém pode se autoglorificar por ela; ela sempre se produz no interstício” (1979, p. 24).

*Começou sem nem a gente saber direito o que ia ser*, disse Pablo Meijueiro, um dos primeiros integrantes do grupo. De acordo com ele, no início, eram apenas ele, Carlos Meijueiro, Marcell Carrasco e Roberto Barrucho. Pablo revelou que o principal estímulo era dar início a uma rede em que cada um realizasse eventos de cultura em seu próprio bairro. Insatisfeitos com a obrigatoriedade de ter que ir para a zona sul e para o centro, as partes mais ricas da cidade, para curtirem os programas culturais, e certos de que do *lado de cá do túnel*<sup>57</sup>,

---

<sup>56</sup> O filósofo entende que a história busca a origem e que procurá-la é “querer tirar todas as máscaras para revelar uma identidade primeira” (FOUCAULT, 1979, p. 17). Neste trabalho, além de se problematizar a origem dos processos, se desconfiará também das “identidades primeiras”.

<sup>57</sup> Há, no Rio de Janeiro, uma oposição histórica entre as zonas norte e sul da cidade, que representam, em termos materiais e simbólicos, respectivamente, o “atraso” e o “progresso”, conforme vemos no capítulo 4 sobre cidade. O túnel Antônio Rebouças, inaugurado em 1967, conecta essas duas zonas através dos bairros do Rio Comprido (zona norte) e Lagoa (zona sul). Por ser uma ligação entre estes “polos opostos”, a “metáfora do túnel” foi muito citada nos meios de comunicação hegemônicos para representar uma divisão entre esses “dois

havia pouco incentivo à cultura, os participantes decidiram organizar eles mesmos os eventos que gostariam de frequentar na zona norte. Através da rede, além de incrementar a vida cultural da região com programas de sua preferência, pretendiam fortificar a relação deles e de outros jovens com seus bairros, *inventando seu espaço na cidade, e assim fortalecendo o vínculo com o local onde vivem*, acrescentou Pablo.

O nome Norte Comum (NC) definia que eles tinham um objetivo (norte) em comum e situava a zona norte da cidade como seu território de ação. O comum se referia a algo a ser feito por todos e para todos, inspirado nas ideias do filósofo italiano Antônio Negri com quem inclusive chegaram a encontrar, conforme vemos a seguir. A prática de realizar ações coletivas culturais vinha desde a adolescência, mas dessa vez as ideias passaram a envolver questões políticas sobre a cidade e a criação do comum.

No final de 2011, Carlos publicou um texto que chamou de “manifesto” em uma rede social. Historicamente, a palavra *manifesto* tornou-se conhecida por representar não apenas a manifestação de algo, mas um documento escrito de repúdio e intenções, uma “declaração pública em que o chefe de uma nação ou um partido político, um grupo de pessoas ou um único indivíduo esclarece determinadas posições ou decisões”<sup>58</sup>. É interessante observar ainda que o vocábulo, ao longo da história mundial, marcou a exposição de ideias e denúncias ligadas à insatisfação de determinados grupos com a situação social, política e econômica em que viviam, como as vanguardas políticas dos anos 60 e 70 do século XX, e inclusive muito antes, como no clássico “Manifesto Comunista” de Marx, escrito no ano de 1848.

Assim como nos séculos XIX e XX, o manifesto do Norte expressava a insatisfação do grupo com o contexto urbano de uma época, assim como elencava proposições para transformá-lo e, apesar de ser de autoria de Carlos, muitos integrantes o mencionaram e confirmaram a afinidade que possuíam com as ideias ali expressadas. O documento<sup>59</sup> define o movimento, seus objetivos, sua forma de trabalho, e esclarece as principais linhas de atuação. Ao ser publicado, o texto teve uma grande repercussão, gerou centenas de comentários e compartilhamentos e resultou na criação de um grupo virtual, atraindo diversos jovens para o

---

mundos”. Descritos pelos instrumentos de comunicação da elite e do poder político, o lado de “cá” seria a zona sul e o lado de “lá”, a região do longínquo e desconhecido território além-túnel, ou seja, a zona norte. No entanto, a definição do que é “lá” e o que é “cá” passou a ser questionada dependendo de quem fala. Por isso, apesar do “cá” consagrado nos meios hegemônicos ser a zona sul, aqui, considerando a inversão do fluxo proposta por meus interlocutores, o “cá” passa a ser a zona norte.

<sup>58</sup> Definição do Dicionário Michaelis *On-line*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/manifesto/>>. Último acesso em: 11 set. 2018.

<sup>59</sup> O manifesto foi citado por vários integrantes e me foi enviado por um deles através de *e-mail*. O texto completo está no anexo A deste trabalho e parte dele está publicado na página do grupo no *Facebook*, disponível em: <[https://www.facebook.com/pg/nortecomum/about/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/nortecomum/about/?ref=page_internal)>.



movimento. Em poucas semanas, esse grupo atingiu mais de 600 participantes, tendo a maioria se conhecido ali mesmo, na rede social.

O manifesto é iniciado definindo o Norte Comum como sendo um “ponto de encontro entre a teoria e a prática”, “um espaço de escuta e convivência permeado por fazeres”, que buscaria traçar um caminho através da produção e da troca de conhecimento para “questionar o espaço urbano”, “mudar as relações humanas”, e pela sua “força criativa”, reduzir as distâncias e as desigualdades sociais, tendo a arte como “ponte entre as pessoas, cidade e ideias”. Nesse início, fica claro que o grupo pretendia se dedicar à prática da realização de ações culturais, desde que acompanhada da teoria e da reflexão que ela deveria proporcionar. Portanto, já nesse primeiro momento, o grupo lança mão da teoria – que depois veremos ser representada pelas ideias de autores acadêmicos europeus – para orientar sua prática e a reflexão sobre ela. Essas duas dimensões, teoria e prática, dariam forma, assim, a um conhecimento que teria a capacidade de questionar o espaço da cidade e modificar as relações humanas, tendo a arte como principal caminho. Assim, nesse início, podemos destacar uma tríade composta pela cidade, pelas relações humanas e pela arte.

O texto segue explicando o que provocou o surgimento da ideia: a escassez de projetos e atividades voltados à cultura na zona norte e o fluxo obrigatório dos jovens da região em direção às partes ricas da cidade – a zona sul e o centro – e, por conseguinte, detentoras de uma quantidade maior de aparelhos culturais (como teatros, cinemas, bibliotecas, teatros, museus, lonas/arenas e centros culturais) para encontrar mais opções de entretenimento. De acordo com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro<sup>60</sup>, esse número seria mais do que o dobro da zona sul em relação à norte.

Ainda segundo o documento, essas regiões possuem o “monopólio da cultura do Rio de Janeiro” e, com base nessas constatações, o manifesto propunha trabalhar no sentido de uma necessária “inversão de rota” na vida cultural da cidade, através de um maior desenvolvimento de projetos na região norte. A iniciativa, segundo eles, aumentaria as opções de entretenimento ao mesmo tempo que fortaleceria a relação entre os jovens, assim como entre a juventude e seus bairros.

---

<sup>60</sup> Segundo o Plano Municipal de Cultura do Rio de Janeiro, de 2009 a 2013, a quantidade de equipamentos culturais da Área de Planejamento 2 (AP2), onde estão os bairros da zona sul, seria de 275. Enquanto que na AP3, onde se situa a maior parte dos bairros da zona norte, o número seria de 88. Disponível em: <[http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7927881/4214206/PlanoMunicipaldeCultura\\_acumulode200913.pdf](http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/7927881/4214206/PlanoMunicipaldeCultura_acumulode200913.pdf)>. Último acesso em: 5 nov. 2018.

De fato, como vimos, a quantidade de aparelhos culturais é significativamente maior na zona sul da cidade. Porém, é importante chamar atenção para o fato de que essa busca por novas opções estava sendo realizada por um grupo determinado de jovens, de acordo naturalmente com seus gostos musicais e de entretenimento – o que não necessariamente se encaixaria nos aparelhos formais citados, mas certamente estaria relacionado a um tipo particular de cultura, alternativa/independente, voltada a um público específico e com desejos e questionamentos sociais e urbanos, conforme vimos no primeiro capítulo.

Esmiuçando a proposta, o texto define a forma de trabalho do grupo com base em duas frentes gerais de atuação. A primeira delas refere-se à **formação e manutenção de uma rede** entre as pessoas interessadas em se “aprofundar em discussões a respeito do território”, através de estudos, pesquisas e reflexões, visando à abertura de um espaço para a “criação do comum”. A realização das ações seria uma consequência dessas reflexões e debates, não sendo unicamente voltadas ao entretenimento, mas a fins que estimulassem o pensamento crítico sobre a cidade. Podemos pensar em uma cultura engajada politicamente e em uma rede cultural-política. O público-alvo dessa rede seria bem amplo e deveria unir desde produtores culturais, ligados diretamente ao fazer cultura, como estudantes e professores que estivessem interessados no assunto.

A segunda linha de atuação, a **produtora coletiva**, possuía intenções práticas e objetivas e tratava da reunião de produtores, agitadores, fomentadores, artistas e demais interessados em realizar projetos na região para a organização de manifestações artísticas e culturais, que deveriam ter como objetivo maior a transformação do território<sup>61</sup>. Essas ações poderiam ter origem em propostas inéditas ou em projetos em andamento. As duas frentes estariam completamente conectadas e uma dependeria da outra. A concretização das atividades seria, portanto, uma consequência dos encontros e debates, que, por sua vez, proporcionariam a “união de potencialidades” necessária à consecução das ações.

Após a definição das duas frentes, que, como sempre lembra o texto, estariam a serviço de um bem maior, “a construção de relações pessoais”, o manifesto lista os oito principais objetivos do movimento. Entre eles, “garantir condições para circulação e criação do comum

---

<sup>61</sup> Território – citado diversas vezes no documento, verbalmente pelos integrantes e em produções textuais do grupo – é uma categoria central para pensar seu trabalho. O conceito, oriundo do campo da Geografia, ganhou destaque nas ações sociais que buscam valorizar uma determinada localidade, como um bairro ou um conjunto de bairros, como no caso da zona norte. Um debate sobre esse conceito e suas diferentes abordagens, principalmente a relação que possui com as concepções de identidade e pertencimento, bem como a relevância que adquiriu nas políticas sociais e de cultura do Rio de Janeiro, será feito, respectivamente, nos capítulos 4 e 5 desta tese.

por meio das relações e de ações específicas, visando construir referência nesse território e transformação da realidade social” e “ocupar de todas as formas possíveis os espaços públicos. Em especial as praças que se encontram abandonadas e convertidas em mero lugar de passagem”. Entre os demais, mencionava o contato com universidades para a mobilização de estudantes e sua participação no movimento.

Na sequência, o documento enumera as ações e estratégias do grupo, todas elas voltadas à zona norte. Em resumo, elas buscariam diálogo com jovens e moradores da região, incluindo as favelas para também inverter uma outra rota: ao invés da favela para o asfalto, do asfalto para a favela. Pesquisariam sobre a história desses lugares, seus mitos, ícones e a divulgariam para a sociedade; dariam visibilidade aos seus artistas locais; proporiais eventos para o debate das questões sociais e políticas da ZN; e estabeleceriam contato com pontos de cultura para parcerias, sempre atuando junto aos jovens e ressaltando a importância de sua resistência no território. É importante notar a interseção que este trabalho já estabelecia entre os territórios e o pertencimento e a identificação que os jovens poderiam ter ou desenvolver com eles.

O manifesto incluía ainda a perspectiva do uso de instrumentos virtuais para a comunicação da rede e a definição de lugares para os encontros presenciais que funcionassem como uma “zona autônoma de pensamento”, independente de instituições, garantindo assim a liberdade de expressão. “Zona autônoma” esta que, como nas ideias de Castells mencionadas no primeiro capítulo, unia o território urbano físico ao das redes sociais virtuais.

A título de conclusão, o documento trazia a necessária mudança na forma de se ver a zona norte, conhecida principalmente pela “violência anunciada nos jornais, por ser cheia de militares e reacionários e, sobretudo, como um lugar em que nada agitado ou movimentado pode dar certo”. Os integrantes da rede que afirmam ter crescido ouvindo que o bom estaria no bairro da Barra da Tijuca, na zona oeste e em bairros da zona sul – lugares então considerados melhores não só para se divertir como para morar – queriam acabar com alguns “estigmas”<sup>62</sup> sobre a região e seus jovens, buscando comprovar que na zona norte havia muita gente interessada em cultura, assim como grupos capazes de promovê-la.

---

<sup>62</sup> “Estigma” é uma categoria nativa do grupo para se referir à imagem que a zona norte possui. Segundo Goffman (1975), o estigma envolve um processo social de dois papéis – o estigmatizado e o normal –, em que cada indivíduo participa de ambos, em determinadas conexões e períodos da vida. O autor nos diz que “o normal e o estigmatizado não são pessoas, e, sim, perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atuam sobre o encontro” (GOFFMAN, 1975, pp. 148-49). “Contato misto”, por sua vez, faz referência a situações sociais em que o normal e o estigmatizado estão na presença física imediata um do outro. De acordo com a pesquisa realizada por Carneiro (2009), esse mesmo conceito poderia ser elaborado para se referir ao “suburbano”, categoria que faz referência aos moradores de bairros da zona norte.

A dinâmica do movimento, além de buscar redimensionar o “monopólio da cultura” no Rio de Janeiro, pensava a construção coletiva do “comum”, conforme dito anteriormente. O comum mencionado ao longo do texto tem como referência a obra do italiano Antônio Negri, que inclusive é citado no documento nesta passagem atribuída a ele, ainda que sem referência: “Um comum abundante que abrange ideias, afetos, linguagens. Não é um bem, mas uma relação em eterna construção de novas formas de vida, um comum biopolítico”.

Na obra “Commonwealth”, última da trilogia de Negri (2009), que inclui “Império” e “Multidão”, o autor defende a ideia do comum como sendo uma terceira opção para além do público e do privado. Segundo ele, o comum não é só a riqueza que a natureza nos oferece, mas uma ideia abundante que engloba “os resultados da produção social que são necessários para a interação social e futuras produções, tais como conhecimentos, linguagens, códigos, informação, afetos” (NEGRI, 2009, p. 8). A ideia de comum que Negri desenvolve e que é apropriada pelo grupo não é um bem que pertence a todos, como também representa em alguns casos, mas uma relação em uma eterna construção de novas formas de vida.

A partir dessa elaboração, o grupo buscava refletir sobre como a construção de um comum poderia abrir novas perspectivas de existência para os territórios. Em outro texto de autoria de Carlos Meijueiro, publicado em livro, ele faz novamente referência à ideia de comum, tão importante na gênese do grupo. Nesse caso, menciona um texto do Bruno Cava, da Universidade Nômade, publicado na *internet* e que busca traduzir o comum de Negri. O texto de Meijueiro diz assim:

Comum enquanto cooperação participativa, como cultura e política, como processo social que não se separa dos sujeitos em atividade, de um imaginário de revolução permanente, que começa por si mesmo, pelas formas de organização, circulação, comunicação e trabalho social e socializado (CAVA apud MEIJUEIRO, 2013).

Dessa forma, compreendo esse comum como uma maneira de estar e acontecer no mundo, ao se levar em conta nesse pensamento e nessas ações a dimensão coletiva e os impactos daquilo que se realiza, na história de vida das pessoas e dos territórios.

Por último, o texto do manifesto define as “frentes de atuação” de trabalho que serão organizadas a partir dali, dividindo-as em seis, a saber: comunicação, cultura, ecologia, saúde e meio ambiente, social, audiovisual, e pesquisa e história. Dentro de cada uma delas, é estabelecida uma lista de atividades a serem colocadas em prática. Como se vê, a intenção do grupo era atuar na cidade utilizando principalmente a arte como ferramenta, mas indo muito além do campo da arte e da cultura.

Pouco tempo após o início da movimentação na *internet*, o grupo virtual transbordou e foi para as ruas. Encontros presenciais foram organizados nos anos de 2011 e 2012 na UERJ no Maracanã, em praças do bairro da Tijuca, e em um bar no Grajaú. A maioria dos encontros foi realizada na praça Saens Peña, local de referência para os moradores da Tijuca. De acordo com a página do grupo no *Facebook*, em 2012, foram realizadas dez reuniões para tratar de assuntos variados, como a organização dos eventos no SESC, ações culturais e artísticas na praça Saens Peña, participação em atividades do comitê do deputado estadual Marcelo Freixo e a busca por uma sede. Em grande parte dos textos dos eventos, havia o convite para que pessoas interessadas se juntassem ao grupo. Nessa altura, além dos quatro integrantes iniciais, Felipe Nunes e Gabriela Faccioli haviam se incorporado à rede.

### 3.2 O Fora do Eixo e a *subversão*

Entrevistei Carlos Meijueiro em uma tarde ensolarada de junho de 2017, no quintal da sua casa no bairro do Grajaú. Ele havia se mudado para a casa há pouco tempo com sua companheira e estava contente com a novidade. Entre coisas de que eu não tinha conhecimento algum, apesar de um ano e meio de trabalho de campo, ele me contou sobre seu rápido, porém marcante, contato com o grupo Fora do Eixo (FdE). Essa foi a primeira coisa que ele contou quando iniciou sua resposta à minha pergunta sobre ‘como o Norte Comum havia surgido’.

Em 2011, antes da publicação do manifesto, Carlos fez uma viagem na qual conheceria o grupo e alguns de seus métodos de trabalho, que o entusiasmariam a dar início ao movimento que levou à formação do Norte. Na ocasião, seu amigo Léo o convidou a ir a um “Encontro de Cultura Livre”, em Minas Gerais, informando que no evento haveria a presença de jovens que debateriam políticas públicas com foco no campo da cultura. Após haver despertado seu interesse pela política institucional em 2006, durante as eleições presidenciais daquele ano, os acontecimentos nesse âmbito começaram a ganhar importância para Carlos. Eles passariam 15 dias e haveria um esquema grátis para passagem e hospedagem. Animado com a possibilidade de fazer uma viagem e ainda falar sobre cultura, Meijueiro topou. Chegando lá, ele descobriu que o evento estava sendo realizado pelo FdE, ou como disse, *era um festival completamente apropriado pelo Fora do Eixo*. Como vim a descobrir depois em minhas pesquisas, era o congresso anual da rede. Segundo Carlos, qualquer atividade da qual se participasse no evento, como oficinas, debates ou cursos, a pessoa estava, sem saber, trabalhando para o grupo. *Tipo, ‘oficina de mídia’, tu ficava escrevendo no blog a cobertura do evento. Você trabalhava fazendo a cobertura do evento publicando direto no blog deles*, explicou Carlos.

O Fora do Eixo é uma rede de coletivos brasileiros de cultura, tendo sido no passado, e possivelmente ainda hoje, a maior união de coletivos de cultura do país. O grupo iniciou seu movimento no ano de 2001<sup>63</sup>, em meio ao contexto de expansão veloz da *internet*, que trouxe consigo a quebra do monopólio comercial da indústria corporativa da música e a possibilidade de divulgação autônoma de músicos e bandas independentes. O advento da rede mundial propiciou a relação direta entre os artistas e o público da música, assim como a disseminação de dados e o compartilhamento de informações, o que mudou de forma radical a relação dos músicos com seus ouvintes e a produção criativa do seu trabalho.

Essas novas possibilidades levariam inevitavelmente à consequente crise da produção fonográfica baseada exclusivamente nas gravadoras internacionais. O FdE surgiu entre o produtor cultural Pablo Capilé e duas estudantes de Comunicação e, naquela conjuntura, começou a atuar na propagação dessa nova forma de produzir, difundir e comercializar música, questionando direitos autorais e promovendo formas de circulação desses artistas em cidades do interior do país, fora do eixo – daí o nome do grupo – Rio e São Paulo.

Carlos ainda não tinha ouvido falar sobre eles e ficou impressionado com o que viu no encontro. Muitas pessoas de cidades do interior do Brasil, como Cuiabá, Uberlândia e Londrina, sobre quem ele não tinha conhecimento, organizavam um evento de grande magnitude e o movimento vinha chegando com força em São Paulo e no Rio de Janeiro. No congresso, ele viu uma quantidade numerosa de jovens que passava o dia inteiro pensando em como organizar aquele *novo negócio*, fazia muitas filmagens e transmissões em tempo real (“*streaming*”), e realizava diversos debates, oficinas e festas. Meijueiro se impressionou com o dinamismo, a quantidade de atividades que o grupo produzia simultaneamente e o imenso público do evento, entre integrantes do Fora do Eixo, dos coletivos parceiros e agentes de cultura. A maioria era de homens e nitidamente Pablo, um dos principais porta-vozes do FdE, se destacava.

Foi nessa ocasião que Carlos ouviu pela primeira vez a palavra “coletivo” para designar aquela atividade cultural, nomeação que, desconfia ele, pode ter sido difundida no Brasil pelo próprio FdE. Ele ficou entusiasmado em ver *tudo aquilo acontecendo*, ou seja, a organização do trabalho por um sem-número de jovens que se dispunha a qualquer esforço físico para realizar trabalhos de diversos tipos, desde montar uma instalação elétrica a fazer uma filmagem, com alegria e empenho para que tudo funcionasse da melhor forma.

Na época, ele e os amigos frequentavam bastante o bairro boêmio da Lapa, no Rio, e se perguntavam constantemente por que precisavam sair da Tijuca para se divertir. O evento em

---

<sup>63</sup> De acordo com seu *site*. Disponível em: <<http://foradoeixo.org.br/historico/>>. Último acesso em: 26 set. 2018.

São Paulo lhe possibilitou refletir sobre a proposta de movimento que vinha amadurecendo e voltar com ideias para se organizar com os amigos em grupo, naquele formato de “coletivo” que tinha aprendido. No evento, ele vislumbrou uma maneira de colocar em prática as propostas que tinha sobre a cultura na zona norte e presumir como essa nova organização cultural poderia, através de eventos de cultura alternativa, alterar o cotidiano da cidade e contribuir para sua transformação social. Imbuído pelo ânimo de dar início ao movimento, Carlos esteve também no congresso posterior, realizado na cidade de São Paulo no final de 2011.

O embrião do Fora do Eixo foi a criação do Espaço Cubo na cidade de Cuiabá, que ao final de 2002 contava com um estúdio para gravação, um espaço para *shows*, uma estrutura para comunicação e divulgação dos eventos e um selo para o lançamento e venda de discos (MORAIS, 2013). A rede começou se propagando através de parcerias com coletivos em cidades do interior que pactuaram uma série de métodos de organização para fomentar a circulação de artistas e produtores culturais entre essas cidades. Assim, teve início o fortalecimento de uma rede produtiva da cadeia da música, que envolvia artistas e profissionais de diversos segmentos, como lojas de instrumentos musicais, produtoras audiovisuais, restaurantes, hotéis etc. (MORAIS, 2013, p. 7).

Em 2004, eles se viram sem recursos financeiros e decidiram testar uma nova forma de sobrevivência material, que se realizaria através de “permutas” (SAVAZONI, 2014). A remuneração entre a cadeia e esse conjunto de permutas seria realizada através de uma moeda própria, o “cubo card”, que colocava em circulação produtos e serviços a serem compartilhados por uma rede maior na base da confiança mútua. Sob o conceito de “economia solidária”<sup>64</sup>, esse método criou uma maneira de fazer funcionar o cenário cultural de *rock* independente, desde sempre precarizado. O crescimento inicial dessa rede se deu, sobretudo, porque esses jovens, a despeito da falta de recursos e remuneração, queriam colocar seu trabalho em circulação da forma como fosse possível (FONSECA, 2017).

O que Carlos viu no congresso o motivou a propor o início de uma movimentação que levaria à formação no Norte. Ele disse que falar em “inspiração” é um pouco exagerado, pois não chegou a estudar bem o formato de trabalho do grupo que havia conhecido para dizer que se inspirou naquilo. *Sou muito aquariano, não posso dizer que me inspirei porque nem consigo estudar a coisa inteira para dizer eu tô inspirado nisso. Eu, na verdade, gosto de subverter, o*

---

<sup>64</sup> A principal referência teórica do Fora do Eixo sobre economia solidária é o autor Paul Singer, austríaco naturalizado no Brasil que ocupou diversos cargos no desenvolvimento de políticas nessa área no governo brasileiro.

*que vi ali no FdE, eu já vi o que gostava e o que não me interessava. Eu só propus o que me interessava.*

A parte que estimulou Carlos tem a ver sobretudo com o formato da organização em coletivo, o entusiasmo dos integrantes da rede, sua sinergia, a aparente horizontalidade com que trabalhavam entre si e a ideia de estar presente nos espaços públicos. Apesar disso, revelou que viu muita coisa ali que não considerou *saudável*. *‘Haquiei’ a coisa do coletivo, de estar no espaço público*, disse ele.

O que naquele momento talvez ele não soubesse era que o FdE já possuía um sofisticado modelo de organização, que conta até hoje com duas estruturas, uma territorial e outra temática, que por sua vez se desdobram em três níveis operacionais, conforme os complexos diagramas disponíveis em seu *site*. De acordo com o livro “Os novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo” de Rodrigo Savazoni, em 2012, ano seguinte à ida de Carlos ao congresso, a rede articulava 122 coletivos, cinco casas, e cerca de 400 coletivos parceiros (SAVAZONI, 2014, p. 27). Isso mesmo, estamos falando de um total de 522 coletivos. A obra de Savazoni abrange de forma ampla a história da rede e será utilizada aqui como um guia para transitar pelo “universo Fora do Eixo” e suas contradições.

Ainda que aquele tenha sido o primeiro contato entre Carlos e o FdE, o tamanho que a rede aparentava ter e o desejo ambicioso de crescimento futuro que já expressava lhe pareceram constituir um projeto um tanto quanto megalomaniaco: *aquela escalada de dominação dos festivais, das mídias, isso é coisa de maluco*. Pela forma como disse, me pareceu se tratar de uma grandeza que possivelmente em algum momento objetivaria galgar instâncias mais altas de poder. *Não foi à toa que eles foram para o ministério [da Cultura]*, disse ele.

Com o passar dos anos, Carlos e o Brasil tomariam conhecimento das controvérsias sobre o grupo, que ganhariam projeção nacional em 2013 através de veículos tradicionais de comunicação e principalmente das redes sociais. Como veremos a seguir, essas questões que se converteram em polêmicas começaram a acontecer muito antes de se tornarem públicas e dizem respeito principalmente aos métodos de circulação cultural da rede, como a exploração de artistas ou a minoração dos seus cachês, seu ativismo político, o comportamento predatório no mercado da cultura, o recebimento de verbas estatais, e a consequente relação que desenvolveu com as estruturas do Estado (UNINÔMADE, 2012, *on-line*).

Começando pelo último tópico. No ano de 2011, a rede, que até então se dedicava em maior medida a atividades culturais, começou a se inserir no campo da política de cultura. Não que isso não estivesse nos objetivos iniciais do grupo, que já no princípio declarava seu desejo de contribuir para a construção de políticas públicas, em especial no campo da cultura, tarefa a



ser administrada pelo “simulacro de partido”, conforme designado em um dos diagramas do seu *site*. Porém, apenas no ano de 2011, eles realizaram algumas ações diretamente conectadas ao sistema político institucional, através do desempenho de um papel de destaque nos seguintes atos e movimentos (SAVAZONI, 2014, p. 84):

1. A criação da rede “Mobiliza Cultura”, que articulou grupos culturais contrários às propostas da ministra da Cultura Ana de Hollanda. O FdE funcionou como uma “secretaria geral” de uma “rede de redes” (SAVAZONI, 2014, p. 87);
2. A articulação, a divulgação e a realização da Marcha pela Liberdade, que se iniciou em São Paulo e se espalhou por 40 cidades brasileiras<sup>65</sup>. A marcha foi um movimento de luta pela liberdade de manifestação e de repúdio à violência praticada contra a Marcha da Maconha, realizada no mesmo ano na cidade de SP; e
3. A articulação do festival #ExisteamoremSP, durante a eleição municipal de 2012, como continuação do movimento contra a candidatura de Celso Russomano no primeiro turno.

A partir da atuação nesses eventos, o FdE passou a ter uma presença maior no campo da política institucional e na relação com os temas da macropolítica, sem deixar de atuar no setor cultural. As três situações narradas acima denotam uma mudança de atuação do grupo que, como nos diz Savazoni, representou:

[...] um deslocamento gradual do Fora do Eixo, de uma rede de coletivos de produção cultural [...] para uma plataforma de articulação política em rede, com foco na cultura e na mobilização e participação social (SAVAZONI, 2014, p. 112).

Segundo o autor, ao se posicionar como o organizador dessas redes, o grupo se apropriou da comunicação proporcionada por essa atuação para se projetar local e nacionalmente e depois capitalizar o público como espectadores de seu circuito comercial e/ou colaboradores da rede.

A participação do Fora do Eixo nas articulações desses movimentos e a centralidade que passou a ter entre os coletivos de cultura foi, por vezes, criticada por sua excessiva postura centralizadora na condução de uma posição de protagonismo em uma rede aparentemente distributiva, o que começou a evidenciar um comportamento predatório no campo da cultura,

---

<sup>65</sup> Disponível em: <<https://pt.globalvoices.org/2011/06/22/brasil-40-cidades-recebem-a-marcha-da-liberdade/>>. Último acesso em: 11 out. 2018.

conforme mencionado há alguns parágrafos. Essa atitude se fortalecia na expressão “*all in*” que Pablo Capilé utilizava com frequência para explicar a estratégia que a rede possuía de buscar representar todos os elos da cadeia produtiva da cultura, falando em nome de diversos atores, como nos exemplifica Savazoni: “rede dos Pontos de Cultura, da cultura popular, da cultura digital, dos povos de terreiro, da periferia de grandes cidades, centros urbanos, constituindo seu campo de influência e articulação” (SAVAZONI, 2014, p. 114).

Além do incômodo gerado entre os agentes culturais, essa crescente presença em eventos que agregavam pautas políticas começou a chamar a atenção de militantes de esquerda e intelectuais. Entre esses últimos, os professores Henrique Parra, Pablo Ortellado e Silvio Rattho organizaram, em 2013, o livro “Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia”, citado por Savazoni, no qual diversos autores analisam o uso crescente da *internet* no debate público político, que vem se firmando através de novos ativismos surgidos em todo mundo, e suas articulações com as atividades culturais. Entre os textos, diversos refletem a respeito do surgimento e do trabalho do coletivo Fora do Eixo.

Em um dos artigos, o coletivo Passa Palavra<sup>66</sup> analisa a transição paulatina do FdE do cenário cultural para o âmbito da política e a forma como a rede utilizava as estruturas do Estado para ampliar sua atuação, inclusive expandindo sua escala territorial e artística. “Para o Fora do Eixo, a cultura é apenas um pretexto e, atualmente, passaram a buscar meios para chegar na política” (PASSA PALAVRA, 2013, p. 37). Essa aproximação com a política institucional se materializou mesmo antes dos eventos citados anteriormente, em situações como a proximidade com determinadas gestões do Ministério da Cultura, processo iniciado na administração do ministro Gilberto Gil (conforme examinaremos no capítulo 5), seguido do papel central que adquiriram no movimento contra a ministra Ana de Hollanda, como mencionado acima, e a realização de reuniões com Marta Suplicy quando assumiu o Ministério da Cultura entre os meses de outubro de 2012 e novembro de 2014.

Além disso, o FdE se apropriou das estruturas do Estado, como demonstram ambas as obras citadas, ao propor e incorporar políticas em determinadas áreas, como os editais de cultura, de *software* livre e da economia solidária, tornando-se conseqüentemente os gestores exclusivos dessas políticas e da administração dos recursos a elas voltados. A aproximação com

---

<sup>66</sup> O coletivo Passa Palavra se define como “um grupo de orientação anticapitalista, independente de partidos e demais poderes políticos e econômicos, formado por colaboradores de Portugal e do Brasil, cujo intuito maior é o de construir um espaço comunicacional que contribua para a articulação e a unificação prática das lutas sociais”. Publicam reportagens e artigos em sua página web no endereço: <<https://passapalavra.info/>> Último acesso em: 21 nov. 2019.

o governo e os movimentos sociais ocorria em Casas Fora do Eixo de diferentes estados, como no caso do Amapá e do município de Patos de Minas (MG), em que integrantes participaram das articulações de diferentes ações de mobilização, como a Marcha das Vadias<sup>67</sup>, apresentação de pautas a prefeitos, protestos em 2013, e Vitória da Conquista (BA), onde membros do FdE fizeram parte do Conselho Municipal de Cultura (SAVAZONI, 2014, p. 120). Por fim, na última década, a rede vem prestando serviços de comunicação a diversos partidos políticos, como é o caso dos Partidos dos Trabalhadores (PT) e Socialista Brasileiro (PSB) e da Rede Sustentabilidade.

Ainda segundo o coletivo Passa Palavra, a aproximação da rede às estruturas do poder institucional evidenciou não apenas seu interesse de influência, mas seu projeto de expansão comercial. Como exemplificado pelos autores, no uso dos termos “alternativa” e “independente” (em relação ao tipo de música ou à cultura) de forma vaga pelo grupo para designar o que na verdade representava um mercado jovem universitário emergente. Citada no texto, uma entrevista com o integrante Bruno Torturra, no ano de 2011, evidencia a almejada conquista de hegemonia no cenário cultural, o que iria além da proposta inicial “fora do eixo” Rio-SP ou do cenário “alternativo” e/ou “independente” de cultura. Disse ele na ocasião:

Agora, com a trama bem costurada em 112 cidades, a estratégia é ganhar o *mainstream*, atrair artistas com carreiras mais consolidadas e criar um polo para atrair gente, dinheiro e oportunidades. Em parceria com o Studio SP, principal palco da cidade para novos músicos, já ganharam as noites de terça-feira para agendar bandas do Brasil e da América Latina<sup>68</sup> (TORTURRA apud PASSA PALAVRA, 2013, p. 32).

Outro aspecto importante para o qual o texto chama atenção é a quantidade de 57 inscrições jurídicas, no formato de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), existentes sob forma de distintos tipos de cadastros, como associações culturais, empresas, ONGs e casas noturnas, demonstrando a organização de meios formais para o alcance de benefícios públicos e privados. Entre outras coisas, o coletivo conclui que o FdE utiliza os meios militantes e ativistas para ampliar sua influência política e até para expandir seu mercado consumidor de cultura independente, mas que, por outro lado, não deixa de ser o que sempre foram: “uma classe de gestores que visa renovar a burocracia” (PASSA PALAVRA, 2013, p. 38). Isso nos

---

<sup>67</sup> A Marcha das Vadias é um protesto mundial organizado no Brasil desde 2011 contra a violência às mulheres. Para mais informações, ver: GOMES, Carla. *Corpo, emoção e identidade no campo feminista contemporâneo brasileiro: a Marcha das Vadias no Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

<sup>68</sup> A íntegra da entrevista se encontra em: <<https://revistatrip.uol.com.br/trip/ministerio-da-cultura>>. Último acesso em: 22 out. 2018.

leva de volta à sua proposta inicial, “de criar uma outra cadeia produtiva de cultura” para questionar se o objetivo era de fato esse ou o de se tornar dominante em uma cadeia de cultura já existente.

Duas outras posições sobre o FdE que conquistaram bastante visibilidade e me parecem importantes de serem mencionadas são as análises antagônicas da professora Ivana Bentes da UFRJ e da Universidade Nômade. Ambas foram publicadas em diferentes obras, nas redes sociais e sob forma de artigos no mencionado livro de Parra. Em seu artigo no livro, Bentes responde ao texto crítico do coletivo Passa Palavra alegando que eles não compreendem ao mesmo tempo que têm medo do novo ativismo político que surge com o Circuito Fora do Eixo.

Em seus argumentos, a autora declara que o FdE estaria praticando uma nova forma de protagonismo na política, estabelecendo uma maneira de atuação através do que chamou de “preariado urbano, a nova força de transformação no capitalismo contemporâneo” (BENTES, 2013, p. 53), em contraposição a uma “nova classe média liberal”, “despolitizada”. Estaríamos assim diante de uma “revolução dentro do capitalismo”, pois essa condição de trabalho e ativismo, apesar de precária, se localizaria “fora da lógica fordista do assujeitamento”, tão própria às velhas estruturas da esquerda, e que permitiria uma condição criativa de ação que abre ao agente a possibilidade de estabelecer relações “sem medo de aparelhamento” com o Estado, com as corporações e com os partidos.

Ao invés disso, o coletivo atuaria através do “hackeamento”<sup>69</sup> das instituições com as quais opera, ou seja, utilizando-se das próprias estratégias do capitalismo para criar novas formas de luta, adentrando o que a autora chama de “capitalismo cognitivo”. Esse capitalismo inclui novas ferramentas e estratégias de luta, como “pautar políticas públicas, o parlamento e a mídia” (BENTES, 2013, p. 54), ações que, acredita ela, o FdE desempenhava. Para Bentes, havia uma “ressignificação” do capitalismo na ação do Fora do Eixo, através de novas práticas de “criação do comum” e de “comunidades” no interior do sistema vigente, já que, como não há possibilidade de se estar fora dele, é necessário, pois, modificá-lo por dentro.

---

<sup>69</sup> A autora não explica o conceito, mas fica claro que parte da ideia de *hacker*: “Indivíduo que se dedica a entender o funcionamento interno de dispositivos, programas e redes de informática com o fim, entre outras coisas, de encontrar falhas em sua segurança ou conseguir um atalho inteligente que possa vir a resultar em um novo recurso ou ferramenta”. Fonte: Dicionário Michaelis *On-line*. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hacker/>>. Último acesso em: 25 mar. 2019.

A adaptação da ideia ao texto pode ser compreendida no seguinte excerto: “As novas lutas são em fluxo, são modulações, não são moldes pré-fabricados, não são sequer anticapitalistas, no sentido estrito, pois estão *hackeando* o capitalismo, se apropriando de suas estratégias para ressignificar o comunismo das redes, no sentido mais radical de um comunismo dentro do próprio capitalismo” (BENTES, 2013, p. 54).

Já a UniNômade, no artigo citado, defende um ponto de vista, digamos, menos entusiasmado. O texto é iniciado por uma crítica ao comportamento da rede Fora do Eixo no 3º Fórum de Mídia Livre (FML), realizado em 2012. Segundo o texto, o grupo adotou uma postura centralizadora ao participar ativamente de uma definição prévia da pauta e do formato do evento, o que causou estranheza aos participantes da Universidade. Ao contrário do que diz Bentes, essa organização prévia exprimiu uma forma de agir que os lembrou à burocracia estatal de aparelhos partidários, “em que são camufladas a hierarquização e a fragmentação por meio da mística do consenso” (UNINÔMADE, 2012, *on-line*).

No texto, a UniNômade defendeu a diversidade e a pluralidade como características importantes das redes e afirmou que por trás dessa “gestão de redes” por um grupo ou uma “marca” (como se referem ao FdE), que em um primeiro momento indica uma suposta unanimidade, na realidade, expressam uma falsa univocalidade e um irreal consenso. Para eles, tratar-se-ia de uma organização que fazia do conceito de “rede” um novo “modelo de negócio”, que praticava de maneira equívoca a construção do comum ao extrair valor dessa prática em nome de uma organização específica, no caso, a gestora da marca Fora do Eixo. Ou seja, a cadeia da música passaria apenas a ser administrada através de um novo modelo de negócios, controlado agora pelo FdE, sem que se modificassem de fato as estruturas dessa cadeia. Esse modelo incluiria, entre outras coisas, um sistema de trabalho que exploraria artistas e colaboradores, em uma “moral do trabalho que lembra tanto as vanguardas profissionalizadas de militantes liberados quanto o executivo *workaholic* das multinacionais” (UNINÔMADE, 2012, *on-line*).

Chegamos aqui ao tema do trabalho, importante assunto em relação aos coletivos e ao NC, mencionado no capítulo anterior e a que pretendo retornar adiante. Os métodos de trabalho foram um dos principais pontos de contradição dessa rede, que dizem respeito, conforme mencionado alguns parágrafos acima, aos métodos de circulação cultural que incluem o não pagamento de artistas e de colaboradores, tema que desenvolvo abaixo. Após isso, retorno às aproximações e distanciamentos entre o Fora do Eixo, o Norte Comum e o comum.

No ano de 2013, o FdE conquistou uma grande projeção nacional através das coberturas instantâneas *on-line* das Jornadas de Junho, realizadas e divulgadas por seu braço midiático, o “Mídia Ninja”. Naquele contexto, surgiu um debate nacional a respeito do “midialivrismo”, prática adotada por eles e outros grupos que defendiam o direito de todos de gravar e transmitir informações jornalísticas em contraposição à exclusividade das empresas tradicionais de comunicação. A exposição pública da rede culminou na entrevista que Pablo Capilé e Bruno

Torturra concederam ao programa Roda Viva, da TV Cultura, em que foram questionados sobre todas as contradições aqui colocadas.

Nos dias seguintes à entrevista, uma avalanche de críticas surgiu na *internet*, escritas por ex-integrantes e pessoas que de alguma forma haviam sido próximas à rede, numa espécie de linchamento virtual, publicado principalmente no *Facebook*, ou melhor, no “Tribunal do Feicebuque”, como diria Tom Zé<sup>70</sup>. Entre as críticas, que foram sendo intercaladas por defesas também publicadas por ex-integrantes, como o produtor Atílio Alencar, houve pronunciamentos de intelectuais, de teor positivo e negativo, como os do sociólogo Giuseppe Cocco da UniNômade, novamente de Ivana Bentes e de George Iúdice. As postagens que geraram mais comentários e respostas foram as da cineasta Beatriz Seigner e a da ex-integrante Laís Bellini.

O depoimento de Beatriz Seigner<sup>71</sup>, intitulado “Fora do Fora do Eixo”, foi publicado no dia 7 de agosto de 2013, às 21h39, e obteve 5.503 compartilhamentos, 4.700 cliques no botão “curtir” e mais de 800 comentários. Números expressivos em se tratando do alcance nas redes sociais. O de Laís<sup>72</sup> foi publicado no dia seguinte, 8 de agosto, e teve 1.627 compartilhamentos, 2.100 “curtir” e 305 comentários, números mais baixos, mas ainda assim significativos para a rede social. Os dois testemunhos denunciaram alguns dos aspectos sobre a rede já citados aqui, como seu protagonismo excessivo em relação aos demais grupos da área cultural (incluindo os coletivos que faziam parte da rede), o monopólio que buscavam assumir no cenário da produção cultural no Brasil ao ampliar seu alcance para todo o país, e os objetivos políticos que se tornavam cada vez mais evidentes através da aproximação com as estruturas formais do Estado. O que havia de novo, apesar de serem temas que, como veremos, foram mencionados nas análises aqui citadas, eram as práticas do grupo consideradas abusivas e gananciosas, como a falta de pagamento a artistas e colaboradores, o trabalho próximo à escravidão desenvolvido nas casas Fora do Eixo, e as hierarquias e privilégios de que determinados integrantes gozavam.

A primeira queixa apresentada por Beatriz diz respeito à forma imprópria com que o grupo a tratou financeiramente, primeiro, solicitando-lhe que colocasse a logomarca em seu filme sem pagar nada por isso e depois, apropriando-se indevidamente de um valor que seria

---

<sup>70</sup> O cantor lançou o disco de mesmo nome também no ano de 2013, após ser criticado nas redes sociais por realizar um comercial para a empresa Coca-Cola. O verso que contém a expressão citada diz: “Bruxo, descobrimos seu truque / Defenda-se já / No tribunal do Feicebuque / A súplica: Que é que custava morrer de fome só pra fazer música?”.

<sup>71</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/beatriz.seigner/posts/10151800189163254%20>>. Último acesso em: 22 out. 2018.

<sup>72</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/lbellini/posts/702021409824865>>. Último acesso em: 22 out. 2018.

seu por “direito de exibição”. Outra coisa que incomodou muito à cineasta foi o desprezo pela arte e pelos artistas, demonstrado por Capilé em mais de uma situação. Uma delas foi um comentário feito pelo integrante em um jantar com o gerente de cultura da Fundação Vale do Rio Doce, no qual chamou os artistas de “dutos” por onde passariam o dinheiro. Em outra situação, referiu-se à enorme diferenciação entre os cachês de famosos (como, por exemplo, o do músico Criolo) e os dos artistas que se apresentavam nas casas. Sobre uma terceira situação, a cineasta mencionou a ausência de fruição da arte que ela presenciou na casa, onde não havia tempo para as pessoas assistirem a filmes ou lerem, sendo inclusive essa última atividade completamente desprezada por Capilé, que haveria dito em mais de uma ocasião que “ler é perda de tempo”. Tais informações seriam confirmadas posteriormente por Laís, segundo a qual, não havia tempo nem motivação para eles usufruírem de qualquer tipo de arte nas casas FdE. Sobre isso, Savazoni sustentou que não seria possível generalizar, pois havia diferenças entre as casas e algumas, sim, teriam espaço e tempo reservados à fruição de arte.

Capilé respondeu as acusações de Beatriz informando que pagou a artista o valor combinado (divulgando inclusive a nota fiscal) e desfazendo o mal-entendido sobre a expressão “dutos” que, segundo ele, jamais teria sido usada para se referir aos artistas. Outras análises e respostas publicadas na rede sobre isso fizeram referência a uma possível confusão que Beatriz parecia ter em seus propósitos, que ora seriam o de divulgar o filme em setores não comerciais e ora de obter retorno financeiro pelas exibições.

O depoimento de Laís Bellini se estruturou sobre três argumentos principais: a dinâmica abusiva de trabalho nas casas FdE, a hierarquia que nelas era praticada e o machismo presente no grupo. Sobre o primeiro problema, a ex-integrante deu diversos exemplos do sistema *workaholic* e abusivo de trabalho, como jornadas de trabalho extensas, ausência de dias de folga, assédio moral e o uso do patrimônio pessoal (como carros e celulares) dos integrantes sem a devida reposição financeira e compensação por acidentes e/ou furtos. Segundo ela, muitos membros eram prejudicados financeiramente ao adquirem dívidas em seus orçamentos, cartões de crédito e empréstimos de família ao não receberem o dinheiro de volta. Ela mesma teve um prejuízo de cinco mil reais, dos quais mais de três mil não foram revistos, além de ter ficado com o “nome sujo” em empresas de crédito, precisando, para resolver isso, pagar uma conta de celular que não era seu.

A dedicação exaustiva ao trabalho e à rede sem abertura ao questionamento era embasada pelo “mantra” repetido por Capilé de que o novo ativismo deveria trocar “trabalho

por vida”<sup>73</sup> em uma alusão direta à aceitação do trabalho fatigante como prova de amor e dedicação à rede e à militância que ele dizia ser empreendida pela rede. Essa “dedicação” era vista positivamente pelos gestores e valorizada através da aquisição de legitimidade e valorização, o que chamavam de “lastro”. Conquistava “lastro” quem se dedicava às jornadas cansativas de trabalho e possuía antiguidade na rede. A hierarquia era muito presente e, segundo Laís, corporificada primeiramente na figura de Capilé, descrito por ela como uma liderança centralizadora que definia exclusivamente os caminhos da rede. Além dele, havia outros que “mandavam”: os gestores. Cada integrante tinha seu gestor e todos ficavam obcecados, “na noia” para demonstrar mais empenho para seus gestores. Essa competição era estimulada com vistas a “subir na rede” e retribuída pela conquista de “lastro”.

Laís entrou na rede pela casa de Bauru e contou como se sentiu importante quando Capilé a convidou para ir a uma festa na casa de São Paulo. No entanto, essa e outras demonstrações de reconhecimento eram conseguidas com um alto custo emocional. O trabalho era esgotante não apenas por sua intensidade, mas pela cultura de autoritarismo e pela falta de espaço para diálogo, refletido no medo que muita gente possuía de questionar ou de discordar do que estava sendo determinado. Quem criticasse poderia ser “tachado” de rancoroso ou ganhar algum outro apelido e a crítica era rapidamente abafada. Segundo Laís, muita gente que saiu da rede teve que enfrentar longos processos de terapia, entre outras consequências, porque havia perdido laços afetivos com amigos próximos e família, já que internamente estimulava-se que os participantes mantivessem relações cotidianas apenas com as pessoas da rede e que no dia a dia do trabalho se conversasse somente com os gestores.

Outro ponto importante citado por Laís diz respeito ao machismo presente na rede, refletido no desempenho de tarefas gerenciais pelas mulheres e tarefas políticas pelos homens, e na abusiva prática de “catar e cooptar”, que consistia em seduzir potenciais integrantes para, então, convencê-los a entrar para a rede. Tal prática também seria desempenhada em menor medida por homens em relação às mulheres.

A ex-integrante esclareceu que não se pode generalizar esses comportamentos para todos os participantes, afirmando que seriam características predominantes dos que “comandam, que organizam, que a [a rede] vê como uma ferramenta para chegar não sei aonde” (BELLINI, 2013, *on-line*). Os que “mandavam” usufruíam de benefícios pagos pelo caixa comum e não desempenhavam tarefas consideradas menores, como “fazer faxina” ou “lavar a

---

<sup>73</sup> Esta relação entre dedicação ao trabalho e ativismo é analisada em outro artigo do coletivo Passa Palavra: *Existe consenso em SP? Reflexões sobre a questão da cultura*. Disponível em: <<http://passapalavra.info/2013/02/72682/#more-72682>>. Último acesso em 29 out. 2018.



louça”. A rede estava, assim, longe de ser um ambiente de trabalho horizontal, com igualdade de condições de trabalho e poder entre seus integrantes, e praticava na realidade um sistema de trabalho autoritário e hierárquico, como declarou Laís:

Não vem com esse papo de horizontalidade sendo que o Fora do Eixo é uma das estruturas mais engessadas que eu conheço na minha vida – ditatorial, diria eu. Com seus ministros e seu presidente muito bem autointitulado rei-mor da bancada” (BELLINI, 2013, *on-line*).

Em contraponto a esses depoimentos, houve declarações que defenderam Capilé e a rede. Uma delas, em tom equilibrado, do ex-integrante Atílio Alencar<sup>74</sup>, descreveu a casa FdE como um espaço onde tudo podia ser conversado e dialogado para desmistificar tabus e regras, ao contrário do que disse Laís. Alencar também estranhou a afirmação de que lá poderia ser um lugar de trabalho escravo. Ele reconheceu a existência de regras rigorosas de convivência, mas segundo seu ponto de vista, isso faria parte da experiência coletiva. Em entrevista ao *site* R7, Capilé respondeu a diversas das questões colocadas por Laís. Sobre a hierarquia, declarou que “as lideranças da rede resultam, como em qualquer outra, da dedicação ao coletivo e seus participantes e obtêm sua legitimidade e reconhecimento internos de acordo com ela” (CAPILÉ apud FORASTIERI, 2013, *on-line*).

A maior parte das questões sobre o Fora do Eixo que conhecemos até aqui foram mencionadas por Carlos em nosso encontro. Já no primeiro contato com o grupo, ele percebeu *uma hierarquia evidente, uma galera trabalhando mais que outra, várias coisas de distinção*. Sobre a moeda, Carlos afirmou que, em um primeiro momento, a ideia lhe pareceu muito interessante, mas depois ele ficaria sabendo que era uma *parada que não funcionava, que na verdade era um lugar para dar calote*.

Ele confirmou que não foi a fundo para investigar o que havia percebido nesse primeiro momento, mas que era possível intuir algumas coisas. Por isso, revelou que não foi por acaso que eles não se aproximaram muito do FdE e não desejaram juntar-se a eles em nenhum projeto. Não só ele, mas nenhum integrante do NC se interessou em *chegar junto dos caras*, sequer para pedir algum tipo de ajuda ou interferência, pois o Norte possuía conhecimento e experiência sobre como fazer eventos no Rio e, por isso, capacidade de – sozinhos – cobrirem as necessidades que essas produções poderiam vir a ter. Já o FdE se aproximou deles em algumas situações, e sobre isso, Carlos confirmou as táticas de aproximação, como os convites pra festas

---

<sup>74</sup> O texto foi publicado na Revista Fórum. Disponível em: <<https://www.revistaforum.com.br/blogdorovai/2013/08/11/sobre-o-fde-eu-prefiro-o-vies-que-disputa-essas-novas-organicoes-pela-esquerda/>>. Último acesso em: 29 out. 2018.

e *colocar a mina na fita* para conquistar adeptos, métodos que nunca foram bem-sucedidos com o Norte Comum.

Ainda que *eles nunca tenham existido para o NC* no sentido de não serem considerados parceiros em potencial e Carlos nem mesmo tenha conhecido uma das casas FdE, ele reconhece a importância da rede no cenário cultural brasileiro, principalmente no âmbito dos coletivos, pela ousadia, inovação e originalidade da sua proposta. *Óbvio que o FdE, tendo mais de 100 coletivos espalhados pelo Brasil, é uma referência. É legal, só de ter vindo de outro lugar, em outro formato, ter conquistado tanto poder*, disse ele ao mesmo tempo que reafirmou que nunca tiveram a intenção de se transformarem em algo parecido ao FdE, como, por exemplo, alcançar aquela proporção objetivada por Capilé.

*O cara era muito obstinado*. Sobre o líder do FdE, Carlos contou que ficou muito impressionado com a atenção e admiração que o viu receber ao discursar em um auditório lotado no congresso e chegou a mencionar um termo usado para nomear a rede, citado em alguns depoimentos críticos: *seita*. Depois colocou essa palavra em dúvida, mas afirmou que, apesar de ter presenciado a participação na rede de pessoas do Brasil inteiro, as ideias principais emanavam mesmo de Capilé.

*Então, não foi uma inspiração, não, foi uma apropriação de um formato de uma coisa que dava pra ver que ia se tornar uma coisa muito maior*, disse Carlos. Esse *maior* dito por Carlos, fez referência não apenas ao tamanho e expansão territorial que o FdE alcançou, mas sobretudo à sua atuação macropolítica, objetivo que o NC jamais teve. *Nosso esquema é outro, é mais fora ainda, eu acho. E essa galera toda da política pública, foi todo mundo trabalhar na política*, esclareceu ele.

Outra distinção que podemos apontar entre o Norte Comum e a rede Fora do Eixo é a definição clara de objetivos a serem alcançados. Como vimos, o Norte possui uma trajetória que foi se desenhando a partir de encontros e possibilidades contextuais, enquanto o FdE tinha muito claro em cada momento de sua trajetória onde e como desejava chegar, assim como se estruturou internamente de maneira sólida para realizar esses objetivos. Quer dizer, ainda que seus objetivos se alterassem ao longo do tempo, eles pareciam ter clareza sobre quais seriam eles. *Nossa experiência foi de outra ordem, mais intuitiva*, complementou Carlos.

As diferenças entre as duas redes são de diversas ordens e não me deterei aqui a analisar uma por uma, mas, talvez, seja importante apontar algumas, assim como possíveis semelhanças, a fim de refletir a respeito dos tipos de trabalho propostos por ambos os grupos e sua sustentabilidade no contexto econômico atual.

O FdE afirmava em seus pressupostos que combatia a dimensão alienada das formas de trabalho capitalistas. No entanto, foram mencionados por diversos ex-integrantes por praticar um método de trabalho abusivo, como vimos, incluindo pressão psicológica para uma dedicação desumana e injusta, que poderia se assemelhar a qualquer executivo do sistema capitalista, conforme apontado pela UniNômade.

Por outro lado, o Norte Comum, como vimos no capítulo anterior, efetivava um grande esforço em estabelecer formas de trabalho anticapitalistas, que enfrentassem a divisão do trabalho, espacialização de cargos, burocracia, estabelecimento de metas e imposição de um tempo de trabalho que atendesse apenas a demandas externas ao grupo. Ainda que essas práticas não fossem atingidas plenamente, pude testemunhar a dedicação que o grupo empenhava nesse sentido.

O Norte sobreviveu trabalhando junto por seis anos, já o FdE completou, no ano de 2018, 17 anos, e atualmente presta serviço para diversos partidos políticos, sendo sua empresa de mídia, o Mídia Ninja, um dos maiores negócios de comunicação do país. No momento que escrevo isso, me chega a pergunta: de que forma é possível sobreviver atuando no cenário cultural brasileiro do século XXI? Talvez, tenha dado algumas pistas que nos ajudam a pensar, mas sigo refletindo sobre isso ao longo dos próximos capítulos.

No artigo da UniNômade (2013), os autores afirmam que a noção de “comum” com que trabalham parte da “ocupação intensiva do espaço e do tempo, sob outra gramática organizacional” (UNINÔMADE, 2013, *on-line*) e que uma organização segundo esse princípio deve ser heterogênea de forma a respeitar – em lugar de buscar nivelar – as diferenças para, a partir delas, produzir e gerar novos entes e processos. Esse “comum”, naturalmente, seria atravessado por conflitos. Tais conflitos proporcionariam uma troca de energia, que pode ser entre classes sociais, raças, gêneros, e até mesmo entre “pautas políticas”, sem perder sua hibridez, mas, pelo contrário, se reinventando a partir dela. O comum da Universidade e, portanto, de Negri é “necessariamente antagonista” ou, nos dizeres de Guattari, como visto no primeiro capítulo, mergulhado na “heterogênese”.

Isso significa dizer que seria um processo que começa a partir das diferenças e sobre elas se estrutura e constrói alternativas, sem buscar a união das singularidades para o alcance de uma síntese. Nesse ponto, reflito que o Norte Comum talvez tenha estabelecido, ou ao menos praticado esse “comum”, a partir de suas vivências, dissensos e conflitos, enquanto o Fora do Eixo parece ter refreado a heterogeneidade a partir da homogeneização de opiniões e processos.

Nesse mesmo artigo, a UniNômade reflete sobre como alguns desses atores das redes digitais que administram e representam outras redes – “gestor de redes” como chamam – estão

inseridos na lógica capitalista, que aos poucos vai mostrando sua face através dessa negação do dissenso e dos antagonismos, ocultos em um falso consenso produzido por um número determinado de pessoas que adota uma ideologia “afinada com o discurso altercapitalista da sustentabilidade, do *cool* e da indignação seletiva” (UNINÔMADE, 2013, *on-line*).

Essa apropriação, unida à extração de renda do comum exercida por esses grupos, impede que o produto de seu trabalho efetive a criação de um “comum” que questione o poder ou corporifique uma agência contra-hegemônica, mas, ao contrário disso, se limita a disputá-lo. Como revelou Bellini em seu depoimento, quem criticasse a política “com conteúdo” no FdE era tachado como “esquerda demais”. Sabemos que a esquerda, atualmente, está repleta de contradições e uma delas é se de fato ela se contrapõe ao capitalismo ou dele se aproxima. Porém, se esse sistema foi objeto de contestações ao longo da história, tais questionamentos se iniciaram na esquerda e usá-la como adjetivo pejorativo parece apontar a uma resistência de criticá-lo.

É possível imaginar que a luta entre a superação e a captura pelo capital se deu nos dois grupos, assim como ocorreu e segue ocorrendo no interior de muitos movimentos, mas talvez caiba perguntar se, em cada uma das situações analisadas, essa arena de disputa ainda existe ou se foi sepultada sem chances de voltar a emergir. Nesse sentido, parece importante pensar que o comum é “menos o fim do caminho que o ponto de partida, é menos a saída da luta do que o próprio terreno onde a luta entre comunismo e capitalismo passa a acontecer” (UNINÔMADE, 2013, *on-line*). Elaborar e construir o comum deve ser o início de um procedimento para questionar o sistema capitalista, e não um fim em si mesmo – processo contínuo que talvez nem mesmo o Norte Comum tenha chegado a conceber.

Enfim, após conhecermos a relação do surgimento do NC com o Circuito Fora do Eixo e examinarmos as semelhanças e distanciamentos entre esses dois projetos, iremos observar agora a adolescência dos primeiros integrantes no bairro da Tijuca, quando aproximações e descentramentos foram fundamentais para o posterior surgimento do NC.

### **3.3 A adolescência na Tijuca**

Não há como falar sobre a história do Norte Comum sem voltar ao final da década de 1990 e início dos anos 2000, no bairro da Tijuca, onde encontros entre os irmãos Carlos e Pablo Meijueiro e outros jovens proporcionaram o compartilhamento de experiências marcantes na adolescência e no início da universidade e alimentaram o desejo de uma vida comum.

As entrevistas realizadas com Carlos, Pablo, Marcell e Roberto me levaram àquele tempo, quando se conheceram, entre 15 e 18 anos, e dividiram várias experiências de vida. A partir daqueles encontros, eles se transformaram, tiveram desejos compartilhados, realizaram projetos e almejavam coisas novas. Tais acontecimentos não criaram diretamente o Norte Comum, mas pavimentaram um caminho em que sonhos e planos foram partilhados, almejados e concretizados, alimentando o surgimento de outras aspirações de realizações em conjunto e possibilitando vivências que modificariam suas visões sobre a cidade e seus fluxos. A partir do convívio no colégio, na praia, na rua, na confecção de camisas, na organização de eventos e festas, um vínculo de amizade se estabeleceu, cresceu e deu origem a projetos em comum.

As quatro entrevistas foram realizadas ao longo do ano de 2017 e em todas elas surgiram relatos sobre os encontros ocorridos nesses anos, conforme será descrito a seguir. Lembrando do que nos ensinou Bourdieu (2006) em relação à ilusão biográfica, tentarei não buscar uma coerência linear nessas trajetórias de vida de modo a gerar obviedade em suas continuações. Como nos ensinou o autor, as narrativas sobre a biografia se desenrolam muitas vezes de forma a dar sentido a uma sequência lógica de acontecimentos que nos levará coerentemente a um determinado fim. A “ilusão biográfica”, de que nos fala Bourdieu, pode simular a ideia de uma constância e de uma coesão de fatos que se iniciam em uma origem e atingem um final previsto. Sob um ponto de vista diferente desse, este trabalho considera que essa conexão lógica não ocorre de fato na vida real e por isso, não só a história de vida, como tudo o que acontece no mundo, está repleto de rupturas e fragmentos que se conformam de acordo com as condições existentes em um determinado tempo e espaço. Como bem nos diz Allan Robbe-Grillet, citado por Bourdieu para elucidar essa ilusão que podemos ter:

O real é descontínuo, formado de elementos justapostos sem razão, todos eles únicos e tanto mais difíceis de serem apreendidos porque surgem de modo incessantemente imprevisto, fora de propósito, aleatório (apud BOURDIEU, 2006, p. 185).

Esses acontecimentos da adolescência, em minha opinião, fazem parte da história do coletivo, mas ao trazê-los aqui não almejo recompor uma sequência lógica que determine a(s) causa(s) da formação ou explique o trabalho atual do grupo, principalmente quando consideramos que elas estão baseadas em narrativas de memórias – reconstruídas a partir do presente (HALWACHS, 2003), ou seja, do dispositivo da minha entrevista, e não da minha observação em campo.

Nascidos no bairro da Tijuca, próximo à favela do Salgueiro, os irmãos Carlos e Pablo cresceram em uma família de classe média em que os pais, que vieram de uma família de classe média baixa, trabalhavam durante todo o dia fora de casa. Pablo contou com carinho sobre

Alda, mulher que veio do sertão do Cariri, no Ceará, e que cuidava dele e do irmão enquanto os pais estavam fora. Alda era considerada avó por Pablo e com ela, ele aprendeu muitas coisas, como *falar bobagem e palavrão*. Ela levava Carlos e ele para passear pela cidade toda, *era uma pessoa maravilhosa, tinha sagacidade, sabia andar pelos picos e lutar pelos direitos dela*, contou Pablo, com ar de admiração e confiança.

Entre as aprendizagens com Alda, a mãe que era fanática por carnaval e fabricava fantasias na faculdade de Belas Artes, a rotatividade entre colégios públicos e particulares de diferentes níveis econômicos e a proximidade com a favela, os irmãos tiveram a oportunidade de circular em universos diferentes. A Tijuca possui um histórico de bairro tradicional, com uma população de classe média e média alta e valores conservadores, mas teve seus morros ocupados por uma população de baixa renda entre as décadas de 1930 e 1940, dando origem a diversas favelas<sup>75</sup>, sendo a primeira delas a do Salgueiro. Pablo revelou que eles cresceram em uma Tijuca *muito doída*, buscando expressar essa presença de mundos distintos, ainda que muito próximos geograficamente.

Na década de 1990, como poderia ser habitual entre meninos adolescentes, principalmente nos bairros do subúrbio, os irmãos tinham a liberdade de ficar na rua. Lá encontravam os amigos para jogar e conversar e com eles frequentavam locais públicos, como as festas juninas do bairro. A presença constante nas ruas, ambiente que pode possibilitar a convivência com pessoas de diferentes estratos sociais, também contribuiu para que os irmãos tivessem um grupo de amigos, a *galera do bairro*, com pessoas de classes, cores e experiências de vida diversificadas – o que poderia incluir a prática de uma gama variada de atividades ilegais. *Tive muitos amigos que se envolveram com uma porção de coisas. Eu e meu irmão, a gente sempre se deu bem com todo mundo, sempre soube atravessar lugares e pessoas numa boa*, contou Pablo.

Carlos e Pablo gostavam muito de esportes e praticaram vários, como surfe, *skate*, basquete e futebol, que jogavam no Tijuca Tênis Clube, tradicional clube do bairro que podiam frequentar gratuitamente, porque o pai trabalhava lá como técnico de natação. No clube, os irmãos conheceram Marcell, jogador de basquete que morava no sopé do morro do Salgueiro, em uma casa que ficava encostada no prédio onde viviam os irmãos. A família de Marcell era

---

<sup>75</sup> No século XVIII, o bairro da Tijuca foi ocupado por chácaras, vivendas e mansões de ricos e nobres, que inicialmente eram desfrutadas nos finais de semana e posteriormente transformadas em residências permanentes. No início do século XX, seus morros começaram a ser ocupados, dando origem a diversas favelas. Fonte: Aplicativo Bairros Cariocas do IPP. Disponível em: <<http://pcrj.maps.arcgis.com/apps/MapJournal/index.html?appid=096ae1e5497145838ca64191be66f3e3>>. Último acesso em: 10 abr. 2018.

do Salgueiro e seu pai decidiu buscar uma casa para morar mais próxima ao asfalto, porque, segundo Pablo, *lá era mais tranquilo*. As residências eram tão próximas que os três conversavam pela janela, que sentiam trepidar nas noites dos finais de semana com o batidão do baile *funk*, famoso na época.

Pablo aproveitou a oportunidade proporcionada pelo trabalho do pai e praticou *todos os esportes possíveis*. Carlos também, chegando a ser federado no futebol e a participar de uma “peneira” (seleção de novos atletas) no clube do Flamengo para se tornar um jogador profissional, carreira que mais tarde abandonaria pela falta de incentivo dos pais e pela obrigatoriedade de frequentar a escola. Apesar disso, Carlos afirmou que sua verdadeira escola foi o futebol, onde aprendeu não só sobre as diferentes realidades sociais, mas sentiu os apelos da coletividade. Para ele, *futebol que foi a escola, legal, que conheci gente legal, que eu comecei a entender o que que é diversidade, comecei a entender quais são as diferenças. Via no mesmo time um cara pobre e um cara rico, sabe? A coisa coletiva começou no futebol. No futebol, já sentia umas demandas que fui sentir depois no Norte Comum, de querer que esteja todo mundo bem*. Jogando futebol, ele foi a muitos bairros pobres da zona norte e de outras regiões da cidade e participou de campeonatos de favela, mas não se envolvia com os lugares. Segundo ele, *ia, jogava e voltava*.

Os dois também adoravam música e praia, que frequentavam na Barra da Tijuca. Pablo, ainda muito jovem, assistia vídeos e comprava revistas de surfe e ficou *viciado* no esporte. Aos 16 anos, ele e o irmão tinham a ideia de fundar uma marca de roupas, mas, segundo ele, *eram ruins de venda*. Nessa época, não gostavam mais de pagode, gênero musical que apreciavam muito no início da adolescência, e se aproximaram do “*punk rock*”. De acordo com os dois, foram as letras do *punk rock* que os fizeram pensar sobre política pela primeira vez.

Os irmãos ignoraram a dificuldade de trabalhar com vendas e, junto com outros jovens, dentre eles Marcell, levaram adiante a montagem da marca de roupas, que levou o nome de *Daffus*. Pablo também gostava de desenhar e se inspirava na estética do *punk rock* e das filmagens de surfe e de *skate* que fazia para elaborar os desenhos das roupas.

Em um dos colégios pelos quais passaram, no segundo grau, os irmãos Meijueiro conheceram Roberto, que Marcell já conhecia, pois havia namorado uma menina da sala de seu irmão. “Beto”, como é chamado por todos, dominava a técnica de estampar roupas conhecida como “*silk-screen*”, ou “serigrafia” em português, e passou a ajudá-los na confecção. Além da produção de camisetas, que Pablo desenhava e Carlos vendia, eles organizavam festas e *shows* de música independente na Tijuca, na Barra e no centro do Rio, e patrocinavam (na verdade

mais ajudavam) músicos e atletas com o dinheiro da venda de camisas em lojas e pela *internet* – muitas vezes, com o dinheiro do lanche que cada um economizava.

Pablo contou que na *Daffus* eles movimentaram muita gente, entre jovens que trabalhavam e frequentavam os eventos. *Era mais de 60 pessoas, a gente fazia festival de música, várias bandas de São Paulo, do Sul. A primeira vez a gente fez num lugar que tava acabado, no começo da Barra. A gente começou a juntar uma galera envolvida com música independente, que andava de skate, surfava e desenhava (...). Uma galera que vinha mais da pichação, tive muito amigo pixador, que é até hoje. Os pixadores também se reuniam ali na Tijuca.*

Os quatro rapazes falaram sobre a *Daffus* com alegria e orgulho, como um projeto corajoso que foi empreendido por meninos muito jovens, mas que ainda assim foi bem-sucedido em vários aspectos. Carlos mencionou o quão importante foi a convivência entre pessoas de distintas classes sociais que a *Daffus* proporcionou. *A equipe de skate, metade era playboy da Barra e da Zona Sul, metade era favelado.* Ele mencionou também como a experiência concretizou uma primeira investida sua em um trabalho autônomo, provável efeito da inquietação que já possuía desde muito jovem em relação a depender e se subordinar a instituições e trabalhos formais. Falou sobre essa resistência no plural, provavelmente referindo-se aos demais rapazes, que, em outros momentos, também iriam me contar sobre suas dificuldades com as instituições. *Sempre tive essa coisa de não querer trabalhar num trabalho formal, por achar que vou me matar se eu fizer mesmo, ter essa convicção de que, se eu topar esse, eu prefiro me matar. [Imagina] desde pequeno pensar isso?*, revelou Carlos.

O primeiro projeto autônomo dos rapazes está em sua memória como um empreendimento positivo e empolgante, que os inspirou a dar continuidade ao trabalho em parceria. *Foi um movimento bem interessante, talvez nosso primeiro movimento coletivo (...). Ganhamos pouco dinheiro, geral perdeu dinheiro, o dinheiro todo que ganhava investia fazendo coisa, mais blusa, mais adesivo...*, divertiu-se Marcell ao contar.

A entrada na universidade provocou mudanças significativas na relação com as pessoas, a cidade e as demandas profissionais dos dois irmãos e de Marcell. Para Pablo, ainda antes, o contato nos anos anteriores com pessoas de fora da Tijuca, que não frequentavam o bairro por achá-lo *meio perigoso*, provocou sua curiosidade de conhecer outros lugares. A frequência aos locais do “*punk rock*” com o pessoal do *skate* o levou a se identificar cada vez menos com os moradores da Tijuca, que, segundo ele, *tavam numa onda ainda de futebol, uma parada que eu não queria mais.* Sua primeira experiência universitária foi no curso de Design da ex-Universidade Gama Filho, que funcionava no bairro da Piedade, zona norte do Rio. A



universidade lhe possibilitou fazer novos amigos e conhecer pessoas de outros lugares, mas possuía uma qualidade de ensino ruim e logo depois deu início ao seu processo de falência, concluído no ano de 2014.

Pablo seguiu com os estudos na antiga Faculdade da Cidade, instituição privada no bairro de Ipanema, onde se graduou. Apesar de considerar o nível do ensino também ruim, contou que no meio do curso passou a frequentar seminários e palestras de Sociologia, cineclubes e fóruns sobre cinema em outras universidades, com o irmão e Marcell, que àquela altura, faziam juntos o curso de Comunicação Social também na Faculdade da Cidade. Esses eventos, além de colocá-lo em contato com pessoas de outras áreas, cumpriram um papel que não era desempenhado pela faculdade em que estava, *que era o de pensar mesmo*, disse ele. Em um dos cineclubes, na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RJ), conheceram Caíque Mello, que posteriormente também faria parte do Norte Comum.

Para Carlos, o período da faculdade também foi muito importante, pois possibilitou a primeira *mudança como pessoa* de que ele se recorda. Contou que *foi fazer Comunicação, aí foi legal, aí comecei a ler, era bom para o lance da venda das roupas, vi uns filmes, comecei a ler um livro ou outro naquelas aulas introdutórias, aí eu mudei, foi minha primeira mudança. Saí daquele cara muito... tive uma vida só Tijuca, praia, não conhecia nada sem ser essa área que dava pra eu andar, andando e ia pra praia, jogo de futebol.*

A frequência aos seminários e o contato com pessoas de outras áreas do conhecimento levaram para a vida dos irmãos um conteúdo político e social com o qual eles ainda não tinham tido contato. Foi em um desses eventos que conheceram Giuseppe Cocco, professor da UFRJ e um dos fundadores da UniNômade. O professor e a Universidade, muito atuantes nas pesquisas sobre política, conforme mencionado anteriormente, começaram a inspirar muitas das reflexões dos rapazes, pensamentos que os acompanharam nas primeiras ideias sobre a criação do Norte. Como vimos e ainda veremos neste trabalho, o encontro com Giuseppe e Bárbara Szaniecki, atual professora da Escola de Design da UERJ (ESDI) e também integrante da UniNômade, tece diversos fios dessa trama que dá forma ao Norte Comum, motivando-os, não só através da reflexão política individual, mas também de ações e eventos que começaram a ser realizados conjuntamente entre os dois grupos.

Para Marcell, a Faculdade da Cidade também apresentava vários problemas na proposta de ensino e no tipo de trabalho que seus alunos almejavam. De acordo com ele (opinião compartilhada por Carlos e Pablo), a instituição, que era particular, possuía um direcionamento de ensino voltado ao mercado de trabalho corporativo, que priorizava a técnica em detrimento de reflexões teóricas. Essa proposta se traduzia no currículo dos professores, muitos jornalistas

de grandes veículos de comunicação ou funcionários de empresas privadas, no conteúdo das aulas, e na ambição dos alunos em se tornarem funcionários dessas empresas.

Mesmo nessa realidade insatisfatória que lhe provocou muita desilusão, ele conheceu uma professora que o incentivou a fazer uma pós-graduação após a conclusão do curso. A pós em Jornalismo Cultural na UERJ mostrou a Marcell outras possibilidades de vida e de carreira: *Comecei a ver um outro movimento na faculdade, grupos se organizando, era uma turma bem diversa, tinha uma galera muito interessante nas aulas, pensando outra forma de pesquisa, de ampliar campos. 'Pô, vamos estudar outras coisas.'* Alguns professores, muito interessantes, falando *'Pô, galera, vamos fazer um trabalho massa (...), vamos pesquisar, fazer coisas diferentes, não precisa ser monografia, vamos fazer filme, vamos fazer projeto, outras coisas'.* *Comecei a me inspirar. [Pensei:] 'Cara, vamos ampliar o campo de pesquisa, de estudar, porque a vivência do dia a dia, as porradas que a gente toma, a gente vai tomar sempre, mas como a gente pode tá fazendo diferente?' Pesquisando, estudando certos grupos, certos movimentos... Eu achei foda. Ao mesmo tempo, a gente começou a conversar sobre a ideia do Norte Comum''.*

Segundo Marcell, Carlos também saiu decepcionado da universidade, pois não queria trabalhar em uma empresa.

A preocupação de Beto em cursar uma faculdade que lhe garantisse um trabalho o levou a passar por diversos cursos até chegar ao que realmente lhe satisfazia: Produção Fonográfica. Ali pôde unir seu gosto por música com uma profissão mais garantida, já que ser músico nunca foi uma opção considerada nem por ele, nem pela família. Com a experiência adquirida na universidade, Beto ajudou com as demandas formais do início do Norte Comum, mas não esteve muito próximo do seu dia a dia, pois já trabalhava em tempo integral.

Era a primeira década dos anos 2000, época da gestão de Gilberto Gil no Ministério da Cultura e sua política dos “Pontos de Cultura” (conforme veremos no capítulo 5), que turbinou muito projetos na área. Um deles era coordenado pela professora Ivana Bentes, que os rapazes também conheceram e cujo trabalho passaram a acompanhar, através de eventos e debates.

Se, por um lado, Carlos e Pablo circulavam por espaços acadêmicos que os motivavam a refletir sobre a realidade na qual estavam inseridos, por outro, começaram a frequentar outros lugares de entretenimento da cidade, como a Lapa, que, segundo Pablo, naquela época, passava por muitas transformações<sup>76</sup>. Ele começou a frequentar o samba que era realizado no Clube

---

<sup>76</sup> O historiador Micael Herschmann (2007) realizou uma pesquisa na Lapa entre os anos 2005 e 2006, em que afirma que, a partir da segunda metade da década de 1990, a Lapa se transformou em um importante local de

Democráticos e a se interessar mais por música brasileira. Seu entusiasmo por pesquisar música o levou a organizar e a tocar como DJ em algumas festas. Então com 18 anos, ele começou a se dar conta de que os jovens que conhecia de fora da Tijuca frequentavam a Lapa, a zona sul, mas não iam ao seu bairro de origem. *A gente via a galera correndo o Rio, mas não fazendo nada na Tijuca.*

A relação com o bairro estava mudando, novos lugares surgiam no horizonte dos rapazes e os animavam a sair da Tijuca, ao mesmo tempo que se sentiam incomodados pela pouca oferta de programas que os interessasse e o consequente distanciamento do bairro onde nasceram e cresceram.

Há algo que se diz na “psicologia do senso comum” que afirma que, quando nos afastamos de uma determinada situação ou realidade, aumentamos a capacidade de ver essa mesma realidade através de outros pontos de vista, o que amplia a probabilidade de chegar a propostas para determinadas questões. Parece-me que, ao estar em lugares distantes da Tijuca, Pablo sentiu um desejo de fazer algo que levasse as pessoas ao seu bairro, pois ainda que lá houvesse poucas opções, havia muitas coisas das quais ele ainda gostava muito. *E aí, começamos a pensar, ‘pô, vamos transformar esse lugar num pico bacana, que a gente curta viver também, sabe? Eu curtia várias paradas lá, sempre admirei a Tijuca em vários aspectos, dos bares, das pessoas curiosas, tinha essa parada de viver na rua, tinha também essa doidera que eu tinha passado na infância, bailes de briga, da torcida organizada, pichação. Ao mesmo tempo, era um reduto da música. Comecei a pesquisar e comecei a ver que surgiram várias paradas lá interessantes.*

O ânimo de fazer ações no bairro, que já havia se iniciado com a *Daffus*, reapareceu ainda mais forte para ele. *A gente pensou: ‘Pô, bora pintar esse muro, bora fazer coisa, bora reunir essa galera que a gente encontra em outros lugares... que é daqui também’. Muitas pessoas. Vamos fazer um trânsito, um outro trânsito, porque eu me vi saindo da Tijuca pra ir numa exposição, num show que eu curtia. Na Tijuca, [a] única parada que eu curtia era roda de samba, mas dessas rodas de rua quase todas tinham acabado. E aí, a gente começa a querer movimentar.*

A amizade entre os quatro rapazes, a experiência e o gosto por arte e cultura, a vontade de fazer algo na Tijuca e a falta de afinidade com o trabalho institucional os estimularam a buscar uma atividade de trabalho e uma ocupação de vida alternativas àquelas comumente

---

música, uma “cidade da música”, como ele nomeou, a partir de um novo circuito musical baseado nos gêneros do samba e do choro.

oferecidas em empresas públicas ou privadas. O envolvimento de cada um, bem como as expectativas em relação ao projeto que surgia eram diferentes, conforme vimos no capítulo anterior, ao mesmo tempo que muitas ideias se conectaram e seguiram juntas.

#### 4 A CIDADE E AS CIDADES

Sentar de manhã cedo no banco da Estação Central do Brasil e observar o vai e vem do trilho é como estar na beira da praia em dia de mar revolto. Todos os trens chegam lotados e as pessoas saem deles apressadas. Cada desembarque é uma onda violenta que vai levando tudo que se põe no caminho. Os ramais são as nascentes, que foram formadas lá atrás, quando uma tempestade de muita gente foi caindo sobre cada um desses lugares e essas pessoas foram penetrando em cada espacinho que tinha e dando origem a um grande lençol chamado subúrbio.

*Norte Comum (2016)*

“Para compreender antropologicamente a cidade é preciso esquecer a cidade”. A frase, retirada do prefácio escrito por Graça Índias Cordeiro e Heitor Frúgoli Jr. na edição brasileira do livro de Michel Agier, “Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos” (2011), dá o tom do ponto de partida dessa obra que propõe conhecer a cidade através dos cidadãos e suas experiências cotidianas em seus lugares de vida. A cidade de Agier não parte de uma determinação essencialista ou teórica de cidade, mas de uma visão relacional e situacional que tem como principal referência as dinâmicas de seus habitantes. Nas palavras do autor, o estudo da cidade deve partir das “práticas, relações e representações” dos cidadãos que o antropólogo-pesquisador observará diretamente nas situações em processo e em sua pesquisa construirá uma outra cidade, o que ele chama de “cidade bis” (AGIER, 2011, p. 32).

Com base na proposta de Agier, formulada a partir das diversas etnografias que realizou na África e no Brasil, procuro neste trabalho compreender um Rio de Janeiro – tema de trabalho e espaço de atuação do Norte Comum – a partir da experiência urbana e da composição simbólica dos integrantes dessa rede, que são também cidadãos cariocas. A proposta principal deste capítulo, portanto, será a de pensar sobre o Rio de Janeiro através da análise das percepções, reflexões, discursos e práticas que o Norte Comum elaborava sobre a cidade e a zona norte e que realizava nessa última. Essa será nossa principal concepção sobre a cidade.

Há, no entanto, outra possibilidade para se considerar a cidade em estudo. Esse segundo modelo, que contrasta com o anterior, também é mencionado aqui, ainda que em menor escala. Trata-se de uma interpelação discursiva de cidade, uma concepção política e econômica que se fez prática na última década no Rio de Janeiro, uma elaboração urbana voltada a objetivos de

mercado que passou a ser de interesse desta pesquisa na medida em que existia e se fazia presente, muitas vezes de modo fantasmagórico, nas formulações e práticas do grupo. Temos cuidado, no entanto, de separar essa formulação discursiva voltada a interesses de mercado da que analisamos em campo, pois, como nos disse Calvino, “jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve” (CALVINO, 1990, p. 59).

O título do capítulo faz referência, assim, a esses dois tipos de cidade identificados na pesquisa e aos respectivos modos de nelas viver. O primeiro – “a cidade” – faz alusão a uma proposta de cidade no singular, monolítica, que vai além de uma dimensão normativa para se adequar a uma proposição capitalista por excelência. Refiro-me a um projeto do Estado brasileiro materializado em espaços designados da cidade e representado nos discursos gerados pelo *marketing* de cidades (mais conhecido como “*city branding*”), que busca transformá-las em produtos competitivos no mercado para atrair e acumular capitais internacionais (SANT’ANNA; GONÇALVES, 2015). O *marketing* urbano trabalha assim elegendo uma determinada imagem de cidade a ser explorada globalmente para que ela se torne “recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos”, como nos detalha Jaguaribe (2011, p. 331). Essa cidade é aqui encontrada em termo discursivos, mas também através dos seus cidadãos, nos interstícios daquilo que eles produzem e materializam em dessemelhança a essa forma mercantil de “fazer cidade” (AGIER, 2011, p. 41).

O segundo termo do título, “as cidades”, refere-se à proposta do Norte Comum de fazer cidade, refletida nas concepções – no plural – de seus participantes, modos dissidentes que insistem em contrastar, ainda que muitas vezes em escala diminuta, com os imperativos do mundo neoliberal. Evito utilizar o termo “resistência”, pois considero que a forma de cidade praticada pelo grupo estudado não se constituiu em oposição – ideia que a palavra “resistir” pode carregar – ao projeto neoliberal de cidade, mas em uma alternativa para nele ser capaz de sobreviver. Vejo como um modo de vida que buscou um lugar possível para estar presente na cidade, e não uma prática que considerava o modelo do capital uma contrarreferência para seus propósitos, uma ação que pretendesse a ele se dirigir, ou mesmo uma iniciativa que objetivava modificá-lo. Nesses termos, podemos, quiçá, considerar o termo (re)existência no lugar de apenas resistência, no sentido de uma existência que se refaz permanentemente.

O Norte Comum era, portanto, uma proposta ativa de vida que tinha a cidade do Rio de Janeiro, palco essencial no mercado global de cidades citado anteriormente, como tema central dos seus interesses, refletidos em sua proposta de formação e no planejamento e execução das suas atividades. Como vimos no manifesto de fundação, o principal objetivo de criação do grupo, a inversão da rota cultural zona norte-zona sul, assim como os demais propósitos

procuravam costurar relações entre os jovens, a arte, a cultura e a cidade do Rio. A cidade, portanto, figurava entre os principais temas do Norte Comum, como vimos observando desde o início deste trabalho.

Falar sobre a cidade do Norte é falar de rua, de praça, de espaço público. É pensar a cidade na dinâmica das suas vias abertas, e não dos espaços fechados das residências e dos *shopping centers*, ainda que o espaço privado da casa reflita em muitos momentos no espaço público da rua, como veremos. A rua é assim compreendida como um modo de experiência de cidade, por não se tratar simplesmente da rua em sua materialidade formal, ou de um regime de significação unívoco relacionado à sua função predominante de circulação, mas ao “olhar antropológico” (MAGNANI, 1993), cujo recorte se estabelece a partir de sistemas de relações, direcionando-se às práticas sociais que dizem respeito ao cotidiano e aos modos de vida na cidade.

Assim como a rua, os espaços da cidade que trazemos aqui, em especial as praças, dizem respeito muito mais aos usos e significados para os atores e suas ações sociais do que a suas formas e delimitações espaciais. Parece-nos importante, portanto, fazer uma distinção entre “espaço urbano” e “espaço público”, como assinala Rogério Proença Leite (2004), reconhecendo que entre eles há uma diferença fundamental. O primeiro pode representar tão somente uma configuração espacial, sem significações especiais para as pessoas que o utilizam; já o segundo abrange a ação e a prática dos atores sociais no espaço e sua possível transformação em **lugares**. Essa distinção entre os termos, que temos como referência, se opõe às nomenclaturas que Certeau utiliza quando disserta sobre as questões de lugar e espaço. Para ele, esse contraste se dá na medida em que o primeiro, lugar, representa a distribuição de elementos em determinada geografia que aponta à estabilidade, enquanto o segundo, espaço, considera a modificação que os usos causam a essa suposta ordem, transformando-o em um espaço circunstancial. “Espaço é um lugar praticado”, nos diz Certeau (1994, p. 202). Para o autor, o espaço-lugar praticado se materializava no caminhar dos pedestres, na sua circulação, uma apropriação da topografia urbana pelos seus atores.

A ideia de lugar, assim, se aproxima do “lugar praticado” de Certeau, ou seja, um espaço que vai além de sua limitação física e alcança significados simbólicos atribuídos pelos cidadãos e suas ações. Para Proença Leite, lugar seria “uma determinada demarcação física e/ou simbólica no espaço, cujos usos o qualificam e lhe atribuem sentidos diferenciados, orientando ações sociais e sendo por estas delimitado reflexivamente” (LEITE, 2004, p. 284).

Sabemos que a forma e o desenho dos espaços da cidade influenciam e são influenciados pelo imaginário que indivíduos e grupos desenvolvem sobre ela, porém nos deteremos aos aspectos sensíveis e simbólicos dos usos.

*Pensar a cidade*, como os ouvi mencionar tantas vezes, em suas dimensões sociais e econômicas, foi o ponto de partida dos primeiros integrantes para dar início ao movimento do Norte Comum e o grande atrativo para que outros jovens se aproximassem e se unissem a ele, decidindo depositar ali suas expectativas sobre a cidade desejada, e suas energias para concretizar essas escolhas através da atuação no cenário cultural. *Pensar a cidade* dá nome ao primeiro tópico deste capítulo, no qual conhecemos o que o termo significava para a rede, as reflexões que os integrantes, oriundos de bairros muito diferentes entre si, faziam sobre a cidade e de que forma essas ponderações orientavam suas ações, bem como informações contextuais sobre a cidade dos grandes projetos urbanos. Nesta seção, conhecemos também um pouco do projeto “Outro olhar”, que proporcionou a reflexão sobre alguns territórios através da produção de imagens fotográficas.

Na sequência ao primeiro item, observamos que essas percepções e pensamentos têm uma relação muito próxima à experiência corporal, individual e em grupo, que cada pessoa construiu na cidade, através especialmente da **circulação** que lhe foi possível efetivar. Assim, na subseção “4.2 Viver as cidades”, compreendemos que uma cidade, na verdade, são muitas, pois ela vive, se constrói, desconstrói e reconstrói continuamente nas vivências de seus habitantes. Nesse tópico, menciono, por fim, o projeto “Caboco Satélite”, de compartilhamento musical nas ruas.

Após essa segunda parte, conhecemos dois projetos da rede que possuem uma relação direta com a cidade do Rio de Janeiro: o Ágoras Cariocas, que possuía como tema a memória social e circulava por bairros da zona norte, e o Delírios Ambulatórios, atividade de perambulação realizada em parceria com o Centro Hélio Oiticica, que se transformou em uma mostra fotográfica. Esse último, por uma questão de tempo, infelizmente não é abordado em sua complexidade, mas não gostaria de deixá-lo de fora especialmente pelo exercício sensível que representa. As duas iniciativas, além de terem concebido o Rio de Janeiro como lugar e tema central das suas práticas, elucidam bem a multiplicidade de cidades que persistem dentro de uma mesma cidade, ideia que busco perseguir neste capítulo e em todo o trabalho.

Por fim, trago uma reflexão a respeito de uma abordagem antropológica da cultura que se aproxima da de Hannerz, mas foca na ação do sujeito e leva em consideração a questão da linguagem, deslocando a ideia de que a cultura possui a função de representar algo que lhe é exterior para um pensamento que considera as múltiplas formas que a cultura pode tomar no



sentido de seus usos e efeitos. Uma visão de cultura, com base nas reflexões de Roy Wagner (2010), percebida como a expressão de uma forma metodológica de se trabalhar a Antropologia na relação entre o pesquisador e seu objeto, bem como na análise das interações entre os sujeitos pesquisados, e que acredito ser de grande valia para se pensar uma possível “invenção” – no sentido de Wagner – de cidade, realizada pelo Norte Comum.

#### 4.1 Pensar a cidade

*O Norte Comum é um laboratório de algo que poderia existir na cidade, um núcleo de pensamento, de debate, chegar lá e discutir a cidade que você quer. É uma possibilidade de criar uma cidade nova. (...) O Norte é uma semente, um germe muito forte, a possibilidade de você ter um espaço onde se discute a cidade, isso cria novas cidades.*

A fala de Caíque sintetiza a dimensão fundamental do trabalho do Norte Comum: uma coletividade para falar, pensar e agir sobre a cidade. Um encontro entre pessoas que buscavam maneiras de atuar diretamente sobre o cotidiano urbano, sem intermediários, sem governo, sem dinheiro, sem infraestrutura e, ao mesmo tempo, sem permitir que as dificuldades os paralisassem. A utopia de criar uma cidade nova os movia adiante com energia para praticar o que todo dia parecia impossível.

Como disse Caíque, debater sobre a cidade pode criar uma nova cidade. Todos os dias, em Benfica, uma, duas ou mais pessoas conversavam sobre o que acontecia na cidade. O valor da passagem, a fala criativa do ambulante, as obras da olimpíada, a demora do transporte, o dublê de corpo do surfista do trem, a arte no que restou do muro, o assalto, o menor de rua cantor, a saúde dos hospitais, as mortes, o trânsito, as remoções, o perrengue, a guerra do tráfico, mais mortes, a multidão no metrô, o gás lacrimogêneo, a cerveja barata e gelada, a operação policial, muitas mortes, a poesia no sarau de ontem, o casal tirando *selfie* no viaduto, a manifestação na Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj), a coragem, a praia, o *show* grátis, o medo, a dura, a pelada, os skatistas da Praça XV, a morte nos olhos, a insistência na vida.

O cotidiano de cada um na cidade, suas experiências e aprendizagens nutriam diariamente esses rios de narrativas que se atravessavam e desaguavam em fotografias, vídeos, textos, poesias e desenhos. A dinâmica de trabalho começava por pensar junto a cidade, contar sobre ela, debater, rir, chorar e, a partir de uma análise também conjunta de pensamentos, produzir, através dos elementos da arte, meios de apresentar outras cidades. Essas cidades surgidas ali aconteciam nos transportes públicos, ruas, becos, favelas, terreiros, universidades,

hospitais, praças, bares e na intimidade de cada um que ali se abria e se unia para formar um pluralismo existencial urbano. *Esses encontros geram a possibilidade de encontro com pessoas que são de outros lugares e têm um outro tipo de pensamento sobre a cidade*, afirmou Caíque.

*Disputar a cidade* era outra frase que a cada dia se repetia e ecoava pelos espaços da casa de Benfica. Ela traduzia o modo pelo qual o grupo acreditava ter condições de atuar para colaborar na mudança que desejava ver acontecer na cidade onde seus integrantes nasceram e viviam. Essa disputa se dava principalmente através das narrativas alternativas que produziam nos e sobre os espaços da cidade e as formas de neles viver, que não recebiam a mesma atenção – das instâncias do governo, do mercado e, principalmente, da mídia – que as áreas ricas da cidade. *Gosto da disputa de narrativas através da imagem, disputar lugar, forjar esses mundos*, revelou Alice, que trabalha com fotografia. O caminho de luta era, portanto, o de *disputar o imaginário*, como disse JV na descrição que faço de um dia na casa de Benfica. Em outras palavras, disputar espaço com os discursos que exaltam o Rio de Janeiro impresso nos cartões postais mundo afora ou o difamam nas notícias sobre a violência. *Isso que o Norte faz, ele disputa a cidade com quase nada de arma, nem dá pra chamar de disputa praticamente. É mais sobrevivência. Mas se tem alguma coisa que ele faz em essência, é disputar a cidade. Disputar as formas de pensar, de se relacionar, as formas de se organizar*, afirmou Jonas.

A falta de armas, entendida como as dificuldades de entrar na disputa, que percebemos na fala de Jonas encontra-se sobretudo no grande aparato mercadológico e de repressão que asfixia a possibilidade de outros mundos persistirem e que, quando isso acontece, se tornem conhecidos por um número maior de pessoas e uma experiência de vida possível para elas. Era por isso que o Norte Comum existia, para fazer essa cidade alternativa acontecer. *Ele acontece por conta da cidade e da dinâmica da cidade, a dinâmica excludente do Rio de Janeiro*, como também disse Caíque.

A cidade excludente em questão, o Rio de Janeiro, passou por importantes transformações ao longo desta pesquisa. A forma administrativa de “cidade-mercadoria”, como vista na introdução, se intensificou na segunda década dos anos 2000, atingindo seu auge no período de 2014 a 2016, quando ocorreram dois grandes eventos que serviram de catalizadores para esse tipo de gestão, a saber: a Copa do Mundo (2014) e a Olimpíada (2016). A organização do país e especialmente do Rio de Janeiro, sede dos jogos, para esses eventos direcionou o planejamento urbano para múltiplos projetos de intervenção urbana, que obedeceram em grande medida às premissas do fenômeno do “empresariamento da gestão urbana” (HARVEY, 1996). Essa maneira de administrar segmentou a cidade e gerenciou seus pedaços de forma

diferenciada – com especial destaque para as zonas central e oeste da cidade – de acordo com os interesses de uma correlação de forças que envolveu atores públicos e privados.

É certo que o Rio de Janeiro sempre foi considerado uma vitrine brasileira internacional, tendo sido explorado turisticamente há décadas como uma “cidade de eventos”<sup>77</sup>. No entanto, esses últimos eventos esportivos orientaram e definiram uma série de obras (com o emprego de altos montantes de dinheiro público) e políticas públicas que afetaram a cidade e seus habitantes por um longo período de tempo. Esse período causou transtornos à população antes, durante e depois dos certames, e deixou em seu lugar um “legado” que pouco ou nada beneficiou o conjunto maior das pessoas (BESSA, 2011; MELO; GAFFNEY, 2010; MIAGUSKO, 2012).

No Rio, além das reformas de infraestrutura urbana e privatização de espaços públicos, foram intensificadas operações de ordenamento espacial e repressão policial. Iniciadas em 2009 no governo do então prefeito Eduardo Paes, do governador Sérgio Cabral e do presidente Lula<sup>78</sup>, foram colocadas em prática medidas como o “choque de ordem”; a instalação das Unidades Pacificadoras (UPPs) nas favelas, com o conseqüente aumento de mortes e “autos de resistência”; a ocupação da favela da Maré pelo Exército por 14 meses, entre os anos 2014 e 2015; o crescimento de dispositivos policiais nas ruas, como a Polícia Militar e a Guarda Municipal; a realização de centenas de remoções; além da brutal repressão contra militantes respaldada pela sanção da Lei Antiterrorismo (n. 13.260/2016)<sup>79</sup>; e a instalação do programa “Segurança Presente” com a criação de grupos de policiais contratados por comerciantes, como o “Lapa Presente” e o “Centro Presente”.

Essas iniciativas, além dos elementos de controle que já se tornaram comuns nas metrópoles, como as câmeras de segurança, muros, portões e cancelas, que “criam lugares privados na cidade pública” (CALDEIRA, 2000), provocaram o aumento do cerceamento que empobreceu ainda mais a vivência do ambiente público, a concretização da experiência coletiva e a possibilidade de construção do comum. Como nos diz Caldeira, “tensão, separação, discriminação e suspeição são as novas marcas da vida pública” (CALDEIRA, 2000, p. 302).

---

<sup>77</sup> Muito antes de 2007, ano da realização dos Jogos Pan-Americanos, o Rio de Janeiro se constituía como uma cidade palco de grandes eventos. Nesse sentido, é importante mencionar a inserção da cidade nas exposições internacionais (como a de 1922, comemorativa do centenário da Independência do Brasil), bem como na realização anual de eventos de grande porte, como o Carnaval das Escolas de Samba e o *Réveillon* de Copacabana, que não são esportivos, mas fazem parte do calendário turístico da cidade, a projetam internacionalmente, atraem milhões de pessoas e consomem outros milhões dos cofres públicos.

<sup>78</sup> É fundamental citar aqui as três esferas de poder, uma vez que muitas políticas nessa época foram desenvolvidas em parcerias entre os três níveis de governo, que se apoiavam mutuamente. Grande parte dessas medidas foi continuada e inclusive se intensificou nos anos posteriores.

<sup>79</sup> Informações retiradas do Dossiê “Megaeventos e violações dos Direitos Humanos”, organizado pelo Comitê Popular da Copa e Olimpíadas. Disponível em: <[http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015\\_low.pdf](http://www.childrenwin.org/wp-content/uploads/2015/12/Dossie-Comit%C3%AA-Rio2015_low.pdf)>. Último acesso em: 28 jan. 2019.

Para o setor da cultura, como veremos melhor no próximo capítulo, Paes prometia um legado de fomento a partir de leis de incentivo, premiações e regulações do espaço público. O prefeito investia na imagem de um personagem público democrático que valorizava a cultura de rua que se expandia na cidade, ao mesmo tempo que estabelecia alianças políticas com as estrelas da indústria da cultura e reduzia o orçamento voltado ao fomento direto – a principal via de acesso de coletivos e agentes de cultura a recursos públicos.

Se por um lado, as zonas central, sul e parte da oeste recebiam reformas urbanísticas e um aumento dos dispositivos de controle dos espaços públicos, a zona norte seguia sua rotina bárbara de repressão, com um aumento expressivo das incursões policiais violentas na favela e a ocupação militar da favela da Maré. É possível afirmar que no Rio de Janeiro, para que as zonas ricas existam e gozem de segurança e “qualidade de vida”, as zonas pobres e seus moradores sempre são massacrados.

As operações de “choque de ordem” e o controle dos espaços públicos para eventos culturais só chegaram nas zonas de interesse de mercado, conforme comentou Carlos. Na zona norte, o trabalho do NC seguia sem que eles precisassem obter nenhum tipo de autorização para realizar os eventos, configurando a inexistência de ação do Estado em relação à ordenação e administração dos espaços nessas áreas. No entanto, ao contrário da falsa impressão de que esses locais estão abandonados pelo Estado, ou da afirmação costumeira do senso comum de que as áreas pobres e periféricas não recebem a atenção do governo, preferimos assumir que o Estado possui um modo de operar específico nas “margens”<sup>80</sup>, como nos ensinou Das e Poole (2010) – no caso do Brasil, orientado mais às ações repressivas de violência e menos (ou nada) às políticas de inclusão voltadas para as áreas básicas, como educação, saúde e assistência social.

A zona norte do Rio de Janeiro é uma região da cidade que, além de ter a constância de realização de ações repressivas do Estado, com uma quantidade alarmante voltada às suas favelas, é representada em muitos meios de comunicação como uma região onde predomina a violência.

---

<sup>80</sup> Em lugar de considerar as margens como o lugar distante, onde o Estado não chega e onde imperam a ilegalidade, a desordem, a barbárie – ou seja, margem como lugar de “debilidade do Estado” –, as autoras sugerem que o olhar investigativo esteja atento ao modo como um conjunto de “práticas e políticas de vida nestas áreas moldam as práticas de regulação e disciplina que constituem aquilo que chamamos ‘o Estado’” (DAS; POOLE, 2004, p. 3).

Em termos administrativos<sup>81</sup>, em 2010, a zona norte possuía uma extensão territorial de 260 quilômetros quadrados, 87 bairros, compartilhados por três áreas de planejamento (AP1, AP2 e AP3), uma população de 2.645.526 habitantes (42% do município), sendo a região mais populosa da cidade e apresentando a maior densidade populacional, com 10.185 habitantes por quilômetro quadrado. De acordo com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), calculado pelo Instituto Pereira Passos e composto por indicadores de longevidade, educação e renda, a zona norte possui apenas um bairro entre os índices mais altos, assim como o mais baixo do município também se encontra na região, revelando a pouca qualidade de vida dessa área da cidade. A região possui ainda menor renda *per capita* quando comparada às regiões do centro-zona sul e oeste da cidade. No entanto, ainda que seus bairros possuam muitos espaços de pobreza, essa não se observa de forma homogênea, com habitações de classe média e média alta junto às moradias precárias, característica majoritária das favelas cariocas.

Para além dessas caracterizações, a zona norte do Rio de Janeiro considerada neste trabalho possui sentidos que não dizem respeito a tais especificações geográficas, jurídicas e econômicas. É uma região que carrega uma multiplicidade de sentidos simbólicos e experiências corpóreas, como, por exemplo, a que citei em meu relato de ida à casa de Benfica. Formulada como categoria nativa, a partir da ação do Norte Comum, a *zona norte* do NC designa uma região de classe média e média baixa que engloba uma parte do subúrbio da cidade.

Apesar da categoria “subúrbio” ser pouco utilizada como tal pelo Norte Comum, faremos referência a ela aqui, uma vez que a *zona norte* construída pelo grupo aponta em grande medida para aspectos simbólicos encontrados no senso comum e nas pesquisas realizadas por cientistas sociais sobre o subúrbio, como na epígrafe deste capítulo. No sentido que lhe dá Nelson da Nóbrega Fernandes (2011), o “subúrbio carioca” se diferencia do sentido “tradicional” de subúrbio que ficou conhecido através da história da civilização, ou seja, um local nos arredores da cidade que possui menos densidade populacional e foi utilizado como local de agricultura e refúgio das classes mais abastadas. O “subúrbio carioca” aponta para uma formulação ideológica e material que teria sido “raptada” do seu sentido original, que perde a polissemia e ganha o significado de uma região que abriga o proletariado e é frequentemente menosprezada e desvalorizada pelo poder público em relação a investimento e administração das áreas de urbanização, saúde, educação e cultura.

---

<sup>81</sup> IETS, com base em dados extraídos do Armazém de Dados/IPP (2010). Disponível em: <[http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae\\_INFREG\\_2014\\_CapitalRJ.pdf](http://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/RJ/Anexos/Sebrae_INFREG_2014_CapitalRJ.pdf)>. Último acesso em 28 jan. 2019.

Geograficamente, a região tem sido descrita em pesquisas sociais como o conjunto de bairros atravessados pela linha do trem e frequentemente associados à pobreza e à subalternidade. A imagem da zona norte-subúrbio se constituiu assim em oposição à cosmopolita “zona sul”, região rica da cidade. Essa separação, constantemente fortalecida pelos meios de comunicação de massa e seus produtos culturais, ressalta as diferenças de sociabilidade existentes nos dois polos e contribui para uma divisão que projeta fronteiras que, como nos diz Carneiro (2009, p. 194), “sustentam a divisão social da cidade em dois universos simbólicos distintos por razões sociais, econômicas e morais”. Segundo a autora, essas diferenças marcariam características da zona sul como sendo a cidade “moderna”, ligada à “inovação”, e da zona norte, como sinônimo negativo de “tradição” e “atraso”, no que se refere a recursos urbanos e aparelhos culturais, assim como a outras insígnias da modernidade trazidas pela globalização. Em outro polo, a “tradição” é muitas vezes positivada no senso comum, como veremos, ao considerar o subúrbio como berço do samba, dos carnavais de rua e das relações mais próximas e afetuosas.

Sem aprofundar nos diversos estudos sobre a região desenvolvidos no âmbito das Ciências Sociais, constantemente reformulados por seus pesquisadores, como nos mostram Guimarães e Davies (2018) em recente artigo sobre a categoria “subúrbio”, pretendemos nos situar aqui no quarto e último eixo que os autores definem como sendo uma ênfase sobre

as mediações empreendidas por múltiplos agentes e suas estratégias discursivas no acionamento da categoria, movimentando principalmente uma alegoria sobre o protagonismo dos ‘suburbanos’ na busca pela restituição do seu poder agentivo que estava ausente nas representações produzidas por estudos anteriores (GUIMARÃES; DAVIES, 2018, p. 459).

Sobre o subúrbio, há ainda determinado rumor no senso comum que elucubra que os moradores do bairro da Tijuca, um dos mais ricos da zona norte, não se percebem como habitantes do subúrbio, respondendo a um universo simbólico e estético diferente. Por essa razão, se acostumaram a considerar-se moradores da “zona norte”, expressão mais relacionada a dimensões espaciais, e não do “subúrbio”, termo mais próximo, como vimos, a questões ideológicas. É possível que essa associação se articule de alguma maneira com a escolha dessa categoria pelo movimento do Norte Comum, que, como vimos, começou na Tijuca.

Com a intenção de fugir da representação da zona norte como um lugar da “falta” ou da “privação”, o trabalho do Norte Comum atuava em duas frentes distintas. A principal delas buscava produzir e divulgar narrativas e imagens que destacassem aspectos culturais da região que remetessem ao binômio **potência e tradição ressignificada**, que apontasse a aspectos positivos e valorosos, e não de declínio, ambos a serem operados de forma antagônica à

representação de **violência e atraso**. Esses materiais eram elaborados por seus integrantes, mas também por moradores dos bairros, através de oficinas e eventos que o NC organizava, como vemos a seguir no projeto “Outro olhar” e mais adiante no Ágoras Cariocas e no Delírios Ambulatórios. Esses projetos criavam condições para que habitantes dessas regiões encontrassem novos aspectos de seus territórios, recosturassem histórias e afetos, e formulassem novas significações para seus lugares de moradia e suas relações de pertencimento a eles.

Uma segunda frente de ação do NC que modificava a dinâmica dos bairros onde atuava era a divulgação de aspectos desconhecidos dessas regiões para o público espectador da sua arte e participante dos seus eventos, público esse constituído majoritariamente por jovens das classes média das zonas central e sul da cidade. Essas ações, além de ampliarem o alcance de perspectivas alternativas da zona norte, modificavam o fluxo urbano de pessoas que saíam das zonas privilegiadas para a região periférica, ou seja, um deslocamento historicamente realizado no sentido oposto. Essas experiências alteravam não só a percepção dos moradores sobre a cidade, como também a dos integrantes do próprio Norte, que, além de terem origem em diferentes bairros, ao se encontrarem e circularem por tantos outros, modificaram muito sua consciência mental e corporal sobre a cidade.

No âmbito da *disputa da cidade*, o “Outro olhar” foi um projeto de saída fotográfica que o Norte Comum realizou, em mais de uma edição, por lugares do Rio. O evento era aberto ao público e solicitava a quem desejasse participar que levasse sua câmera fotográfica. Quem não tivesse câmera, poderia desenhar. Numa das edições, o grupo fez uma caminhada em Benfica, saindo do Largo do Pedregulho e indo até a Bica do Imperador. A caminhada contou com integrantes do Norte, pessoas de outros bairros e moradores de Benfica e foi até a caixa d’água atrás do morro do Tuiuti, próximo ao Mercado Municipal do Rio de Janeiro (mais conhecido como Cadeg). No percurso, o grupo passou pela favela e algumas bocas de fumo e, enquanto conversavam com os moradores, os participantes tiravam fotos. Na sequência, almoçaram na Cadeg e seguiram para o bairro de Manguinhos para conhecer a igreja projetada por Niemeyer. Após a realização do evento, os integrantes do Norte imprimiram as fotos, retornaram ao local e as exibiram em uma exposição. Os moradores podiam pegar as fotos que desejassem.

Segundo Pablo, o objetivo da ação foi o de *questionar essa ideia do cartão-postal do Rio de Janeiro. E assim a gente conseguir levantar a “visualidade” de cada bairro, pelo olhar das pessoas do bairro e de fora dele*. Ele revelou que as pessoas ficavam surpresas com determinados ângulos da localidade e se alegravam com o que estavam vendo, comentando e compartilhando com os demais. *Era muito engraçado quando as pessoas se viam, se amavam,*

*entravam em uma outra relação com aquele espaço. As pessoas olhavam as fotos e diziam: “Caramba, é muito bonito, não tinha prestado atenção nisso”. Teve uma mulher muito engraçada, uma senhora, que gritava: “Caralho, vai lá em casa! Meu deus, que coisa bonita!”*, contou ele sorrindo ao se recordar.

Uma segunda edição do “Outro olhar” teve o foco mais voltado ao encontro entre fotógrafos e fotografados. Os autores das fotos, enviadas antes para a produção do encontro, teriam suas imagens etiquetadas com seus dados de contato. No dia do evento, 3 de agosto de 2014, em um piquenique realizado na Quinta da Boa Vista, as fotos foram soltas dentro de balões de gás Hélio para que se espalhassem pela cidade. Quem encontrasse a imagem poderia contatar o dono da foto, que, então, deveria registrar o encontro em uma segunda foto.

#### 4.2 Viver as cidades

Pensar a cidade não basta para vivê-la. É preciso se misturar a ela, senti-la com o corpo, mover-se entre os espaços que compõem essa corporalidade cidadina. Cidade-corpo-cidade que vive por meio dos corpos dos sujeitos, que, por sua vez, percorrem o corpo urbano. Sentimos a cidade e a partir disso nos abrimos ao pensamento. Como nesta prosa-poética acadêmica:

Terreno, piso, chão: convite – aparentemente inevitável – ao deslocamento do corpo; depositário de passos e vestígios; superfície de inscrições feitas de cultura. O corpo: anúncio de movimento; detonador de ações e memórias; dentro-fora; interno-externo; inexaurível. A vida urbana é feita das relações corpo-cidade, espaço-movimento, afeto-ação (HISSA; NOGUEIRA, 2013).

Como vimos no início deste capítulo, para se pensar a cidade, é fundamental ter em conta a experiência dos seus cidadãos, aqui considerada a partir da vivência dos integrantes do Norte Comum na cidade. Essa vivência nos guia não apenas a conhecer a cidade como também a compreender o trabalho da rede e suas elaborações sobre a zona norte. Tal experiência será observada a partir de duas “entradas” diferentes, a saber: **o território de origem de cada um e a sua circulação na cidade.**

Nos perfis dos integrantes, descritos no capítulo anterior, conhecemos os bairros onde nasceram e um pouco da circulação que fizeram pela cidade. Não pretendo analisar separadamente as trajetórias de cada um, mas observar de maneira geral seus itinerários, realizados individualmente ou já em grupo, e de que maneira esses deslocamentos contribuíram com a experiência de cidade, refletindo na elaboração de seus trabalhos artísticos e atividades coletivas.



Começando pelo território de origem, gostaria de iniciar esta reflexão pelo conceito de “território”. Território é um conceito interdisciplinar, em disputa e em movimento, como nos mostra Eliane Costa (2017) em sua tese de doutorado. A pesquisadora realizou uma ampla revisão bibliográfica de autores do campo da Geografia e Filosofia e demonstrou como o conceito esteve ligado nas últimas décadas a um debate que o relaciona a uma dupla conotação, material e simbólica, que abarca sentidos físicos, políticos e identitários.

O geógrafo brasileiro Rogério Haesbaert (2004) identifica quatro objetivos presentes na territorialização: abrigo físico, fonte de recursos materiais ou meios de produção; identificação ou simbolização de grupos através de referentes espaciais; disciplinarização ou controle através do espaço; e construção e controle de conexões e redes. O autor avança na análise englobando e tipificando os múltiplos territórios, que abarcam uma “lógica territorial zonal” e uma “lógica territorial reticular”, refletidas nos variados modos de territorialização contemporâneos, inclusive os virtuais. A esse respeito, Costa (2017) aproxima o conceito às tecnologias da comunicação e ao espaço virtual como campo de territorialidades que se desdobram a partir das redes sociotécnicas (redes sociais mediadas por tecnologias) atuais, chamando atenção para as possibilidades de criação e expansão de narrativas sobre territorialidades urbanas contra-hegemônicas no âmbito da disputa de imaginários sobre a cultura e a cidade.

Atentando à dimensão simbólica do território que o conecta à identidade e ao sentido de “abrigo”, entendemos esse enfoque como fundamental para a compreensão do “território-zona norte” deste trabalho, compreendido como um espaço de reconhecimento, um lugar do qual indivíduos sentem que fazem parte, onde se encontram, se abrigam e compartilham sentidos e significados. Sobre esse último, que nos interessa diretamente na medida da apropriação e dos usos que fazem os sujeitos configurando a territorialização que produzem, trago o que nos disse Milton Santos. O geógrafo baiano propõe a ideia de “território usado” – espaço humano, vivido – como instância social e diretamente ligada aos fazeres do cotidiano e à dimensão da identidade:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como território usado, não o território em si. O território usado é o chão, mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999, p. 8).

Sem aprofundar no amplo debate sobre o conceito, gostaria apenas de chamar atenção para uma última questão que diz respeito à proximidade que a discussão possui com os conceitos de “lugar” e de “espaço”, apontando, como no caso desses últimos, para a ação dos sujeitos e os sentidos que os mesmos constroem em determinada área. Apesar disso, o debate

sobre território, muito desenvolvido na Geografia, como mencionado, considera questões sobre o poder exercido no espaço e outros aspectos importantes de apropriação pelos sujeitos que servirão de base ao amplo uso do conceito nas discussões sobre cidade e políticas de cultura, como veremos no próximo capítulo.

Voltando ao território do Norte, proponho assim uma reflexão que considere em que medida os cidadãos movimentam sua identidade a partir do bairro onde nasceram, cresceram e muitas vezes ainda vivem. Neste ponto, me parece essencial esclarecer que consideramos a identidade uma construção fluída e relacional. Para Michel Agier (2001), as discussões em torno dos processos identitários que surgem nas décadas de 1960 e 1970, cujos marcos são os seminários de Lévi-Strauss e as pesquisas de Fredrik Barth, apontam desde esse momento o caráter relacional, construtivista e situacional do problema da identidade. Não se pode falar em identidades essenciais ou nucleares, como foi comum no pensamento tanto da corrente iluminista no século XVIII, quanto, em seguida, do pensamento romântico. Pelo contrário, na Antropologia da segunda metade do século XX, a identidade surge sempre em um determinado contexto, marcada pelas questões que atravessam o tecido social no qual os sujeitos estão baseados, possibilitando-lhes a elaboração de projetos que os levem a ações cujos resultados lhes interessam concretamente. Por outro lado, cabe considerar que o território compõe em grande medida esse constante refazer da identidade, como diz Milton Santos.

O que estou aqui denominando identidade, Jonas chamou de *composição histórica* ao relacionar o *ethos* de cada um com seu lugar de origem, que, por sua vez, será associado à sua geografia, ou seja, às suas características físicas e espaciais. *A gente sabe que a cidade converge, mas ao mesmo tempo cada lugar é moldado pela geografia, quem é da Maré tem uma composição histórica, quem é da Cidade de Deus tem outra composição histórica de quem é de Bangu*, refletiu Jonas.

A maioria dos participantes do Norte Comum nasceu e ainda morava em bairros da zona norte, alguns na zona oeste e apenas Alice vivia na zona sul. Entre os que moravam nas mesmas zonas, havia aqueles que habitavam em bairros muito díspares em termos sociais e econômicos – como ocorria na zona norte entre os moradores da Tijuca, por um lado, e da Penha e da favela da Maré, por outro. No caso da zona oeste, Felipe vivia em Bangu, enquanto Fernanda, na Barra da Tijuca, dois extremos no tocante à urbanização e à disponibilidade de serviços públicos e privados. Como disse Fernanda, *moro num lugar que parece um conto de fadas, as ruas são todas arborizadas, quase não tem ninguém na rua, tem supermercado, farmácia, tudo perto*.

Gê, morador da Maré, reconheceu que sua experiência nesse lugar é a base e a inspiração para seu trabalho. Segundo ele, seu trabalho existe a partir da sua vida, em uma relação direta

de interação. *É vivência mesmo. Não tem muita complexidade, viver o espaço, me apropriar do espaço. Acho que essa talvez seja a parada... Uma apropriação do espaço... do espaço geográfico*, contou Gê. Em nossa conversa, ele falou também sobre as dificuldades de morar em um espaço tão desvalorizado socialmente. *É foda morar na favela*, disse, referindo-se ao constante risco de violência potencializado pelos permanentes conflitos entre os traficantes e a polícia, a falta de condições adequadas de urbanização, além da inexistência de serviços públicos de qualidade.

Gabi, que sempre viveu em Benfica, revelou como suas colegas da escola, que moravam no centro e em bairros da zona sul, estranhavam quando ela dizia onde era sua casa. Apesar de Benfica estar localizada muito próxima ao centro, suas amigas resistiam em ir até lá por imaginarem um lugar muito distante e perigoso e se surpreendiam quando a visitavam, se dando conta da proximidade com seus bairros de origem. A sensação de subalternidade, no entanto, se modificou na medida em que Gabi desenvolveu uma visão crítica sobre a cidade e suas desigualdades, como ela mesma me explicou: *Quando se percebe de forma crítica, é diferente, você sai desse lugar de pior do que o outro*.

A compreensão e a composição da biografia, bem como o autoconhecimento de cada um passam muito pela experiência nos territórios da cidade, como me explicou Marcell ao contar como ele busca, através do trabalho do Norte, fazer política e sobretudo pensar e compreender *de onde ele veio. Procuo assim entender a minha história, de onde eu vim. A gente segue um sistema branco, europeu, que fode muita gente, a gente tá sempre na merda. (...) Porque, a partir do momento que eu saio de casa, tem uma viatura da polícia na esquina, já fico pensando: Caralho, mano, eu vou passar pelo cara e o que vai acontecer? Você viver com medo, você viver pensando que na cidade existem todas essas possibilidades e você não tem liberdade nem para se movimentar na rua, é foda*, detalhou ele, exemplificando o racismo que vivencia cotidianamente. Percepções e narrativas autobiográficas em relação ao território, como essa de Marcell, se tornaram nos últimos anos um elemento constitutivo da compreensão dos indivíduos sobre si e de seu papel na luta política, assim como parte das estratégias de militância, como veremos no próximo capítulo.

Outra entrada para a compreensão dessas experiências, como dito, é a circulação que cada um tem o potencial de realizar na urbe, que pode proporcionar uma mudança constante das percepções individuais e coletivas sobre a cidade. Não é por acaso que movimentos sociais, como o “Movimento Passe Livre” (MPL), grupo central na organização das Jornadas de Junho de 2013, luta pela livre circulação na cidade através do transporte público gratuito. O MPL faz parte de um movimento mais amplo chamado “Tarifa Zero”, que defende a efetivação do

transporte custeado por um fundo de transportes que utilizaria recursos com base na taxação progressiva do imposto de renda. Com o lema “Uma cidade só existe para quem pode se movimentar por ela”<sup>82</sup>, o Tarifa Zero sustenta que o direito ao transporte é um direito fundamental que garante outros direitos à população, como saúde e educação.

Quanto mais se transita pela cidade, melhor se tem condições de conhecer suas potencialidades e problemas e formar uma ideia ampla de seus distintos fluxos, diferente da fragmentação focalizada apenas em suas partes. Isso pode ser importante na medida em que permite que se reivindique uma melhor qualidade de vida urbana, politizando a experiência cidadina. O deslocamento pela cidade possibilita que se acumule mais conhecimento sobre ela e esse conjunto de saberes potencializa a capacidade de debater soluções para suas questões, como bem expressou Caíque: *Aí, você vai se movimentar e esse movimento vai gerar um tipo de pensamento em você que vai gerar discussão, que vai gerar mais pensamento*. Como mencionei brevemente no capítulo 2, essa circulação se dá de maneira diferente entre homens e mulheres, o que altera a percepção e a atuação de gênero sobre e na cidade.

Sobre isso, Carlos contou que começou realmente a conhecer a cidade quando passou a entregar roupa que vendia pela *internet*. Já Fernanda revelou que só se deu conta da complexidade da cidade quando passou a sair da Barra e a frequentar os encontros do Norte Comum em Benfica, não só pelos debates em grupo, mas pelo novo deslocamento: *Pô, sou menina da Barra, vivia numa bolha, a galera lá abordando um monte de coisa, aí eu me liguei: ‘Sim, a cidade é superdividida’*. *Pô, a gente quase não anda por alguns bairros*, indignou-se.

Os deslocamentos individuais contribuíram para dar forma a essas vivências de circulação e conhecimento da cidade, mas o trabalho em grupo ampliou essas possibilidades. Quando a rede foi para o Hotel da Loucura, houve uma primeira inflexão na relação com a cidade. Muitos integrantes, que não estavam acostumados com itinerários que passassem pelo Engenho de Dentro, precisaram alterar seus deslocamentos diários de ida e retorno de outros destinos, atravessando vários lugares diferentes. *A relação com a cidade mudou, porque era um novo eixo de deslocamento cotidiano*, disse Carlos. A ida para o Hotel foi marcante em vários aspectos, como vimos, e uma dessas dimensões tem a ver com essa circulação urbana e a aprendizagem sobre novas informações sobre o Rio. *Se pensar em questão de mapa, a gente [tava] chegando em um lugar do centro [do mapa do Rio] que eu não conhecia. Você passa a conhecer um lugar onde muita coisa acontece. Conhece a fábrica de Água Santa, aí tem a*

---

<sup>82</sup> Retirado do *site*, disponível em: <<http://tarifazero.org/tarifazero/>>. Último acesso em: 24 jan. 2019.

*história dos escravos de Água Santa, aí tem a história do [Instituto] Nise de Silveira...*, contou Marcell.

Carlos reafirmou a importância do ano que foram para o Hotel pela mudança do lugar de atuação, a chegada de novos integrantes e a descoberta de outros trajetos e pessoas da cidade. O Norte crescia conforme sua circulação se dava. *Aí, o NC começa a virar uma plataforma para conhecer a cidade. Comecei a conhecer vários lugares, todo dia eu ia pra um bairro falar de trabalho, trocar uma ideia, fazer uma trama, aí conhecia um monte de artista foda da cidade, de vários lugares, um monte de velharia foda de vários lugares, aí eu me amarrei, é isso que é a vida. Sempre ia encontrar alguém, um número de encontros grande.*

Cada novo movimento ou decisão de realizar um evento em determinado lugar gerava uma ou muitas reflexões sobre a cidade, que, por sua vez, criavam outras ideias para a realização dos eventos, como um círculo que se retroalimenta, especificado nas palavras de Marcell: *Não é só ir para um outro lugar, é [pensar] por que a gente tá indo pra tal lugar? Por que a gente tá fazendo essa parada em tal lugar? Por que fazer um Ágoras em Quintino? Qual a relação que a gente tem com Quintino? Por que fazer um Caboco Satélite na Ilha? Qual a relação que a gente tem com a Ilha? Que pessoas que vão estar naquele espaço? Quem vai? Quem quer tá junto? Sabe... É pensar em tudo isso, acho importante.*

Outro projeto da rede que vivia a cidade era o “Caboco Satélite”, mencionado acima por Marcell. O “Caboco”, como a equipe do NC chamava, era um projeto de pesquisa de gêneros musicais originários de diferentes partes do mundo. Essa pesquisa, realizada por diferentes integrantes, era registrada em um *site*<sup>83</sup> em listas temáticas (também conhecidas como *playlists*), e compartilhada com as pessoas em eventos realizados nas ruas. “É uma iniciativa de circulação de informações culturais de tudo quanto é canto”, diz a primeira página do evento no *Facebook*<sup>84</sup>. De acordo com a rede social, entre os anos de 2014 e 2017, foram realizadas quatro edições do projeto, nos seguintes bairros: Tijuca (em uma quadra pública), Ilha do Governador (Praia da Bica), São Cristóvão (Campo de São Cristóvão) e favela da Maré.

Nos eventos, que por vezes contavam com apresentações musicais, as músicas eram colocadas para tocar em uma espécie de “festa ao ar livre”. Nelas, os participantes podiam levar também suas *playlists* e compartilharem suas pesquisas. Entre outras questões, o projeto parecia questionar os direitos autorais e o monopólio da indústria da música, ao divulgar e compartilhar músicas abertamente no espaço público.

<sup>83</sup> Disponível em: <<https://www.mixcloud.com/cabocosatelite/>>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

<sup>84</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/498714606917181/>>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

Entre essas movimentações cidadinas, um projeto importante surgiu. Em parceria com um professor de História, Luiz Antônio Simas, o grupo deu início ao Ágoras Cariocas, que conhecemos a seguir.

#### 4.3 “Ágoras Cariocas”: cidade, identidade e memória

No dia 23 de maio de 2015, fui pela primeira vez ao Ágoras Cariocas, no bairro de Quintino. Sabia que o evento já havia começado, mas decidi ir, apesar do avançar da hora, com o intuito de ter uma aproximação inicial com o grupo. Aquela seria a primeira vez que encontraria o Norte Comum. Quando cheguei ao bar onde estava sendo realizado o evento, o professor e os moradores já haviam feito suas falas e os presentes se divertiam com a roda de samba realizada ali todos os sábados, no bar conhecido por ser um dos que sedia os grandiosos festejos de comemoração do dia de São Jorge, famosos na cidade. Sabendo da tradição das festas no bairro, não foi difícil identificar sua relação com o bar: suas paredes eram quase completamente revestidas por imagens de São Jorge e a cobertura plástica que protegia a calçada em frente, assim como as mesas e cadeiras eram todas vermelhas, a cor do santo. Em cima, no centro do espaço, havia um altar com a estatueta do santo, que é representado por Ogum nas religiões de matriz africana. Esse conjunto de itens conferia ao local uma estética muito peculiar, diferente dos bares da região nobre da cidade e até mesmo de outros botequins locais. As mesas de plástico, espalhadas entre a pequena área interior do estabelecimento e a rua, estavam totalmente ocupadas pelos que ouviam, cantavam e dançavam ao som do samba.

Assim que cheguei, encontrei alguns conhecidos da universidade, moradores do centro e da zona sul. Fiquei surpresa por estarem ali, em uma região que normalmente não é frequentada por moradores de bairros de maior poder aquisitivo. Me impressionei também com a beleza do lugar. Próximo ao bar, ao final da rua, havia uma praça e um coreto que formavam um “canto” charmoso e aconchegante. A amiga que me acompanhava também se surpreendeu e comentou: “A gente não imagina um lugar bonito desses por aqui, não é?” Respondi que sim, observando, perplexa, ao redor. Após alguns segundos, refleti brevemente sobre nossas impressões até ali e me ocorreu que, possivelmente, em nosso imaginário, aquela parte da cidade seria feia e descuidada. Me dei conta, então, de como eu mesma interiorizo elementos que mobilizam uma construção mental no sentido de criar representações depreciativas e exotizantes daquela região, ecoando a dicotomia entre as zonas norte e sul apontada anteriormente.

Sentamo-nos em uma mesa para apreciar a música e acompanhar o evento. Apesar de não ter ouvido os depoimentos dos moradores, após certo tempo, fui abordada por um homem que me fez algumas perguntas:

\_Você é daqui?

\_Não, não. Moro no Centro.

\_Ah, sim. Estou achando tão estranho. Moro aqui há muitos anos e nunca vi um evento como esse aqui, com gente nova. Bacana. Quintino não tem quase nada.

Segui a conversa com ele e contei o que sabia sobre o trabalho do Norte Comum, o projeto Ágoras e quem era o Simas, sequência de informações que ele respondeu com um entusiasmo “Que legal, muito bacana”! Fiquei um pouco mais no evento, ouvindo a música e refletindo sobre algumas questões que me chamaram a atenção. Uma delas foi a respeito do que seria esse “nada” a que o morador se referia e me indaguei se “algo”, para ele, seria um evento novo, que contivesse elementos de algum modelo que respondesse outra dinâmica da cidade ou ainda que contasse com a presença de pessoas “de fora”. É comum ouvir de moradores da zona norte que lá “não tem nada”, quando se referem às opções de entretenimento disponíveis. No entanto, ao ouvir o que eles têm a dizer sobre o bairro, muitos o enaltecem com histórias de pessoas e acontecimentos importantes situados no passado, colaborando para a construção de uma possível distinção de seus locais de moradia, como veremos nos depoimentos dos participantes do Ágoras.

Outra questão que me pareceu curiosa dizia respeito a essas pessoas “de fora” e ao deslocamento de moradores da zona sul e centro para a zona norte, que observei nesse e em outros eventos do Ágoras, um fluxo que contraria o sentido comum, historicamente realizado na direção contrária. Apesar de ter nascido e passado a infância no bairro da Piedade, vizinho a Quintino, me mudando posteriormente para a Tijuca, não me recordo de amigos da época da adolescência e juventude tijucanas, salvo raríssimas exceções, que conhecessem ou tivessem interesse em visitar os bairros do subúrbio. Ainda que formalmente esteja localizado na zona norte, os moradores da Tijuca optavam por frequentar a Barra da Tijuca, na zona oeste da cidade.

O Ágoras era o projeto de circulação do Norte Comum, a iniciativa que promoveu o maior deslocamento da rede pela cidade. Se o Hotel foi a porta de entrada para uma zona norte “mais profunda”, era ainda uma experiência fixa em um local situado no Engenho de Dentro. Já o Ágoras era um projeto itinerante, sendo realizado em um bairro diferente a cada edição. Como bem disse Alice, *foi o projeto que mais entrou na ZN*. Esse movimento “para dentro” provocou mais uma importante inflexão no trabalho do grupo, que passou a se dedicar mais aos

espaços, temas e pessoas da região, se referenciando cada vez menos na região sul e central. Como me revelou Gabi, *foi sumindo um pouco o olhar de inversão de rota para um olhar 'praqui' mesmo. O Ágoras vai fazendo a gente entrar mais.*

A atividade era organizada pela rede em parceria com o professor de História Luiz Antônio Simas, e produzia encontros entre moradores, frequentadores e simpatizantes em bares e praças da zona norte. Ao longo dos anos de 2014 e 2015, o evento foi realizado nos bairros do Estácio, Tijuca, Vila Mimosa, Penha, Méier, Quintino, Honório Gurgel, Olaria e Engenho de Dentro, totalizando nove encontros. Simas, além de professor, é também pesquisador da cultura carioca e das religiões afro-brasileiras, tendo escrito diversos livros sobre os temas. O encontro entre ele e a rede deu início a esse projeto, do qual é o principal idealizador. A análise dessa atividade será realizada com base na observação participante das suas quatro últimas edições, nos discursos proferidos nos eventos por Simas e pelos integrantes do NC e do público, e nos textos dos eventos no *Facebook*.

De acordo com Simas, a iniciativa de realizar o Ágoras surgiu em um bar. Ele e o pessoal do Norte Comum estavam em um *botequim*<sup>85</sup> no bairro do Maracanã, bebendo cerveja, quando tiveram a ideia de transformar o espaço em um lugar maior de encontro. *Naquela ocasião, falamos de um texto que tenho sobre botequim [como] aquela ideia da Ágora grega, onde as pessoas conversavam, trocavam ideia, debatiam, sabiam o que estava acontecendo no dia a dia etc.*, declarou Simas. No caso, o texto ao qual se refere define o botequim como um “espaço de resistência aos padrões uniformes do mundo global” (SIMAS, 2013, p. 28). Para o professor e autor, é nesse ambiente, “a República de fato dos homens comuns”, que o homem exerce “uma forma de cidadania muito peculiar” (SIMAS, 2013, p. 28) e encontra sua possibilidade de conversar e debater sobre a vida como na Ágora grega, tomando a ideia de um espaço onde seja possível dialogar sobre a vida na cidade.

O projeto surgiu, então, como uma proposta de ocupação do botequim e sua transformação em “sala de aula”, assim entre aspas, já que, de acordo com Simas, *o conhecimento pode circular em qualquer espaço; rompendo assim com a exclusividade da sala de aula como centro de elaboração de saberes*. O primeiro evento, contou ele, foi idealizado

---

<sup>85</sup> O botequim, bar simples e de aspecto despojado, é exaltado em vários meios como um ícone da cultura carioca. Para Simas, que o menciona em diversas de suas obras e textos on-line, o estabelecimento é um cenário fundamental da vida cotidiana do Rio de Janeiro. Segundo os organizadores do Ágoras, “os bares, botequins, biroskas, quitandas e tendinhas são cenários importantes da cultura carioca, onde, além de serem um dos espaços mais originais da cidade, espalhados por todos os cantos, possuem cada um a sua personalidade e características. Nesse contexto, fazem a alegria do indivíduo que se dispõe a ver o mundo debruçado num balcão. O boteco é um reduto de histórias, reais ou imaginadas, pouco importa”. Retirado do *Facebook*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/487191648077062/>>. Último acesso em: 26 jan. 2019.



para ser realizado em um botequim no bairro Estácio de Sá. No entanto, devido à capacidade de mobilização das redes sociais, a repercussão foi muito grande e o número de confirmações chegou a 400 na página de divulgação do *Facebook*. No dia, não foi possível abrigar todos no bar e o evento precisou ser transferido para o Largo do Estácio, local que sediou a primeira edição e marcou o início do projeto. A partir dessa estreia, o Ágoras Cariocas vem sendo reelaborado a cada edição por seus organizadores.

No início, o público era, em sua maioria, externo aos lugares, vindo do centro e da zona sul. Os organizadores, no entanto, desejavam contar cada vez mais com a participação dos moradores dos bairros onde os eventos eram realizados. Como disse JV, antes deles entrarem mais em contato com o pessoal local, os espectadores eram o público classe média que já comparecia aos outros eventos da rede.

A partir de um determinado momento, começaram a pesquisar mais sobre os bairros e atores neles mobilizados, e os eventos passaram a ser planejados em conjunto com pessoas e grupos que viviam nesses lugares. Nem sempre o engajamento dos moradores acontecia como a rede desejava, mas quando o conseguiam, a edição era considerada um sucesso. Como me disse Fernanda: *Quando a divulgação acontece, é bem mais legal, porque a galera [do bairro] participa, o evento vira de todo mundo, não fica só de uma galera de fora que foi pra lá. Foi ótimo!*, opinou ela, referindo-se por último à edição realizada em Honório Gurgel, em que o morador Vitor, fundador do coletivo local “Aqui é Honório”<sup>86</sup>, e dona Zuleika<sup>87</sup>, fundadora de um movimento de donas de casa dos anos 1980 e historiadora local, entre outros moradores, estiveram participando ativamente da organização. Outro exemplo sobre a vigorosa participação local aconteceu na edição de Olaria, quando a atividade foi realizada dentro de um evento já consagrado no bairro, organizado pelo grupo musical de chorinho “100% Suburbano”.

A ordem das atividades costumava ser a mesma. No dia, Simas abria o encontro com um discurso sobre o projeto, sua história, os principais objetivos, como por exemplo, *o sentido de se pensar o território como pertencimento*, e a programação que ocorreria em seguida. Após sua fala, o microfone era aberto para que as pessoas dessem seus depoimentos. Ao fim dos

---

<sup>86</sup> “Aqui é Honório” era um coletivo que reivindicava o pertencimento do (nstituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriais (IAPI) ao bairro de Honório Gurgel, e não a Barros Filho, anexação realizada em 1981 por um decreto da prefeitura que não consultou a população. Entre outras coisas, os moradores alegavam o conjunto de lutas que travaram pelas melhorias do bairro a que sempre se consideraram pertencentes.

<sup>87</sup> Zuleika Sant’anna de Souza relata essa experiência no livro “A vida e o sonho: memórias afetivas sobre o bairro Honório Gurgel”, lançado em 2013. O livro conta a história do movimento de donas de casa do bairro que, nos anos 1980, fizeram mutirões, limpavam ruas, montaram jardins, plantaram árvores e cozinham para um batalhão de pessoas, que ajudava a cada iniciativa coletiva. Há também um documentário na *internet* sobre o assunto, disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=w4\\_WuoTATXQ](https://www.youtube.com/watch?v=w4_WuoTATXQ)>. Último acesso em: 26 jan. 2019.

relatos dos participantes, o professor fazia um discurso de encerramento para que, então, um ou mais grupos locais de música se apresentassem. A infraestrutura incluía som para a execução dos depoimentos e apresentação musical, mesas e cadeiras e, no caso de Olaria, contou com um estande de doações de livros. A organização costumava disponibilizar também comida e bebida, frequentemente produzidas e comercializadas pelos moradores do bairro. De acordo com o professor, o Ágoras não buscava nem buscaria edital de apoio do governo já que o evento era uma *reunião entre amigos*.

O que no início carregava um espírito de ensino e aprendizagem foi posteriormente se transformando em encontros para conversar sobre as histórias do Rio e, por fim, passou a ter como objetivo trabalhar a *memória social* dos bairros, como diziam os organizadores. Essa memória social será considerada aqui como uma reativação e construção coletiva de memória, a partir das práticas observadas com base no que Maurice Halbwachs (2003) apregoa sobre a construção da memória, que, para ele, é sempre social. Para o autor, discípulo de Durkheim, a memória está sempre situada em um determinado contexto social e espacial e mesmo quando individual, é construída com base na sociedade e no grupo no qual o indivíduo está inserido. Cada um pode ter uma memória individual e por isso pensar diferente, mas o que constitui os quadros de memória são o conjunto coletivo e a seleção dos itens que se faz no presente. Conforme diz o historiador Davignaud, no prefácio da obra de Halbwachs:

É claro, a memória individual existe, mas está enraizada em diferentes contextos que a simultaneidade ou a contingência aproxima por um instante. A rememoração pessoal está situada na encruzilhada das redes de solidariedades múltiplas em que estamos envolvidos. Nada escapa à trama sincrônica da **existência social atual**, é da combinação desses diversos elementos que pode emergir aquela forma que chamamos de lembrança, porque a traduzimos em uma linguagem (2003, p. 12, grifo meu).

Se a ideia de diálogo estava presente na concepção do Ágoras, refletida na proposta de uma conversa que desejava “trazer para mesa de bar discussões sobre a cultura popular de cada bairro escolhido”, conforme dizia a página do evento<sup>88</sup> do Estácio, ela se acentuou e passou a tomar forma nos eventos seguintes, nas palavras dos organizadores e dos moradores dos bairros que abrigaram os encontros. Dar voz à *fala do morador*, ouvindo suas histórias de vida e os diferentes aspectos da sua relação com o bairro tornaram-se os principais estimuladores do projeto. Para os organizadores, essa conversa ampla sobre a história do bairro e/ou da região com e entre seus moradores e os demais presentes proporcionaria um ambiente de escuta e de troca que comporia a memória social do bairro.

---

<sup>88</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/487191648077062/>>. Último acesso em: 26 jan. 2019.

A importância dada à memória dos moradores na construção da história dos bairros nos direciona à relevância que ela possui em contraste a uma “história oficial”. Possivelmente, tendo em conta sua formação em História, o professor fazia questão de ressaltar o valor que possuíam as experiências daquelas pessoas e revelava sempre que se sentia muito incomodado quando alguém achava que ele e o Norte Comum chegariam em algum lugar para contar aos moradores do lugar a história do bairro. O que, segundo ele, não fazia sentido algum, já que nenhum bairro precisa de alguém que chegue de fora para ensinar aos seus moradores o que é aquele local.

Ainda que frequentemente contasse casos sobre as histórias locais, seus processos e práticas sociais, que de certo modo compunham a “história oficial” da cidade, o professor reafirmava que o objetivo ali era levantar as memórias individuais e coletivas de cada um para, dessa forma, criar uma contraposição à história hegemônica. *Então, a gente tem essa história do Rio de Janeiro que seria uma espécie de história oficial, mas não é essa a história que nos interessa, não é isso que nos interessa, o que nos interessa, na verdade, é escutar o bairro. (...) Porque às vezes há um ‘detalhe curioso’ que não sabemos,* revelou Simas em um dos eventos.

Essa contraposição entre história e memória nos lembra a reflexão do historiador Pierre Nora, para quem a memória foi sendo “esfacelada” na modernidade e por isso precisou de lugares que garantissem a sua existência, como os “museus, arquivos, cemitérios etc.” Nora (1993) defende que uma sociedade passaria a precisar desses lugares, assim como de historiadores, a partir do momento que não possui meios para acessar sua memória. Em suas reflexões, o autor faz uma diferenciação entre os dois conceitos:

Memória; história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suscetível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado (NORA, 1993, p. 9).

O contraste entre esses dois conceitos será uma importante ferramenta para a análise dos objetivos que os organizadores possuíam em relação aos discursos dos moradores. No entanto, para além dessa oposição, o professor e o Norte Comum pareciam estar interessados nas cosmologias subjacentes aos relatos populares, que costumam ser obliteradas pelas narrativas oficiais. Nesse sentido, é importante pensar a valorização que tem a cultura local e seus significados, uma vez que ocupa um papel importante do ponto de vista simbólico e afetivo.

A importância de dar voz ao que havia no território, fossem assuntos relacionados à formação do bairro e seu histórico, fosse ao que ali era produzido em suas práticas sociais, era uma preocupação central dos organizadores do evento. Em uma crítica direta à perspectiva iluminista – em que as pessoas letradas e pertencentes aos altos extratos econômicos possuíam mais cultura do que aquelas das camadas populares, refletida na noção de que existiria uma “alta cultura” possuidora de mais valor do que uma suposta “baixa cultura”, e que a primeira deveria “civilizar” a segunda –, os organizadores faziam questão de ressaltar que seu interesse estava diretamente ligado ao que era elaborado no território, conforme explicitado nas palavras de Simas durante o Ágoras de Olaria: *Nós não acreditamos em nenhum projeto que diga que vai levar cultura a qualquer lugar. Essa é uma perspectiva que a gente tem desde o início. (...) Não estamos levando cultura pra lugar nenhum. Todo lugar é essencialmente produtor de cultura, de circulação de saberes, de memória social, de discurso sobre o território. O território produz cultura (...), não existe missão civilizatória.*

Em um primeiro momento, pode-se inferir que as palavras de Simas apontam para uma suposta neutralidade no trabalho do Ágoras, quando afirma que não está levando cultura para lugar nenhum. Porém, como vimos com Hannerz (1992) e também com Cavalcanti (2001) e Canclini (2009), a cultura é um conjunto de significados atribuídos permanentemente pelos homens ao mundo, que os externalizam publicamente e os distribuem. Dessa forma, podemos afirmar que Simas e o Norte Comum carregavam sentidos próprios sobre cidade, zona norte, memória e outros assuntos e os divulgavam nos lugares onde o Ágoras era realizado. A fala de Simas retratada acima remete ainda ao debate sobre a cultura como construção, realizada por Hannerz, que, por sua vez, se baseou nos estudos de Frederick Barth a respeito das interações que estipulam os limites interétnicos. A cultura sob essa perspectiva está constituída pelas trocas, e não pela imposição de uma sobre as outras, como se fazia pensar através do conceito de aculturação, adotado por anos pela Antropologia e que pode ter uma conexão subjacente à fala de Simas. Para além disso, o professor parecia desejar afirmar que não pretendia fazer nenhum tipo de distinção hierárquica entre seu saber (inclusive acadêmico) e o dos moradores, colocando-os em um mesmo nível de importância. Desigualdade essa que sabemos estar determinada pela distinção de poderes socialmente estabelecida, mas que Simas, ao menos discursivamente, desejava subverter.

A preocupação sobre a vida na cidade estava fortemente presente nos encontros do Ágoras. Aspectos referentes ao processo de mercantilização por qual passava a cidade e, diante disso, a importância da ação dos moradores em valorizarem a cidade e o pertencimento ao seu local de origem eram temas centrais nas falas dos organizadores. A cidade-mercadoria estava

presente no discurso combativo de Simas, que repetia que o Rio vinha sendo administrado como um *balneário de grandes eventos*, e afirmava constantemente sua busca por reunir moradores no sentido de *fortalecer uma ideia de cidade que propicia o encontro*. Para ele, o compartilhamento das vivências locais seria essencial para que esses lugares não desaparecessem ou fossem apropriados pela lógica de homogeneização da cidade e, por isso, ao *ouvirem os bairros*, os organizadores pretendiam provocar a *vivência do chão* e a *vivência do afeto*. Dentro da ação micropolítica considerada e valorizada pelo grupo, como veremos no próximo capítulo, o Ágoras ocupava um lugar de destaque, já que efetivamente promovia o encontro com essa cidade do cotidiano que tanto valorizavam. *O Ágoras é um conhecimento dos pequenos saberes, o que o Simas fala das ‘pedrinhas miudinhas’, uma reunião de pessoas se interessando por essas pedrinhas, são essas pedrinhas falando com a gente*, disse Jonas, fazendo uma analogia à expressão “pedrinhas miudinhas”, que dá título a um dos livros de Luiz Simas.

Diante desse discurso crítico, os moradores buscavam enaltecer aspectos positivos de seus bairros em suas falas ao microfone. A relação entre a memória dos moradores e a memória da cidade não passava apenas pela narrativa que ressaltava aspectos desconhecidos ou pitorescos dos bairros. Ela se relacionava também e de forma marcante com a sensação de pertencimento dos indivíduos e de sua ligação com o território, fortalecendo sua relação com aquele lugar. Esse foi o caso de Ana Cláudia Souza, filha de dona Zuleika de Honório, que, em seu depoimento, após citar sua mãe, lembrou os antigos carnavais do bairro, e declarou que “festa boa é festa de rua”. Na sequência, informou que teria fotos desses carnavais, além de um “pôster” com uma seleção impressa que gostaria de mostrar a todos. Ana foi em casa e buscou o material, levando sua vida íntima para o espaço público. Todos aplaudiram seu depoimento emocionado e afetuoso e ficaram esfuziantes quando as fotos chegaram à praça. *Às vezes, essas pessoas que têm essa memória do bairro, não têm consciência da relevância que elas têm para a construção da ideia de pertencimento ao território*, afirmou Simas na ocasião.

O pertencimento a que Simas se refere me parece se relacionar à construção da identidade social desses grupos. Agier (2001) propõe um entendimento da produção da identidade cultural como um construto social desessencializado, cuja forma de operação precisa ser teoricamente deslindada. É no conjunto de interações sociais que os indivíduos e os grupos constituem suas identidades culturais, destacando alguns elementos do seu passado (e mesmo, eventualmente, inventando-os) em função da percepção de que determinados objetos ou práticas são mais oportunos de serem “lembrados” e atualizados do que outros. Diz Agier: “É a partir dos contextos e das questões em jogo nas situações de interação que a memória é

solicitada seletivamente” (AGIER, 2001, p. 12). As identidades culturais são, portanto, uma categoria de uso para os grupos sociais e correspondem sempre a um empreendimento de seleção de alguns aspectos culturais do passado com fins de construção de uma apresentação, que servirá, via de regra, para que esses grupos produzam uma distinção com relação a outros grupos localizados no mesmo contexto sócio-histórico.

Mas operar no sentido de um projeto de desconstrução das narrativas essencialistas é, hoje, para Agier, insuficiente. O autor, então, propõe que, indo além da crítica à essencialização das identidades ou da simples “recontextualização da questão”, e avançando com base na perspectiva da análise situacional, se investigue os modos através dos quais os sujeitos individuais ou coletivos efetivam aquilo que Barth, citado por Agier, chamou de “construção social das diferenças culturais”. Por conta de determinados arranjos, surge a possibilidade dos grupos ou indivíduos superarem determinados estigmas, produzirem distinção no seu meio social ou obterem ganhos materiais provenientes da nova identidade que se busca assumir.

Outra questão que atravessa muitos depoentes diz respeito à valorização de diferentes aspectos locais que se situam no passado. A dinâmica de falar em público a conhecidos e desconhecidos e, principalmente, àqueles atores em especial – o professor de História e o pessoal do NC – movimentava imaginários, que se declaravam positivos acerca daqueles lugares e abriam caminho para a construção de um novo significado para o lugar e para a identidade cultural de indivíduos e grupos. Como no caso de seu Augusto, que, como vários outros moradores de Olaria, ressaltou os aspectos positivos do bairro, especialmente os que aconteceram no passado.

Organizador do bloco “Sai como pode”, tricampeão dos desfiles na Praia de Ramos, seu Augusto contou a história dos blocos e escolas de samba da região, dizendo, emocionado, que “antigamente, o carnaval era mais espontâneo”. Seu Augusto falou também sobre a construção das estações de trem da região, “o trem para o norte”, que, segundo ele, seria o grande responsável pelo povoamento de toda aquela área. Antes de encerrar sua participação, seu Augusto discursou com riqueza de detalhes sobre as antigas fazendas e seus proprietários, que teriam formado a região até o século passado. Sua fala exemplifica aquilo que o historiador Michael Pollak (1992) denomina “memória indireta”, isto é, um conjunto de saberes que se incorpora ao sujeito, que toma como próprias as memórias que lhes chegam de empréstimo. Augusto narrava detalhes históricos, os quais efetivamente não poderia ter presenciado, como se o tivesse feito.

Essa rememoração positiva do passado, no entanto, muitas vezes não carregava uma avaliação crítica do contexto em que aconteceram, romantizando um momento que poderia

conter muitos elementos sociais negativos. Um exemplo disso, entre vários outros, foi o do morador do Engenho de Dentro que exaltou a visita do ex-governador Carlos Lacerda ao bairro, sem se preocupar e nem mesmo mencionar que o político apoiou o golpe militar de 1964.

Nesse sentido, caberia pensar se o que os moradores estão ali praticando não seria também uma forma de História. Retomando as palavras de Nora – “História é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais” e uma “representação do passado” (NORA, 1993, p.9) –, não caberia refletir se a memória, ativada pelos moradores do Ágoras não seguiria a trilha para chegar a uma composição histórica? Em outras palavras, os elementos que Nora caracteriza como sendo da História não fariam parte também da memória? O que se percebe nas práticas dos organizadores do Ágoras, bem como de seus participantes, poderia ser a busca por uma História construída a partir de outros elementos, negligenciados por uma História hegemônica, que, ao unirem-se, comporiam uma “História vista de baixo”, termo que inclusive caracteriza uma linha de pesquisa da histografia contemporânea.

De toda maneira, ao contarem e recontarem histórias sobre seus lugares, os moradores do Ágoras estão “praticando o espaço”, como disse Certeau, ressignificando-o de acordo com as memórias dos que ali vivem e fazem a cidade. Como disse Pablo sobre o projeto, *é massa movimentar a rua pela memória. A [sua] hereditariedade cármica, física, biológica, espiritual*. Em seus “relatos de espaço” (CERTEAU, 1994), eles recriam suas experiências espaciais de cidade e desenham uma outra projeção urbana, propondo uma visão com elementos distintos aos incorporados pelo discurso dominante de cidade. Discurso esse que influencia cotidianamente a representação de cidade que eles e muitos construíram e que agora buscam questionar.

Podemos dizer que esse emaranhado de significados era considerado muitas vezes como a tradição de cada lugar, no sentido de uma tradição inventada (HOBSBAWM; RANGER, 1984) em algum momento do passado e que seguiu sendo repetida. Porém, nem só de passado a tradição vive. Pelo contrário, para que continue existindo, precisa ser constantemente renovada e relacionada a sentidos que façam parte do presente das pessoas. Como muito bem me lembrou a fala de dona Cristina, moradora de Olaria.

Uma entre as poucas mulheres que discursou nos eventos, dona Cristina começou chamando a atenção de Simas para o fato de que ali se mantêm as tradições, mas que também há uma nova história que se constrói, atentando para o fato de que essa renovação é importante. “Aqui, a gente não inventa tradições, preserva tradições. Vai construindo a nossa história, preservando as tradições”, disse ela. O que Cristina pareceu querer dizer foi que as tradições não são esquecidas e, por isso, são preservadas. Apesar disso, ao se construir uma nova história

e, no caso, ao contá-la, a tradição vai sendo reinventada a partir de novos propósitos contextuais. A fala de Cristina é mais curta que as anteriores, mas a moradora não se despediu antes de contar com emoção sobre sua devoção ao Olaria Atlético Clube e convidar todos os presentes a participarem das comemorações do centenário da agremiação.

O Ágoras era um projeto muito valorizado pelos participantes do Norte. Eles identificavam que a iniciativa havia conseguido reunir todos os objetivos da rede. *O Ágoras, eu considero a síntese dessa parada do Norte Comum, essa circulação no território, das pessoas, das coisas, dos signos, a memória. É uma parada do NC, todo mundo tem preocupação com uma bagagem histórica, como as coisas chegaram até aqui*, me disse JV, um dos integrantes mais envolvidos com o projeto. Os eventos geravam muita alegria entre eles, que nas ocasiões chegavam a interagir mais entre si do que com os moradores. *Era um momento de muita celebração entre a gente*, Gê me disse.

O projeto provocava a sensação na rede de que os objetivos com seu trabalho haviam sido alcançados, porque muitos percebiam seu impacto e acreditavam que ele havia se expandido pela cidade. Como explicou Pablo, *acho que ele acabou disparando coisas na cidade inteira de memória coletiva, de uma nova forma de aprendizado. As pessoas crescem tendo raiva dos lugares onde elas moram, querendo sair dali, querendo ver outras coisas, e a partir do momento que você conhece a história do teu lugar, conhece a história de cada pessoa que morou lá, ou da tua família. Parece que é uma flor que brota na tua vida e que pode desabrochar naquela terra também. A terra onde tu cresceu e tu vai jogar mais sementes nela e vão vir mais flores, vão vir mais plantas*.

Já outros não percebiam tanto o impacto na localidade ou nos moradores, mas consideravam o momento como a oportunidade de viver intensamente a dinâmica de cidade que eles sonhavam criar. *Não sei se tem impacto, mas naquele momento, que é o momento que eu vivo o bairro, é muito maneiro ver a galera junta pra falar do bairro. É importante, devia acontecer sempre*, me contou Fernanda em uma declaração entusiasmada. Sobre isso, Caíque também me disse: *O Ágoras é a possibilidade de você ter um ambiente ali onde você vai falar sobre história, memória, o presente daquelas pessoas. O Ágoras deveria ser algo fixo, algo fixo em todos os lugares, todos os bairros, todos os bairros deviam ter um Ágoras*.

Essa percepção de que o projeto deveria acontecer sempre ou ter continuidade era compartilhada por todos. Como me disse Alice, lamentando-se muito por eles não estarem conseguido gerir o projeto como ele merecia. *Tem um problema, o Ágoras vai muito além de uma questão de ser um evento, ele não é um evento e por enquanto ele tá muito no formato de evento, uma coisa que acontece num dia e depois some. Acho que a gente ainda não conseguiu*



*dar essa liga nos lugares que a gente passou e com as figuras com quem a gente encontrou. Não é um projeto de evento, é uma pesquisa estendida, relação de afeto que vai muito além. A gente precisava voltar lá.*

Na casa de Benfica, um dos principais planos em relação ao projeto era o de trabalhar o extenso material que havia sobre as edições do Ágoras, que incluía fotos, vídeos e gravações de áudio, e transformá-lo em uma pesquisa sobre os lugares, que estaria disponibilizada na *internet* e em aplicativos de celular. Eu mesma cheguei a fazer a transcrição de todo o evento no Engenho de Dentro com esse propósito. Como me esclareceu detalhadamente JV, *vamos trazer toda essa pesquisa que a gente já fez. Convidar moradores pra trazerem relatos, fotos, pra um processo de construção longo, imersivo. Tanto a galera do NC, como pensadores e moradores, pra pensar construções a partir dessa pesquisa. E aí, vai rolar uma exposição e essa exposição seria um [evento do] Ágoras. Tem também a ideia de uma publicação impressa e um filme. E todo esse trajeto vai estar documentado no site.*

Até onde pude acompanhar o trabalho da rede, eles não conseguiram realizar as atividades com o material do projeto da forma como me explicou Jota. Porém, no ano de 2017, realizaram uma edição do Ágoras no Morro do Azul, que se aproximou a essa forma de pesquisa que ele exemplificou.

Essa última edição do Ágoras, no Morro do Azul, foi dividida em dois eventos, ambos realizados no mesmo local do bairro do Jacaré, em parceria com o coletivo Cafuné na Laje, que funciona no morro. A dinâmica dessas edições foi diferente das anteriores, pois um primeiro evento serviu de pesquisa para o posterior. Inicialmente, os organizadores divulgaram o projeto solicitando que os moradores levassem fotos pessoais, atuais e antigas, em um determinado dia agendado. No dia, conforme os moradores chegavam com as imagens, elas iam sendo identificadas e penduradas em um varal localizado em uma das vielas do morro. À medida que as fotos iam sendo exibidas, os moradores que as haviam levado junto a outros que passavam e paravam se emocionavam ao comentarem sobre as imagens e relembrares histórias sobre aquelas situações, todas naturalmente vividas no passado. A grande maioria das situações havia ocorrido no próprio morro.

Algo que me chamou atenção foi o ímpeto de algumas pessoas, muitas delas crianças, que haviam se esquecido do chamado anterior, mas, ao verem o evento montado, corriam em casa para buscarem suas fotos, levando com empolgação suas memórias para compartilhar com os demais no espaço público. Uma das crianças, Crislane, me confidenciou que achava tudo aquilo “muito legal” porque conhecia todo mundo das fotos e estava tendo a oportunidade de vê-las ali.

Uma dessas pessoas, uma mulher de quem infelizmente não me recordo o nome, me convidou para ir com ela à sua casa buscar as fotos. Chegando lá, selecionou algumas para exibir externamente, mas quis mostrar só a mim as imagens mais íntimas, me deixando muito emocionada. Uma delas era a de seu filho que morrera doente ainda criança, e outra, da filha quando fizera 15 anos. Deixou-me também comovida a receptividade da família do Léo Lima, fundador do Cafuné na Laje, que me tratou com muito carinho e fez questão que eu almoçasse com eles. Ao longo de todo o dia, o evento foi fotografado e filmado pelos organizadores, além das fotos dos moradores terem sido novamente fotografadas, com câmeras potentes, com o objetivo de serem ampliadas posteriormente.

A segunda parte do evento foi agendada para algumas semanas depois e foi identificada como a abertura da exposição “Outro lugar”, fazendo referência ao projeto da rede mencionado neste capítulo.

*Vem trocar essa ideia, morador! Relembrar os bons momentos vividos no passado. Os antigos carnavais, os jogos inesquecíveis, as ressacas, os nascimentos e casamentos nessa gigante chamada Jacarezinho!* foi a chamada do segundo evento do Facebook. Na exposição, fotos que haviam sido selecionadas e impressas em lambe-lambes gigantes revestiam fachadas inteiras de casas e estabelecimentos comerciais. Com direito a churrasco oferecido pelos organizadores, chuveiro para amenizar o calor, e músicas *funk* em altos decibéis, o evento ficou lotado. Na programação, houve ainda a exibição de um documentário sobre o morro feito pelo Cafuné e outro de Safira Moreira. Além disso, muitas fotos foram exibidas no telão e presenteadas em cartões postais impressos pela organização. Mais uma vez, presenciei a emoção de diversos moradores vendo e conversando sobre as imagens das suas vidas passadas.

Após essa análise sobre o Ágoras Cariocas, gostaria de encerrar esta seção que estimula pontes entre o passado e o presente, trazendo uma prosa poética que me leva a um universo de lembranças pessoais e renovam a memória da minha infância. Falo de Fernando Pessoa, escritor nascido na terra dos meus avós paternos, com os quais tive o privilégio de vivenciar muitas experiências marcantes no bairro de Piedade, na zona norte. Diz Pessoa: “A verdadeira novidade que perdura é a que toma todos os fios da tradição e os tece novamente num padrão que a tradição seria incapaz de criar”.

Figura 18 – Ágoras no bairro de Honório Gurgel



Fonte: A autora, 22 ago. 2015.

Figura 19 – Ágoras no bairro de Honório Gurgel



Legenda: Ana Cláudia dá seu depoimento.

Fonte: León Diniz, 22 ago. 2015.

Figura 20 – Ágoras Cariocas no bairro Olaria



Legenda: Simas abre o evento.  
Fonte: Thiago Diniz, 18 out. 2015.

Figura 21 – Ágoras Cariocas no bairro Olaria



Legenda: Dona Celeste, moradora do bairro, dá seu depoimento.  
Fonte: Thiago Diniz, 18 out. 2015.

#### 4.4 “Delírios Coletivos”

Certo dia, quando cheguei a Benfica, Thiago e Dudu estavam no computador formatando, em um editor de fotografia, imagens da cidade. Perguntei o que era e eles me contaram, empolgados, sobre o que fizeram no dia anterior. Os dois, junto com Beto, Gabi, Alice, Safira e Liz haviam saído da casa de Benfica ainda de madrugada e caminhado até o Centro Municipal Hélio Oiticica no centro tirando fotos e fazendo filmagens da cidade por onde passavam. Fiquei surpresa com a iniciativa e lamentei não saber antes para ter ido com eles. *Ué, você não sabia?*, me perguntou um deles abismado com meu desconhecimento. Como eu não sabia de um acontecimento tão interessante como esse? Fiquei me sentindo culpada e tentando descobrir o que havia ocorrido para que eu não tivesse tomado conhecimento de tal atividade. Talvez porque não fosse à casa todos os dias?

O que fiquei sabendo na sequência foi que o Norte Comum havia sido convidado pelo CMHO para participar do “FotoRio” daquele ano. O FotoRio – Encontro Internacional de Fotografia do Rio de Janeiro é um projeto que, desde 2005, reúne fotógrafos de todo o mundo para “destacar, através de um evento de porte internacional, a importância da fotografia na comunicação e na vida social contemporânea”<sup>89</sup>. Desde 2013, a mostra se tornou anual, apesar de seu *site* registrar uma última edição em 2017. Naquele ano de 2016, o evento pretendia, entre outras seções, colocar em prática um método desenvolvido pelo artista Hélio Oiticica chamado Delírios Ambulatórios e para isso convidaram, além do Norte Comum, os coletivos “Gráfico”, “Miúda” e “Pandilla”.

O Delírios Ambulatórios, criado na década de 1960 por Oiticica, consistia em perambular atento pelas ruas. Nas palavras do artista:

A relação da rua com o que eu faço é uma coisa que sintetizo na ideia de Delírio Ambulatório. [...] O delírio ambulatório é um delírio concreto. Quando eu ando ou proponho que as pessoas andem em um Penetrável com areia e pedrinhas, estou sintetizando a minha experiência da descoberta da rua através do andar, do espaço urbano através do detalhe do andar, do detalhe síntese do andar (OITICICA apud FAVARETTO, 2000, p. 224).

A proposta original, no entanto, era a de que os coletivos perambulassem pelas ruas próximas ao centro cultural. O NC, no entanto, inovou e propôs à organização da mostra que

---

<sup>89</sup> Disponível em: <[http://fotorio2.tempsite.ws/pt\\_br/institucionais/o-fotorio](http://fotorio2.tempsite.ws/pt_br/institucionais/o-fotorio)>. Último acesso em: 27 de mar. 2019. O *site* define o objetivo do projeto como sendo o de “valorizar a fotografia como bem cultural, dando visibilidade aos grandes acervos e coleções públicas e privadas e à produção fotográfica contemporânea brasileira e estrangeira, através de exposições, projeções e intervenções urbanas, cursos, seminários, oficinas, mesas-redondas, palestras e conferências”.

sua perambulação fosse de Benfica ao Centro. A intenção, segundo Safira Moreira, era a de *acompanhar o fluxo que milhares de pessoas fazem todos os dias, entre a casa e o trabalho, mas sob outra perspectiva*. Proposta que Beto complementou: *A ideia era acompanhar as pessoas nesses percursos, que só se faz de carro ou de ônibus, mas em contato direto com a rua, seguindo o fluxo normal que acontece na cidade*<sup>90</sup>.

Se por descuido ou falta de conhecimento não estive presente na perambulação, fui, mais de uma vez, à exposição final do projeto, realizada entre os dias 6 de junho e 23 de julho no CMHO. Lá, vi as fotos do NC que foram selecionadas, bem como uma instalação de vídeo com narração vocalizada pelos participantes da caminhada, ambos feitos ao longo da perambulação. Tirei fotos da exposição e gravei o áudio do vídeo, que posteriormente transcrevi.

O material é riquíssimo para se pensar a respeito das concepções que o grupo constrói e apresenta sobre a cidade, mas infelizmente demandaria uma análise mais profunda que não coube dentro do escopo deste trabalho, que, no entanto, pretendo aprofundar em outro momento. Reproduzo, contudo, abaixo as imagens tiradas por mim na exposição, bem como as fotos selecionadas para estarem ali. Além disso, incluo no Anexo B desta tese as transcrições completas das narrações realizadas na caminhada. Trechos, que apresento a seguir, de textos poéticos sobre a cidade:

Saímos de Benfica cedo, tava escuro, a fila do 476 tava lotada, tinha um cara vendendo pão logo depois, tem um Rio que sempre acordou mais cedo do que o outro. Um Rio que acorda às quatro pro outro poder acordar às sete, oito da manhã. Uma cidade que supre a outra. Conforme a gente ia atravessando a cidade, mais gente ia chegando, a cidade acordava e as pessoas soltavam fumaça dos corpos quentes. Acho que tava frio. [...] Tem as filas e suas esperas. São corpos parados, mas que balançam. E tem a gente. A gente tá até saindo de um ponto a outro também, mas o nosso tempo é tão diferente que fica escancarado nos nossos corpos, que se movimentam em outro lugar. Isso me pareceu até um abismo, uma distância que parece existir entre mundos assim, um abismo mesmo. [...] É a cidade que regra o comportamento, é a cidade que regra o movimento e o movimento que regra a cidade.

(Alice Nin)

Um exercício de percepção. Onde estamos? Como nos colocamos? Pra onde vamos? Diversas peculiaridades numa cidade que, cada vez mais, vem sendo projetada não para as pessoas, mas para automóveis, prédios e não lugares. Deveria ser cedido para cada pessoa uma oportunidade para que ela caminhasse por onde sempre teve vontade e nunca pôde. Quantos lugares com calçadas largas – dessas que possibilitam que andemos de mãos dadas em nosso tempo, sem ter a sensação de que alguém atrás de nós quer nos passar – são vistas das janelas do ônibus e dos carros? [...] Sentimos em nós como nunca antes, caminhar na mão contrária dos carros e ver o sol entrecortando o viaduto da Mangueira de manhãzinha. A favela Metrô Mangueira em destroços após

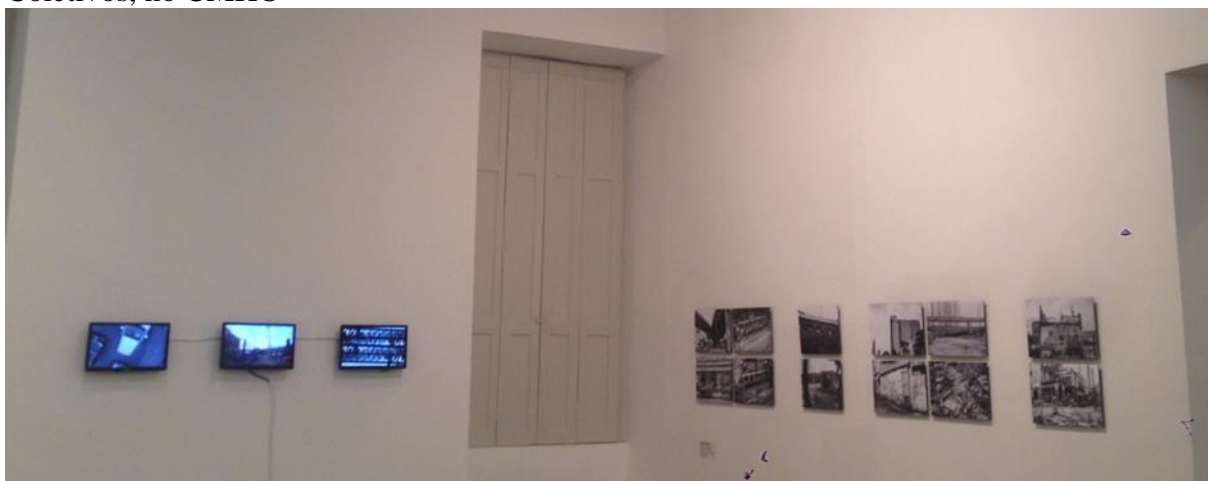
---

<sup>90</sup> Ambos depoimentos encontram-se na reportagem disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/cultura/noticia/2016-06/foto-rio-expande-horizontes-da-fotografia-com-mostra-de-coletivos-artisticos>>. Último acesso em: 27 mar. 2019.

as remoções devido aos grandes eventos. [...] Sei que caminhar no fluxo da passarela na Praça da Bandeira no período em que todos estão indo para os seus trabalhos é estranho. Sentimento de corrente forte, onde não se pode ir em tempo diferente, mar de gente, correnteza de semblantes fechados, esbarrões e luta para chegar primeiro como os espermatozoides ávidos pelo útero ovulando. [...] Muita coisa a ser registrada, um momento único na vida de todos, mas, em especial, para as mulheres do grupo, pois, além da cidade nos mastigar o tempo todo, com as mulheres ela não só mastiga como cospe e deixa bem claro que aquele espaço não é pra ela. Pra mulher ainda não é permitido andar sozinha onde ela quer, como ela quer. Então, nesses momentos em que os homens respeitam a mulher por ela estar em grupo ou em companhia de outros homens, elas registram o que podem todo o tempo. [...] Já possuímos trilho outrora. Ora, ora, asfaltamos pelo progresso e agora cavamos para mostrar o quanto somos vanguarda. (Thiago Diniz)

O que é longe e perto? O dia já estava amanhecido, o céu claro, mesmo que o sol não tivesse posto a cara ainda. Os corpos já se agitavam uns aos outros, acordando a cidade pro dia de trabalho. O nosso tempo de um caminho não objetivo era estranho aos outros corpos que, em acordos silenciosos, caminhavam lado a lado apressando-se entre si. Os fluxos intensos das gentes transpassavam meu corpo parado no meio da passarela do metrô de São Cristóvão. Da onde também se via o ponto de ônibus do 460/461. Lotado. [...] Eu andei por lugares que passo há anos, quase todos os dias da minha vida, mas que nunca tinha colocado os pés no chão. Vi outras coisas. E outros céus. Os pés no chão da cidade é coisa mais rara do que parece. Passamos por um monte de lugar que não era lugar de gente, era lugar pra carro. Escombros e vias em construção, uma cidade remendada, onde está o lixo das ruas revitalizadas? [...] Erosão urbana é o que me vinha à cabeça olhando as casas com restos de histórias. Meus pés nem chegaram a cansar, foi estranho constatar a proximidade dos pontos de partida e chegada. Como não estávamos apenas indo, ou com o intuito de chegar, demoramos três horas, parando olhando, comendo, mas podíamos ter feito em uma hora e meia o percurso. É muito perto, e é muito longe. Os viadutos distanciam as passadas. [...] O fluxo de gente que vem abrir os olhos e acender as luzes de cada janela dos prédios infinitos. O que aproxima ou distancia mundos? (Gabriela Faccioli)

Figura 22 – Montagem das fotos e instalações de vídeo do NC na exposição Delírios Coletivos, no CMHO



Fonte: A autora, 10 jun. 2016.

Figura 23 – Montagem das fotos e instalações de vídeo do NC na exposição Delírios Coletivos, no CMHO



Fonte: A autora, 10 jun. 2016.

Figura 24 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



Fonte: Alice Nin, 2016.



Figura 25 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



Fonte: Eduardo Santos, 2016.

Figura 26 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



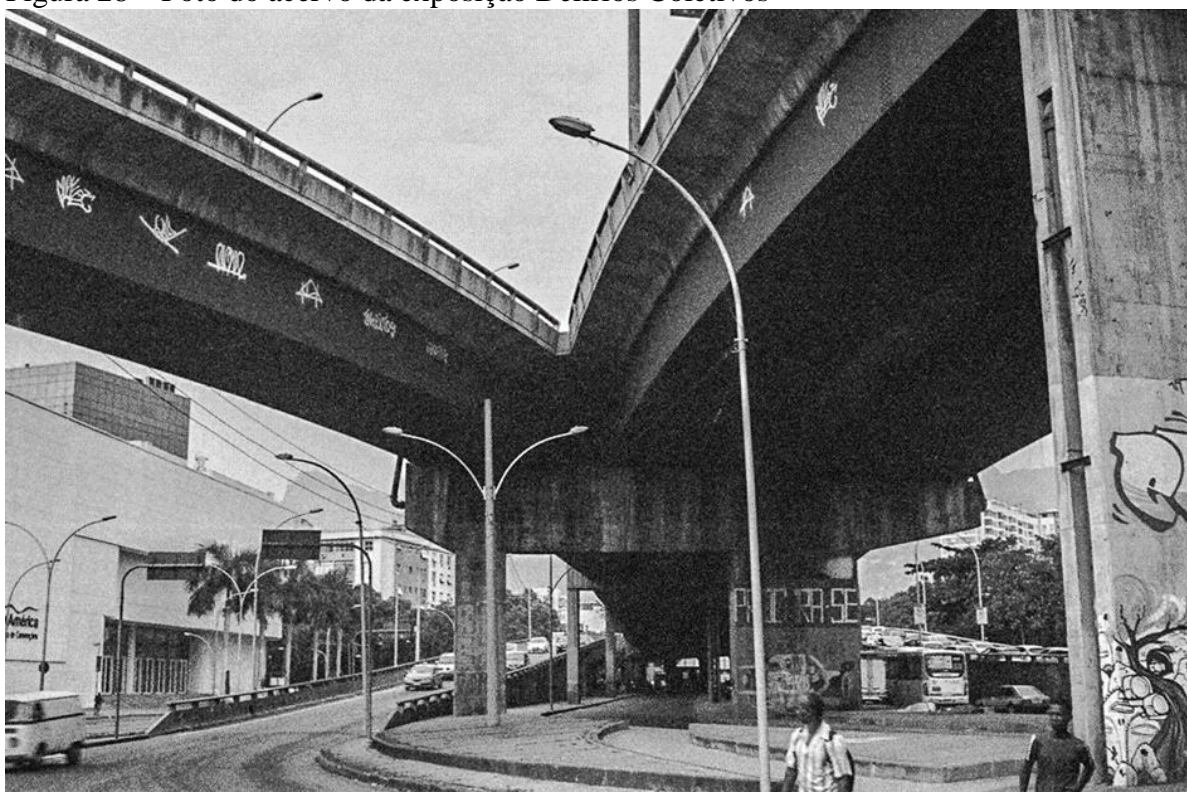
Fonte: Gabriela Faccioli, 2016.

Figura 27 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



Fonte: Roberto Barrucho, 2016.

Figura 28 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



Fonte: Safira Moreira, 2016.

Figura 29 – Foto do acervo da exposição Delírios Coletivos



Fonte: Thiago Diniz, 2016.

#### 4.5 A “invenção” da cidade

*Esse norte é mais humano. Norte, hoje, é de ‘nortear’, mais que zona norte.* Ao ouvir essa frase dita por Pablo, questionei, internamente, quanto o Norte Comum, ao longo de sua trajetória, se aproximou e se afastou da cultura da zona norte. Ao mesmo tempo que essa reflexão chegava, me surgia a pergunta: mas que zona norte seria essa que estou imaginando?

Pensando nisso, percebi como eu poderia estar internalizando uma certa reificação sobre a região, representada ora pela urbanização precária, ora pelo “atraso” no desenvolvimento, outra vezes pela romantização das tradições dos carnavais e do samba, refletida nos discursos do Ágoras, quiçá pela simplicidade que se supõem ter os mais pobres, ou ainda pelo conservadorismo político de seus moradores de que nos fala o manifesto de fundação do NC. Todos esses elementos estão presentes na zona norte, mas não apenas eles. Quais seriam, portanto, os componentes que simbolizariam a zona norte? Seria possível identificá-los? Independentemente de quais sejam, cada item, seja um lugar, uma pessoa, um processo ou um evento, parece ser escolhido como representações de uma determinada zona norte ou ainda de

um Rio de Janeiro de acordo com o contexto sociopolítico de quando se fala e da interação que se dá entre os sujeitos no momento dessa escolha.

Corroborando minha reflexão, as indagações dos integrantes me mostraram posteriormente que eles também possuíam questionamentos a respeito de que zona norte estariam se aproximando e se, de fato, estariam se comunicando com a região.

Para alguns, era clara a diferença entre seu estilo de vida e seu ponto de vista social e político e o dos seus familiares e vizinhos. Como no caso de Gê, que em nossa conversa revelou quanto se diferenciava da sua família, que não conseguia entender seu trabalho e tampouco seus itinerários urbanos. Ou João Vitor, que muito falou a respeito do distanciamento que sente da maioria das pessoas que conhece no seu bairro de origem. *Não somos essas pessoas, essas pessoas são parte do que a gente é. Por mais que isso nos constitua, a gente tem a trajetória de vida muito diferente dessas pessoas, o mundo que a gente vive*, confessou ele. De todo modo, vale sempre lembrar que cada um tinha uma experiência singular com seu território. *Através da casa [de Benfica], a gente se dá conta do fato da gente estar falando sobre o subúrbio e com o subúrbio, e não dimensiona as diferenças que as pessoas que estão no NC têm até da maneira de pensar o subúrbio, pelos trajetos que as pessoas tiveram na vida*, completou ele.

Em Benfica, muitas vezes notava-se uma certa emulação sobre o “estilo de vida” indexado ao subúrbio: comida farta, carnívora e gordurosa, cerveja barata, modo simples de se vestir e valorização constante de comidas de rua e estabelecimentos comerciais tradicionais da região. Essa aproximação parecia acontecer mais por admiração e certa afinidade do que por experiência direta, já que, como vimos, a maioria dos integrantes tinha origem em partes ricas da zona norte, que possuem um universo estético diferente deste que descrevo.

Além disso, e talvez mais importante, mesmo os que nasceram e viviam nas regiões pobres possuíam gostos, práticas, hábitos e valores que se aproximavam mais aos tidos pela classe média do centro e da zona sul do que os da zona norte, elucidando a fluidez da identidade de que nos fala Agier. *Existe uma maneira de pensar no subúrbio bem conservadora. É um espaço de vigilância. O carnaval, por exemplo, mesmo [sendo] feito por muita gente do subúrbio, é [realizado] no centro, pois permite mais fruição*, afirmou JV, com um certo ar de lamento.

Independente da percepção individual, todos concordavam que a maioria do público do seu trabalho não era os moradores da zona norte. *A gente tava mais próxima de uma galera com um pensamento mais progressista, zona sul. O público do NC é uma galera que frequenta um circuito comercial. Até o alternativo era dentro de um espaço já posto. As coisas acontecerem*

*nesses territórios diz muito sobre o que a coisa é. O circuito, mesmo alternativo, é centro-zona sul, refletiu JV.*

Apesar de não ser um assunto recorrente, os integrantes sabiam que sua atuação, em termos simbólicos, tinha um limite geográfico que integrava mais uma zona norte, que correspondia simbolicamente à um *centro estendido*, do que a bairros afastados da zona norte. A própria Tijuca, onde começaram, *está mais para centro do que zona norte*, como eles mesmos diziam. Por outro lado, pareciam não gostar de fazer coisas em bairros de outras regiões, dando prioridade à zona norte. Como me disse Marcell sobre o evento no centro para o qual foram convidados pelo coletivo “Ser Urbano”: *Não é nossa pegada fazer coisas no centro. Ficamos muito no nosso rolê.*

Felipe concordava com esse distanciamento do grupo em relação à zona norte, afirmando que a atuação do coletivo se limitava à *zona norte um*, referindo-se à área de planejamento que engloba os bairros mais ricos e próximos ao centro. Segundo ele, ainda haveria as regiões dois e três, com as quais a rede não se comunicava. Além disso, Felipe, por ser da zona oeste, considerava sua leitura de cidade muito diferente da que tinham seus companheiros, pois sua região se diferenciava muito, principalmente em relação aos acessos à cidade e à distribuição de renda, percepção comprovada pelos dados oficiais do índice de desenvolvimento humano municipal. *Em Bangu, não tem livraria. ZO não conta, é nada*, desabafou Felipe.

Esse afastamento da subjetividade e de materialidade do subúrbio provocou, em alguns momentos, uma reflexão da rede a respeito de sua atuação na região e a comunicação com ela. *No subúrbio, nas favelas, você encontra muito do que reproduz a maneira de pensar hegemônica, pela mídia. Essa dificuldade de se relacionar com o entorno da casa bateu na gente. Até que ponto a gente tá dialogando com o subúrbio? Até que ponto a gente tá falando para o subúrbio? Por mais que a gente esteja falando sobre e às vezes com, mas estamos falando para...?*, se questionou João.

As perguntas compunham uma ponderação sobre o quanto eles estariam e, mais, o quanto gostariam de conversar com essas pessoas. Dúvidas que muitas vezes esbarravam no desejo de fazer parte desse universo simbólico e conseguir, de fato, dialogar com esse público. *Sempre conversamos sobre isso. Tem um desejo por trás disso tudo que é um desejo de fazer novela, dialogar com as nossas mães, avós, colegas de rua*, assumiu JV.

Roy Wagner, antropólogo estadunidense, desenvolve de forma inovadora a ideia da criação da cultura pelos indivíduos. Em sua obra, “A invenção da cultura” (2010), Wagner situa as bases de sua reflexão na compreensão do modo pelo qual os homens criam a realidade em

que vivem, e de como a realidade, ela mesma, pode criar os homens que através dela se fazem existir. Diferente dos dois problemas elementares do pensamento antropológico anteriores, a universalidade do homem ou a singularidade dos indivíduos em cada contexto social, Wagner fixa como objeto central de sua análise a motivação humana. Para o autor, a motivação se impõe e se precipita a cada um desde o exterior.

Imagens, objetos e mesmo a ação e o comportamento dos outros agentes podem se converter em motivação, e dessa maneira influir nas formas de um ator pensar, agir, sentir e se posicionar no mundo. Se cada um é capaz de se motivar através de estímulos externos, será capaz também de motivar outros agentes e assim atuarem de acordo com as interações que se dão em um determinado contexto. Em seu conjunto, as relações existentes entre as diferentes motivações e suas respectivas atuações no comportamento, no pensamento e na ação de todos sujeitos de uma dada realidade revelariam aquilo que Wagner denomina “contexto simbólico” (2017).

A invenção, assim, requer uma base de comunicação e um conjunto de associações e convenções compartilhadas que permitem que o entendimento ocorra. Essa invenção se aplica também à relação entre o antropólogo e o nativo, uma vez que o primeiro inventa uma cultura para que as práticas que observa possam ganhar inteligibilidade.

O contexto simbólico de que fala Wagner se apresenta como uma espécie de ambiente virtual, no interior do qual palavras, gestos e imagens ganhariam significação uns em função dos outros, a partir de sua associação mútua. Todavia, a despeito de uma suposta totalidade em sua aparência, um contexto simbólico jamais poderia ser delimitado de maneira exata e definitiva. Na realidade, é esperado que determinada configuração contextual de motivações possa se alterar de um momento para o outro, seja pelas transformações observadas internamente, em meio às correlações entre as diferentes motivações atualizadas pelas atitudes dos agentes, seja externamente, por conta das articulações que normalmente se estabeleceriam entre um e outros contextos simbólicos.

A análise de Wagner nos remete ao pensamento do filósofo Mikhail Bakhtin (1986), que, como Wagner, coloca ênfase na linguagem, e para quem, o homem está imbricado em seu meio social, que é constituído de vozes relacionadas às estruturas sociais e históricas. Isso mostra a natureza ideológica e social do discurso. Além disso, a figura do outro é imprescindível na construção do discurso: o eu não existe sem o outro, assim como a autoconsciência só se desenvolve através do outro. Cabe acrescentar que, para Wagner, esse encontro e estranhamento entre dois conjuntos simbólicos distintos podem se manter de duas formas diferentes – o que caracterizará como o encontro entre as “convenções da cultura” e a “dialética da invenção”.

De um lado, contextos convencionalizados que mediarão a dialética, engendrando e significando as invenções, de modo a reforçar seus padrões e consagrar suas tradições; de outro, a dialética, mediando as convenções, de modo a criar realidades mais fluidas, nas quais as invenções se consagrariam como as propulsoras do devir, agenciadoras da mudança, do movimento. E segue:

Cada um desses modos corresponde a um tipo particular de continuidade cultural, a uma concepção particular do eu, da sociedade e do mundo, e a um conjunto particular de problemas que confronta (e motiva) os inventores (WAGNER, 2017, p. 166).

Entre essas duas visões, está a possibilidade de não mais nos perguntarmos sobre uma natureza última da cultura, mas voltar nossa atenção para os usos que a constituem, seus efeitos, sua natureza criativa e as múltiplas formas que pode assumir seu funcionamento para além das representações de algo que lhe é exterior. Em resumo, numa perspectiva antropológica, temos menos a cultura como um objeto e mais como uma possibilidade de percepção de diferentes “pontos de vista”, como denomina Gonçalves (1996, p. 171).

De volta ao Norte Comum, a partir dos diferentes pontos de vista sobre a relação com a zona norte, o grupo passou a se questionar se seria ou não um *coletivo territorial*, porque, apesar de geograficamente estarem presentes nessa região, desenvolviam com ela pouca comunicação. Para Alice, o grupo não está *pensando território*, mas, sim, *territorialidades*. Para Pablo, apesar de não ser propriamente uma rede voltada à zona norte, o grupo segue tendo interesse pelos bairros esquecidos, obliterados da centralidade dos discursos que representam a cidade maravilhosa. *A gente quer ampliar a visão de um Rio*, disse ele.

Com base no que nos mostra Wagner e considerando o encontro de conjuntos simbólicos que estavam em jogo no trabalho do grupo, arrisco dizer que o grupo não se direcionava a uma determinada zona norte ou a um Rio de Janeiro específico, mas, sim, inventava esses espaços com base nas suas experiências e trocas materiais e imateriais. Essa invenção nada tem de não verdade – diferente disso, valoriza as motivações e criações humanas, como nos diz Wagner: “Essa invenção, por sua vez, faz parte do fenômeno mais geral da criatividade humana – transforma a mera pressuposição da cultura numa arte criativa” (2017, p. 37). Criatividade evidenciada pelo trabalho da rede Norte Comum e sua busca pela invenção de uma cidade que subvertesse as convenções propostas pelo Rio cidade-mercadoria e que a antropóloga encontrou ao inventar esta cultura que estudou.

## 5 POLÍTICAS DA CULTURA E CULTURA POLÍTICA

O Hotel é revolucionário enquanto resistência afirmativa, ele transforma as pessoas a partir do que elas são. E não como uma ideia externa que se impõe ao comportamento humano. Ele não vai de encontro, e sim ao encontro. É a resistência mais positiva que eu já vi, é um espaço libertador, de cuidado, de transformação.

*Edu*

Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar defendem que, na entrada do novo milênio, os parâmetros da democracia estariam em disputa através da reconfiguração das arenas políticas e seus elementos e que os movimentos sociais teriam um papel preponderante nessa transição. Eles definem esses elementos como sendo “seus participantes, instituições, processos, agenda e campo de ação” (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2000, p. 15). Diante da economia de mercado e do conseqüente encolhimento do Estado, a sociedade civil passou a ter que buscar outras formas de lidar com as questões públicas a partir da agenda neoliberal imposta pela globalização do novo milênio. Os interesses sociais foram remodelados, mudaram sua representação e novas esferas públicas foram estabelecidas. Dessa forma, os movimentos sociais não apenas intervieram e estipularam novas pautas para as políticas públicas, como redefiniram conceitos como representação, participação e cidadania.

Considerando a cultura como concepção de mundo e o repertório de significados integrados nas práticas sociais, como vimos, não se pode deixar de ter em conta os dispositivos de poder que integram essas práticas. Por outro lado, esses mecanismos não se desenvolveriam sem uma dimensão cultural ativa, na medida em que ela produz, externaliza e distribui esses significados. Com base nos Estudos Culturais, os autores citados acima buscam compreender o processo pelo qual o cultural se torna político, já que os deslocamentos de poder se expressam no conjunto de significados compreendido na cultura, que, por sua vez, delinea a experiência social e configura as relações. Os Estudos Culturais são relevantes neste trabalho uma vez que consideram a cultura não só como modo de vida/conjunto de significados, mas também como uma gama de práticas culturais que incluem formas artísticas e textuais.

Os autores iniciam a obra referenciada definindo dois conceitos-chave para a compreensão das experiências ocorridas da América Latina, as quais relatam na sequência. O primeiro, “política cultural”, considera os mecanismos utilizados pelos movimentos para desafiar aspectos culturais dominantes e criar novos significados para a política. “As políticas



culturais determinam fundamentalmente os significados das práticas sociais e, além disso, quais grupos têm o poder para definir esses significados” (JORDAN; WEEDON apud ALVAREZ, p. 22). Todos os movimentos sociais colocam em prática uma política cultural através das diferentes identidades e estratégias coletivas que assumem – é o que demonstra o livro. A ideia de “política cultural” no senso comum latino-americano também representa as políticas que o Estado elabora e desempenha no campo da cultura. Esses dois sentidos estão presentes neste capítulo.

O segundo conceito, “cultura política”, aborda o complexo de concepções políticas de uma determinada realidade. No caso, na América Latina, a cultura política estaria vinculada a um formato forjado a partir dos modelos da Europa e dos EUA, de propriedades oligárquicas, autoritárias, individualistas e racionalistas, marcada pelo personalismo, clientelismo, paternalismo e pela hibridização entre as esferas pública e privada. Os movimentos sociais, portanto, além de intervirem nos debates políticos, dariam novos significados às interpretações culturais dominantes, reconceituando o político.

Neste quinto e último capítulo, este apartado pretende refletir, a partir desses dois conceitos, sobre os sentidos e, principalmente, as práticas materiais do que o Norte Comum considera política. Sua “política cultural” inclui, além da arte e da cultura, como vimos, a anti-institucionalidade, o questionamento à representação e a ação direta no cotidiano. Essa maneira de “fazer política” – digo “fazer” pelo caráter prático que possui – centra-se sobretudo nos acontecimentos do dia a dia e nas formas de vivê-los e narrá-los. É um modo de atuação que considera como central a vida das pessoas comuns, seus percursos na cidade, modos de sobrevivência, lugares de lazer, momentos de sociabilidade, enfim, detalhes diminutos e rotineiros das pessoas e principalmente das escolhas que direcionam sua rotina. Podemos dizer, assim, que estamos inseridos no que é conceituado por alguns autores como “micropolítica”<sup>91</sup>.

Na primeira parte do capítulo, conhecemos as “variações” – conforme mencionado na introdução – dos sentidos de política para o grupo e duas dimensões que mais se destacam nesse âmbito, que denominei “questionamento à representação” e “anti-institucionalidade”. Esses dois termos abordam as contradições e os desafios nas relações entre o grupo, as instituições

---

<sup>91</sup> Quando penso em micropolítica, não estou apenas me detendo a uma política realizada no espaço e no tempo do cotidiano, como mostra Foucault (1979) ao revelar que o poder não está apenas nas organizações do governo ou em grandes corporações, mas nas relações humanas. Considero também, como em Deleuze e Guattari (1996), aspectos invisíveis – para além das formas visíveis da macropolítica –, tais como campos de força, desejos, afetos e os processos de “subjetivação” e “singularidade”. Nesta análise, não há uma oposição entre a macro e a micropolítica, mas um constante entrecruzamento entre elas, para cujos processos de captura e destruição devemos atentar. “A questão micropolítica é como reproduzimos (ou não) os modos de subjetividade dominante” (GUATTARI; ROLNIK, 1996, p. 133).

formais públicas e privadas – que não se esgotam na política e atingem as instituições de uma forma geral, como veremos – e os partidos políticos. O tema da política partidária, que está no centro da atual crise de representatividade política, atravessou o trabalho em momentos progressos, mas no texto a seguir será apresentado com mais detalhes.

Dando sequência a esta primeira parte, examino aspectos importantes sobre o ativismo urbano contemporâneo em geral, e do Norte Comum em especial, que engloba formas de fazer política que, de certa maneira, deram novos contornos e cores à cultura política do Brasil na última década – com destaque para os sentidos que foram movimentados nas Jornadas de 2013.

Em termos da segunda dimensão das “políticas de cultura”, busco refletir sobre as políticas públicas voltadas a esse setor: suas implicações, possibilidades e limitações. Destaco também alguns aspectos sobre as políticas voltadas à juventude, que caminham próximo às de cultura e também se conectam à ação do NC. No âmbito nacional, começo minha reflexão pela gestão do ministro da cultura Gilberto Gil, iniciada em 2003, e sua política dos Pontos de Cultura, muito citada e elogiada por produtores culturais e integrantes de coletivos. Aproximando-me do cenário local, no município do Rio, tenho como ponto central o segundo e último mandato do prefeito Eduardo Paes (2012-2016), por englobar os anos da realização dos eventos esportivos na cidade, bem como o impacto nas ações realizadas por grupos coletivos.

Por último, situo a questão da cultura de rua no Rio de Janeiro e as conquistas que alcançou nas últimas décadas, bem como as dificuldades que atravessou no período de Paes e que seguem se agravando no mandato do atual prefeito Marcelo Crivella, iniciado em 2017 e em andamento até o fechamento deste trabalho.

### **5.1 O trabalho do Norte Comum é político?**

A pergunta acima, feita por mim aos integrantes do Norte Comum e seguida, na maior parte das vezes, pela minha indagação a eles “E, para você, o que é política?”, obteve uma diversidade inesperada de respostas. Eu presumia que o espectro político do grupo incluísse a busca por ações autônomas e o repúdio aos partidos políticos tradicionais, mas foi surpreendente conhecer as nuances das suas variações políticas. O termo possui uma grande abrangência para a rede e se conecta a questões não apenas de natureza ideológica e prática, mas a substâncias relacionais cotidianas da ordem subjetiva das emoções, dos afetos e da espiritualidade.

Para começar, a política para o grupo tem início pelas escolhas que realizam. Segundo eles, há muitos caminhos pelos quais se pode decidir seguir para viver, trabalhar, se relacionar e militar, e escolher um deles representa uma questão política. Cabe uma menção aqui, ainda que não aprofundada, de que a possibilidade de se fazer determinadas escolhas muitas vezes representa um privilégio de um grupo minoritário de pessoas pertencentes às classes média e alta, brancas e, na sua maioria, homens, em oposição à maioria da população brasileira que não detém ou encontra poucas probabilidades de fazer escolhas em seu cotidiano. Esse segundo grupo, além de ter acesso a uma gama reduzida de opções, vê sobre ela incidir um julgamento moral que limita ainda mais suas alternativas. Digo isso, acima de tudo, para tornar clara a existência de dois processos diferentes: o de fazer política e o de garantir a sobrevivência, e minha busca por compreender como eles se interpenetram.

Voltando ao Norte, as seleções que dão corpo ao fazer político da rede, além de terem definido a cidade como foco principal de ação, foram atravessadas por processos decisórios cujas escolhas se orientaram a questionar e muitas vezes desafiar o sistema capitalista, como vimos nos capítulos anteriores.

*[Política] é uma escolha de atuar na cidade, trabalhar, uma forma de estar com o outro. Como você tá fazendo isso é uma forma de fazer política. Porque eu tô trabalhando com a galera e não numa empresa, é política,* defendeu Marcell, que esclareceu que simplesmente estar na rua pode não significar fazer política, pois não seria algo tão arbitrário como *pegar uma rua ao invés de outra*, em uma hipérbole sobre como podem pensar aqueles que já vivenciaram ou pesquisaram sobre a relação entre política e cultura de rua. Para Marcell, ter *uma outra forma de ver a cidade*, bem como optar por discutir e fazer algo por ela são o que constrói o sentido político do seu trabalho.

A política existente na opção do grupo por realizar atividades culturais na cidade não se esgota no questionamento social e urbano que contém, mas se estende no lucro, que não priorizavam como objetivo, e na forma como situavam os integrantes sempre em um limiar financeiro, produzindo diversas implicações pessoais e profissionais, como vimos. Portanto, eleger esse posicionamento, bem como manter-se nele eram atitudes extremamente políticas, na opinião do grupo.

Nesse sistema econômico difícil de sobreviver – principalmente quando se é pobre e negro/a –, não se render a uma atividade que o realmente para, no lugar disso, trabalhar com pessoas com quem se tem identificação ideológica, procurando, através desse trabalho, conhecer a história de vida pessoal e dos demais, refletir sobre o lugar de onde se vem e qual o papel social a ser exercido para a transformação social de onde se vive, tanto para seus

integrantes como para o público do seu trabalho, era uma alternativa política que muitas vezes resultava utópica e extremamente dura aos integrantes do Norte.

Apesar disso, a opção por não trabalhar para o mercado e oferecer os recursos físicos e intelectuais ao Norte, apesar de árduo, foi uma escolha da qual ninguém se arrependia, mas, pelo contrário, todos se orgulhavam, pois entre outras coisas sentiam-se dessa forma fazendo política. Porque *[o trabalho] não é para o mercado. Eu não ganho um real, eu devotei ele. Não quero esse trabalho, eu dei ele pro Norte, eu me dei também. Não me abalei nessa decisão*, declarou Carlos.

A resistência a trabalhar para o sistema os rendeu muitas críticas externas e a caracterização de que eram *blindados*. Como apontou o mais velho dos irmãos Meijueiro, *o NC foi chamado de blindado, porque a gente não fechava com qualquer filho da puta. Veio dondoca propor mediação cultural em favela. A gente disse mais 'não' do que 'sim'. Isso é muita política pra quem é pobre. A galera é ponta firme na negação do trabalho maquínico*. A declaração de Carlos se apoia sobre diferentes sentidos do que pode ser considerado autonomia e de como a construção desse processo afeta de maneira heterogênea a vida de pessoas de classes diferentes.

A rejeição a determinados trabalhos por questões ideológicas era incorporada de forma inquietante dentro do grupo. Havia uma tensão constante entre aceitar determinadas parcerias politicamente dissonantes e a falta material que se impunha de forma inexorável, a variar conforme o nível de desaprovação do(a) parceiro(a) e o grau de imprescindibilidade do recurso. Este último se modificava ainda de acordo com as necessidades pessoais de cada um, pois como vimos no capítulo 2, elas eram de intensidades diversas. As moralidades que costumam se fazer presentes nesses processos, interna e externamente, também atuavam nessa montanha-russa de desejos, valores e demandas. A maioria tendia a optar por não receber dinheiro de pessoas e instituições de cujos posicionamentos políticos discordavam, mas essa era uma equação difícil de fechar e que muitas vezes deixava melindres pelo caminho.

Rejeitar determinados trabalhos e, por isso, privar-se de receber dinheiro era uma escolha por vezes visível e fácil de ser identificada externamente. Porém, havia ainda uma opção subjacente a essa, que não se manifestava tão claramente, mas que igualmente representava uma forma de resistir à dinâmica do capital. Conforme mencionado no capítulo 2, havia em Benfica um esforço para que o trabalho e a convivência entre o grupo propositadamente não acompanhassem o ritmo frenético das cidades contemporâneas. A casa proporcionava uma *desaceleração*, que o grupo valorizava e alimentava, por acreditar ser

também uma forma de (re)existir. Uma forma de vida que poderia se conectar à ideia dos “homens lentos”, de Milton Santos (1994), como Carlos uma vez comentou.

A elaboração de Santos versa sobre a “lentidão” como forma de resistência à velocidade acelerada, característica da temporalidade hegemônica. O geógrafo faz uma crítica ao elogio da velocidade como elemento característico da vida nas grandes cidades, de forma que vai ao encontro da crítica dos integrantes do Norte:

A literatura que glorifica a potência inclui a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo. Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes (SANTOS, 1994, p. 41).

Em meio à aceleração do desenvolvimento das grandes cidades, o autor considera que (re)existe uma “nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pelos tempos rápidos da competitividade” (SANTOS, 1994, p. 42). Essa escolha por uma forma “lenta” de existência foi traduzida pela rede como uma *política engajada* e uma *forma de viver*, segundo Carlos.

A política do NC caminhava junto às pessoas e às relações estabelecidas com quem estava próximo, física e emocionalmente. Era com as pessoas amigas, em quem se tinha confiança, respeito e admiração e, sobretudo, com aquelas que estavam ao alcance da convivência e do impacto das ações possíveis a serem realizadas de forma simples e autônoma, que a política podia ser organizada e colocada em prática. *A coisa mais política que tem (...) é pensar em quem tá próximo, quem tá do lado, e viver essa experiência com o próximo. Os passos que o mundo tem feito são de amassar o próximo e não de abraçar o próximo*, disse Pablo chamando atenção para a busca que efetivavam de atuar na contramão dos valores e comportamentos individualistas e egoístas comuns à modernidade.

Esse cultivo da solidariedade na relação com o próximo propiciava energia e fôlego aos participantes. *Você cria esperança no teu dia a dia, em quem te envolve, no teu entorno, nisso a união desse grupo era muito empolgante*, animou-se Jonas, ao me contar. Como expressou Alice, o trabalho da rede não era político no sentido *tradicional*, mas acontecia sobretudo porque *as pessoas estão entregues, são relações, a gente tá tentando se entender e entender a nossa volta*. O sentido tradicional que mencionou Alice se relacionava diretamente ao Estado burocrático, suas instituições e os partidos políticos, como veremos adiante.

Outro aspecto central do fazer político do grupo dizia respeito ao caráter prático e não teórico ou demagógico, condições presentes em muitas abordagens políticas. Seu intuito principal era ser prático. *Mais prático do que teórico*, afirmou Carlos. Além disso, essa

praticidade possuía uma estreita ligação com a iniciativa de atuar diretamente naquilo que eles achavam que podiam modificar ao invés de se acomodarem e esperarem que outra pessoa o fizesse. *[O trabalho do NC] é política, porque é ativo. Se você tá sendo ativo, você tá sendo político, digo ativo pra sua vida e pra vida de outras pessoas. Então, é político. Eu digo ativo feito por necessidade de alguma coisa, talvez necessidade de mudança, e também tem uma coisa de articulação, com mais pessoas*, disse Gê.

Fazer política significava, portanto, estar ativo, realizar, propor, produzir, enfim, ter a iniciativa de se movimentar para executar, sem esperar que alguém realizasse em seu lugar. Esse exercício pragmático deveria ir além do debate de ideias, ainda que isso também estivesse presente no dia a dia do grupo, como foi abordado anteriormente. A fala de Gê aponta para uma execução direta da política, efetivada pelos cidadãos comuns, sem a mediação de um político profissional ou gestor público que necessite ser eleito para exercer tal função.

Essa ação direta se configurava não apenas pela iniciativa proativa de cada um, como pela autonomia de se fazer *o que bem entende*, sem que para isso se paralisasse diante de obstáculos de ordem material ou legal e, principalmente, sem a necessidade de se *vender*, ou seja, de estabelecer parcerias com governos ou empresas que atuassem de forma antagônica aos objetivos do grupo. O trabalho do Norte buscava assim ter impacto político e na autonomia dos sujeitos através do aprendizado e da execução daquilo que eles possuíam interesse em fazer. *Todas as minhas urgências políticas [eu] conseguia extravasar ali, é um canal de expressão política*, disse Carlos e, como resumiu Pablo, essa busca política significava *ser real, vivo, ser amigo, com amor de verdade, sem ser vendido*.

A opinião de que o trabalho do Norte era político era compartilhada entre todos seus integrantes, porém, recebeu críticas de um deles. O desafio político, social e econômico ao capitalismo materializado na forma de tentar fazer diferente do Norte Comum, apesar de corajoso, não parecia suficiente à Felipe Nunes. Para Felipe, a política da rede ainda estaria dentro de um campo muito específico que respondia a uma política *higienizada*. O integrante que abordou em tom crítico o racismo, como vimos, se sentia insatisfeito com o modo do grupo fazer política.

Segundo ele, a política do Norte estaria muito limitada a um campo específico, pois propunha estabelecer diálogo com e sobre um território privilegiado da zona norte, que tinha como base uma linguagem muito imersa nos valores da classe média branca. Ainda que a rede falasse sobre uma região empobrecida da cidade, essa área não seria uniforme e nela existiriam diferentes classes sociais. Como vimos no capítulo anterior, a zona norte é dividida em áreas administrativas, compostas por vários bairros, as quais possuem nível de renda e qualidade de

vida significativamente diferentes entre si. Para o integrante, o NC estaria se dirigindo às áreas mais próximas ao centro e de maior poder aquisitivo e não teria penetração nas zonas 2 e 3. *Não tem esse alcance, os jovens da Penha já fazem slam, querem rima. (...) É uma política muito parecida com a esquerda branca aqui do Rio*, disse ele, estabelecendo uma comparação com a baixa presença que a esquerda carioca possuiria nas áreas mais pobres da cidade.

A “esquerda”, portanto, não seria unívoca e adquiriria particularidades locais a partir de recortes de classe, raça e território. Por essa razão, a forma de fazer política preocupada com questões sociais da zona norte, como é o caso do Norte Comum, poderia ser considerada referência para a esquerda da zona sul, porém seria vista como distanciada pela zona oeste de Felipe, pois em pouco ou em nada a representaria. Sendo de Bangu, ele percebia a política da rede como pouco crítica, *tipo nada, boba e ingênua*, pois, assim me pareceu, a mesma não questionaria os problemas que estão na raiz do sistema capitalista escravista e patriarcal brasileiro. *Parece uma política de jovens de classe média, pô, ninguém ali é mais jovem*, disse ele referindo-se à múltipla identidade geracional do grupo. As críticas de Felipe se dirigiam a questões de classe, idade, mas também de raça na relação com a política, complementando as observações feitas por ele sobre a *branquitude* do grupo, registradas no capítulo 2. Não observei no campo desdobramentos sobre esse assunto, no entanto, em minha entrevista com Felipe, esse tema surgiu inúmeras vezes, sem que eu tivesse, contudo, oportunidade de conhecer o posicionamento dos demais integrantes sobre o tema.

Apesar das diferenças na forma de ver e executar a política dentro do grupo, todos concordavam que a política institucional não os representava e não respondia aos seus anseios, como veremos a seguir. Era unânime a falta de crença na política representativa das instituições e, em grande parte devido a essa incredulidade, muitos integrantes buscaram desde muito jovens outras formas de exercício político.

### 5.1.1 É algo que a gente se representa e bota a cara

Este subtítulo versa sobre a dimensão do fazer político da rede que denominei acima de “questionamento à representação”.

Era 3 de outubro de 2016, dia seguinte ao resultado do primeiro turno das eleições para prefeito do Rio de Janeiro. O desfecho da votação levou o candidato de esquerda do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), Marcelo Freixo, ao segundo turno, junto a Marcello Crivella, que acabou vencendo o pleito. Em Benfica, esse foi o principal assunto do dia. Havia diversas razões para estarmos todos surpreendidos. A principal delas foi o resultado para o Executivo

municipal do candidato da esquerda após uma árdua campanha eleitoral, o que se refletiu em uma pequena margem de diferença em relação ao terceiro candidato (2,14%). Isso já seria o bastante. Mas a mesma cidade que levou Freixo ao segundo turno, insolitamente deu a vitória, em segundo lugar da Câmara, para o vereador Carlos Bolsonaro, político da extrema direita.

Entre outros resultados inesperados, um dos mais comemorados pelo Norte foi a queda do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB, atual MDB), que havia estado no comando da cidade pelos oito anos anteriores. A derrota do PMDB significava a saída de um quadro numeroso de funcionários do setor de cultura que assessorou a criação de políticas e desempenhou um modo de gestão com as quais o grupo não concordava. *Foi histórico derrubar o PMDB*, alguém comentou com entusiasmo.

A comemoração pela saída do PMDB da política municipal foi seguida por um debate caloroso sobre quais seriam ou deveriam ser as estratégias de Freixo para garantir a vitória no segundo turno. Em meio às sugestões de cada um e ao levantamento das prováveis causas para o resultado obtido pelo candidato, a conversa foi se aproximando do trabalho da rede e da possibilidade deles se organizarem para apoiar a campanha de Freixo no segundo turno, algo que já haviam feito no passado quando o político era deputado estadual. *Vocês estão interessados em ajudar [na campanha da esquerda]? Coletiva ou individualmente?*, perguntou Carlos em voz alta.

Como resposta, apenas uma pessoa se declarou contra o apoio, as demais não se manifestaram e seguiram debatendo criticamente e calorosamente a política contemporânea. Entre os assuntos, era possível identificar: a estratégia marqueteira que tomou conta das campanhas políticas, a forma elitista da esquerda e a consequente (ou não) falta de penetração nos bairros pobres, as propostas e a falta de propostas de Freixo, a institucionalização exagerada e a perda dos objetivos iniciais do PSOL, entre outros temas.

*As propostas são difusas, não tem verdade. Os candidatos jogam com argumentos falsos e números. Mas o que na realidade tem “por trás dos números”? Quais as reais intenções?*, perguntou repentinamente Gabi, calada desde o início do debate. Carlos levantou a possibilidade de aquele ser o momento de ajudar Freixo a entrar, tentar construir algo junto, nem que fosse para depois criticá-lo e às incoerências do PSOL. Ele assumiu que não tem vontade nenhuma de *participar da festa da política*, mas gostaria que entrasse alguém que o animasse a participar da construção de algo novo. *Pensar projetos que atinjam mais gente e ao mesmo tempo propor debates sobre outros tipos de política*, vislumbrou ele.

Em meio à polêmica, alguém perguntou: *Quem é que está fazendo uma política nova?* *A esquerda é que não está*, respondeu JV. Quem chegava, se incorporava ao debate. A conversa



voltou a esquentar. Eu também participei das críticas à política, ao Freixo, ao PSOL. Carlos voltou à pergunta: *E aí, o que que a gente vai fazer?*

Ao invés de uma resposta, seguiu-se uma nova rodada de comentários contra e a favor do PSOL, recheada de críticas à política institucional. *É doido o PSOL dizer que está fazendo uma nova política. Pena não termos um ‘Podemos’ aqui*, comentou um. *O Podemos também é partido*, respondeu outro. *Mas tem mais militância*, retrucou um terceiro. *O PSOL cresceu porque ninguém aguenta mais a política clássica, dos grandes partidos*, argumentou um quarto. *Há uma crise de linguagem. A direita cria pós-verdades, nomes para enterrar determinadas ideias e conceitos*, opinou JV, que seguiu analisando essa dimensão simbólica, afirmando que a direita já trabalha com desejos, enquanto a esquerda ainda está no campo materialista. Gabi concordou, dizendo que a esquerda precisa encontrar novas formas, porque o capitalismo se pulveriza, está cada vez mais flexível e coopta tudo. *O que me incomoda é a ‘esquerda pura’, essa militância que acredita em pureza, a maioria não precisa de dinheiro. Patrulha moral de esquerda. O dia a dia não é só em quatro anos. PC do B e PSTU resumem essa pureza. Ideia partidária, europeia, iluminista*, criticou de forma contundente JV, complexificando ainda mais as relações entre política e dinheiro.

O debate seguiu forte pelas horas seguintes, quando, além de continuar com argumentos sobre a política atual, o grupo mencionou o coletivo Fora do Eixo e a forma condescendente com a qual estavam trabalhando para quase todos os partidos (com exceção do PMDB e PSDB). Por um momento, a conversa se voltou às tarefas sobre o vídeo que estavam fazendo sobre o Hotel da Loucura e o debate sobre política se dissipou, sem que chegassem a uma conclusão sobre a participação na campanha do Freixo, como coletivo ou indivíduos.

Se não foi possível concluir como e se haveria envolvimento do grupo na campanha eleitoral (nem mesmo entre eles), ficaram claros os dilemas e as discordâncias com a política institucional realizada pelos partidos políticos e o questionamento à representação que fazem dos interesses da sociedade. Essa insatisfação era uma das principais razões que levava o Norte Comum a buscar atuar diretamente na política, *a botar a cara*, como a fala de Fernanda que dá título a esta subseção.

Em outros dias na casa e em nossas entrevistas, essas insatisfações vieram à tona diversas vezes. As divergências com os partidos políticos passavam por diversas gradações. Elas não diziam respeito somente aos partidos atuais – que, me parece, perderam muita credibilidade, especialmente da juventude, com o declínio da imagem do Partido dos Trabalhadores –, mas à desconfiança do formato de “partido” em si. Para eles, essa maneira de fazer política era considerada *antiga* e estaria cada vez mais distante do cotidiano das pessoas

comuns, que não se sentiam representadas por ela. Como disse Caíque, uma das maiores razões da *imbecilização* da política institucional é a *falta de encontro*.

O aumento da distância entre os partidos e a sociedade evidenciou a falta de atendimento às verdadeiras necessidades das pessoas para as quais eles governam. Essa distância, aliada à corrupção impulsionada pelo presidencialismo de coalizão e suas alianças, provocou a perda da confiança de muitos cidadãos nesse sistema que não atende aos seus anseios. Essa espécie de “tomada de consciência” ficou evidente nas Jornadas de Junho de 2013 e veio se aprofundando nas últimas eleições presidenciais, em que partidos novos e desconhecidos venceram os que estavam há anos na política. As figuras dos políticos ultrapassaram os partidos, que perderam a credibilidade nacionalmente. *Não atravessa o micro*, disse Carlos sobre a lógica partidária.

Apesar de escolher atuar no cotidiano, o Norte Comum assumia que as instâncias micropolíticas não estão dissociadas da macropolítica e vice-versa, sendo inclusive difícil saber onde uma começa e a outra termina, tão extenso e tortuoso pode ser o entrelaçamento entre as duas. Ainda que o grupo se sentisse disposto a fazer política pública ao invés de discuti-la, como situaram sua atuação no Hotel da Loucura, por vezes, era difícil para eles saber onde exatamente seu trabalho estava interferindo. Como disse JV, *a parada que uniu a galera, que são discussões políticas, estruturais. Sempre que sejam a partir de ações no micro, são estruturas macro de organização*. A confluência entre essas duas instâncias me remeteu a uma elaboração de Deleuze a respeito da abordagem do conceito de “microfísica” por Foucault. Diz ele:

Com a condição de não entendermos ‘micro’ como uma simples miniaturização das formas visíveis ou enunciáveis, mas como um outro domínio, um novo tipo de relações, uma dimensão de pensamento irreduzível ao saber: ligações móveis e não localizáveis (DELEUZE, 1988, p. 82).

Um exemplo dessa interpenetração macro-micro foi o apoio público que a rede se sentiu impelida a declarar à Marcelo Freixo nas eleições para prefeito de 2012, quando, antes mesmo de se reeleger, ainda no primeiro turno, o candidato de oposição Eduardo Paes recebeu o apoio de 331 representantes da cultura do Rio de Janeiro que assinaram seus nomes embaixo do projeto político do então prefeito. O referido documento, intitulado “Por um Rio mais justo, humano e feliz para todos – um manifesto de apoio de profissionais da cultura ao prefeito Eduardo Paes”, recolheu apoio para a coligação “Somos um Rio” e na lista havia nomes que compunham o cenário hegemônico cultural à época, como celebridades globais, gestores, políticos, intelectuais, artistas, cineastas e outros representantes da classe cultural carioca ou das pessoas que viviam e lucravam da distribuição dos produtos culturais. O Norte Comum fez

questão de declarar publicamente apoio a Freixo para demonstrar que não fazia parte desse grupo hegemônico e, por conseguinte, não estava de acordo com a política cultural de Paes.

Outro exemplo foi a tentativa de alguns integrantes no Norte nos últimos anos de se aproximarem de partidos de esquerda. Os relatos, porém, são de falta de identificação e fadiga com esse formato de organização e ação. Como relatou Alice, *logo enchi o saco. A proposta, as dinâmicas, os atravessamentos não me interessam, não me sinto plena, acho mais chato que legal. Era um nível muito maçante*. Essa forma considerada antiquada não os atraía também pela disputa acirrada que se coloca no âmago de atuação dos partidos. A competitividade que existe no centro dessas organizações não interessava a um coletivo de pessoas que buscava justamente a colaboração e a não competitividade. Ao invés da vitória de uns sobre os outros, como é o caso dos partidos, o grupo acreditava na cooperação que soma e agrega em experiências e ações.

Apesar da falta de afinidade e da dificuldade de se envolver em eleições – muitos não votaram em edições passadas –, os participantes não eram contrários à existência dos partidos, mas, ao contrário, os viam como uma complementariedade. *Pode ter outra forma de fazer política, acho que as coisas não precisam ser totalizantes. As coisas não são contínuas, temos múltiplos espaços, múltiplas esferas, elas se tensionam, mas não para se transformarem em outras. É uma disjunção, elas vão se entendendo*, complementou Alice, que declarou ainda compreender a atuação da política institucional ou de formas de organização civil tradicionais, como ONGs, mas assumiu que se sente mais à vontade atuando em outras esferas. Da mesma forma, JV fez um comentário, perguntando-se ademais sobre a qualidade dessas ações. *A gente entende que esses caminhos podem coexistir (...). A gente entende, votar é contabilizado. Mas e qualitativamente...? Qualidade da coisa que você quer colocar no mundo...?*, declarou, negativamente reticente, assumindo que antes tinha resistência aos partidos por desconhecimento, mas hoje se afastou por discordâncias mesmo.

Por fim, o formato partido era visto ainda como um tipo de organização coletiva que possuía um objetivo bem estabelecido e a partir dele desenvolvia uma trajetória para alcançá-lo, movimento muito diferente do Norte Comum, que vivenciava as situações cambiantes do cotidiano e, com base nelas, construía suas ações.

### 5.1.2 A anti-institucionalidade

Além do questionamento à representação, outro aspecto muito presente no pensar e fazer político da rede era o que chamei de “anti-institucionalidade”. Não foram poucas as vezes

que ouvi seus participantes comentarem sobre a dificuldade que possuíam em lidar com as instituições e os processos típicos da institucionalidade. Isso significava não apenas o sacrifício em buscar decifrar a ilegibilidade própria das organizações públicas e privadas, sua burocracia e irracionalidade, mas sobretudo a descrença em seu modelo de organização e funcionamento, vistas por eles como mecanismos de controle e administração do poder pelo Estado, como mostrou Weber (2004), além de uma dinâmica capitalista de gestão do tempo da vida.

Conforme observamos no capítulo 2, o próprio grupo tinha muito receio em se transformar em uma instituição formal e assim dissipar a espontaneidade de suas criações, perdendo-se em processos e objetivos protocolares e financeiros que os distanciariam de seus anseios criativos e transformadores. Apesar disso, as relações complexas e por vezes conflituosas que mantiveram com as instituições ao longo de sua trajetória abriram brechas para entendimentos, ampliações e reformulações na forma de ver e organizar o trabalho do grupo, como também vimos em capítulos passados.

Para a maioria dos integrantes do NC, a dificuldade de se relacionar com as organizações começou bem cedo, ainda na escola. Quase todos, ao me relatarem suas histórias de vida, contaram sobre o desconforto, a insatisfação e o inconveniente de lidar com as normas e a doutrina pedagógica escolar. O descontentamento com o sistema educacional quase levou alguns a desistirem de seguir adiante a rotina dessas instituições, como foi o caso de Carlos e Pablo, que mudaram de colégio diversas vezes. A escola era vista pelos irmãos como uma perda de tempo, pois não se interessavam pelos assuntos que eram lecionados, tampouco pelos professores, e não aceitavam se render à subordinação imposta pelas regras comportamentais. Em alguns lugares, os colegas chegaram a ser um estímulo para frequentar as aulas, mas a falta de identificação com o que era ensinado e a ausência de proximidade pessoal com as disciplinas – o que resultava na dificuldade de compreendê-las e, conseqüentemente, no sacrifício para serem aprovados – os desmotivavam a terminar os estudos, concluídos apenas com muita dificuldade.

Essa falta de interesse dos alunos pela escola é frequente no Brasil, que possui um sistema educativo altamente disciplinador e pouco dialógico, que impõe temas de forma arbitrária e autoritária aos estudantes, obrigando-os a memorizar conteúdos com os quais não veem correspondência e nunca utilizarão em sua realidade. Algo bem explicado pelo conceito de “educação bancária”, que nos ensinou Paulo Freire (FREIRE, 1996). Para aqueles que provêm de famílias pobres, como alguns meninos do Norte, as dificuldades de seguir os estudos é ainda maior. Além do desinteresse que o modelo escolar causa, muitos se veem, em alguns momentos, obrigados a trabalhar para garantir seu sustento, objetivo que enxergam muito

distanciado do caminho da educação formal. A escola é percebida como uma caminhada árdua e impossível de ser percorrida e concluída em muitas famílias pobres brasileiras, que possuem a urgência da sobrevivência cotidiana.

O incômodo com o modelo das instituições, assim como a dificuldade de conciliar trabalho e estudos seguiram pela universidade. A relação com a academia sempre foi vista como um “mal necessário”, algo que, se por um lado, ampliava a mente, as formas de enxergar o mundo e as relações, formando redes, e quiçá aumentando as chances de empregabilidade; por outro, os submetia à hierarquia, ao elitismo e ao racismo de um sistema feito apenas para uma classe privilegiada.

Além disso, como na escola, a maioria acreditava que a universidade não fomentava o pensamento crítico e a ação para a mudança como poderia, ignorando em grande medida seu papel público de agente de transformação social, ao mesmo tempo que fortalecia o modelo meritocrático de sociedade. O grupo acreditava que a produção de conhecimento precisava passar por outros ambientes e ser construída por outros processos que não apenas o empregado nas universidades. *Tá na hora de revirar essa intelectualidade, essa produção do conhecimento. Tá longe da micropolítica que a gente faz*, declarou Carlos.

Mas como em outros casos, a universidade teria pontos positivos, apesar da estrutura engessada, como, por exemplo, o de ser um ambiente que estimula o pensamento e a abertura de horizontes sobre o mundo. O grupo manteve, desde seu início, uma relação estreita com os professores Giuseppe Cocco e Bárbara Szaniecki da UFRJ e UERJ, respectivamente, e também da UniNômade. Os dois professores e pesquisadores eram entusiastas e incentivadores do Norte Comum e mobilizaram muitos debates e referências teóricas que deram corpo aos objetivos e pressupostos iniciais do movimento. Giuseppe também convidou o grupo a acompanhar a viagem e a participação dos autores Antônio Negri e Michael Hardt – com quem deram um *rolé de trem* – em eventos acadêmicos no Brasil, o que inspirou e foi importante no processo de fundação da rede. Além disso, o professor encontrava o grupo frequentemente para conversar sobre teorias sociais e a realidade política do Brasil, até o momento em que o Cocco passou a atuar junto à política institucional, o que causou o desinteresse dos vários integrantes pelo professor.

A relação com o governo naturalmente também era atravessada pela dimensão da anti-institucionalidade. Apesar do contato não ser frequente e da falta de interesse do grupo, essa conexão era importante na medida em que o Estado desempenha um papel fundamental em diversos processos centrais para a realização do trabalho do NC, assim como dos coletivos culturais em geral. Apesar de presente, essa ligação não se dava de forma sistematizada e

frequente, mas a partir de “encontros”, como diz Troulloit (2001), impostos pelo Estado, marcados pela abertura de editais, patrocínio de projetos, controle urbano e autorizações para a realização de eventos.

O autor identifica a presença constante do Estado no dia a dia dos indivíduos através de seus encontros com cidadãos comuns em situações aparentemente banais. Esse encontro, no entanto, não acontece sempre. Apesar de rotinizado, o Estado não está presente o tempo todo na vida das pessoas, ele aparece como um campo aberto com múltiplas fronteiras e sem fixação institucional, o que significa que precisa ser conceitualizado em diferentes níveis. O poder do Estado, portanto, não se apresenta como contínuo e estável, variando a cada momento e circunstância, o que dá um caráter situacional à sua atuação. Essa variação se expressa também nos editais, que a cada contexto político mudam seus objetivos e repertórios gramaticais.

Os editais eram o principal ponto de encontro entre o Norte e o Estado. O grupo não tinha experiência com a escrita de projetos para esses mecanismos propostos pelo governo para o fomento de projetos culturais, mas às vezes tentava participar dos processos, tidos por muitos como complexos e burocráticos. Eles sabiam que, por mais que tivessem uma ideia muito boa, se não soubessem adequá-la aos tópicos e à linguagem exigidos pelos editais, não conseguiriam obter o recurso. Essas regras eram consideradas difíceis e ilegíveis pelo NC e do mesmo modo por todos os produtores culturais com quem tive a oportunidade de conversar. O trâmite era considerado pelo Norte muito distante e desarticulado da realidade dos fazedores de cultura e do que estaria acontecendo na cidade, privilegiando sempre as mesmas pessoas e quem estivesse ligado a elas. Além disso, o dispositivo promovia a concorrência entre os diferentes produtores culturais, o que, segundo Carlos, não colaborava para construir um ambiente cultural saudável e produtivo. *Foi o que mingou a cultura. Os editais não têm que ser de premiação, competição, os pontos de cultura foram muito mais inteligentes*, opinou Carlos. Como vimos no capítulo 2, foram poucas as vezes que o grupo venceu editais e premiações públicas, tendo sido convidado para a maioria dos que participou, como os realizados no CMHO e na Funarte, nos quais não precisaram passar pelo processo seletivo.

No caso da Funarte, o grupo foi convidado para fazer a curadoria de quatro edições do projeto “Simultâneo Absoluto”, parte da iniciativa do Ministério da Cultura no Rio de Janeiro de resgatar a sala Funarte Sidney Miller, realizado no mês de novembro de 2015. Como curadores, a rede optou por eleger “movimentos artísticos que contassem a história da cidade através de suas vertentes”, incluindo diferentes gêneros musicais, linguagem audiovisual, processo criativo, entre outros. Para isso, definiu quatro temáticas a serem inter cruzadas nos dias de evento, a saber: instrumental, *funk*, *rap* e samba. O objetivo, segundo eles, foi o de

“propor um diálogo para troca de experiências e ideias, a fim de criar uma ponte entre a velha guarda e o contemporâneo. Além de cruzar as narrativas pessoais de cada artista com o conceito de territorialidade, cidade, ancestralidade e origem”<sup>92</sup>.

O governo era visto também como o promotor de políticas públicas que poderiam fazer a diferença e favorecer o trabalho do grupo em algumas de suas áreas de atividades. No entanto, ao invés de esperarem a atuação estatal, considerada por eles uma *ilusão*, ou de buscarem estabelecer diálogo com esses setores para o debate de políticas públicas, como fazem muitos atores sociais, o Norte preferia agir diretamente e organizar ele mesmo o que poderia ser oferecido como um serviço público. Como no caso do Hotel da Loucura, em que consideravam estar realizando uma política pública de saúde, ainda que não estivessem em debate com as instâncias públicas desse setor.

Em relação às instituições privadas, ao grupo interessava pouco estabelecer conexões com as empresas, ainda que lhes parecesse mais fácil lidar com as exigências e os interesses dessas organizações do que com os do governo. O maior risco que viam, nesse caso, era a falta de autonomia que poderia estar implícita nessas relações e no comprometimento com instituições que praticassem ações antiéticas e contrárias aos princípios sociais do grupo, como vimos no exemplo do capítulo 2.

Para concluir, podemos dizer que as instituições, em geral, eram consideradas organismos ineficientes para o Norte Comum, que acreditava ter o potencial de criar dinâmicas de funcionamento e relações diferentes das praticadas por essas entidades. Como declarou Carlos, o Norte *era um trabalho pra cair essas casas da cultura, uma escola anti-institucional. É o meu partido*. Ele disse não acreditar mais em nenhuma dessas organizações e que gostaria que todos os diretores de faculdades, reitores e gestores de espaços culturais perdessem seus postos de poder. *Nenhum deles quer fazer construção política, ninguém quer sair de onde está*, disparou ele.

## 5.2 Ativismos urbanos contemporâneos

A tomada de consciência da situação social do país, assim como o interesse pela política em sua forma ampliada se deram por caminhos muito diferentes para os integrantes do Norte. Desde muito jovens, eles não se interessaram por formatos mais conhecidos de militância, como

---

<sup>92</sup> Textos sobre os eventos retirados de: <<https://www.facebook.com/events/1243519065674997/>>. Último acesso em: 30 mar. 2019.

o movimento estudantil no ensino médio ou o centro acadêmico na faculdade, pois lhes pareciam uma atividade de pouca ação, com uma *galera roda presa*, algo que *não andava*.

Houve momentos em que se sentiram mobilizados a fazer algo para mudar a realidade e chegaram a estar presentes em algumas das reuniões desses agrupamentos, mas nunca conseguiram se sentir de fato envolvidos. Para além do excessivo tempo gasto em discussões, muitos desses movimentos estudantis eram próximos de partidos políticos com quem desenvolviam alianças, o que desagradava os membros da rede. *Essa galera [de grêmios e partidos dentro da universidade] não se identifica com as pessoas que estão ali, mas se identifica como o único caminho viável. Acha que só pela estrutura se muda. Uma ideia que aquele é o caminho que as pessoas seguem: 'Temos que disputar esse espaço'*, revelou JV, que contou já ter comparecido a reuniões desses movimentos. Gabi também teve algumas experiências similares durante a escola: *Achava que faltava atualidade, ação, "E aí, vamo botar a cara?"*, perguntou Gabi, coincidindo com a expressão anterior mencionada por Fernanda.

Em outros casos, como o dos irmãos Meijueiro, as primeiras noções que tiveram sobre a realidade social e a política se deram pelas letras transgressoras do *punk rock*. Felipe também declarou que nunca se interessou pelos movimentos “tradicionais”, tendo sido sempre do *underground*. Já na fase adulta, alguns chegaram a participar de atos públicos, que podemos ver mais claramente como militância política, como as manifestações do MPL pelo transporte público no ano de 2011 e as ocupações de rua que ocorreram nesse mesmo ano, como vimos no primeiro capítulo.

Um maior interesse por essa forma de militância veio em 2013, com as Jornadas de Junho, quando, apesar de desconfiados com a possibilidade de transformações efetivas, muitos se sentiram mobilizados a participar dos atos contestatórios. Diversos integrantes do Norte se envolveram com os protestos, principalmente fotografando e filmando os atos e publicando o material na *internet*. Carlos observava as manifestações enquanto participava e produziu muitos textos, divulgados nas redes sociais, em revistas e em livros.

Todos reconheceram que as Jornadas foram algo inédito na vida política do país, um divisor de águas que transformou a forma de ver e debater política na sociedade, principalmente entre os jovens. Quase todos eles se sentiram atraídos a irem para as ruas, manifestarem suas insatisfações, gritarem suas reivindicações e se excitavam a cada vez que precisavam correr e se proteger da polícia. Era como sentir pela primeira vez a política pulsando no país. O fenômeno empolgou e os fez ter alguma esperança de que aquilo poderia trazer mudanças efetivas. Dudu, entretanto, disse que mesmo à época se sentia mais motivado a se manifestar



pelo seu bairro, a Penha, tendo ido por mais de uma vez fotografar a obra e as manifestações contrárias à construção da via expressa Transcarioca.

Após as Jornadas, vieram a decepção e a revolta com o governo de esquerda do PT, que, apesar de estar no comando, não aproveitou a ocasião para dar início a uma grande transformação no país. *A esquerda, quando é situação, ela não precisa de apoio popular*, afirmou Jonas, desapontado. As Jornadas de 2013, sem dúvida, foram o momento em que o Norte Comum mais se identificou com a militância declaradamente política que se dirigia em grande medida às instituições governamentais.

Muitos coletivos culturais surgiram nessa época, inspirados por e inspirando uma espécie de “tomada das ruas”, que se seguiria pelos anos seguintes, como vimos no primeiro capítulo. Como exemplos, temos o “Coletivo Mariachi”, “Projeção”, “Coletivo Peneira” (“Sarau do Escritório”), “Mídia Ninja”, “Vinhitando”, “Nada deve parecer impossível de mudar”, entre outros. Um grande impulso foi a realização do “Ocupa Lapa”, capitaneada pelo movimento “Reage artista”.

Uma interpretação possível sobre as Jornadas de 2013 fez referência a uma nova inflexão das modificações trazidas com os denominados “novos movimentos sociais” dos anos 1970 e 1980, especialmente no que se refere aos “valores, concepções da política, formas de organização e de ação coletiva” (BRINGEL, 2013, p. 23) – principalmente quando pensamos na autonomia, na crítica ao Estado e na ação coletiva menos institucionalizada. Atualmente, convivem no cenário brasileiro diversos repertórios de ação coletiva, uma multiplicidade de identidades e tipos de militâncias. Essas novas práticas se articulam no interior de movimentos já existentes, criam outros e se relacionam incorporando novas formas de organização e comunicação (GOHN; BRINGEL, 2012, p. 12).

Ao mesmo tempo, surgem novas inspirações, articulações e práticas que, ainda que não se organizem em formatos institucionais, expressam uma ativação da cidadania e uma repolitização do social. Gohn classifica os movimentos de 2013, assim como as ações das ocupações nas escolas do ensino médio, posterior às Jornadas, como “novíssimos movimentos sociais”, diferenciando-os dos clássicos (movimento pela moradia, sindicatos, associações de bairros etc.) e dos novos movimentos sociais identitários, criados no final dos anos 1970. Segundo Gohn, para os coletivos de junho de 2013 e o MPL: “Autonomia, horizontalidade e redes de solidariedade direta são seus princípios, numa trama de redes de sociabilidade que têm na contracultura e no anarco-socialismo suas matrizes discursivas” (GOHN, 2017, p. 11).

Ainda que brevemente, pareceu-me importante situar os coletivos culturais, como o Norte Comum, no debate dos movimentos sociais e na análise que a Sociologia faz sobre eles,

especialmente por sua dimensão de ação social e movimento, e por serem agrupamentos que buscam modificar a realidade social na qual estão inseridos. Apesar disso, o grupo não se autodenomina militante ou ativista, mas ainda assim me parece que a última conceituação, utilizada em maior medida pela literatura norte-americana, pode ser atribuída ao grupo, pois além de conter a dimensão da ação (*act*), foi utilizada em algumas ocasiões pelos integrantes para denominar uma ou outra das ações, consideradas, por eles, políticas.

Após as jornadas, o NC retornou ao seu exercício político cotidiano através da arte e da cultura no território, trabalho em que de fato acreditam mais. *É muito mais efetivo, a gente vê o resultado. A gente tá lá fazendo, tá acontecendo. Eu acredito mais nessa [política]*, conforme me contou Fernanda. Poucos integrantes se interessaram em participar das manifestações nos anos de 2016 e 2017 contra o *impeachment* da presidenta Dilma e a favor da saída do seu substituto, Michel Temer, tendo optado por não cancelar um evento no Hotel da Loucura no mesmo dia de uma manifestação “Fora Temer”, por considerarem seu trabalho mais efetivo e importante a médio e longo prazo do que a participação pontual em um ato com objetivos partidários.

Além das questões trazidas até aqui sobre as políticas da cultura e a cultura política, podemos dizer também que a cultura tem sido um caminho político escolhido em contextos de alta militarização e violência como um meio possível de expressão. É o que nos mostra o trabalho de Simone Gomes (2018), que busca desvelar algumas características da militância cultural em locais de violência rotinizada, comparando a zona oeste do Rio com o estado de Guerrero no México. Nos dirá Gomes:

A militância em coletivos culturais aparece para os jovens nos contextos trabalhados como uma saída menos vigiada, mas de grande importância para a discussão dos problemas vividos nessas regiões, uma maneira alternativa de falar sobre problemas relativos à violência. [...] Nessas novas formas de fazer política, mediadas pela violência, foram diversas as adaptações encontradas, individuais ou coletivas, como uma busca pela invisibilidade e, ao mesmo tempo, visibilidade em suas ações – com atos públicos, reuniões e distribuição de panfletos, por exemplo – que, sob o pretexto de algum assunto aceitável, podem introduzir discussões consideradas inaceitáveis, como as relativas à violência (2018, p. 124).

Não me deterei no assunto neste momento, pois ele não possui uma incidência direta no grupo com o qual estou trabalhando, mas pretendo explorá-lo em trabalhos a serem realizados posteriormente.

### 5.3 Políticas de cultura e para a juventude

Meus interlocutores do Norte Comum falavam muito pouco sobre as políticas públicas voltadas à área da cultura. Suas críticas e observações se dirigiam à política institucional de uma maneira ampla e generalizada, como analisei até aqui, sem que se detivessem a iniciativas ou políticas específicas. A falta desse assunto entre eles me pareceu ser um reflexo do desinteresse por se aprofundarem em leituras ou análises de resoluções governamentais, nem mesmo daquelas que se voltavam à sua principal área de interesse, a cultura.

Com exceção dos elogios de Carlos aos Pontos de Cultura, das críticas que fizeram aos gestores ligados ao PMDB do governo de Paes e das considerações negativas sobre os editais, ouvi mais sobre as políticas de cultura, tanto em nível municipal como nacional, nos eventos que contaram com a presença de produtores culturais do Rio de Janeiro, na entrevista que realizei com um deles, Júlio Barroso, e em minhas pesquisas bibliográficas e na *internet*.

Organizando os acontecimentos em ordem cronológica, começo este tópico pela política dos Pontos de Cultura iniciada no ano de 2003, na gestão do então ministro da Cultura Gilberto Gil. Valorizada por Carlos e por produtores culturais, a política foi apontada como a melhor iniciativa pública brasileira no âmbito da cultura. A proposta dos Pontos se materializou em editais públicos, tendo como foco organizações da sociedade civil em atividade há pelo menos dois anos, localizadas em áreas com pouca oferta de serviços públicos e envolvendo populações pobres ou em situação de vulnerabilidade social.

Às organizações vencedoras dos editais (que se tornavam, a partir de então, Pontos de Cultura), caberia articular e promover ações culturais locais. Para tanto, passariam a receber R\$ 5 mil mensais, por três anos, que os participantes teriam autonomia para decidir como gastar. O único elemento em comum entre todos era a aquisição de um “estúdio multimídia”, com um pequeno equipamento para edição de áudio e imagem, computadores com *software* livre, conectados à *internet* banda larga, e equipamentos para captação e edição de áudio e vídeo, como câmera, filmadora, mesa de som etc. A proposta era de que as comunidades contempladas se sentissem incentivadas tanto a produzir conteúdos digitais quanto a difundi-los pela rede (TURINO, 2009).

Os Pontos pareciam considerar a cultura mais como um processo e menos como um produto. A proposta da política, principal ação do Programa Cultura Viva do governo nacional, era em si inovadora, mas seu maior diferencial estava na concepção antropológica de cultura que a balizava. Gil, ao assumir o Ministério, declarou desejar contribuir para a transformação da cultura política brasileira ao realizar “uma espécie de ‘*do-in* antropológico’, massageando

pontos vitais, mas momentaneamente desprezados ou adormecidos, do corpo cultural do país. Enfim, para avivar o velho e atizar o novo” (GIL, 2003, *on-line*).

O principal ‘*do-in*’ do ministro foi realizado através dos Pontos de Cultura, que, para Célvio Turino, um dos seus principais elaboradores e executores, foi mais do que uma política pública, sendo um “conceito de autonomia e protagonismo sociocultural” construído “com os de baixo” para “des-silenciar” o Brasil e de forma a provocar mudanças no processo político local. Diz Turino:

É um novo protagonista, apresentando um novo olhar sobre velhos problemas. Por não ter caráter assistencialista, o Ponto não perpetua dependências; pelo contrário, abre caminho para a emancipação, que só é possível quando as pessoas, a comunidade e a sociedade se percebem enquanto sujeitos históricos (TURINO, 2009, p. 39).

O Norte Comum foi criado alguns anos depois do estabelecimento da política dos Pontos de Cultura, no entanto, sua implantação despertou não só os “pontos adormecidos”, mas o país para iniciativas de pequenos grupos produtores até então distanciados de incentivos e condições de realização de sua arte e cultura. De acordo com a proposta política, povos indígenas, periferias urbanas, jovens afastados dos centros de produção cultural e grupos de cultura popular passariam a ter condições de desenvolver seu trabalho e se potencializarem como agentes de transformação local.

Isso, em si, já poderia ter inaugurado o cultivo de um campo fértil para o surgimento do trabalho dos coletivos culturais, mas o Ministério de Gil foi além e estipulou como política de governo práticas de cultura digital, como redes de compartilhamento, amplo uso do *software* livre e códigos abertos. Ademais, estimulou uma apropriação criativa e relacional da tecnologia, promovendo encontros entre os Pontos para a troca de conhecimentos sobre usos e possibilidades de criação com o *software* livre, disseminando uma cultura de liberdade e criatividade. Tais estímulos, junto aos instrumentos que proporcionaram a conexão em rede, estimularam o surgimento de novos agentes culturais no país e foram essenciais para o surgimento dos coletivos, como, por exemplo, dos grupos ligados ao Fora do Eixo (SAVAZONI, 2014).

Para Júlio Barroso, a gestão de Gil é incomparável a outras na área de cultura no Brasil. O produtor, que também se define como ativista cultural, tem 51 anos e há 13 trabalha com produção cultural, mas mesmo antes já atuava no cenário da cultura através da empresa de áudio em que trabalhava. Sua experiência inclui a organização de eventos na cadeia, onde esteve por mais de oito anos, devido a um ato injusto de criminalização intencional realizado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro. Atualmente, Júlio atua como *freelancer* em produtoras, prestando serviços para instituições, e de forma autônoma, organizando seus próprios eventos. Em nossa

conversa, o produtor falou sobre sua história de vida, sua trajetória profissional e sua percepção sobre as políticas de cultura no Rio de Janeiro e no Brasil.

Segundo ele, após a chegada de Dilma Rousseff à presidência e a colocação em prática de seu regime de política fiscal, uma grande quantidade de verba foi retirada do Ministério da Cultura. Além disso, com a entrada da ministra Ana de Hollanda, passou-se a direcionar políticas que privilegiavam a propriedade intelectual e a Economia Criativa, iniciativas que de certa forma se contrastavam às propostas realizadas pela gestão anterior de Gil. Voltaremos a esse ponto adiante.

Após o *impeachment* de Dilma e a posse do presidente Michel Temer, a situação estrutural da cultura piorou muito. Na primeira semana de governo, o presidente decretou a extinção do Ministério da Cultura, determinação que desencadeou uma onda de protestos em todo o Brasil com a ocupação de prédios do Ministério em diversas capitais do país.

No Rio, Júlio foi um dos que abriu a porta do Palácio Capanema, sede do Ministério na cidade, para que o grupo de ativistas efetivasse a ocupação que, segundo ele, durou 77 dias. A iniciativa recebeu o apoio da classe artística e nos primeiros dias contou com a apresentação musical de vários “medalhões” da música. Apesar de o presidente ter voltado atrás no dia seguinte do início das reivindicações e recriado o Ministério, uma parte do movimento “Ocupa MinC” seguiu ativa, exigindo a saída de Temer da presidência. *A gente pode dizer que a galera da cultura que começou com o “Fora Temer”*, disse Júlio. No 77º dia de ocupação, a Polícia Federal entrou no prédio às seis horas da manhã, enquanto o grupo dormia, e de forma truculenta expulsou os ativistas, causando diversas agressões físicas. O grupo foi convidado pelo então reitor da UFRJ, Roberto Leher, a manter o movimento reunido na antiga casa de *shows* “Canecão”, pois os ativistas desejavam manter o “Fora Temer” durante a realização dos Jogos Olímpicos e faltavam apenas algumas semanas para o evento esportivo.

Atualmente, com a posse do presidente Jair Bolsonaro, a previsão é ainda pior. O Ministério, mais uma vez, foi extinto e se transformou em uma Secretaria, junto à de Desenvolvimento Social e Esportes, no recém-criado Ministério da Cidadania. Ainda em campanha, Bolsonaro já defendia a extinção do órgão, afirmando em determinada ocasião que o organismo funcionava apenas como um “centro de negociações da Lei Rouanet”<sup>93</sup>. A crítica à referida lei foi uma das principais bandeiras da campanha do candidato à presidência. De fato, a lei apresenta diversos problemas em sua formação e aplicação, como veremos, porém não

---

<sup>93</sup> Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/03/29/bolsonaro-defende-a-extincao-do-ministerio-da-cultura.htm>>. Último acesso em: 5 mar. 2019.

pelas razões apontadas por Bolsonaro e seus eleitores, que apregoam superficialmente e de forma acrítica que o governo enriquece os grandes artistas através do repasse direto de milhões de reais.

Quem atua nesse campo sabe que a política cultural do país há anos gira em torno dos incentivos fiscais, que, criados na década de 1990, passaram de mecanismos de financiamento à principal política do governo para o setor. O Estado deixou de ser o promotor central da cultura para se tornar o mediador que renuncia a sua renda (recursos provindos de impostos) e a entrega às prioridades e escolhas do mercado privado (patrocinadores). A sobreposição dos interesses de mercado aos estatais obviamente criaria uma série de problemas sociais. Como nos diz Eliane Costa, essa política “cristalizou, como era de se esperar, inúmeras distorções, desequilíbrios regionais e práticas viciadas” (COSTA, 2014, p. 27).

A ex-gestora de patrocínio da Petrobrás demonstra que só no ano de 2013, o mecenato totalizou R\$ 1,27 bilhões. Desse montante, 94,72% corresponderam à renúncia fiscal (isto é, tornaram-se deduções no imposto de renda dos patrocinadores), enquanto que o desembolso efetivo das empresas foi de apenas 5,28%. Esse último percentual, que era de 70% em 1993, veio diminuindo ano a ano, o que evidencia a falsa ideia de que a lei gera renda para a cultura. Como afirma Costa:

Tal constatação mostra a falência da ideia de que a Lei Rouanet iria injetar recursos na cena cultural: ao contrário, fica evidente que as empresas estão, cada vez mais, preferindo se concentrar nos projetos 100% incentivados, o que, na prática, significa ‘otimização tributária’, isto é, não injetar dinheiro algum (COSTA, 2014, p. 27).

O problema de se entregar a política de cultura nas mãos das empresas, que muitas vezes são estatais e de economia mista, gerando ainda mais desequilíbrio entre os recursos públicos e privados, passa ainda por questões de outra ordem. Diferente dos Pontos de Cultura, que tinham como objetivo promover iniciativas de cultura popular e grande importância local, os investimentos privados se direcionam às celebridades da indústria cultural, viciadamente alimentada sempre pelos mesmos artistas conhecidos do grande público.

Para os patrocinadores, a cultura deve oferecer lucro e, por isso, os espetáculos de massa são a forma de garantia do retorno financeiro. Como disse Júlio, *a elite econômica não quer risco, quer certeza*. Segundo ele, é muito mais provável que os empresários invistam no *show* de um/a artista facilmente comercializável do que apostar na cultura regional, que, via de regra, é mais rica e variada em suas expressões artísticas.

Essa lógica inclui ainda a preferência por eventos pontuais e lucrativos a fomentos a projetos continuados e estruturantes, fundamento que se reflete na concentração dos maiores beneficiados pela Lei Rouanet a cada ano, assim como na centralização na região Sudeste

(COSTA, 2014). Falar sobre política cultural no Brasil hoje é, portanto, antes de qualquer coisa, assumir que é o mercado privado quem define quais projetos serão e quais não serão realizados anualmente.

Antes de dar sequência a este assunto e entrar nos comentários sobre as políticas implementadas no Rio de Janeiro, gostaria de trazer uma reflexão importante sobre a cidade, que nos apresentam os trabalhos da pesquisadora Livia de Tommasi (2014; 2016). Livia inicia sua análise a partir da centralidade que a cultura ganhou nas estratégias neoliberais de governo para administrar políticas sociais brasileiras, como apontei na introdução deste trabalho. Com foco na juventude, sua pesquisa analisa o modo como historicamente a forma de ver os jovens se alternou entre eles serem um “problema social” ou os “protagonistas da transformação”. Além disso, nos últimos anos, essa faixa geracional passou a ser considerada a protagonista da administração das questões sociais, no lugar do papel que deveria ser desempenhado pelo Estado. Segundo ela, duas dimensões centrais dessa estratégia pública são: “a territorialização das ações e a implicação dos operadores nativos” (DE TOMMASI, 2014, p. 296).

Inserida nessa reflexão, Livia analisa como a “arte e a cultura” são utilizadas como um dos principais dispositivos para o controle e a gestão<sup>94</sup> de uma parcela – aquela dos “criativos” que se adequem a esses tipos de projetos – da juventude pobre das favelas do Rio de Janeiro, através da sua inserção em projetos financiados por agências internacionais mediados por ONGs estabelecidas nesses bairros. Aos jovens pobres que não se encaixam nos projetos propostos, são reservadas a vigilância, as agressões físicas, o encarceramento e a morte por causas violentas. Dialogando com a Sociologia do Trabalho, De Tommasi questiona, ao contrário do que pode parecer nas afirmações próprias do “empreendedorismo” e do “protagonismo juvenil”, como, além do gerenciamento dessa população, tais medidas podem reforçar a precarização material e a manutenção da subalternidade desses jovens.

Júlio Barroso entende que as últimas gestões municipais do Rio de Janeiro foram péssimas para a cultura, entre outras coisas, reforçando parte do que afirma De Tommasi, devido ao fato de terem sido povoadas de editais e projetos pontuais que promoveram ações efêmeras que em nada estruturaram as atividades propostas e muito menos a possibilidade dos produtores culturais se sustentarem com esse trabalho. O principal mecanismo de fomento direto, os editais, além de ser burocratizado e de difícil conquista, é cada vez mais escasso e de orçamento limitado. Júlio afirma que muitos coletivos culturais, principalmente os de artistas negros, sequer conseguem se constituir como pessoas elegíveis a esses processos, pois

---

<sup>94</sup> Controle e gestão de populações no sentido que trabalha Foucault (2008).

naturalmente possuem dificuldades com os procedimentos jurídicos, além de não terem condições materiais para o pagamento das taxas necessárias para tornarem-se e manterem-se como pessoa jurídica.

Um dos principais editais surgidos na gestão do prefeito Eduardo Paes, o prêmio “Ações Locais”, conquistado pelo Norte Comum em 2015, tinha como característica fundamental a territorialização das políticas culturais, como apontado por De Tommasi. Esse caminhar no sentido do território foi iniciado com os Pontos de Cultura, que no Rio de Janeiro firmou uma parceria com a Secretaria Municipal para o estabelecimento de 50 pontos na cidade. O reflexo local da política nacional gerou ecos na promoção da “cultura de periferia” carioca, com a inclusão de manifestações culturais que antes não eram vislumbradas devido à concentração dos incentivos em projetos no centro e na zona sul da cidade.

A chamada “virada territorial” por alguns militantes, pesquisadores e gestores de cultura deu início a políticas voltadas para as áreas situadas à “margem” (social ou econômica) da cidade. Segundo Lia Baron (2013), uma das gestoras da Secretaria à época desse deslocamento do governo, a mudança ocorreu para acompanhar – inclusive tardiamente – as iniciativas que já aconteciam nos territórios, a saber: a atuação de novos agentes que vinham modificando a cena cultural carioca, gerando novas atividades e lutando para colocá-las no mapa de cultura. Como um desdobramento em nível municipal da política federal implementada dez anos antes, os Pontos que, como vimos, possuíam um forte objetivo de ação local, a Rede Carioca de Pontos de Cultura perseguiu a “descentralização territorial” e estipulou que 60% dos projetos estivessem baseados nas zonas norte e oeste da cidade (BARON, 2013).

Após alguns anos da implantação dos Pontos cariocas e dos inúmeros problemas ocorridos devido às regras rígidas de desembolso e prestação de contas, em 2014, a Secretaria Municipal de Cultura do Rio de Janeiro decidiu, pela primeira vez, pôr em prática uma iniciativa voltada a grupos não formalizados, em uma tentativa de desburocratizar as determinações formais do Estado. O “Ações Locais” tinha como intenção

criar um ambiente de proximidade com realizadores atuantes em espacialidades que se encontram historicamente fora do escopo ou do campo de intencionalidade das políticas municipais de cultura, queira-se conferir a tais espacialidades o nome favelas, subúrbios, territórios populares, periferias ou similares (BARON, 2014, p. 4).

O prêmio, além do apelo “local”, incluía em sua gramática as palavras “território” e “comunidade” e seguia o rastro dos Pontos na busca pela “diversidade” e pela “cidadania”.

Apesar do esforço municipal em simplificar o processo, o Ações Locais foi avaliado com ressalvas pelos produtores de cultura de rua e coletivos culturais. Em um cenário de



recursos escassos, naturalmente, centenas de grupos aderiram ao edital e se inscreveram com vistas a ganhar o prêmio. Mas antes mesmo de aplicar, muitos agentes desconfiaram da intenção de mapeamento dos projetos culturais existentes naquele momento para futuros objetivos políticos. Informações que, desconfiavam eles, passariam de governo para governo. *A gente não pode falar que foi inocente*, afirmou Júlio.

Como previsto, a campanha do candidato do PMDB, Pedro Paulo, à prefeitura em 2016 esteve repleta de imagens das experiências culturais que pleitearam e venceram concursos passados. O objetivo de Paes e do PMDB, como apontou Júlio e já havia sido mencionado por integrantes do Norte, era buscar passar uma imagem de políticos democráticos, que valorizavam a expressão cultural espontânea das ruas. *Eles usaram várias imagens dizendo que o governo do Paes ‘incentivou a ocupação cultural nas ruas, nas praças’*. *Muito pelo contrário, a gente foi para as praças e para as ruas porque ele fechou muitos teatros. (...) A gente não foi por causa dele, foi apesar dele, porque a gente precisava se reinventar*, explicou Júlio.

Além dessas adversidades trazidas pelo Ações Locais, os vencedores do concurso de 2016 sofreram um “calote” da nova prefeitura de Crivella e não receberam um centavo do prêmio sob o argumento de que a verba não estava prevista no orçamento de 2017. O concurso contou com 2.480 inscritos e teve 204 contemplados, sendo a maioria localizada nas zonas norte e oeste da cidade, de acordo com informações que apurei na Audiência Pública liderada pela Comissão de Cultura da Câmara, realizada em 18 de abril de 2017 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A audiência lotou o salão principal e todas as galerias da câmara principal e durou mais de três horas. Ao som de muitos gritos de revolta, os agentes de cultura reivindicavam, além do pagamento imediato do fomento, uma série de políticas e direitos, entre eles o de serem reconhecidos como profissionais. “Somos profissionais da cultura”, bradavam vários dos presentes, sentindo-se desrespeitados pela prefeitura.

Como indicou De Tommasi e como testemunhamos com a experiência do NC, a possibilidade de garantir o sustento trabalhando apenas na cultura “menor” é praticamente inexistente. Os produtores reivindicam o reconhecimento e a regulamentação de sua atividade, pois sempre foram obrigados a exercer o trabalho de maneira informal, sem garantias e/ou direitos trabalhistas. Segundo Pablo Meijueiro, quando começaram o NC, ainda era possível encontrar oficinas e cursos de formação para o mercado de trabalho de cultura e tais atividades, em alguns momentos, eram apenas o que movimentava esse setor da cidade. No entanto, o Norte nunca teve o interesse de se envolver com tais iniciativas, porque não via aí boas perspectivas laborais. *A gente queria formar outro mercado, criar outro jeito*, disse ele.

Para Júlio, a formação de profissionais nos cursos de graduação em Produção Cultural não melhorou a qualidade das produções e do setor cultural na cidade, além de ter criado um contingente de desempregados. *Pra fazer tem que ser de classe média, pra não depender daquilo*, disse ele. Se para os produtores do centro e da zona sul, assim como para o Norte Comum, o trabalho e os recursos para o exercício digno da profissão sempre foram difíceis, certamente foi e é muito pior para os jovens participantes de projetos das favelas e bairros pobres da zona oeste.

#### 5.4 “Precisamos falar urgentemente sobre evento de rua”

A frase acima foi escrita no perfil do *Facebook* de Júlio em 11 de junho de 2018, dia seguinte ao cancelamento do *show* das cantoras Elza Soares, Júlia Vargas e do grupo Afrojazz no evento “Virada Sustentável” que aconteceria na Lapa. Sob alegação de que a produção não havia obtido todas as licenças necessárias, a suspensão poucas horas antes do evento surpreendeu os artistas e provocou a indignação de Júlio e de outros produtores. Sentindo-se asfixiado há meses pelas crescentes dificuldades impostas pela prefeitura de Crivella para a realização de eventos na rua, Barroso publicou o desabafo na rede social.

O primeiro evento organizado por produtores culturais para debater a cultura de rua de que participei foi realizado no dia 30 de agosto de 2016, na Casa Porto, na região portuária do Rio. Com o título “Conversas: Cultura do Evento ou Evento da Cultura? A ocupação dos espaços públicos da cidade”, o evento publicou a seguinte descrição no *Facebook*: “Diante da constante ocupação dos espaços públicos da nossa cidade, vamos conversar sobre a diferença entre evento da cultura e cultura do evento, além de pensarmos juntos sobre as consequências de cada fenômeno e os caminhos traçados pelos produtores para suas realizações”. Em outras palavras, os participantes pretendiam compreender as diferentes manifestações culturais que vinham ocorrendo na cidade e tentar discernir entre as que seriam relevantes para a cultura da cidade e as que possuíam apenas objetivos políticos e/ou de mercado.

O evento foi capitaneado por Raphael Vidal, gestor da Casa Porto, que convidou Júlio Barroso, então apresentado como sendo do movimento “Ocupa Carnaval”, Camila Félix, do “Coro Come”, e Bruno EppingHaus do “SerHurbano”. No *Facebook*, o evento confirmava 115 presenças e no dia havia por volta de 30 pessoas. O debate girou em torno dos diferentes tipos de ocupação, as dificuldades de se produzir um evento na rua e a potência política que a cultura tem e não está desenvolvendo como poderia. *Produtor cultural precisa de utopia*, bradou Júlio,

afirmando a importância da militância cultural para, entre outros objetivos políticos, tirar o presidente Temer do poder.

O crescimento dos eventos puramente mercantis era notório para os produtores, conforme eu já havia analisado em conversas junto aos meus companheiros do Norte Comum. Entre os presentes na Casa Porto, portanto, havia o reconhecimento da existência de diferentes tipos de ocupação na cidade, especialmente entre as que tinham objetivos políticos de transformação urbana, resgate de algum bairro, revitalização de espaços e aquelas que vislumbravam somente o entretenimento e o lucro.

A existência desses diferentes tipos de eventos, no entanto, apesar de incômoda e desapontadora, não parecia ser o problema central para os participantes. O que mais os incomodava era a falta de recursos para fazer eventos com objetivos sociais e aspectos ideológicos sem que precisassem adotar a comercialização de itens, o que vinha se tornando a única fonte de recursos para viabilizar toda e qualquer atividade na rua. A falta de fomento direto por parte do poder público, portanto, era a principal insatisfação de todos. *Precisamos de apoio mais contínuo, de infraestrutura. Bar é o que dá dinheiro pro evento. Pode até vender uma camisa, um chaveiro, mas o dinheiro mesmo vem do bar*, disse Camila, revelando a principal estratégia dos produtores para viabilizar os eventos.

Além dessa questão central, diversos detalhes operativos preocupavam os participantes. Um dos mais comentados foram as inúmeras licenças para se realizar um evento, que, segundo disseram, eram emitidas por aproximadamente dez Secretarias diferentes, com exceção da de Cultura, o que parecia um contrassenso à maioria dos presentes. Junto a ele, outro obstáculo jurídico e material para essas realizações era a cobrança de uma taxa para estar na rua (TUAP, taxa para utilização pública), que a princípio deveria ser cobrada apenas em casos de eventos que contassem com a comercialização de itens e objetivos de lucro, mas em algumas circunstâncias era cobrada mesmo quando a produção declarava que não havia essa intenção. Outro argumento utilizado nesse debate era a lei do Artista de Rua<sup>95</sup>, que permite que eventos de determinadas características sejam realizados no espaço público sem autorização prévia.

Quando a reunião foi realizada, eram tempos de governo de Eduardo Paes e na ocasião houve diversos comentários sobre o sucateamento pelo prefeito dos teatros, centros culturais públicos e lonas culturais, forçando os trabalhadores da cultura a irem para a rua, até mesmo os que não tinham a intenção *a priori* de desenvolver ali seu trabalho.

---

<sup>95</sup> Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rj/r/rio-de-janeiro/lei-ordinaria/2012/542/5429/lei-ordinaria-n-5429-2012-dispoe-sobre-a-apresentacao-de-artistas-de-rua-nos-logradouros-publicos-do-municipio-do-rio-de-janeiro>>. Último acesso em: 7 mar. 2019.

*O maior legado de Paes foi a ocupação do espaço público*, disse Júlio, adiantando a mesma afirmação que me faria tempos depois em nossa entrevista. Entre críticas a Paes, vários elogiaram César Maia, que em sua gestão criara a Secretaria Especial de Eventos, órgão administrativo que em muitos aspectos facilitou o trabalho dos produtores. Já Paes, apesar de construir sua imagem como um prefeito democrático que apoiava e trabalhava para o desenvolvimento da cultura de rua, praticava ações que dificultavam a atuação desses profissionais e, ainda que em seu segundo mandato tenha dobrado o percentual destinado ao setor (chegando a 2%), grande parte dessa verba foi destinada aos editais para eventos a serem realizados durante a Copa e os Jogos Olímpicos. Um dos pontos positivos da gestão de Paes, no entanto, foi a criação do Conselho de Cultura, que, apesar de pouco poder deliberativo, realizava reuniões frequentes com o prefeito. *Pelo menos tinha escuta*, disse Júlio.

A situação política da cultura na cidade do Rio vem se depauperando desde César Maia, na opinião dos produtores. A gestão de Marcello Crivella tem sido ainda mais difícil, especialmente para os que trabalham com eventos em ruas e outros espaços públicos. O prefeito criou um sistema *on-line* através do qual as autorizações devem ser solicitadas à distância, e desde que foi inaugurado, centenas de eventos vêm sendo indeferidos sem maiores explicações.

Com o sistema *on-line*, não é mais possível olhar no olho do gestor público e explicar as características, benefícios e necessidades do evento de rua, o que criou uma grande dificuldade de diálogo, segundo Júlio. Além disso, Crivella transformou o Conselho de Cultura em algo meramente ilustrativo, sem nenhuma importância consultiva ou deliberativa, e vem paulatinamente sucateando ainda mais as lonas culturais, muitas delas localizadas em bairros nas zonas norte e oeste da cidade. Como um dos exemplos, o prefeito cortou a remuneração dos responsáveis pelas lonas, obrigando-os a buscar alternativa de sustento.

O segundo evento sobre cultura de rua de que participei foi realizado no dia 24 de outubro de 2016, no Leão Etíope do Méier. O evento “Encontro da cultura de rua – Carta para o prefeito” teve a participação de vários representantes de coletivos da zona norte e também contou com um significativo público expectador na praça do Méier. O objetivo final da reunião era escrever uma carta para o futuro prefeito com as principais reivindicações da cultura de rua. Entre as contestações, muitas se assemelhavam às que encontrei na Casa Porto. Falta de diálogo entre a prefeitura e os trabalhadores da cultura para a construção de editais e políticas públicas, obstáculos financeiros e jurídicos ilegíveis para a realização de eventos, falta de reconhecimento dos agentes como trabalhadores da cultura etc. Entre os tópicos a serem redigidos na carta a ser entregue, foi possível identificar, entre outros:

1. Reconhecimento dos eventos;
2. Ampliação do “Ações Locais” e “Territórios da Cultura” (desdobramento do Ações);
3. Necessidade de uma lei intermediária entre a Lei do Artista e a dos Megaeventos;
4. Adoção efetiva das praças;
5. Priorização das zonas norte e oeste;
6. Intercâmbio entre a capital e a zona metropolitana; e
7. Formalização do papel do ativista cultural.

*As ocupações mercantilistas cresceram com o disfarce de ‘feira gastronômica’.* Hoje, a gente depende das feiras gastronômicas pra fazer ocupação de rua, disse Júlio. Segundo ele, tornou-se preponderante incluir uma feira gastronômica a qualquer ocupação pública, não apenas para garantir os recursos para sua realização, como para facilitar as licenças necessárias.

Para Pablo Meijueiro, os eventos mercantis são uma tendência do momento: a de viver para o dinheiro. *As pessoas estão encontrando lugar para acomodar sua consciência,* disse ele, me parece, refletindo sobre a forma como muitos produtores vêm utilizando determinados argumentos (revitalização, ressignificação etc.) para organizarem eventos com o objetivo de lucro, cedendo aos apelos do mercado capitalista. Para ele, a transição dos eventos para algo mais profissionalizado se deu de forma muito rápida.

Em nossa conversa, concordei com suas afirmações, demonstrando surpresa com a velocidade e a força com que o capital está atravessando tudo, inclusive os eventos de rua, afirmação a qual ele reagiu com desânimo, afirmando que infelizmente há pouca resistência a isso. Enquanto conversávamos em Benfica, outros integrantes expressaram a preocupação com o formato que vem tomando conta desses eventos. Alguns mencionaram a rapidez com que eles vinham sendo montados e desmontados, sem a criação de nenhum tipo de relação com o entorno. *Chegam, acontecem e vão embora: ‘como se fossem um circo’.* Não há diferença se ele fosse montado numa praça ou no Riocentro, comentou alguém.

O discurso do governo e de muitos produtores culturais que incluem objetivos em torno da “revitalização” e da “democratização” dos espaços públicos pode estar corroborando a sua vitória nos editais, já que esses termos passaram a fazer parte do léxico gramatical do fomento à cultura. No entanto, essas produções, muitas vezes, parecem atuar mais no sentido de restringir o acesso aos espaços públicos, aproximando-os de uma lógica da privatização, como no caso dos eventos que passaram a contar com a presença de grades e seguranças privados.

Mais de uma vez, ouvi os integrantes do Norte reconhecendo que precisavam refletir e publicar sobre esse assunto para promoverem e participarem do debate público. *A cidade tem perdido as oportunidades. Economia Criativa, porra nenhuma. Essa galera tá gastando dinheiro, fazendo eventos toscos. Olha quanto espaço da prefeitura largado*, afirmou Pablo, indignado. O conceito de Economia Criativa que mencionou Pablo é um campo de desenvolvimento da cultura que vem crescendo desde que foi incorporado institucionalmente pelo Ministério da Cultura na gestão da ministra Ana de Hollanda. Mesmo antes, no ano de 2004, as discussões sobre o assunto começaram no Brasil trazidas pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

A formulação, desenvolvida originalmente na Inglaterra no final da década de 1990, definira os setores criativos como aqueles “que têm sua origem na criatividade, habilidade e talento individuais e apresentam um potencial para a criação de riqueza e empregos por meio da geração e exploração de propriedade intelectual” (COSTA, 2014, p. 23). Para se abrir espaço no Ministério para a Secretaria de Economia Criativa, foi preciso fundir as Secretarias de Cidadania Cultural e Diversidade cultural, criando uma sensação de oposição entre a Economia Criativa e a diversidade, que, segundo Costa, perdura até hoje no meio cultural. De acordo com a pesquisadora, o conceito ainda pouco desenvolvido no Brasil possui definições confusas e até mesmo contraditórias entre os atores e instituições que buscam trabalhar com ele. Sem entrar nos detalhes sobre o conceito, registro apenas a importância de se atentar para questões como o compartilhamento de saberes e a formação de redes, na medida em que estamos tratando de uma política que originalmente se baseia na propriedade intelectual.

Segundo o Norte, as políticas orientadas por essa e outras ideias, além de não estarem colocando em xeque a ocupação desigual e a democratização das cidades, gastam muito dinheiro para realizar eventos ruins. *A cidade tem perdido as oportunidades*, acredita Pablo. *Como entender essa demanda coletiva da cidade? Vemos todas as portas se fechando a qualquer tipo de possibilidade. Vale estar aqui ou começar outra experiência num lugar que se consiga atingir uma demanda comunitária?*, perguntou-se Pablo, com um ar descrente.

O questionamento de Pablo aponta para o desânimo crescente do NC em realizar cultura com forma e conteúdo alternativos ao *establishment*. Já no fim de 2016, o grupo parecia não ter mais fôlego para buscar brechas dentro do sistema para realizar as *ocupações* culturais, como mencionou Carlos. Meijueiro acredita que, apesar dos conturbados contextos políticos que o Brasil atravessou nos últimos anos e da precariedade na qual a cultura está inserida, através do mecanismo reconhecido por ele como *ocupação*, o grupo desenvolveu uma ferramenta para a realização de eventos em instituições públicas, privadas e nos espaços públicos para, nesses

lugares, movimentar significados políticos e de expressão de sentidos de transformação, identidade e implicação social. Enfim, políticas de cultura que interferissem e modificassem a cultura política do Rio de Janeiro e do Brasil.

## ABERTURAS

Ali acaba funcionando como uma aldeia para as pessoas que não se adequam a determinado tipo de formato que é dado pela produção artística da cidade. Acaba sendo uma prática de uma utopia possível.

*Norte Comum (2015)*

A tese representa um momento importante de um longo processo de aprendizagem, o qual não se encerra nela. Pelo contrário. Durante sua construção, muitas coisas foram descobertas e após sua finalização, muitas outras serão. Para mim, ela significou um ciclo no qual diversas portas se abriram para uma caminhada que está apenas começando. Possivelmente por esta razão, intitulei esta conclusão de “Aberturas”, pois ela possui mais reflexões e perguntas do que respostas.

Ao longo do Doutorado e da elaboração da tese, muito aprendi sobre os temas das Ciências Sociais, mas também conheci pessoas, músicas, filmes, fotografias, poesias, prosas, desenhos e artistas. Aprendi sobre as relações, os limites e a temporalidade do outro. Aprendi sobre sinceridade e respeito. Aprendi, sobretudo, que para aprender é preciso que as coisas vibrem no lugar do afeto. Sem afeto não há movimento, seja ele de atração ou repulsa.

Nessa estrada, também estive pela primeira vez em determinados espaços culturais e igrejas. Conheci ruas e bairros inteiros. Vi moradores sentados em cadeiras de praia na porta das casas, observei mansões ao lado de casebres. Pesquisar sobre a cidade demandou que eu me misturasse a ela, me pediu para circular por avenidas, becos, vielas, de ônibus, trem e metrô, de dia e à noite, assim como me solicitou, gentilmente, sentar em suas praças e bares para observar o seu cotidiano.

Meu corpo se colocou em movimento para pensar-sentir o movimento da cidade. A cada impulso, a escolha de um determinado caminho. O que nos move e o que nos acomoda? A pesquisa se fez na medida em que meu corpo atravessou espaços e se imbricou na vida das pessoas. Esvaziei-me de mim para deixar o outro entrar. Dei voz à escuta, profundidade ao olhar, vibração à fala. Foi uma aprendizagem andante de uma pesquisa que, sem querer, escolheu seus principais métodos: a potência das andanças e dos encontros. “Corpo-caminhante-pesquisador”. Entre um aprendizado e outro, foi preciso dar espaço ao vazio para acolher as ideias.

Em minhas andanças, descobri também outros modos de compreender o mundo, o Brasil e o Rio de Janeiro, e conheci distintas maneiras de formação dos sujeitos e de seu exercício



político. O período da pesquisa coincidiu com uma fase complexa da realidade política brasileira, da qual cito aqui somente os principais aspectos: desmoralização do Partido dos Trabalhadores, golpe seguido do *impeachment* da presidenta Dilma, posse do presidente Michel Temer e crise profunda do estado do Rio de Janeiro, o que levou ao quase fechamento da universidade à qual esta pesquisa está vinculada. Como se não bastasse, tivemos a realização dos eventos esportivos e suas contradições socioeconômicas, sobre as quais disserto neste trabalho.

Como na Europa, Estados Unidos e América Latina, no Brasil, a extrema-direita avançou nesses últimos cinco anos elegendo representantes para os altos cargos da política institucional. Esses gestores vêm promovendo o avanço de pautas conservadoras e a formulação e a prática de iniciativas neoliberais, como a priorização dos ganhos das empresas privadas e a redução dos direitos civis. Como bases nesses projetos, há ainda a destruição do ecossistema – e as graves consequências socioambientais que acarreta – e a precarização dos serviços públicos de saúde e educação.

Uma das principais áreas atingidas por este projeto de sociedade é aquela que garante os direitos dos trabalhadores, arduamente conquistados ao longo das últimas décadas e que vêm sendo profundamente dilapidados nos últimos anos. O enfraquecimento dos ganhos e benefícios dos trabalhadores com vistas a garantir o maior lucro do empregador vem abrindo caminho, a passos largos, para a depauperação aguda das condições materiais de vida das classes pobres e médias. E isso acontece com a anuência de um Estado cada vez mais parceiro das empresas e do capital internacional.

No âmbito das políticas culturais, esse fenômeno é percebido em diferentes aspectos, como vimos. A precarização dos trabalhadores da cultura, que sequer são reconhecidos como tal, caminha junto ao discurso que engradece as iniciativas pessoais e responsabiliza os indivíduos pelas ações que são, na realidade, de responsabilidade do Estado, tais como a assistência social e o aumento da qualidade de vida de bairros inteiros.

De modo perverso, o Estado brasileiro vem apoiando projetos culturais que, sob os augúrios das insuspeitáveis marcas de “empreendedorismo” e “criatividade”, terceirizam seu dever de assistência social, definem os contornos de suas políticas públicas de controle e alimentam a ilusão da melhoria das condições coletivas de vida. No lugar disso, entretanto, o que provocam, na maioria das vezes, é o enquadramento de sujeitos que, em pouco tempo, abandonam suas coletividades para se adequarem ao projeto individualista de êxito ou, então, que se frustram por não conseguirem realizar seus reais desejos pessoais e profissionais.

Com tudo isso, opto por não me cegar diante do controle da sociedade pelo mercado, Estado e mídia, e me esforço para buscar quem desafie este sistema e atue em suas brechas para apostar em outra lógica de existência que garanta a vida. Como nos diz Sennett, ao analisar os impactos do capitalismo flexível na subjetividade dos trabalhadores: se por um lado, o sistema empobrece as condições materiais e emocionais dos indivíduos, por outro, os desperta para o desejo de outros tipos de conexão e vínculo social, abrindo caminhos para repensarem seu lugar e sua comunidade.

Vejo o surgimento e a rápida proliferação dos coletivos culturais como uma resposta à busca pela sobrevivência em uma realidade que nega espaço ao questionamento e se empenha em asfixiar outras formas de existência. Organizar-se em coletivo é um intento de trabalhar com o que se gosta, respeitando, ao mesmo tempo, seus desejos profissionais, pessoais e políticos. É uma forma integral de estar no mundo. Quando digo “integral”, quero dizer “inteira”: de corpo e alma. É um desafio que se colocaram meninos e meninas que acreditam estar no mundo para serem felizes, com todas as contradições que a condição humana atravessa.

Este feito, no entanto, tem se tornado cada vez mais desafiador. Viver plenamente em coletivo em meio a uma realidade que aponta para um caminho com valores opostos significa estar em permanente estado de tensão. Exige estar atento a todo tempo aos atravessamentos e violências estruturais que o mundo traz, como as desigualdades, os preconceitos, a competição, as vaidades... Enfim, as disputas de poder. Lutar por estabelecer outras bases para a existência significa estar sempre à espreita dos dispositivos que aparecem como parceiros, mas podem ser, na verdade, desmobilizadores dos questionamentos e criações vitais, aspectos essenciais a esses processos de reinvenção.

Processos esses que reexistem a partir de uma nova forma de construção do conhecimento, o qual se abriga e permanece quando atinge o lugar do afeto. “A qualidade da relação transforma a informação em conhecimento” (COMUM, 2015, p. 180), escreveu o pessoal do Norte. Essa forma corajosa de conhecer e pensar o mundo tem produzido novas intelectualidades, as quais, inclusive, urgem serem reconhecidas como tal – pela academia, primeiramente, diga-se de passagem, mas sobretudo pelo Estado, que tem o dever de considerar esses meninos e meninas como fonte primeira de sabedoria para a produção das cidades.

Em seus sete anos de existência, o trabalho do Norte de fato conseguiu oferecer cultura gratuitamente a muitas pessoas e movimentou um cenário cultural popular e alternativo, que levou muitos jovens a uma parte da cidade que não era anteriormente vista como um destino para seu entretenimento. Ao buscar valorizar um território estigmatizado pela violência e

promover os trajetos das áreas mais ricas da cidade a uma das mais pobres, a rede provocou um deslocamento que sempre foi feito no sentido oposto, *invertendo a rota*, como eles dizem.

Seu trabalho nos permite pensar as possibilidades e dificuldades de uma ação que promove uma circulação diferente da que leva os trabalhadores ao centro de poder e negócios ou a da que usualmente desloca os mais pobres aos lugares que concentram aparelhos culturais. Valorizar, através da arte e da cultura, os locais mais pobres de moradia oferece novas perspectivas de vivência da cidade e pertencimento aos territórios de menor poder aquisitivo. Seu trabalho permite ainda observar a produção de narrativas de cidade que, via de regra, são obliteradas pelos discursos oficiais ou propagandísticos sobre o Rio de Janeiro.

O que não estava planejado em minha pesquisa era que a existência do Norte e sua atuação me fizessem levantar outras questões que não dizem respeito diretamente à cidade, mas às formas de sobrevivência e de prática política possíveis no contexto social e político no qual estamos inseridos. Se a estrutura política se apresenta como algo distante e inacessível, mudar o que está próximo pode ser uma alternativa, demonstraram-me eles.

No âmbito do trabalho, o acompanhamento da atuação do Norte nesse ano e meio me fez refletir sobre as potencialidades e limitações do trabalho coletivo em um sistema econômico que privilegia atuações individuais e impulsiona valores que colocam os sujeitos em disputa e não em comunhão, que reconhece determinados acordos sociais e sacrifica as organizações comunitárias, que dificulta possibilidades de trabalhos autônomos, dinamizando um tipo de organização social que precariza a mão de obra para oferecê-la a baixo custo para as instituições privadas e também públicas. Logo no início do trabalho, perguntei-me, então, qual a possibilidade de se desenvolver um trabalho artístico-cultural que questione uma cidade produzida segundo os paradigmas do capital? Como este trabalho pode denunciar desigualdades e fortalecer potencialidades, sem precisar se adequar aos objetivos normativos impostos? Se este trabalho não respondeu a essas perguntas, acredito que, ao menos, nos deu pistas para pensá-las.

Em meio à precariedade, o Norte Comum atuou nas brechas, na realização do possível, através da “ocupação” dos espaços institucionais. Podemos considerar que o grupo deslocou o método dos movimentos sociais de “ocupação” das ruas e praças para a atuação também nos espaços culturais, efetivando a possível criação de uma *tecnologia social*, como me disse Carlos uma vez. Ancorados em outras formas de subsistir, como a troca em seu sentido amplo, os integrantes do Norte sabiam que sem afeto nada se movia e foi com base nele que buscaram uma nova composição das diferenças.

Pensar essas composições enquanto encontros, como descreve Silva (2004), implica considerar o grupo como um conjunto de fluxos que se constituem em movimento. Essa noção de encontro, que está em Spinoza e em Deleuze, como vimos, significa um processo no qual uma coisa não se torna igual à outra quando juntas, mas algo que acontece entre as duas e desprende-se de ambas, fazendo surgir algo que não é nem a cópia de uma, nem a fusão das duas. É da ordem do devir.

Em artigo recente publicado no *site The Intercept*<sup>96</sup>, as pesquisadoras Rosana Pinheiro-Machado e Tatiana Roque analisaram as atuais limitações da “esquerda brasileira”. No artigo, as professoras explicam a dificuldade de conviver com as diferenças que a esquerda vem atravessando. “O maior obstáculo tem sido, justamente, a incapacidade de lideranças de oposição em incorporar a pluralidade de ideias e a transversalidade das pautas de direitos como princípios” (PINHEIRO-MACHADO; ROQUE, 2019, *on-line*), dizem as autoras.

Sem entrar na análise do que seria esta “esquerda” a que as autoras se referem, o que me interessa aqui é chamar atenção para o que Rosana e Tatiana dizem sobre esta grupo político, que parece querer remeter à dificuldade que os setores de oposição brasileiros possuem para estabelecer diálogos, nos quais se critique, com respeito, aquilo com o que não se concorda, mas busquem pontos em comum para seguir adiante. Um processo que aceite as diferenças, sem procurar transformá-las em uma síntese homogênea, mas utilize esse híbrido como matéria-prima para a composição de algo novo. “Costurar diferentes táticas e abordagens faz parte de uma boa estratégia de oposição, perspectiva que está fazendo enorme falta à esquerda brasileira” (PINHEIRO-MACHADO; ROQUE, 2019, *on-line*), complementam as pesquisadoras.

Trago este debate aqui para rapidamente refletir se o que falta à esquerda institucional brasileira não faltaria de uma forma geral a iniciativas que buscam alternativas à miserabilidade material e emocional a que nos tenta direcionar o projeto capitalista que está em curso mundialmente. Pensar projetos a partir da diferença, e não contra elas, considerando o que ela pode nos engrandecer, em lugar de vê-la como enfraquecedora, pode ser uma das chaves para repensar a reexistência, seja através de um agenciamento que inclua ou não partidos políticos. Seguindo esse raciocínio, e agregando o que diz Safatle sobre o “circuito dos afetos”, se reconhecermos que as sociedades são, em seu nível mais fundamental, circuitos de afetos, abrir-se a formas singulares e plurais de existência pode

---

<sup>96</sup> Disponível em: <<https://theintercept.com/2019/04/01/fogo-amigo-contra-tabata-amaral/>>. Último acesso em: 11 abr. 2019.

fazer com que “os afetos [comecem] a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos” (SAFATLE, 2016, p. 16). Nesse sentido, aceitando o convite do autor, me parece importante pensar as relações entre os afetos e a constituição de corpos políticos.

*O Norte vai estar em cada um de nós*, me disse JV. A frase foi dita quando conversávamos sobre o possível fim do Norte. Apesar da rede não realizar ações coletivas, como descreveu este trabalho, desde 2017, tendo produzido iniciativas pontuais em 2018, nenhum dos integrantes declarou seu fim quando conversamos ainda naquele ano. Apesar de reconhecer a diminuição do trabalho, a maioria assumiu que o Norte existia porque estará sempre presente na forma de cada um de pensar-sentir o mundo. *É meio uma nuvem que possibilita essas discussões que a gente entra em contato*, afirmou Caíque, reconhecendo o Norte como uma nuvem: sempre viajando sobre nós.

A impossibilidade de subsistir materialmente não faz com que determinadas iniciativas desapareçam. Elas permanecem nos corpos e na subjetividade dos sujeitos que as constituíram, que não serão mais os mesmos após a realização das ações. Isso me lembra uma reflexão que fizemos no Círculo de Cidadania sobre as Jornadas de Junho. Elas visivelmente haviam acabado, mas pareciam seguir no subterrâneo da cidade e, como um vulcão, poderiam irromper a qualquer momento. O Norte, assim como as Jornadas, está ativo, em movimento nos corpos e na alma de seus integrantes e naqueles em quem provocou afecções e pode, a qualquer momento, ressurgir.

Figura 30 – Parte do Norte Comum e a pesquisadora



Fonte: Autor desconhecido, 24 jun. 2016.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena. Identidades juvenis: estudo, trabalho e conjugalidade em trajetórias reversíveis. In: PINHEIRO, Diógenes [et al]. **Agenda Juventude Brasil: leituras sobre uma década de mudanças**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. **Mana: Estudos de Antropologia Social**, v. 7, n. 2, p. 7-33, 2001.

\_\_\_\_\_. **Antropologia da cidade: lugares, situações, movimentos**. São Paulo: Terceiro Nome, 2011.

ALICE. In: COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo. Introdução: O cultural e o político nos movimentos sociais latino-americanos. In: ALVAREZ, Sonia; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (Orgs.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos: novas leituras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

AMARO, Rogério Roque. **As relações entre a Economia Solidária e o Estado**. ACEESA, 2016.

ARANTES, Otília. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otília; VAINER, Carlos; MARICATO, Emília. **A cidade de pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BADERNA, Marietta. Apresentação. In: \_\_\_\_\_. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 2002.

BARNES, J. A. Redes sociais e processo político. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BARTH, Frederik. **O guru, o iniciador e outras variações antropológicas**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.

BARON, Lia. A territorialização das políticas públicas de cultura. **Revista Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea**, Universidade Federal do Rio de Janeiro, ano XI, n. 1, 2016.

BELLINI, Laís. **Publicação no Facebook**. 2013. Disponível em: <<https://www.facebook.com/lcbellini/posts/702021409824865>>. Último acesso em: 22 out. 2018.

BENJAMIM, Walter. A obra de arte na época da reprodutibilidade técnica. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BENTES, Ivana. A esquerda nos eixos e o novo ativismo. In: PARRA, Henrique Z. M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Silvio. (Orgs.). **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo: Publisher / Kernel, 2013.

BESSA, Altamiro [et al]. A indústria do turismo e as transformações urbanas no mundo globalizado: críticas ao modelo estratégico baseadas no caso dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro (2007). **Paper presented at Word Planning Schools Congress 011**, Perth (WA), p. 4-8, 2011.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta M. (Orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRINGEL, Breno. Sentidos e tendências do levante brasileiro de 2013. In: **As jornadas de junho em perspectiva global**. NETSAL – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2013.

CABRAL, Ana Julia Cury de Brito. **O contraespetáculo da era neoliberal: estratégias artísticas e midiáticas da resistência jovem no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CALDEIRA, Teresa. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CANCLINI, Nestor Garcia. **Diferentes, desiguais e desconectados**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Editora Unesp, 2006.

CARNEIRO, Sandra. Rio, Zona Norte e Zona Sul: fronteiras para além dos estigmas In: \_\_\_\_\_; SANT'ANNA, Maria Josefina (Orgs.). **Cidades: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2017.

CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Cultura e saber do povo: uma perspectiva antropológica. In: LONDRES, Cecília (Org.). **Revista Tempo Brasileiro**, Patrimônio Imaterial, n. 147. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2001.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CLIFFORD, James L. **A experiência etnográfica**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

\_\_\_\_\_. A escuta do tempo. **Revista Z Cultural – Revista do Programa Avançado de Cultura Contemporânea/UFRJ**, ano XI, n. 1, 1º sem. 2016. Disponível em: <<http://revistazcultural.pacc.ufrj.br/?ano=42&edicao=43>>. Último acesso em: 2 fev. 2019.

CORDEIRO, Daphne Assis. “**Na rua as coisas ventam**”: um estudo etnográfico sobre grupos de performance nas ruas do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

COSTA, Eliane. Tropicalizando a economia criativa: desafios brasileiros, na perspectiva das políticas culturais. In: \_\_\_\_\_; AGUSTINI, Gabriela. **De baixo pra cima**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

COSTA, Eliane Sarmiento. **Territorialidades urbanas em ciberculturas plurais: o vital e o virtual nas periferias do Rio de Janeiro**. Tese (Doutorado em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia). Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e das Técnicas e Epistemologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

D’ANDREA, Tiarajú Pablo. **A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

DAS, Veena; POOLE, Deborah (Orgs.). **Anthropology in the margins of the State**. Oxford: School of American Research Press / James Currey, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

\_\_\_\_\_; GUATTARI, Félix. **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia**. v. 3. Rio de Janeiro: 34, 1996.

DE TOMMASI, Livia. Juventude, projetos sociais, empreendedorismo e criatividade: Dispositivos, artefatos e agentes para o governo da população jovem. **Passagens: Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica**, v. 6, p. 287-311, 2014.

\_\_\_\_\_. Cultura da Performance e Performance da Cultura. **Crítica e sociedade: Revista de Cultura Política**, v. 5, p. 100-126, 2016.

DOUGLAS, Mary. **Pureza e perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

EDU. In: COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

ENNE, Ana Lúcia S. Conceito de rede e as sociedades contemporâneas. **Comunicação e Informação**, v. 7, n. 2, p. 264-273, jul./dez. 2004.



FACCIOLI, Gabriela. In: COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

FAVARETTO, Celso Fernando. **A invenção de Hélio Oiticica**. São Paulo: USP, 2000.

FAVRET-SAADA, Jeane. Ser afetado. **Cadernos de Campo**, n. 13, p. 155-161, 2005.

FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: UNESP, 2010.

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **O rapto ideológico da categoria subúrbio: Rio de Janeiro (1858-1945)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

FIADEIRO, João; EUGÉNIO, Fernanda. Secalharidade como ética e como modo de vida: o projeto AND\_Lab e a investigação das práticas de encontro e de manuseamento coletivo do viver juntos. **Urdimento – Revista de Estudos em Artes Cênicas**, v. 2, n. 19, p. 61-69, 2012.

FONSECA, André Azevedo da. O Circuito Fora do Eixo e as tensões no campo da produção cultural no cenário alternativo brasileiro. **Chasqui – Revista Latinoamericana de Comunicación**, n. 134, p. 333-356, abr.-jul. 2017.

FORRASTIERI, André. **Uma entrevista com Pablo Capilé do Fora do Eixo**. 2013. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/blogs/andre-forastieri/2013/08/16/uma-entrevista-com-pablo-capile-do-fora-do-eixo-parte-3/>>. Último acesso em: 29 out. 2018.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. **História da loucura**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

\_\_\_\_\_. **Segurança, território e população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GABI. In: COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

GIL, Gilberto. In: Leia a íntegra do discurso de posse de Gilberto Gil. **Folha de São Paulo on-line**, 2003. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u44344.shtml>>. Último acesso em: 5 mar. 2019.

GOHN, Maria de Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo: Cortez, 2017.

\_\_\_\_\_; BRENO, Bringel (Orgs.). **Movimentos sociais na era global**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

GOMES, Simone da Silva Ribeiro. Militâncias culturais em contextos de violência rotinizada na zona oeste do Rio de Janeiro, Brasil, e em Guerrero, México. **PLURAL, Revista do**

**Programa de Pós- Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 25.2, p. 112-127, 2018.

GUATTARI, Félix. **Caosmose: um novo paradigma estético**. Rio de Janeiro: 34, 1992.

\_\_\_\_\_; ROLNIK, Suely. **Micropolítica. Cartografia do desejo**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GOLDMAN, Márcio. Contradiscursos afro-indígenas sobre mistura, sincretismo e mestiçagem: estudos etnográficos. **R@U – Revista de Antropologia da UFSCar**, São Paulo, São Carlos, v. 9, n. 2. 2017.

GONÇALVES, José Reginaldo. A obsessão pela cultura. In: \_\_\_\_\_. **Cultura, substantivo plural**. São Paulo: 34, 1996.

GUIMARÃES, Roberta; DAVIES, Frank. Alegorias e deslocamentos do “subúrbio carioca” nos estudos das Ciências Sociais (1970-2010). **Revista Sociologia e Antropologia**, Rio de Janeiro, v. 08.02, p. 457-482, maio-ago. 2018.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade**. Conferência em Porto Alegre, 2004. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>>. Último acesso em: 30 jan. 2019.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2003.

HANNERZ, Ulf. **Cultural complexity: studies in the social organization of meaning**. New York: Columbia University Press, 1992.

\_\_\_\_\_. **Explorando a cidade: em busca de uma antropologia urbana**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. **Espaço e Debates**, ano XVI, n. 39, p. 48-64, 1996.

\_\_\_\_\_. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

\_\_\_\_\_. **Cidades rebeldes, do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HERSCHMANN, Micael. **Lapa, cidade da música: desafios e perspectivas para o crescimento do Rio de Janeiro e da indústria da música independente nacional**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

HISSA, Cássio; NOGUEIRA, Maria Luísa. Cidade-Corpo. **Revista UFMG**, Belo Horizonte, v. 20, n. 1, p. 54-77, jan.-jun. 2013.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura: utopia subversão guerrilha na (anti)arte do século XX**. São Paulo: Conrad Editora do Brasil, 1999.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan.-jun. 2012.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. **Revista FAMECOS: mídia, cultura e tecnologia**, v. 18, n. 2, p. 327-347, 2011.

JAQUES, Paola Berenstein (Org.). **Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

JV. In: COMUM, Norte. Somos aqueles que estávamos esperando. **Cadernos de Subjetividade**, ano 12, n. 18, São Paulo, p. 165-182, 2015.

LÂNES, Patrícia Araújo de. **Entre becos e ONGs: etnografia sobre engajamento militante, favela e juventude**. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2017.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador: EdUFBA; Bauru, São Paulo: EdUSP, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. **Contrausos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea**. Aracaju, SE: EdUFS, 2004.

LYOTARD, Jean-François. **O pós-moderno**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988.

LONGMAN, Gabriela; VIANA, Diego. Rancière: A política tem sempre uma dimensão estética. **Revista Cult**, 30 mar. 2010. Disponível em: <<https://revistacult.uol.com.br/home/entrevista-jacques-ranciere/>>. Último acesso em: 7 jan. 2018.

LUCAS DOS SANTOS, Luciane. Under the flyover: homeless people, power of choice and the practice of autonomy through an exchange fair. **Conjunctions**, v. 5, n. 1, 2018.

MAGNANI, José Guilherme. A rua e a evolução da sociabilidade. **Cadernos de História de São Paulo**, São Paulo, Museu Paulista, Universidade de São Paulo, n. 2, jan.-dez. 1993.

\_\_\_\_\_. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.17, n. 49, jun. 2002.

MARCUS, George E. Ethnography in/of the World System: The Emergence of Multi-Sited Ethnography. **Annual Review of Anthropology**, Palo Alto, California, v. 24, p. 95-117, 1995.

MARTINS, Paulo Henrique. O ensaio sobre o dom de Marcel Mauss: um texto pioneiro da crítica decolonial. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 16, n. 36, p. 22-41, maio-ago. 2014.

MATIAS, Alexandre. Núcleos de produção sem hierarquia fundem ativismo e diversão. **Folha de São Paulo**. Ilustrada p. 1, 1 dez. 2003.

MAYER, Adrian C. A importância dos quase grupos no estudo das sociedades complexas. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (Org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas: métodos**. São Paulo: EdUNESP, 2010.

MAZETTI, Henrique. **Ativismo de mídia: arte, política e tecnologias digitais**. Mestrado (Dissertação em Comunicação Social). Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2008.

\_\_\_\_\_. Resistências criativas: os coletivos artísticos e ativistas no Brasil. **Revista Lugar Comum**, n. 25-26, p. 105, 2010. Disponível em: <<http://uninomade.net/lugarcomum/25-26/>>. Último acesso em: 25 ago. 2017.

MEIJUEIRO, Carlos. “Apresentação” In: CAVA, Bruno. **A multidão foi ao deserto: as manifestações no Brasil em 2013**. São Paulo: Annablume, 2013.

\_\_\_\_\_. **Inventar Rios / Escritas de um Janeiro**. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades). Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

MELO Erick; GAFFNEY, Christopher. Megaeventos esportivos: reestruturação urbana para quem? **Revista Proposta**. FASE – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 120, p. 53-73, 2010.

MESQUITA, André Luiz. **Insurgências poéticas: arte ativista e ação coletiva (1990-2000)**. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

MIAGUSKO, Edson. Antes da Copa, depois do Pan: o Rio de Janeiro na era dos megaeventos esportivos. **Civitas**, Porto Alegre v. 12, n. 2, p. 395-408, maio-ago. 2012.

MILLER, Daniel; SLATER, Don. **The internet: an ethnographic approach**. Oxford, 2000.

MITCHELL, Thimoty. Society, economy and the State effect. In: SHARMA, Aradhana; GUPTA, Akhil. **The Anthropology of the State. A Reader**. Blackwell Publishing, p.169-186, 2006.

MONACHESI, Juliana. A explosão do a(r)tivismo. **Folha de São Paulo**, Ilustrada, p. 4-9, 6 abr. 2003.

MORAIS, Marluce Jácome. **Por dentro do Fora do Eixo: uma das maiores redes de coletivos culturais do país**. Trabalho de Conclusão do Curso (Especialização *Latu Sensu* em Mídia, Informação e Cultura). Centro de Estudos Latino-Americanos sobre Cultura e Comunicação, Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, 2013. Disponível em: <<https://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/593-1587-1-PB.pdf>>. Último acesso em: 25 set. 2018.

NEGRI, Antonio; HARTD, Michael. **Commonwealth**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.

NORA, Pierre. Entre memória e história: O problemático dos lugares. **Projeto História – Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1993.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 10, 1992.

PASSA PALAVRA. A esquerda fora do eixo. In: PARRA, Henrique Z. M.; ORTELLADO, Pablo; RHATTO, Silvio. (Orgs.). **Movimentos em marcha: ativismo, cultura e tecnologia**. São Paulo: Publisher / Kernel, 2013.

PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. **O que é contracultura**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Structure and function in primitive society**. London: Cohen & West, 1952. [Ed. bras.: Estrutura e função na sociedade primitiva. Petrópolis: Vozes, 1973].

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: EXO experimental org., 34, 2009.

RODRIGUES, Fania. Coletivos promovem ocupações culturais no Rio. Ruas e praças são ocupadas com atividades culturais gratuitas. **Jornal Brasil de Fato**, 3 ago. 2015.

ROSAS, Ricardo. Notas sobre o coletivismo artístico no Brasil. **Trópico**. s/d. Disponível em: <<http://www.revistatropico.com.br/tropico/html/textos/2578,1.shl>>. Último acesso em: 1 set. 2017.

\_\_\_\_\_. **Hibridismo coletivo no Brasil: transversalidade ou cooptação?** 2005. Disponível em: <<http://www.canalcontemporaneo.art.br/forum/viewtopic.php?t=57&sid=7ae01e3ab717d1fd1659495ab6dda381659495ab6dda38>>. Último acesso em: 23 ago. 2017.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

SANT'ANNA, Maria José; GONÇALVES, Livia Abdalla. Transformações e conflitos na área portuária da cidade do Rio de Janeiro: megaeventos esportivos, mídia e *marketing* urbano. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 378-396, dez. 2015.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. **GEOgraphia**, Universidade Federal Fluminense, ano 1, n. 1, 1999. Transcrição da Conferência de inauguração do Mestrado em Geografia da Universidade Federal Fluminense e abertura do ano letivo de 1999. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/2/2>>. Último acesso em: 29 jan. 2019.

\_\_\_\_\_. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAVAZONI, Rodrigo. **Os novos bárbaros: a aventura política do Fora do Eixo**. 1. ed. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2014.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter: as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SILVA, Ana Cláudia Cruz da. **Agenciamentos coletivos, territórios existenciais e capturas: uma etnografia de movimentos negros em Ilhéus**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Raquel. **Poder, tecnologias digitais e política partidária: a “ideologia horizontal” e os movimentos sociais “#RevoltadoBusão” e “#ForaDilma” em Natal-RN**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.

SILVEIRA, Fernando Lang da. As variações dos intervalos de tempo entre as fases principais da lua. **Revista Brasileira de Ensino de Física**, v. 23, n. 3, set. 2001.

SIMAS, Luiz Antônio. **Pedrinhas miudinhas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2013.

SIMONE, AbdouMaliq. People as infrastructure: intersecting fragments in Johannesburg. **Public Culture**, v. 16, n. 3, p. 407-429, Duke University Press, 2004.

TROUILLOT, Michel. The Anthropology of the State in the age of globalization: close encounters of the deceptive kind. **Current Anthropology**, v. 42, n. 1, p.125-138, 2001.

TURINO, Célio. **Ponto de cultura: o Brasil de baixo para cima**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2009.

UNINÔMADE. **O comum e a exploração 2.0**. 2012. Disponível em: <<http://uninomade.net/tenda/o-comum-e-a-exploracao-2-0/>>. Último acesso em: 11 out. 2018.

VAINER, Carlos B. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Emília. **A cidade de pensamento único: desmanchando consensos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

VELHO, Gilberto. Observado o familiar. In: NUNES, Edson de Oliveira (Org.). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

VELLOSO, Natália. **O mar e a vovó Tartaruga: variações políticas na luta da Associação Pílorinhu na cidade da Praia em Cabo Verde**. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018.

VINHOSA, Luciano. **Obra de arte e experiência estética: arte contemporânea em questões**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2011.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O fim do mundo como o concebemos: ciência social para o século XXI**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

WEBER, Florence. **Trabalho fora do trabalho: uma etnografia das percepções**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

WEBER, Max. Natureza, pressupostos e desenvolvimento da dominação burocrática. In: \_\_\_\_\_. **Economia, Sociedade**. v. 2. São Paulo: Imprensa Oficial, 2004.

## ANEXO A – Manifesto do Norte Comum

O Norte Comum é um ponto de encontro entre teoria e prática, um espaço de escuta e convivência permeada por fazeres, tendo como caminho a produção e troca de conhecimento para questionar o espaço urbano, mudar as relações humanas, usando a nossa força criativa para a redução das distâncias e desigualdades, usando a arte como ponte entre as pessoas, cidade e ideias.

A ideia surgiu diante da evidente escassez de projetos e atividades relacionados à cultura nessa região. Frente à essa realidade, o que se vê é o êxodo generalizado de boa parte dos moradores locais (em especial os jovens) para o centro e a zona sul da cidade. Onde há o monopólio da cultura no Rio de Janeiro. Trata-se de ter que ser imposta uma “inversão de rota” em âmbito cultural na cidade.

O projeto é dividido basicamente em duas frentes gerais de atuação. Uma referente à criação e manutenção da rede, e a outra focada na formação de uma produtora coletiva e horizontal.

Para definir um pouco melhor as duas:

- A rede tem fins de ligação. Conectando todos aqueles interessados em se aprofundar em discussões a respeito do território (estudos, pesquisas, reflexões) visando a abrir espaço para criação do comum (a realização de ações será consequência desses encontros e debates).
- A produtora coletiva tem pretensões mais objetivas e diretas diante da urgência da realização de qualquer tipo de manifestação artística e cultural na região. Visa à reunião de produtores, agitadores, fomentadores e artistas que estejam já com projetos prontos para serem realizados no território.

Fica evidente que esses dois pontos (a rede e a produtora) se entrelaçam e dependem um do outro. No entanto, trata-se de dois pontos de uma mesma causa, que visam a um bem maior, que é a construção de relações pessoais e a realização de projetos que fomentem ainda mais a intensificação desses laços.

Falando um pouco mais sobre a rede. Pretende-se reunir estudantes, artistas, produtores, professores, pensadores, ativistas, agitadores, enfim, todos aqueles que estiverem interessados em participar ou que de alguma forma se interessam por cultura. A partir da união dessas



diferentes potencialidades constrói-se campo para o comum, e dele surge a produção de atividades que visam à transformação social desse território.

### **Principais objetivos**

- Estabelecer comunicação entre as singularidades para que existam condições para criação de laços de afinidade;
- Garantir condições para circulação e criação do comum por meio das relações e de ações específicas. Visando a construir referência nesse território, e transformação da realidade social;
- Ocupar de todas as formas possíveis os espaços públicos. Em especial as praças que se encontram abandonadas e convertidas em mero lugar de passagem;
- Estabelecer comunicação entre os pontos de cultura da região. Que apesar do investimento financeiro não tem projeção perante a sociedade (em especial a comunidade local);
- Estabelecer reunião entre as faculdades, com o intuito de mobilizar os estudantes diante da necessidade da realização de projetos sociais e culturais no território.

### **Ações e estratégias**

- Faz-se urgente o diálogo com as muitas favelas da região. Com o intuito de humanizar esses territórios. Inversão de rota. Contra a criminalização das favelas e de seus moradores.
- Criação de *site* (*blog*) para que se torne possível a continuação das discussões da rede através da rede. Explorando também as redes sociais.
- Com a rede em funcionamento, através dos diálogos com os pontos de cultura, conseguir espaço na agenda desses centros culturais. Visando à abertura de espaços para realização de projetos.
- Criação de calendário com todos os eventos que serão realizados na região. Canal de divulgação (através do próprio *site*).
- Realização de mutirões ecológicos para acelerar o “esverdeamento” das praças da região.
- Lutar pela reabertura dos extintos cinemas de rua da região.
- É necessária a realização de grandes eventos na região (ex. Festival de música local).

- Conseguir um local específico para reuniões e eventos. Que atue como zona autônoma de pensamento e discussão. Independente.
- Atuar no diálogo com os jovens. E refletir sobre a importância da presença e resistência deles no território.
- Pesquisar a fundo a rica história da região (pouco explorada). Conhecer e divulgar seus mitos, suas histórias e seus ícones.
- Mesas, debates, seminários discutindo a realidade social e política da região.
- Mostras e exposições com obras dos artistas (de ontem e de hoje) da região.

## **Conclusão**

A zona norte é muito conhecida pela violência anunciada nos jornais, por ser cheia de militares e reacionários e, sobretudo, como um lugar em que nada agitado ou movimentado pode dar certo. Seus jovens são rotulados como fanfarrões, e que de forma alguma teriam interesse em algo ligado à cultura em geral. Nossa luta é contra esse estigma que nos envolve desde nossa infância até os dias hoje. Crescemos escutando que “o bom” é sair para se divertir e morar em outro lugar (zona sul, Barra da Tijuca), e que coisa boa só acontece longe daqui.

Nossa luta é para oferecer novas perspectivas para essa região. Disputar esse território com os “reaças”. Unir a juventude, unir as cabeças pensantes através do diálogo, através da cultura. Fazer com que circulem e produzam o comum no território. Reconhecendo a importância e o potencial da região. Invertendo a rota, e acabando com o monopólio da cultura na cidade do Rio de Janeiro.

O nome Norte Comum vem com a ideia de norte como caminho, direção, destino, além de fazer referência à zona norte onde o projeto atua. Já o comum, além do sentido da palavra, trata em especial do comum encontrado na obra de Antonio Negri: “Um comum abundante que abrange ideias, afetos, linguagens. Não é um bem, mas uma relação em eterna construção de novas formas de vida, um comum biopolítico”.

Para finalizar, trata-se de um projeto aberto, que serve de modelo para criação de outros projetos. O intuito não é de fechar o território, e, sim, de abrir. De se lançar, de fazer existir

(“ter existência real”), pôr-se em aberto. Inaugurar uma nova era de abertura para essa região, oferecendo-lhe novas perspectivas através das relações pessoais e da cultura.

## **Frentes de atuação**

### COMUNICAÇÃO

- Organização da rede
- Reuniões – encontros – atividades
- *Internet – blog – redes sociais*
- Listar artistas, bandas, coletivos, galera do *skate*, artistas de rua
- Criar canal com as faculdades e seus núcleos de produção

### CULTURA

- Discutir as ações e estratégias
- Mapear pontos de cultura e espaços potenciais para eventos culturais
- Mapear as praças e lugares públicos que possam ser utilizados
- Listar todos os possíveis parceiros (apoio)
- Estabelecer diálogo e influência com os pontos de cultura
- Criar calendário cultural da região

### ECOLOGIA, SAÚDE e MEIO AMBIENTE

- Organização de mutirões para reflorestamento dos espaços públicos
- Atividades educacionais e interativas
- Passeios e trilhas. Mapas e reconhecimento do território

### SOCIAL

- Interação com as favelas. Criação de pontes de relacionamento
- Atividades para troca de experiências
- Inversão de rota
- Discussão em torno dos trabalhadores de rua
- Discussão em torno dos moradores de rua

## AUDIOVISUAL

- Registro e documentação do território
- Incentivo à produção e exibição interna
- Criação e divulgação de cineclubes
- Entrevistas filmadas com grandes ícones da região
- Documentários e filmes

## PESQUISA E HISTÓRIA

- História da região
- Números e estatísticas
- Arquivo com variados trabalhos e pesquisas
- Pesquisar sobre ícones do passado e do presente
- Pesquisar sobre as histórias da região

**ANEXO B** – Transcrições de áudio da instalação em vídeo da exposição “Delírios Coletivos”, realizada no período de 6 de junho a 23 de julho de 2016 no Centro Municipal Hélio Oiticica

### **Alice Nin**

Dois ou mais pontos quase, como que os mapas desses aplicativos mesmo. Partida, chegada, partida, chegada, partida, chegada... partida, chegada, partida. Saímos de Benfica cedo, tava escuro, a fila do 476 tava lotada, tinha um cara vendendo pão logo depois.

Tem um rio que sempre acordou mais cedo do que o outro. Um rio que acorda às 4 pro outro poder acordar às 7, 8 da manhã. Uma cidade que supre a outra.

Conforme a gente ia atravessando a cidade, mais gente ia chegando, a cidade acordava e as pessoas soltavam fumaça dos corpos quentes. Acho que tava frio. As oposições são gritantes. A forma com que a cidade se divide, um vazio e cheio. O asfalto parece que se funde e se separa, os espaços vão sendo transformados junto com os pés e corpos que passam por ele. A movimentação, o movimento.... os espaços vão sendo transformados junto com os pés e corpos que passam por eles. Dá pra ver nos movimentos de cada um o que cada um tá fazendo ali. A maioria se movimenta rápido e sabe exatamente pra onde vai e de onde vem. São corpos objetivos, diretos, mas tem também alguns que o movimento é outro... estão. São os vendedores, os donos de bares e padarias, os ambulantes, o moço que vende biscoito, o moço que vende pão. Esses parecem que já estão, já chegaram, tem as filas, as suas esperas. São corpos parados, mas que balançam.

Uma multidão meio inquieta que mexe embaixo dos pontos de ônibus e os olhos e cabeças estão todos atentos às marés de ônibus e *vans*, balançam junto com seu movimento. Tem as filas e suas esperas. São corpos parados, mas que balançam. E tem a gente. A gente tá até saindo de um ponto a outro também, mas o nosso tempo é tão diferente que fica escancarado nos nossos corpos, que se movimentam em outro lugar. Isso me pareceu até um abismo, uma distância que parece existir entre mundos assim, um abismo mesmo. É um estado sempre de limiar, entre os que andavam rápido e os que ficam. A gente não andava rápido, mas a gente também não ficava.

Passavam muitos carros, viadutos lotados, atravessava grandes ruas praticamente vazias. É a cidade que regra o comportamento, é a cidade que regra o movimento e o movimento que regra

a cidade. É uma via de mão dupla. A relação com o concreto é muito “dois”, veio muito para mim quando a gente tava andando em lugares vazios, embaixo dos viadutos, do lado de um muro gigante, calçadas quase frontais, parecia que as coisas desmoronavam com a gente assim, a gente olhava os muros e eles estavam caindo, mas eles estavam ali também, então eles não estavam caindo. Era muito essa coisa de corpo-concreto-corpo-concreto. Outra coisa é a relação corpo com corpo com corpo com corpo com corpo com espaço no espaço. Também é muito doido. Quando a gente tava andando em passarelas, sinais, calçadas, pontos de ônibus, tudo lotado, isso vinha muito assim. É muito impressionante como tem tanta gente e ao mesmo tempo na calçada seguinte não tem ninguém.

Mais especificamente pra essa parte de muita gente, eu me lembrei outro dia de um vídeo do Itamar [Assumpção] falando sobre São Paulo. Eu acho que vale para alguns desses momentos de metrópole, porque ele falava assim: “Não tem muito jeito, é muita gente, muito carro. Não adianta muita teoria no negócio, é muita gente no mesmo espaço. Não tem muito jeito, é muita gente, muito carro e não adianta teoria, muito carro. E não adianta muita teoria no negócio, é muita gente no mesmo espaço”.

### **Gabriela Faccioli**

Saímos às 6 da manhã da casinha, eu tomei um banho gelado pra não duvidar que tinha acordado. Foram poucas horas de sono e não fosse estarmos todos juntos ali, provavelmente teríamos desistido cada um em seu canto. Fomos.

A ideia era sair de Benfica andando até o centro da cidade. O que é longe e perto? O dia já estava amanhecido, o céu claro mesmo que o sol não tivesse posto a cara ainda. Os corpos já se agitavam uns aos outros acordando a cidade pro dia de trabalho. O nosso tempo de um caminho não objetivo era estranho aos outros corpos que, em acordos silenciosos, caminhavam lado a lado apressando-se entre si. Os fluxos intensos das gentes transpassavam meu corpo parado no meio da passarela do metrô de São Cristóvão, da onde também se via o ponto de ônibus do 460/461. Lotado.

Um monte de gente esperando os poucos ônibus que atravessam a cidade pelo Rebouças e chegam muito mais rápido na zona sul, mesmo que num aperto só. Me lembrou eu mesma pegando o 476 pra ir pra praia, até 8 da manhã sai um extra da porta lá de casa em vez de sair

do Méier, e é o jeito mais rápido de chegar na praia. Disseram que ele ia acabar, então, toda vez que aparece descendo o viaduto eu celebro por dentro.

Foi um pouco estranho estar com a intenção de registrar fotograficamente aquilo ali, parecia que transformava a vivência em uma simulação, um pouco, às vezes só. Mas a verdade é que andamos, e andamos. E eu andei por lugares que passo há anos, quase todos os dias da minha vida, mas que nunca tinha colocado os pés no chão. Vi outras coisas. E outros céus. Os pés no chão da cidade é coisa mais rara do que parece. Passamos por um monte de lugar que não era lugar de gente, era lugar pra carro. Escombros e vias em construção, uma cidade remendada, onde está o lixo das ruas revitalizadas?

A paisagem no Metrô Mangueira me lembrou uma outra cidade em que a praia está em erosão e o mar avançando, já comeu uns 4 quarteirões. A especulação imobiliária erode as periferias e deposita sua matéria viva e morta repaginada, maquiada, convidativa na orla da cidade, zona nobre. Tiram de onde querem pra pôr onde quiserem, alguns corpos são só corpos. Por aqui, ficam os escombros casas e memórias apagadas no meio do caminho. Erosão urbana é o que me vinha à cabeça olhando as casas com restos de histórias.

Meus pés nem chegaram a cansar, foi estranho constatar a proximidade dos pontos de partida e chegada. Como não estávamos apenas indo, ou com o intuito de chegar, demoramos 3 horas, parando olhando, comendo, mas podíamos ter feito em 1 hora e meia o percurso. É muito perto, e é muito longe. Os viadutos distanciam as passadas. Vimos o centro recebendo o monte de gente que vem de perto e longe todo dia, todo dia, todo dia. E que se não vêm, não abre a loja, nem a padaria, nem o escritório. O fluxo de gente que vem abrir os olhos e acender as luzes de cada janela dos prédios infinitos. O que aproxima ou distancia mundos? Há tempos já não tem a ver com distância contável em km. Abismos. Abismos, abismos, na era do acesso.

### **Thiago Diniz**

Um exercício de percepção. Onde estamos? Como nos colocamos? Pra onde vamos? Diversas peculiaridades numa cidade que cada vez mais vem sendo projetada não para as pessoas, mas para automóveis, prédios e não lugares. Deveria ser cedido para cada pessoa uma oportunidade para que ela caminhasse por onde sempre teve vontade e nunca pôde. Quantos lugares com calçadas largas, dessas que possibilitam que andemos de mãos dadas em nosso tempo, sem ter

a sensação de que alguém atrás de nós quer nos passar, são vistas das janelas do ônibus e dos carros? Quantas esquinas e praças inóspitas são vistas de dentro do trem e do metrô linha 2? [Ao fundo, sussurros diziam “Fora Temer].

Nessa caminhada que fizemos da nossa sede de Benfica até o Centro de Artes Hélio Oiticica pudemos observar e pisar de fato nesses lugares. Sentimos em nós como nunca antes, caminhar na mão contrária dos carros e ver o sol entrecortando o viaduto da Mangueira de manhãzinha. A favela Metrô Mangueira em destroços após as remoções devido aos grandes eventos. No mesmo viaduto, só que do outro lado, o “Bla” deixa sua reflexão: somos os professores mais baratos do mundo [Sussurro: Pedro Paulo bate em mulher].

A radial oeste é engarrafada mesmo com uma pista reversível no contrafluxo. Nós, ali, caminhando mais rápido que os carros. Vez ou outra o ciclista, mas pedestre nenhum. Pior que a calçada é boa, bem cuidada, talvez seja reflexo do não uso, já que se formos pegar por base os lugares onde passam muitos ônibus, eles estão sempre deformados. Ou será que não é feito um estudo sério levando em consideração o peso dos ônibus? A quantidade de vezes que passa por ali etc. E então, contratarem uma obra emergencial sem licitação para recapear o local, não sei, sei que caminhar no fluxo da passarela na Praça da Bandeira no período em que todos estão indo para os seus trabalhos é estranho. Sentimento de corrente forte, onde não se pode ir em tempo diferente, mar de gente, correnteza de semblantes fechados, esbarrões e luta para chegar primeiro, como os espermatozoides ávidos pelo útero ovulando [Pedro Paulo bate em mulher].

Na Leopoldina, o sol se esconde entre as nuvens, mas seus feixes iluminam as ferrugens de ponta a ponta. Direitos iguais, pra quem? [Pedro Paulo bate em mulher]. Na Presidente Vargas, lembro do sol entre as nuvens, vez ou outra uma mulher fica pra trás. Muita coisa a ser registrada, um momento único na vida de todos, mas em especial para as mulheres do grupo, pois além da cidade nos mastigar o tempo todo, com as mulheres ela não só mastiga como cospe e deixa bem claro que aquele espaço não é pra ela. Pra mulher ainda não é permitido andar sozinha onde ela quer, como ela quer. Então, nesses momentos em que os homens respeitam a mulher por ela estar em grupo ou em companhia de outros homens, elas registram o que podem todo o tempo.

Na Praça da República, as obras do VLT não deixam dúvida [Fora Temer], já possuímos trilho outrora. Ora, ora, asphaltamos pelo progresso e agora cavamos para mostrar o quanto somos



vanguarda. Caminhamos em direção à Praça Tiradentes, indo em frente, sem esquecer jamais de onde viemos, o que somos.